

1947

CAIXA DE PREVIDÊNCIA
DOS ADVOGADOS E SOLICITADORES



RELATÓRIO E CONTAS

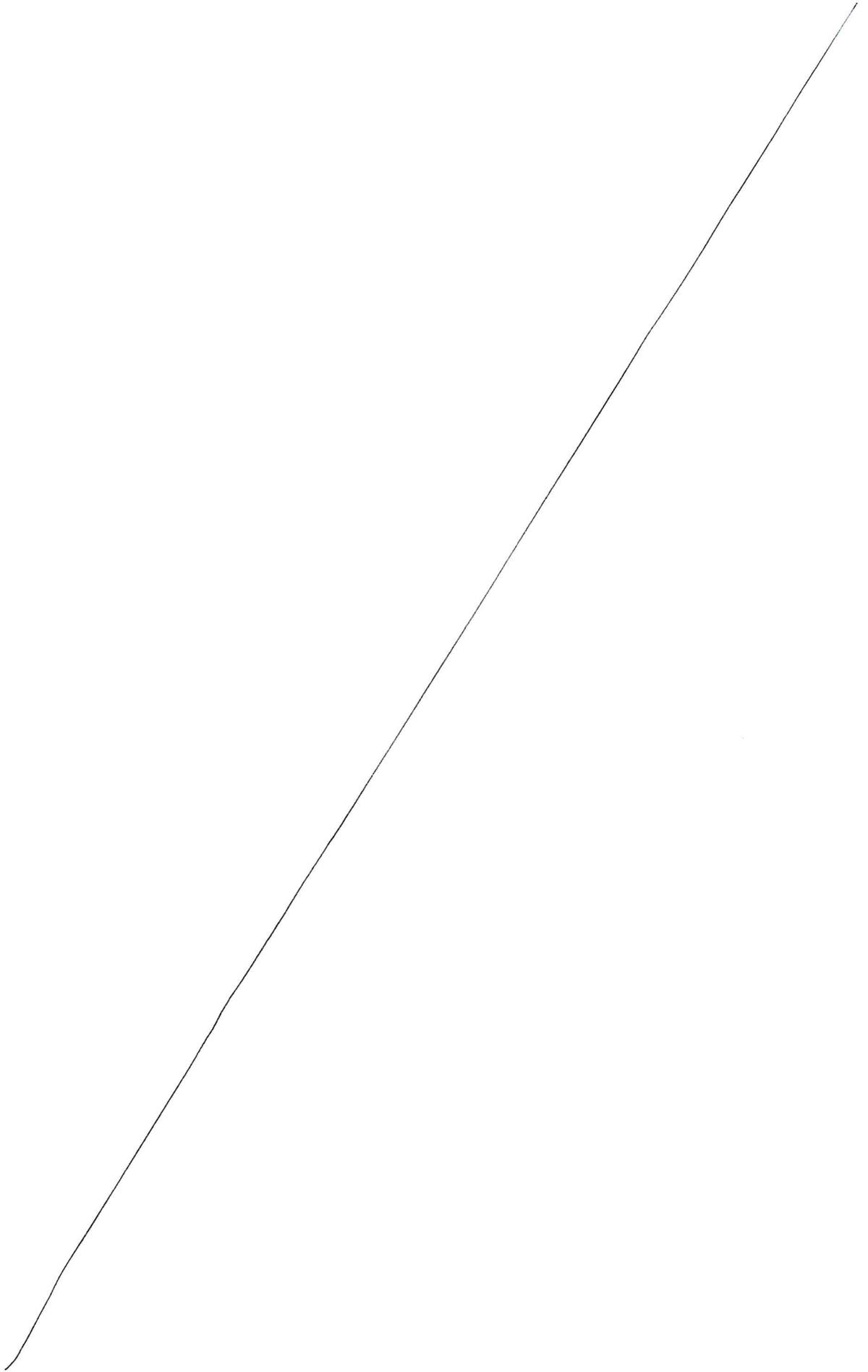
EXERCÍCIO DE 2020

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3	ly
2. RELATÓRIO SÍNTESE	9	9/
3. ESTRUTURA ORGÂNICA	13	
4. MOVIMENTO ADMINISTRATIVO	17	
5. BENEFICIÁRIOS		
Movimento de Beneficiários	19	
Universo de Beneficiários	25	
6. PENSÕES E SUBSÍDIOS		
Pensões de reforma	33	
Subsídios de invalidez	37	
Subsídios de sobrevivência	40	
7. BENEFÍCIOS IMEDIATOS	45	
8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA		
Rendimentos	57	
Gastos	69	
Resultado Líquido do período	86	
9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA		
Cobrança e dívida de contribuições	89	
Dívidas de terceiros	100	
Análise económica	101	
Conjuntura e condicionantes envolventes	103	
Opções estratégicas da CPAS	108	
10. SÍNTESE ACTUARIAL	121	
11. RESULTADO DO EXERCÍCIO	123	
12. MENSAGEM DA DIRECÇÃO	125	
13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	129	
14. SERIES ESTATISTICAS – 10 ANOS	201	
15. ANEXOS	209	

ANEXOS

Relatório de Gestão do Fundo Especial de Segurança Social Dr. José Lourenço Júnior
 Orçamento e Plano de Actividades para 2021
 Relatório Actuarial e Estudo de Sustentabilidade
 Certificação Legal de Contas
 Parecer do Conselho de Fiscalização



A actual Direcção da CPAS tem a responsabilidade da organização, elaboração e assinatura dos documentos de prestação de contas da CPAS relativos ao EXERCÍCIO DE 2020.

A prestação anual de contas na CPAS está legalmente sujeita a um detalhado calendário e a uma tramitação vasta e exigente, que importa reter até como forma de os Beneficiários poderem constatar que a CPAS se move em planos de rigor e exigência, controlo, fiscalização e transparência.

Até ao dia 31 de Março de cada ano, a Direcção elabora o Relatório e Contas do exercício (e respectivos anexos que dele fazem parte), com referência a 31 de Dezembro do ano anterior.

O Relatório e Contas inclui obrigatoriamente um Relatório Actuarial das Pensões em Pagamento e um Estudo de Sustentabilidade da CPAS, elaborados por uma Entidade Externa independente.

O Relatório e Contas inclui, ainda, um Relatório elaborado por uma Entidade Auditora Externa independente.

Até ao dia 8 de Abril do ano seguinte àquele a que respeita, o Relatório e Contas é remetido ao Conselho de Fiscalização da CPAS (que inclui um Revisor Oficial de Contas designado pela respectiva Ordem dos Revisores Oficiais de Contas) para emissão de Parecer.

Entre os dias 10 e 20 de Abril seguintes ao ano a que respeita, o Relatório e Contas está disponível para consulta pelos Beneficiários interessados na sede da CPAS e no respectivo *site* institucional, sendo igualmente enviadas cópias desse documento aos Conselhos Gerais da Ordem dos Advogados e da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução.

Até ao dia 30 de Abril, o Relatório e Contas, informado com o Parecer do Conselho de Fiscalização, é remetido ao Conselho Geral da CPAS e será objecto de apreciação e emissão de Parecer.

Posteriormente, o Relatório e Contas é submetido à aprovação dos membros do Governo responsáveis pelas Áreas da Justiça e da Segurança Social.

Os documentos de prestação de contas da CPAS são, pois, objecto de ampla divulgação pública e são escrutinados por múltiplas entidades, directa ou indirectamente, intervenientes no respectivo processo de elaboração, parecer, fiscalização, auditoria, acompanhamento e aprovação.

Num ano que ficou marcado pela Pandemia COVID-19, pelos desafios gerados pelo confinamento generalizado da população e pelo conseqüente quase paralisar da economia e alteração de paradigma no trabalho e no exercício das actividades. A Caixa de Previdência dos Advogados e dos Solicitadores não foi alheia às legítimas preocupações dos seus Beneficiários e, dentro do seu quadro regulamentar e das suas finalidades, tentou responder às necessidades mais prementes.

Como primeira medida que dependia apenas de decisão da Direcção, entendeu unanimemente apoiar excepcionalmente os seus Beneficiários desconsiderando, temporariamente, o facto de as doenças epidémicas ou infecto-contagiosas se encontrarem excluídas do âmbito de aplicação dos Regulamentos de atribuição dos Benefícios imediatos.

A Direcção da CPAS aprovou, também, com os Pareceres favoráveis dos membros do Conselho de Fiscalização da CPAS e por maioria dos membros do Conselho Geral da CPAS, o Regulamento de resposta às conseqüências da epidemia do novo Coronavírus - COVID-19 que estabeleceu medidas excepcionais e temporárias em matéria de contribuições aplicáveis aos Beneficiários que, comprovadamente, tivessem sofrido uma quebra de rendimentos que os impeça de satisfazer as suas obrigações contributivas, em virtude de doença ou redução anormal de actividade relacionadas com a situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID-19.

Este regulamento previa a possibilidade de diferimento das contribuições de Abril, Maio e Junho, sem qualquer penalização, até, respectivamente, Outubro, Novembro e Dezembro de 2020 e caso não fosse possível aos Beneficiários proceder ao pagamento integral das contribuições nas referidas datas poderiam proceder ao seu pagamento até ao máximo de doze prestações mensais, iguais e sucessivas, sem qualquer penalização de juros, apenas. Em alternativa ao diferimento de contribuições os Beneficiários interessados poderiam reduzir temporariamente um escalão contributivo durante os meses de Maio e Junho de 2020.

1. INTRODUÇÃO



Neste âmbito foram deferidos:

- 538 pedidos de redução de escalão para Maio e Junho;
- 611 pedidos de diferimento (relativos a 562 beneficiários), sendo:
 - 373 pedidos de diferimento de contribuição e/ou prestação de Abril, Maio e Junho;
 - 75 pedidos de diferimento de contribuição e/ou prestação de Abril;
 - 16 pedidos de diferimento de contribuição e/ou prestação de Abril e Maio;
 - 30 pedidos de diferimento da contribuição e/ou prestação de Maio;
 - 90 pedidos de diferimento da contribuição e/ou prestação de Maio e Junho;
 - 25 pedidos de diferimento da contribuição e/ou prestação de Junho;
 - 2 pedidos de diferimento da contribuição e/ou prestação de Abril e Junho.



Foram ainda recepcionados cerca de 200 pedidos de diferimento do pagamento de contribuições e redução de escalão que não foram aceites por não preencherem os requisitos necessários, na sua maioria Beneficiários com dívida de contribuições e também alguns Beneficiários reformados ou com inscrição cancelada ou suspensa.

Foi também compromisso da Direcção da CPAS, conjuntamente assumido com os Bastonários da Ordem dos Advogados e da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, promover uma audiência junto dos membros do Governo competentes no sentido de ser concedido pelo Estado apoio financeiro à CPAS que permita a atribuição aos Advogados, Solicitadores e Agentes de Execução, apoios similares aos que foram concedidos aos demais cidadãos portugueses na medida em que o Estado com o seu orçamento vai suportar os custos com os restantes cidadãos, tendo sido esta intenção apresentada e votada favorável e unanimemente pelo Conselho Geral da CPAS.

Consequentemente foi efectuado o pedido ao Governo de aplicação aos Beneficiários da CPAS, com as necessárias adaptações, do apoio excepcional à família e à redução da actividade, nos mesmos termos e condições dos restantes cidadãos portugueses.

Apesar de diversas tentativas não existiu disponibilidade das ministras da Tutela, Justiça e Trabalho Solidiedade e Segurança Social, para receber a CPAS durante o ano de 2020. Refira-se que em Março de 2021 foi realizada uma reunião no Ministério da Justiça com a Direcção da CPAS e com a participação da Senhora Ministra da Justiça, com o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, com o Senhor Secretário de Estado da Segurança Social e seu adjunto. Foram também remetidos, em 2020, ofícios ao Primeiro-Ministro, Dr. António Costa, dos quais igualmente não se logrou obter resposta.

A Direcção da CPAS tem procurado repetidamente, junto das Entidades e Instituições competentes, para que, no quadro da situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID-19, também os Beneficiários da CPAS - Advogados, Solicitadores e Agentes de Execução - possam aceder aos mesmos apoios concedidos com o financiamento do Orçamento Geral do Estado aos demais cidadãos. Até à data as várias iniciativas levadas a cabo não tiveram sucesso.

Contudo, e sem prévia audição da Direcção da CPAS, a Assembleia da República no Orçamento Suplementar de 2020 aprovou alterações ao artigo 71.º do RCPAS, fazendo com que a acção de assistência passe também a ser exercida nas situações de estado de necessidade originado por quebra abrupta da actividade, a qual apenas releva nas situações de estado de emergência, de calamidade, de contingência, de alerta ou outros casos que tornem impossível ou muito limitado o exercício da profissão, assim consideradas em lei. No entanto esta acção de assistência apenas poderia ser exercida quando fosse apresentada de prova de se ter esgotado o recurso às pessoas referidas no n.º 1 do artigo 2009.º do Código Civil.

Novamente sem prévia audição da Direcção da CPAS, a Assembleia da República no Orçamento de Estado para 2021 eliminou a necessidade de prova de se ter esgotado o recurso às pessoas referidas no n.º

1 do artigo 2009.º do Código Civil para acesso à acção de assistência nas situações de estado de emergência, de calamidade, de contingência, de alerta ou outros casos que tornem impossível ou muito limitado o exercício da profissão.

Também, sem audição da Direcção da CPAS, se legislou no sentido de o Apoio Extraordinário a Trabalhadores ser atribuído e pago pela CPAS aos seus Beneficiários, sem clarificar inequivocamente a forma do seu financiamento.

Entende a Direcção da CPAS que este financiamento deverá vir do Orçamento de Estado, nos mesmos termos e condições do apoio prestado aos restantes cidadãos portugueses, e conforme se encontra legislado no artigo 13.º da Portaria n.º 250-B/2020, de 23 de Outubro.

Até à data, tal questão ainda não se encontra devidamente esclarecida ou articulada com o Governo, estando o processo de atribuição e pagamento do referido Apoio a ser deliberado e pago pela CPAS aos Beneficiários que cumprem os requisitos previstos na norma.

Refira-se também que a CPAS organizou 6 Conselhos Gerais durante o ano de 2020, no sentido de conseguir a adequação e aprovação do Regulamento de resposta às consequências da epidemia de COVID-19 e parecer favorável para a aplicação de um factor de correcção do indexante contributivo, bem como o habitual Conselho Geral para emissão de parecer sobre as contas do exercício.

O Conselho Geral da CPAS, deliberou a criação de um Grupo de Trabalho com o objectivo, de *“Elaborar um inquérito urgente sobre a situação geral dos beneficiários e a problemática vivida com a crise”, “Analisar as possibilidades de apoios financeiros extraordinários por parte do Orçamento do Estado”, “Monitorizar as medidas aprovadas para minorar a crise e elaborar propostas de correcção” e “Organizar soluções para reformar profundamente a CPAS”* do qual faz parte um membro nomeado pela Direcção da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores.

No momento em que está a ser escrito este Relatório aguarda-se ainda a apresentação das conclusões do trabalho efectuado pelo Grupo de Trabalho.

A situação pandémica gerou também necessidade de gerir e analisar os vários pedidos de isenção, redução ou diferimento de rendas do património imobiliário da CPAS, bem como a apresentação de denúncias ou de pedidos de acordo de revogação e ficou assente que se privilegiaria a possibilidade de celebração de acordos que mantivessem a possibilidade de recebimento, ainda no decurso do ano de 2020, das rendas que se vencessem dentro do período e que não fossem, por força das consequências da epidemia, temporária, parcial ou totalmente pagas nos referidos meses do Estado de Emergência.

Salientam-se as situações relacionadas com os arrendamentos a unidades hoteleiras que foram manifestamente afectadas com os diversos confinamentos que aconteceram durante o ano de 2020 e como o praticamente congelar do turismo a nível mundial, o que levou a uma redução de actividade (ou paragem) de grande parte dos negócios nesta área. A dívida total de rendas no final de 2020, associadas a estes contratos de arrendamento com unidades hoteleiras, ascendeu no final do ano a 519.925,40 Euros. A Direcção da CPAS tem tentado, junto das respectivas entidades, acordar soluções que permitam a regularização destes valores assim que houver retoma desta área de negócio.

A Direcção da CPAS, em 2020, contratualizou um SEGURO PLANO DE PROTECÇÃO DE RENDIMENTOS POR ACIDENTE OU DOENÇA para oferecer anualmente aos Beneficiários Ordinários, aos Beneficiários Extraordinários e aos Beneficiários Reformados, até aos 75 anos, que tenham pagamento de contribuições e que apresentem a sua situação contributiva integralmente regularizada, que lhes garante o pagamento de um subsídio diário em situação de incapacidade temporária absoluta por doença ou acidente.

O Seguro de Incapacidade Temporária Absoluta garante aos Segurados, em caso de acidente ou doença coberta, o pagamento durante até 6 meses de uma prestação pecuniária equivalente a 70% da remuneração convencional mensal escolhida pelo Beneficiário. O período de pagamento pode ser prorrogado até 24 meses com co-pagamento do Beneficiário.

1. INTRODUÇÃO

Esta iniciativa da CPAS constitui uma muito relevante inovação em matéria de protecção dos Beneficiários, traduz um esforço imenso dos Serviços e da Direcção, bem como e principalmente uma extensão significativa da resposta assistencial da Instituição, e vai dar resposta a um anseio dos profissionais liberais advogados, solicitadores e agentes de execução em caso de doença ou acidente temporariamente incapacitante para o exercício das funções.

Foi também levado a cabo todo o processo para aplicação, ou não, de um Factor de Correção ao Indexante Contributivo para o ano de 2021.

A Direcção da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS) é, nos termos do disposto no artigo 5.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 116/2018, de 21 de Dezembro, o órgão competente para propor aos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Justiça e da Segurança Social, a adopção de um factor de correcção do Indexante Contributivo para o ano de 2021, suportado em estudos actuariais e após pronúncia favorável do Conselho Geral da CPAS.

Foi apresentada pela Direcção da CPAS aos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Justiça e da Segurança Social, de adopção para o ano 2021 de um factor de correcção do Indexante Contributivo de menos 10% (dez por cento), os estudos actuariais elaborados pela entidade independente AON em que a mesma se suporta e atenta a pronúncia favorável do Conselho Geral da CPAS.

Continuaram a ser efectuadas diligências junto do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social relativamente à necessidade de, no que respeita à cobrança coerciva das contribuições em dívida à CPAS, se considerar a tramitação das acções executivas por contribuições em dívida pela Segurança Social.

Foram realizadas reuniões de trabalho com a participação do Instituto de Informática da Segurança Social no sentido de, com celeridade, se operacionalizar e desenhar os requisitos aplicativos que permitirão a cobrança coerciva de contribuições em dívida à CPAS pela Segurança Social cumprindo-se o previsto na Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2020 que alterou o n.º 4 do Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 42/2001, de 9 de Fevereiro.

Sem prejuízo dos números que adiante se detalham e explicam cabe, introdutoriamente, evidenciar um conjunto de indicadores de desempenho da CPAS em 2020.

Os Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais mantiveram-se negativos, no valor de -19.686.307,20 Euros, isto significa que as receitas operacionais têm que melhorar para cobrir os custos de previdência, de assistência e de administração. Os Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento foram insuficientes para cobrir esse défice, tendo totalizado 15.054.748,68 Euros em 2020.

Assim, ocorreu durante o ano de 2020 uma redução do valor de Caixa e seus equivalentes de 4.631.558,52 Euros, sendo que esta tem sido uma tendência verificada nos últimos anos, levando a que a Instituição tenha que recorrer à alienação de activos para cumprir as suas obrigações.

No que respeita ao movimento de Beneficiários cabe referir que em 2020 foram registadas na CPAS 1.849 novas inscrições, no entanto as vicissitudes do ano de 2020 levaram a que o número de Beneficiários com pagamento de contribuições sofresse uma diminuição de 36.364 em 2019, para 36.300 em 2020. Este é um indicador preocupante e terá que ser acompanhado, nomeadamente para verificar se será uma tendência nos próximos anos ou se foi apenas uma eventualidade verificada num ano com enormes desafios pelo impacto na sustentabilidade do regime.

Por esse motivo houve uma redução do rácio de Beneficiários contribuintes por pensionista (sem incluir reformados com pagamento de contribuições) que actualmente é de 5,287. No entanto este indicador permanece bastante acima dos 1,6 da Segurança Social.

No que respeita a benefícios e participações, o ano de 2020 revelou-se o ano em que o esforço realizado pela CPAS na vertente social se apresentou como o maior valor do quinquénio, no montante de 3.331.207,34 Euros.

No que respeita ao pagamento de pensões e subsídios houve um acréscimo de 4.696.993,48 Euros, mas sendo de registar que este acréscimo apresenta uma ligeira aceleração face ao valor do ano passado. No

entanto está em linha com o ritmo de crescimento verificado com este tipo de gastos desde a alteração do Regime feita em 2015.

Relativamente à cobrança da emissão de contribuições feita em 2020, a taxa de cumprimento foi de 79,70% o que representou uma quebra relativamente ao verificado nos anos anteriores, mas que seria expectável dada a situação de pandemia e a implementação de medidas que permitiram aos Beneficiários diferir o pagamento das contribuições de Abril, Maio e Junho.

A dívida por contribuições não pagas gerada em 2020 foi de 22.326.969,43 Euros, tendo-se verificado uma cobrança efectiva de valores em dívida de 5.616.827,52 Euros.

A dívida acumulada líquida de planos em curso totalizava, em 31 de Dezembro de 2020, 135.217.680,43 Euros, ou seja, mais 4.711.974,95 Euros do que no final de 2019.

Os Investimentos Financeiros da CPAS e respectivo património associado assumem-se de fundamental importância para a obtenção de rendimentos necessários a colmatar necessidades de pagamentos por responsabilidades com pensões, subsídios e outras prestações.

A gestão deste património afecto e os investimentos realizados neste domínio caracterizam-se por critérios de elevada prudência e de conservadorismo, procurando-se sempre a maior segurança dos investimentos designadamente através da intervenção de entidades institucionais especializadas e legalmente autorizadas a desenvolver as actividades pertinentes, como seja o caso das entidades gestoras das carteiras de activos mobiliários, às quais foram concedidos mandatos de gestão discricionária com a indicação de pautarem a sua conduta por regras de total transparência, ausência absoluta de conflitos de interesses, máxima prudência e conservadorismo em relação aos investimentos.

Esses meios e património têm sido geridos com as maiores cautelas e têm assegurado a estabilidade, a capacidade e o reforço de sustentabilidade da CPAS e permitiram que num momento em que devido ao primeiro confinamento existiu uma disrupção acentuada dos mercados, enquanto as Bolsas de todo o mundo caíram cerca de 30%, os activos financeiros mobiliários da CPAS apenas caíram 10%, o que não só demonstra a solidez e qualidade destes investimentos, mas também uma gestão prudente e reflectida que não pode deixar de se manter, tendo-se verificado uma recuperação assinalável de valor durante o resto do ano o que permitiu a que as carteiras de activos mobiliários da CPAS acabassem o ano com uma rentabilidade média positiva de 3,09%.

Para esta estabilidade de rendimento contribuem também os activos imobiliários da CPAS e conforme adiante se explana em toda a informação pertinente é possível verificar que a carteira de imóveis, em geral, apresenta uma composição qualificada, com imóveis bem localizados e com risco moderado de mercado e rendimento.

A gestão cuidada destes activos no sentido de aumentar o rendimento proveniente do património imobiliário da CPAS, com um processo de gestão muito rigoroso dos contratos de arrendamento e outros, tendente à actualização de rendas e colocação no mercado de espaços devolutos, bem como da gestão dos custos associados à respectiva manutenção e conservação levou a que a rentabilidade deste tipo de activos mais que duplicasse nos últimos anos, de 2.094.998,68 Euros em 2016 para 4.092.365,52 Euros em 2020, e esta evolução torna-se ainda mais impressionante se comparada com os 767.264,70 Euros verificados em 2012.

A Direcção da CPAS irá prosseguir o objectivo do reforço deste tipo de activos imobiliários, principalmente na procura de rendimento através de arrendamento habitacional, como forma de diversificação prudencial dos investimentos e do rendimento, muito concentrados em valores mobiliários.

A solidez e a sustentabilidade da CPAS para cumprimento rigoroso e escrupuloso das suas responsabilidades continuam a ser a pedra angular de toda a acção e atenção da Direcção.

Conforme resulta de imposição legal expressa foi realizada por entidade externa independente (AON Portugal) uma análise prospectiva da sustentabilidade do Sistema através do Estudo de Sustentabilidade que se encontra por anexo ao presente Relatório e Contas.

1. INTRODUÇÃO

Cumpra também sublinhar que anteriormente os estudos actuariais e de sustentabilidade foram realizados por outra entidade externa independente (Willis Towers Watson), o que significa que a CPAS congregou nos últimos anos a intervenção de duas entidades de grande dimensão internacional e de elevada capacidade técnica nos estudos.

O Estudo de Sustentabilidade mais actual refere a existência de impactos negativos na sustentabilidade do sistema, quer pela aplicação dos factores de correcção do Indexante Contributivo, quer pelo impacto da situação económica causada pela situação pandémica, sendo que, ainda assim, no entanto, se verifica no horizonte da análise que o sistema se mantém sustentável.

Estima-se que de 2020 em diante o valor dos activos financeiros da CPAS deverá aumentar atingindo cerca de 714 milhões de Euros em 2035. Este valor representa um aumento de 165 milhões de euros face ao valor actual dos Activos financeiros da CPAS.

Entenda-se neste valor que se prevê que a CPAS atinja um valor de activos financeiros o que, num cenário meramente hipotético e irreal em que não sejam recebidas quaisquer contribuições, permitirá o pagamento de pensões, a valores estimados nessa data, durante sensivelmente 4 anos e 8 meses.

Demonstra-se assim que as afirmações de que a CPAS apenas tem sustentabilidade garantida a 15 anos são manifestamente deturpadas porque falsas e não têm qualquer relação com a estimativa de valores dos activos constantes do estudo actuarial, uma vez que nesse estudo se estima que no prazo de 15 anos de verificará uma subida do valor dos activos face ao valor actual.

Numa perspectiva de prudência e de forma bastante conservadora a estimativa de rentabilidade anualizada a 10 anos dos Activos Financeiros da CPAS, face ao seu perfil de investimento, foi de 2,08 % (previsão AON em 2020).

Analisando os últimos anos, estes têm-se apresentado com deficit essencialmente pelo facto de se considerarem factores de correcção à taxa contributiva. As estimativas futuras sem apresentação de deficit não consideram a aplicação de qualquer factor de correcção. É importante referir que em cada ano em que se aplicam estes factores de correcção é necessário recorrer a outras fontes de financiamento para o pagamento de pensões do ano.

Tendo em consideração o cenário em que todos os Beneficiários se reformam assim que reúnam as condições cumulativas da idade e prazo de garantia, a partir de 2028 já se estima um decréscimo de contribuições que não serão suficientes para o pagamento das pensões. No entanto refira-se que não tem sido esta a situação verificada anualmente, pois apenas aproximadamente 50% dos Beneficiários que reúnem as condições cumulativas da idade e prazo de garantia é que se reformam.

Se considerarmos o cenário com maior proximidade da realidade constantemente verificada, em que apenas aproximadamente 50% dos Beneficiários que reúnem as condições cumulativas da idade e prazo de garantia é que se reformam, ao longo do período de análise de 15 anos estima-se que o rácio contribuições versus pensões de reforma se mantenha estável acima de 1, o que significa que apenas as contribuições cobradas serão suficientes para assegurar o pagamento das pensões de reforma, desde que não sejam aplicados quaisquer factores de correcção ao Indexante Contributivo. Caso contrário, será sempre necessário o recurso a fontes de financiamento alternativas.

O referido Estudo de Sustentabilidade assinala ainda outros aspectos que devem ser tidos em linha de conta, designadamente no sentido de alertar para a responsabilidade de se acautelar, em cada momento, as necessárias acções para ajustar o Sistema sublinhando a imprescindível monitorização permanente da sua evolução.

BENEFICIÁRIOS

No ano de 2020 inscreveram-se 1.849 novos Beneficiários ordinários.

No final do ano de 2020, o número de Beneficiários extraordinários era de 1.654.

Ainda em 2020 foi registada a inscrição de 1.081 Beneficiários estagiários.

No final de 2020, 3.920 Beneficiários estagiários não tinham pagamento de contribuições e 129 encontravam-se a contribuir.

No mesmo ano faleceram 162 Beneficiários, dos quais 121 eram Beneficiários reformados ou subsidiados.

Em 31 de Dezembro de 2020 o total dos Beneficiários contribuintes era de 36.300.

Se considerarmos, para efeitos de cálculo do número de Beneficiários contribuintes por Beneficiário pensionista, uma base contributiva que não inclua os Beneficiários reformados com pagamento de contribuições, a base contributiva de 35.444 Beneficiários suportou os custos de 6.704 Beneficiários pensionistas de reforma e de titulares de Subsídios de Invalidez e de Sobrevivência, o que representa uma relação de 5,287 Beneficiários contribuintes para um Beneficiário pensionista/subsidiado.

Tomando em conta que existem 5.082 Beneficiários pensionistas de reforma, neste caso, a relação é de 6,974 Beneficiários contribuintes para um Beneficiário pensionista de reforma.

Os dados de 2020 revelam ainda que a relação de novos Beneficiários contribuintes por cada novo Beneficiário pensionista/subsidiado foi de -0,149.

No universo de Beneficiários regista-se, no que diz respeito à actividade profissional, que 84,29% são Advogados, que 4,88% são Advogados estagiários, 9,47% são Solicitadores e Agentes de Execução, 1,33% são Solicitadores e Agentes de Execução estagiários e 0,03% têm outras profissões jurídicas.

A maioria dos 36.300 Beneficiários contribuintes concentra-se nos 4.º, 5.º e 9.º escalões contributivos.

Nos referidos escalões contributivos encontram-se 29.623 Beneficiários, o que corresponde a 81,61% dos Beneficiários contribuintes.

PENSÕES DE REFORMA

Em 2020, o número de Pensões de Reforma atribuídas foi de 384, para um total de Beneficiários pensionistas de reforma de 5.082.

O custo total com Pensões de Reforma ascendeu em 2020 a 99.751.681,05 Euros.

SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ

Em 2020, o número de Subsídios de Invalidez atribuídos foi de 10, passando o total de Beneficiários subsidiados de invalidez a ser de 104.

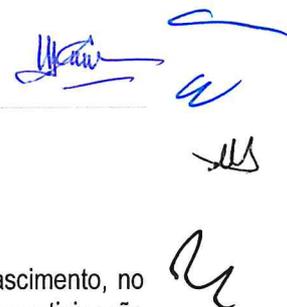
O custo total com estes Subsídios ascendeu em 2020 a 962.228,49 Euros.

SUBSÍDIOS DE SOBREVIVÊNCIA

Também em 2020, foram atribuídos 98 Subsídios de Sobrevivência, passando o total de Beneficiários subsidiados de sobrevivência a 1.518.

O custo total com estes Subsídios ascendeu em 2020 a 7.055.570,92 Euros.

2. RELATÓRIO SÍNTESE



BENEFÍCIOS

Em 2020 foram atribuídos 3.009 Benefícios imediatos, no montante de 3.331.207,34 Euros.

Salientam-se, como medidas de apoio aos Beneficiários mais jovens, os Benefícios de Nascimento, no montante de 633.265,00 Euros, de Maternidade, no montante de 1.568.597,20 Euros e a Comparticipação no Internamento Hospitalar por Maternidade, no montante de 67.184,68 Euros.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

RENDIMENTOS

Em 2020, o valor das emissões líquidas totalizou 109.738.711,96 Euros, o que representa um acréscimo de 12,04% face ao ano anterior.

Salientam-se os rendimentos de investimentos em obrigações que totalizaram 4.446.919,01 Euros, os rendimentos de imóveis que totalizaram 4.092.365,52 Euros, os ganhos por aumento de justo valor dos investimentos mobiliários que totalizaram 22.738.603,51 Euros, os ganhos por aumento de justo valor das propriedades de investimento que totalizaram 758.212,71 Euros e as mais-valias na alienação de títulos e unidades de participação que totalizaram 2.666.257,84 Euros.

Os rendimentos provenientes essencialmente de juros de mora devidos à CPAS por contribuições em atraso totalizaram 1.637.315,57 Euros, das multas resultantes das penas pecuniárias aplicadas pelas instâncias disciplinares da Ordem dos Advogados e da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução totalizaram 70.822,46 Euros e das reversões de perdas por imparidade de contribuições em dívida totalizaram 981.708,40 Euros.

Assim, em 2020, o total de Rendimentos da CPAS foi de 150.910.295,96 Euros, o que representa um acréscimo de 1,26% face ao ano anterior.

GASTOS

Em 2020, as despesas de previdência (Reformas) totalizaram 99.751.681,05 Euros, o que representa um incremento de 4,50% face ao ano anterior e de 21,34% no Quinquénio.

As despesas com as reformas representam 107,23% do valor líquido da cobrança de contribuições.

As despesas de assistência reflectem o peso dos Subsídios de Invalidez no montante de 962.228,49 Euros, ou seja, -21,64% do que no ano anterior, dos Subsídios de Sobrevivência no montante de 7.055.570,92 Euros, isto é, +3,22% do que em 2019, sendo estas as verbas de valor mais significativo.

Assume também relevo nesta rubrica os Subsídios de Maternidade no montante de 1.568.597,20 Euros.

As despesas de administração, que conjugam os fornecimentos e serviços externos e os gastos com o pessoal, totalizaram 3.497.294,38 Euros e representam 3,759% do valor líquido da cobrança de contribuições.

As perdas por imparidade de contribuições em dívida ascenderam a 12.656.058,50 Euros, tendo o valor acumulado desta imparidade atingido o montante de 103.743.555,16 Euros, o que representa uma cobertura de 76,72% do total da dívida de contribuições.

As despesas com imóveis totalizaram 566.103,55 Euros e compreendem, entre outros, os custos com seguros, despesas de conservação e reparação e encargos com vigilância e segurança.

As menos-valias geradas na alienação de títulos e unidades de participação totalizaram 6.274.269,01 Euros e a redução de justo valor dos títulos detidos pela CPAS foi de 12.598.042,29 Euros.

Os gastos referenciados foram causados pela desvalorização no mercado de títulos de alguns dos investimentos da CPAS, sendo de notar que as reduções de justo valor se traduzem em perdas potenciais determinadas no dia 31 de Dezembro de 2020, passíveis de recuperação em anos seguintes, e as menos-valias em perdas reais na diferença entre os preços de compra e de venda dos activos.

Assim, o total dos Gastos foi de 151.589.064,04 Euros, representando um acréscimo de 21.239.854,38 Euros, ou seja, +16,29% em relação a 2019.

RESULTADOS DO EXERCÍCIO

No ano de 2020, os Rendimentos da Instituição não permitiram cobrir, na sua totalidade, os Gastos.

O Resultado Líquido do Exercício de 2020 foi de - 678.768,08 Euros.

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES

Em 2020, as contribuições cobradas ascenderam a 93.028.570,04 Euros, sendo que 87.645.861,21 Euros respeitam a contribuições emitidas durante o ano de 2020 e 5.382.708,83 Euros reportam-se a anos anteriores.

O referido montante de cobrança representa um acréscimo de 1,04% relativamente a 2019.

Considerando que a cobrança líquida do próprio ano atingiu 87.645.861,21 Euros, constata-se que a percentagem de cobrança das contribuições líquidas emitidas relativas ao ano de 2020 foi de 79,70%.

A dívida gerada por contribuições não pagas em 2020 foi de 22.326.969,43 Euros, o que representa +28,62% do que o valor gerado em 2019.

Por outro lado, no ano de 2020, a movimentação da dívida levou a uma redução do seu valor em 5.512.646,81 Euros.

Para efeitos de redução da dívida de contribuições, na parte que diz respeito à amortização de capital em dívida, há que incluir o valor das prestações a acordos de pagamento prestacional de dívidas de contribuições que foram recebidas até 31 de Dezembro de 2020, no âmbito dos planos e acordos em curso, totalizando 6.099.239,88 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2020, a dívida acumulada líquida de planos em curso totalizava 135.217.680,43 Euros, ou seja, mais 4.711.974,95 Euros do que no final de 2019.

ANÁLISE ACTUARIAL

Consideraram-se como pressupostos adequados para o cálculo do valor actual das pensões em pagamento (VAPP) a utilização da tábua de mortalidade TV 88/90 (-1) e a taxa de desconto de 3,00%, o que determina como VAPP um montante de 1.173.393.190 Euros.

No final do Exercício de 2020, o valor acumulado do Fundo de Garantia era de 525.261.290,99 Euros.

2. RELATÓRIO SÍNTESE

QUADRO SÍNTESE DA ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DE ACTIVOS FINANCEIROS

TIPO DE INVESTIMENTO (31/12/2020)	VALOR	PESO RELATIVO
Acções	14.705.407,29 €	3,63%
Obrigações com garantia de Estado	21.490.071,54 €	5,31%
Obrigações de empresas	200.900.811,03 €	49,62%
Fundos de investimento mobiliário de acções	49.061.450,62 €	12,12%
Fundos de investimento mobiliário de obrigações	110.064.107,47 €	27,18%
Fundos de investimento mobiliário mistos	129.473,27 €	0,03%
Fundos de investimento mobiliário alternativos	826.828,19 €	0,20%
Outros fundos de investimento mobiliário	234.774,79 €	0,06%
Depósitos a prazo	7.481.014,21 €	1,85%
TOTAL	404.893.938,41 €	100,00%

DIVERSIFICAÇÃO PRUDENCIAL DO NÚCLEO DURO DO ACTIVO LÍQUIDO

DIVERSIFICAÇÃO PRUDENCIAL DO NÚCLEO DURO DO ACTIVO LÍQUIDO			
CLASSE DE ACTIVOS	VALOR	PESO RELATIVO (%)	PESO RELATIVO (%)
Propriedades de investimento	123.747.439,18 €	22,55%	22,55%
Fundos de investimento imobiliário	0,00 €	0,00%	
Títulos	397.412.924,20 €	72,41%	72,41%
Depósitos a prazo	7.481.014,21 €	1,36%	5,04%
Depósitos à ordem e caixa	20.233.232,60 €	3,69%	
TOTAL	548.874.610,19 €	100,00%	100,00%

RENTABILIDADE

No ano de 2020, a taxa média anual de rendimento do Activo Bruto da CPAS, sem contribuições vencidas, foi de +2,468%.

PATRIMÓNIO LÍQUIDO

No ano de 2020, o Património Líquido da CPAS totalizava 576.361.555,62 Euros, contra 577.091.787,55 Euros em 2019, o que representa um decréscimo de 730.231,93 Euros.

ESTRUTURA ORGÂNICA

DIRECÇÃO

A remuneração dos membros da Direcção, até 2018, cumpria o disposto na Portaria n.º 938/98, de 29 de Outubro, com a atribuição ao Presidente e restantes membros da Direcção de uma senha de presença, no valor nominal diário correspondente a 199,52 Euros, seja por presença nas reuniões plenárias da Direcção, diligências e/ou deslocações em representação da CPAS, valor que se mantém inalterado desde 1998.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 116/2018, de 21 de Dezembro, que procedeu à primeira alteração ao novo Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS) foi alterado o Artigo 8.º do RCPAS passando os membros da Direcção a ter direito a compensação pecuniária pelo exercício efectivo de funções, a fixar pela comissão de remunerações, ouvido o Conselho Geral e foi revogada a Portaria n.º 938/98, de 29 de Outubro.

Na sequência da deliberação da Comissão de Remunerações, nomeada para o efeito, ficou definido que aos membros da Direcção da CPAS seria paga uma compensação pecuniária correspondente a uma senha de presença, cujo valor nominal foi fixado em 300,00 Euros, como compensação por cada presença e participação efectiva nas reuniões plenárias da Direcção da CPAS, por cada presença nas reuniões do Conselho Geral da CPAS a que assistam e/ou por cada diligência ou deslocação necessária no exercício das suas funções ou em representação da Instituição, com o limite máximo mensal de 4.200,00 Euros.

No ano de 2020 foram realizadas 153 reuniões da Direcção.

Para além destas reuniões, os membros da Direcção intervieram praticamente todos os dias da semana (e em muitos casos, em dias de sábado, domingo e feriados) nas actividades da CPAS.

Em 2020, os custos com a compensação pecuniária da Direcção totalizaram 204.300,00 Euros, sofreram um incremento de 4,29% face aos verificados no ano de 2019. Salienta-se que este valor se trata do valor bruto, sobre o qual incide ainda toda a carga fiscal aplicável.

Como referenciado, os membros da Direcção desenvolveram a sua actividade relativamente à CPAS praticamente em todos os dias da semana, designadamente reunindo, entre si, e participando nas actividades da CPAS para além das reuniões assinaladas.

Em regra, e salvo situações muito pontuais e identificadas, os membros da Direcção declinaram qualquer outra remuneração para além da remuneração relativa às 3 reuniões semanais obrigatórias da Direcção, previstas no Regulamento da CPAS.

Os membros da Direcção declinaram o pagamento pela CPAS de qualquer tipo de despesas relativas ao funcionamento da Direcção e sua própria actividade, tendo eles próprios assumido as mesmas despesas.

Despesas com transportes, portagens, quilómetros em viatura própria, alugueres de automóveis, parques de estacionamento, comunicações, telefones, refeições e outras foram pessoalmente assumidas pela generalidade dos membros da Direcção.

A CPAS também não incorreu em qualquer custo com a aquisição de equipamentos informáticos ou de telecomunicações para utilização pelos membros da Direcção, tendo estes optado por utilizar ou adquirir, a seu encargo, equipamentos próprios para o efeito.

OUTROS ORGÃOS DA CPAS

Para a prossecução dos seus fins estatutários a CPAS conta, desde a entrada em vigor do actual Regulamento, com três órgãos funcionais: a Direcção, o Conselho Geral e o Conselho de Fiscalização.

3. ESTRUTURA ORGÂNICA

O **Conselho Geral** é composto por vinte membros representativos dos Advogados e dos Associados da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, sendo, por excelência, o órgão consultivo da Direcção da CPAS, conforme resulta das competências que lhe são atribuídas pelo art.º 14.º do RCPAS

Em 2020, na sequência da deliberação da comissão de remunerações que atribuiu aos membros do Conselho Geral da CPAS uma senha de presença no valor de 300,00 Euros por cada reunião, foram pagos 7.380,00 Euros, bem como foram pagas as despesas inerentes a deslocações dos membros do Conselho Geral que têm residência fora de Lisboa, por altura das reuniões do Conselho Geral no valor total de 2.342,38 Euros.

O **Conselho de Fiscalização**, constituído pela primeira vez com a eleição para o mandato 2017/2019, tem funções eminentemente fiscalizadoras da administração e das contas da CPAS, sendo constituído por três membros, sendo um Advogado, um Associado da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução e um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Em 2020, na sequência da deliberação da comissão de remunerações que atribuiu aos membros do Conselho de Fiscalização da CPAS uma compensação pecuniária pelas funções exercidas que representou um gasto de 21.700,00 Euros durante o exercício.

ESTRUTURA

No Exercício de 2020 e no que se refere à estrutura orgânica de suporte, a CPAS teve ao seu serviço os seguintes trabalhadores:

Assessores	12
Técnico Superior	3
Técnico Especializado Principal	2
Técnico Especializado	8
Técnicos	6
Técnico de Informática	2
Técnico Adjunto de Informática	1
Técnicos Administrativos	8
Técnico de Manutenção Geral	1
Auxiliares Administrativos	3
Total	46

14

Colaboraram com a **CPAS**, em regime de contrato de prestação de serviços (regime independente ou através de sociedades), os seguintes profissionais:

REGIME INDEPENDENTE	
Médicos	4
DPO	1
Total	5

ATRAVÉS DE SOCIEDADES	
Consultor Jurídico/Advogado	1
Médico	1
Serviços de Limpeza	1
Total	3

3. ESTRUTURA ORGÂNICA

No Exercício de 2020 manteve-se o recurso à contratação externa que, em larga medida, já vinha do mandato anterior, essencialmente para a Área de Gestão de Beneficiários no que diz respeito ao reforço da equipa no âmbito de reforma de colaboradores, para a Área de Informática em projectos técnicos, desenvolvimento e manutenção de sistemas informáticos e para a Área do Património Imobiliário na vertente de Técnico de Manutenção Geral para o empreendimento da CPAS sito em Vila Nova de Gaia.

Apesar do assinalável incremento das actividades da Instituição e a crescente complexidade das suas operações, o Quinquénio 2016/2020 apresenta quanto à estrutura de recursos humanos a expressão que consta do quadro que adiante se expressa:

ESTRUTURA ORGÂNICA – QUINQUÉNIO 2016/2020					
	2016	2017	2018	2019	2020
Trabalhadores por conta de outrem	40	43	43	44	46
Profissionais independentes / Sociedades	12	8	7	8	8
Total de colaboradores/prestação de serviços	52	51	50	52	54

Em 2020, os custos com a referida estrutura orgânica de recursos humanos foram os que constam do quadro que adiante se expressa:

TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM – (Sede e imóveis)	
Remunerações certas com pessoal	758.911,55 €
Subsídio de férias e de natal	148.353,85 €
Trabalho extraordinário	7.690,28 €
Isenção de horário de trabalho	67.836,56 €
Abonos para falhas	0,00 €
Subsídio de alimentação	60.753,69 €
Passe social	730,00 €
Complemento de reforma	375,96 €
Sistemas de protecção social	273.812,53 €
Outros custos com o pessoal	84.116,57 €
	1.402.580,99 €
TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM – (Postos médicos)	
Remunerações base do pessoal	9.434,57 €
Subsídios de férias e de Natal	1.051,26 €
Subsídio de alimentação	1.438,59 €
Segurança social – regime geral	2.505,43 €
	14.429,85 €
	1.417.010,84 €

Salienta-se, como se cuidará de demonstrar no Capítulo 9 deste Relatório, que as despesas de Estrutura e de Administração continuam a manter-se largamente abaixo do limite regulamentarmente imposto de 5% do valor das receitas totais.

3. ESTRUTURA ORGÂNICA

4. MOVIMENTO ADMINISTRATIVO

MOVIMENTO ADMINISTRATIVO

No Exercício de 2020 o crescimento e a dinâmica administrativa da CPAS exprimiram-se através dos indicadores de actividade ao nível dos diversos núcleos funcionais que adiante se evidenciam.

A CPAS recepcionou 50.152 documentos que registou, tratou, arquivou e/ou digitalizou, entre os quais 32.653 foram recebidos por correio electrónico e 1.723 através do Portal do Beneficiário.

Processaram-se e contabilizaram-se 1.124 cheques e 625 vales recebidos por via postal.

Aos referidos valores acresceram os pagamentos diários efectuados directamente na sede, em moeda, cheque e através de pagamento electrónico em terminal de multibanco.

Foram expedidas 260.697 cartas, o que representou um custo de 117.813,15 Euros.

Durante o Exercício de 2020, 1.340 Beneficiários aderiram ao serviço de correspondência com a CPAS através de correio electrónico, totalizando no final do ano 26.044 Beneficiários activos aderentes.

Ainda em 2020, a CPAS remeteu 1.283.932 e-mails a Beneficiários e manteve o esforço de sensibilização no sentido da adesão àquela forma de comunicação.

No final do ano de 2020, o total de Beneficiários registados no Portal do Beneficiário era de 36.479.

4. MOVIMENTO ADMINISTRATIVO

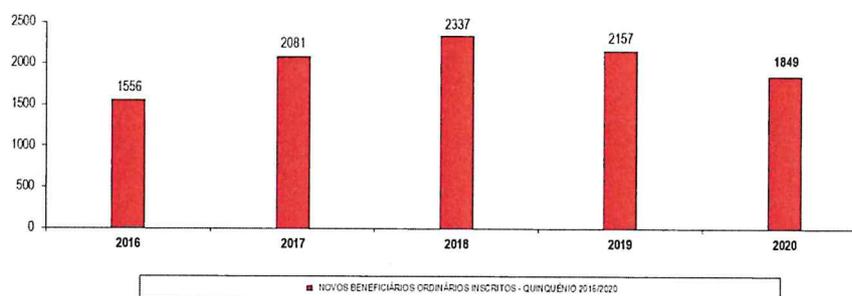
5. BENEFICIÁRIOS

MOVIMENTO DE BENEFICIÁRIOS

INSCRIÇÕES ORDINÁRIAS

No Exercício de 2020 inscreveram-se 1.849 novos Beneficiários ordinários conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal que adiante se expressam:

ANO	NOVAS INSCRIÇÕES	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	1.556				
2017	2.081	+ 525		+ 33,74%	
2018	2.337	+ 256		+ 12,30%	
2019	2.157	- 180		- 7,70%	
2020	1.849	-308	293	- 14,28%	+ 18,83%



INSCRIÇÕES DE ESTAGIÁRIOS

O Regulamento da CPAS estipula que logo que os estagiários (Advogados e Solicitadores/Agentes de Execução) se inscrevam nas respectivas ordens profissionais ficam obrigatoriamente inscritos na CPAS, como Beneficiários.

Sem prejuízo desta obrigação legal de inscrição, em 2020 os Beneficiários estagiários ficaram isentos da obrigação de contribuir durante todo o período de estágio, podendo, facultativamente, iniciar o pagamento de contribuições em qualquer altura do estágio e beneficiar da protecção social assegurada pela CPAS.

Em 2020 foi registada a inscrição de 1.081 Beneficiários estagiários.

No final de 2020, 3.920 Beneficiários estagiários não tinham pagamento de contribuições e 129 encontravam-se a contribuir.

É importante enfatizar que o esforço contributivo dos Beneficiários estagiários é altamente valorizado pelo Regime actualmente em aplicação, pelo que se tem como conveniente que, voluntariamente, estes Beneficiários iniciem o seu percurso contributivo o mais cedo possível.

Por um lado, com o pagamento de contribuições os Beneficiários estagiários ficam imediatamente abrangidos por um (o seu) regime de protecção social, dando início a uma carreira contributiva que lhes dará acesso a uma Pensão de Reforma.

5. BENEFICIÁRIOS

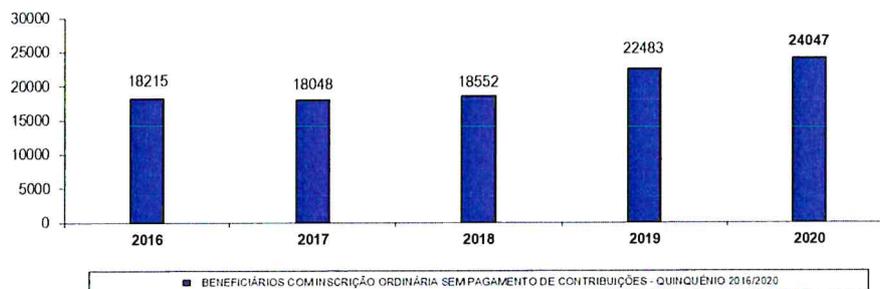
Por outro lado, decorrido um ano de contribuições, os Beneficiários estagiários acedem ao leque de Benefícios imediatos que o Regime também comporta, como, por exemplo, o Benefício de Nascimento, a Participação nas Despesas de Internamento Hospitalar ou o Apoio à Recuperação por Internamento Hospitalar, bem como oferta dos Seguros de Acidentes Pessoais, Assistência Médica Permanente e de Incapacidade Temporário por Doença ou Acidente.

[Handwritten signatures and initials]

BENEFICIÁRIOS COM INSCRIÇÃO ORDINÁRIA SEM PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES

No Exercício de 2020, o número de Beneficiários com inscrição ordinária sem pagamento de contribuições foi de 24.047, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal que adiante se expressam:

BENEFICIÁRIOS COM INSCRIÇÃO ORDINÁRIA SEM PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES					
ANO	BENEFICIÁRIOS	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	18.215				
2017	18.048	- 167		- 0,92%	
2018	18.552	+ 504		+ 2,79%	
2019	22.483	+ 3.931		+ 21,19%	
2020	24.047	+ 1.564	+ 5.832	+ 6,96%	+ 32,02%

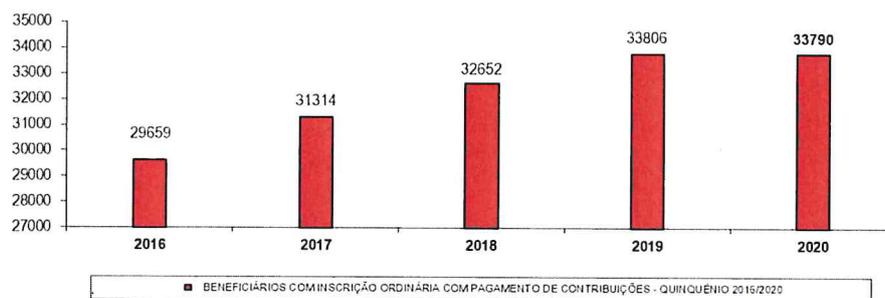


BENEFICIÁRIOS COM INSCRIÇÃO ORDINÁRIA COM PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES

No Exercício de 2020, o número de Beneficiários com inscrição ordinária com pagamento de contribuições foi de 33.790, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal que adiante se expressam:

BENEFICIÁRIOS COM INSCRIÇÃO ORDINÁRIA COM PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES					
ANO	BENEFICIÁRIOS	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	29.659				
2017	31.314	+ 1.655		+ 5,58%	
2018	32.652	+ 1.338		+ 4,27%	
2019	33.806	+ 1.154		+ 3,53%	
2020	33.790	- 16	+ 4.131	- 0,05%	+ 13,93%

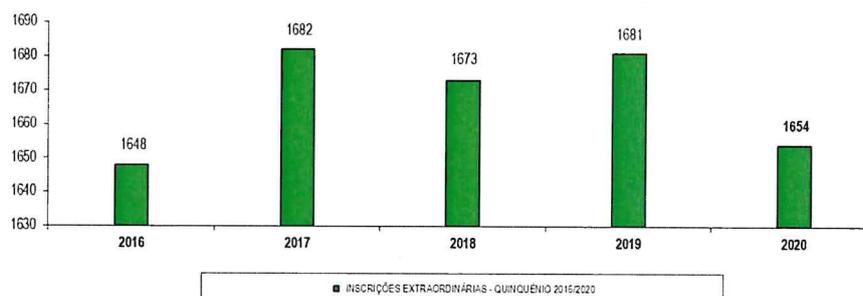
5. BENEFICIÁRIOS



BENEFICIÁRIOS COM INSCRIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

No Exercício de 2020, o cômputo de inscrições extraordinárias foi de 1.654, menos 27 do que em 2019, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal que adiante se expressam:

INSCRIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS					
ANO	ACUMULADO	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	1.648				
2017	1.682	+ 34		+ 2,06%	
2018	1.673	- 9		- 0,54%	
2019	1.681	+ 8		+ 0,48%	
2020	1.654	- 27	+ 6	- 1,61%	+ 0,36%

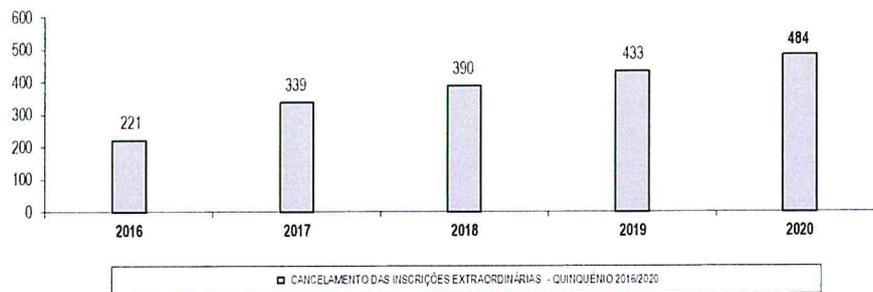


CANCELAMENTO DAS INSCRIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

No Exercício de 2020, verificaram-se mais 51 situações de cancelamento da inscrição extraordinária relativamente ao ano anterior, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal que adiante se expressam:

CANCELAMENTOS DAS INSCRIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS					
ANO	ACUMULADO	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	221				
2017	339	+ 118		+ 53,39%	
2018	390	+ 51		+ 15,04%	
2019	433	+ 43		+ 11,03%	
2020	484	+ 51	+ 263	+ 11,78%	+ 119,00%

5. BENEFICIÁRIOS



REFORMADOS COM PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES

Em 1 de Julho de 2015, com a entrada em vigor do novo Regulamento da CPAS, cessou a obrigação de contribuir para o Sistema após a Reforma [artigo 79.º, nº 4].

Os Beneficiários reformados que em 1 de Julho de 2015 se encontravam a pagar contribuições, puderam continuar a fazê-lo no decurso de 12 meses após a atribuição da última melhoria à Pensão de Reforma [artigo 105.º].

Em 21 de Dezembro de 2018, com a publicação da alteração ao Regulamento da CPAS, o pagamento de contribuições passou a ser obrigatório para todos os Beneficiários reformados até aos 70 anos de idade, que continuem inscritos nas respectivas associações públicas profissionais, sendo, a partir dessa idade, facultativo para todos os restantes Beneficiários reformados que continuem inscritos nas respectivas associações públicas profissionais.

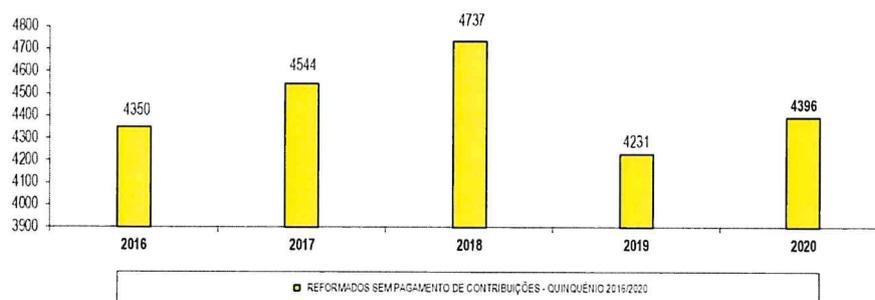
No Exercício de 2020, o número de Beneficiários reformados com pagamento de contribuições foi de 856.

REFORMADOS SEM PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES

No Exercício de 2020, o número de Beneficiários reformados sem pagamento de contribuições foi de 4.396, mais 165 relativamente a 2019, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal que adiante se expressam:

REFORMADOS SEM PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES					
ANO	ACUMULADO	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	4.350				
2017	4.544	+ 194		+ 4,46%	
2018	4.737	+ 193		+ 4,25%	
2019	4.231	- 506		- 10,68%	
2020	4.396	+ 165	+ 46	+ 3,90%	+ 1,06%

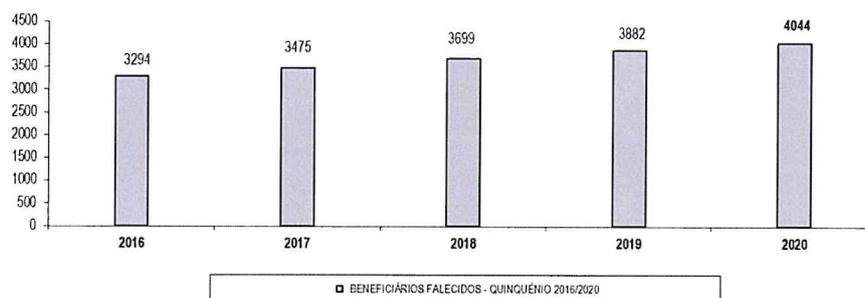
5. BENEFICIÁRIOS



FALECIDOS

No Exercício de 2020 faleceram 162 Beneficiários, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal que adiante se expressam:

UNIVERSO DE BENEFICIÁRIOS FALECIDOS					
ANO	ACUMULADO	VARIAÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	3.294				
2017	3.475	+ 181		+ 5,49%	
2018	3.699	+ 224		+ 6,45%	
2019	3.882	+ 183		+ 4,95%	
2020	4.044	+ 162	+ 750	+ 4,17%	+ 22,77%



O número de Beneficiários falecidos deve ser analisado em sede de impacto na entrada de contribuições e, bem assim, no que concerne aos efeitos nos custos com Pensões.

Se os Beneficiários falecidos, à data do óbito, se encontravam a contribuir, o fenômeno morte gera um impacto redutor na entrada de contribuições.

Em 2020, dos 162 Beneficiários falecidos, 37 Beneficiários eram contribuintes dos quais 1 era reformado ou subsidiado. Em relação aos 125 Beneficiários não contribuintes, 120 eram reformados ou subsidiados.

No que se refere aos custos com Pensões, o número de Beneficiários falecidos provoca efeitos diferentes, havendo que distinguir, entre os Beneficiários falecidos, os que se encontravam em situação de reforma dos que não se encontravam reformados.

O falecimento de Beneficiários reformados não representa uma extinção ou anulação das despesas sociais correspondentes ao valor total das Pensões de Reforma que se extinguem pela morte, isto porque normalmente a Pensão de Reforma reverte para o cônjuge e/ou filhos e/ou ascendentes.

5. BENEFICIÁRIOS

Neste último caso, até à entrada em vigor do novo Regulamento, gerando subsídios de sobrevivência de valor entre o mínimo de 30% e o máximo de 90% da Pensão de Reforma ou entre o mínimo de 10% e o máximo de 90% da Pensão de Reforma, conforme se trate de subsídios atribuídos antes ou após a entrada em vigor das regras estatuídas pelo novo Regulamento.

Por seu turno, em sede de custos sociais com Pensões, o falecimento de Beneficiários não reformados não tem um efeito inerte. Na realidade, no caso de morte dos Beneficiários que tenham completado 70 anos de idade, ainda que não reformados, ou que tenham 10 anos de inscrição na CPAS, com as respectivas contribuições, poderão os seus familiares requerer a atribuição do Subsídio de Sobrevivência.

SÍNTESE DO MOVIMENTO DE BENEFICIÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020

No Exercício de 2020, a síntese do movimento de Beneficiários é a que adiante se expressa:

TIPO DE MOVIMENTO DE BENEFICIÁRIOS	VALOR
Inscrições de novos Beneficiários	1.849
Falecidos	162
Beneficiários com inscrição ordinária com pagamento de contribuições	33.790
Beneficiários com inscrição ordinária sem pagamento de contribuições	24.047
Beneficiários com inscrição extraordinária	1.654
Beneficiários com inscrição extraordinária cancelada	484
Beneficiários reformados sem pagamento de contribuições	4.396
Beneficiários reformados com pagamento de contribuições	856

5. BENEFICIÁRIOS

UNIVERSO GLOBAL DE BENEFICIÁRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

No termo do Exercício de 2020, o peso relativo de Beneficiários, não contribuintes e contribuintes, no universo global de Beneficiários inscritos na CPAS, é o que adiante se expressa:

BENEFICIÁRIOS NÃO CONTRIBUINTES	28.927	44,35%
BENEFICIÁRIOS CONTRIBUINTES	36.300	55,65%
TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	65.227	100,00%

SITUAÇÃO	ANO				
	2016	2017	2018	2019	2020
Beneficiários inscritos	57.387	62.897	65.291	67.393	69.271
Beneficiários falecidos	- 3.294	- 3.475	- 3.699	- 3.882	- 4.044
Beneficiários vivos	54.093	59.422	61.592	63.511	65.227
BENEFICIÁRIOS INSCRITOS NÃO CONTRIBUINTES					
Beneficiários com suspensão provisória dos efeitos da inscrição	1.328	452	0	0	0
Beneficiários ordinários cancelados	16.887	17.596	18.552	19.195	20.127
Beneficiários extraordinários cancelados	221	339	390	433	484
Beneficiários estagiários		2.128	2.255	3.288	3.920
Beneficiários reformados sem pagamento de contribuições	4.350	4.544	4.737	4.231	4.396
Total de Beneficiários sem pagamento de contribuições	22.786	25.059	25.934	27.147	28.927
BENEFICIÁRIOS INSCRITOS CONTRIBUINTES					
Beneficiários com inscrição ordinária	29.659	31.314	32.652	33.806	33.661
Beneficiários com inscrição extraordinária	1.648	1.682	1.673	1.681	1.654
Beneficiários estagiários		1.367	1.333	128	129
Beneficiários reformados com pagamento de contribuições	0	0	0	749	856
Total de Beneficiários com pagamento de contribuições	31.307	34.363	35.658	36.364	36.300

Foi esta base contributiva de 36.300 Beneficiários que suportou os custos de 6.704 Beneficiários pensionistas de reforma e de titulares de Subsídios de Invalidez e de Sobrevivência, o que representa uma relação de 5,415 Beneficiários contribuintes para um Beneficiário pensionista/subsidiado.

5. BENEFICIÁRIOS

Se considerarmos, para efeitos de cálculo do número de Beneficiários contribuintes por Beneficiário pensionista, uma base contributiva que não inclua os Beneficiários reformados com pagamento de contribuições no total de 35.444 Beneficiários contribuintes, a relação de Beneficiários contribuintes para um Beneficiário pensionista/subsidiado é de 5,287.

Tomando em conta que existem 5.082 Beneficiários pensionistas de reforma, neste caso a relação é de 6,974 Beneficiários contribuintes para um Beneficiário pensionista de reforma.

No que concerne à relação Beneficiários contribuintes/pensionistas e Beneficiários subsidiados, o Quinquénio 2016/2020 apresenta a seguinte expressão de evolução:

RELAÇÃO CONTRIBUINTES/PENSIONISTAS E SUBSIDIADOS				
ANO	UNIVERSO DE CONTRIBUINTES	UNIVERSO DE PENSIONISTAS	PERCENTAGEM PENSIONISTAS <i>VERSUS</i> CONTRIBUINTES	NÚMERO DE CONTRIBUINTES POR PENSIONISTA
2016	31.307	5.623	17,96%	5,568
2017	32.996	5.883	17,83%	5,609
2018	34.325	6.132	17,86%	5,598
2019	35.487	6.416	18,08%	5,531
2020	35.444	6.704	18,91%	5,287

A relação entre o número de Beneficiários contribuintes e o número de Beneficiários pensionistas e subsidiados e a relação entre novos Beneficiários contribuintes e novos Beneficiários pensionistas revela no mesmo Quinquénio a seguinte variação:

RELAÇÃO CONTRIBUINTES / PENSIONISTAS E SUBSIDIADOS					
ANO	CONTRIBUINTES		PENSIONISTAS		NÚMERO DE NOVOS CONTRIBUINTES POR NOVO PENSIONISTA
	NÚMERO	VARIAÇÃO	NÚMERO	VARIAÇÃO	
2016	31.307	+ 1.778	5.623	+ 278	6,396 / 1 pensionista
2017	32.996	+ 1.689	5.883	+ 260	6,496 / 1 pensionista
2018	34.325	+ 1.329	6.132	+ 249	5,337 / 1 pensionista
2019	35.487	+ 1.162	6.416	+ 284	4,092 / 1 pensionista
2020	35.444	- 43	6.704	+ 288	- 0,149 / 1 pensionista

A situação no final do Exercício de 2020 apresentava resumidamente a seguinte expressão:

SITUAÇÃO	VALOR
Beneficiários inscritos	65.227
Beneficiários inscritos contribuintes	36.300
Beneficiários inscritos contribuintes (não incluindo reformados)	35.444
Beneficiários pensionistas e subsidiados:	6.704
Reforma	5.082
Invalidez	104
Sobrevivência	1.518

5. BENEFICIÁRIOS

UNIVERSO DE BENEFICIÁRIOS

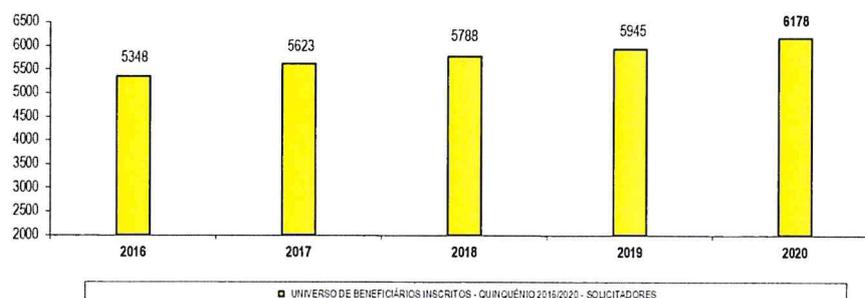
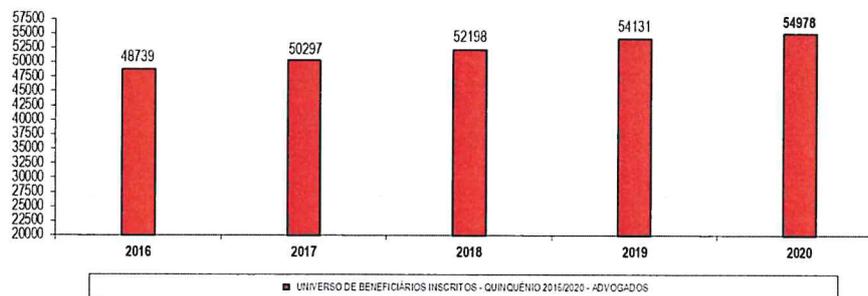
REPARTIÇÃO POR PROFISSÃO

No Exercício de 2020, o universo de Beneficiários repartia-se entre Advogados e Solicitadores conforme se retira dos quadros que adiante se expressam:

UNIVERSO DE BENEFICIÁRIOS – REPARTIÇÃO POR PROFISSÃO		
Beneficiários inscritos	65.227	
Advogados	54.978	84,29%
Estagiários - Advogados	3.181	4,88%
Solicitadores	6.178	9,47%
Estagiários - Solicitadores	868	1,33%
Outras profissões jurídicas	22	0,03%

No Quinquênio e quanto a esta matéria, o universo dos Beneficiários inscritos apresenta-se conforme se retira dos quadros que adiante se expressam

UNIVERSO DE BENEFICIÁRIOS INSCRITOS										
ANO	ADVOGADOS					SOLICITADORES				
	NÚMERO	VARIÇÃO		INCREMENTO		NÚMERO	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	48.739					5.348				
2017	50.297	+ 1.558		+ 3,20%		5.623	+ 275		+ 5,14%	
2018	52.198	+ 1.901		+ 3,78%		5.788	+ 165		+ 2,93%	
2019	54.131	+ 1.933		+ 3,70%		5.945	+ 157		+ 2,71%	
2020	54.978	+ 847	+ 6.239	+ 1,56%	+ 12,80%	6.178	+ 233	+ 830	+ 3,92%	+ 15,52%



5. BENEFICIÁRIOS

REPARTIÇÃO POR GÊNERO

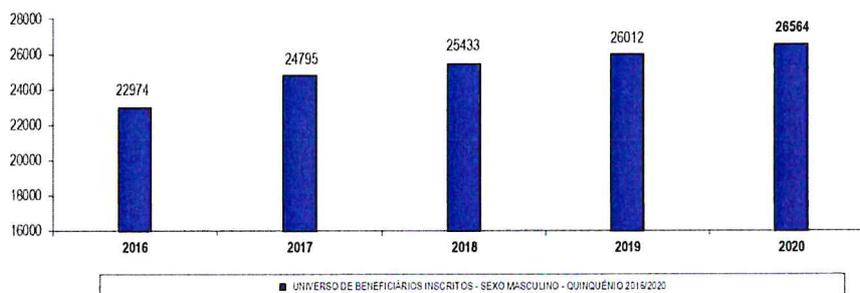
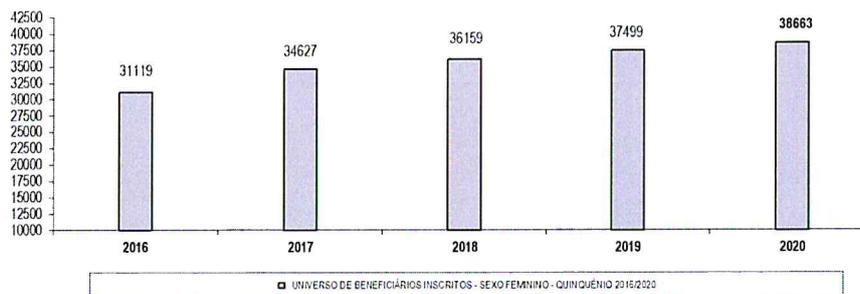
No Exercício de 2020, o universo de Beneficiários inscritos repartiu-se por gênero em conformidade com o que adiante se expressa:

Beneficiários inscritos	65.227	
Mulheres	38.663	59,27%
Homens	26.564	40,73%

No Quinquênio e quanto a esta matéria, o universo dos Beneficiários inscritos apresenta-se conforme se retira dos quadros que adiante se expressam:

UNIVERSO DE BENEFICIÁRIOS INSCRITOS										
ANO	MULHERES					HOMENS				
	NÚMERO	VARIÇÃO		INCREMENTO		NÚMERO	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	31.119					22.974				
2017	34.627	+ 3.508		+ 11,27%		24.795	+ 1.821		+ 7,93%	
2018	36.159	+ 1.532		+ 4,42%		25.433	+ 638		+ 2,57%	
2019	37.499	+ 1.340		+ 3,71%		26.012	+ 579		+ 2,28%	
2020	38.663	+ 1.164	+ 7.544	+ 3,10%	+ 24,24%	26.564	+ 552	+ 3.590	+ 2,12%	+ 15,63%

28

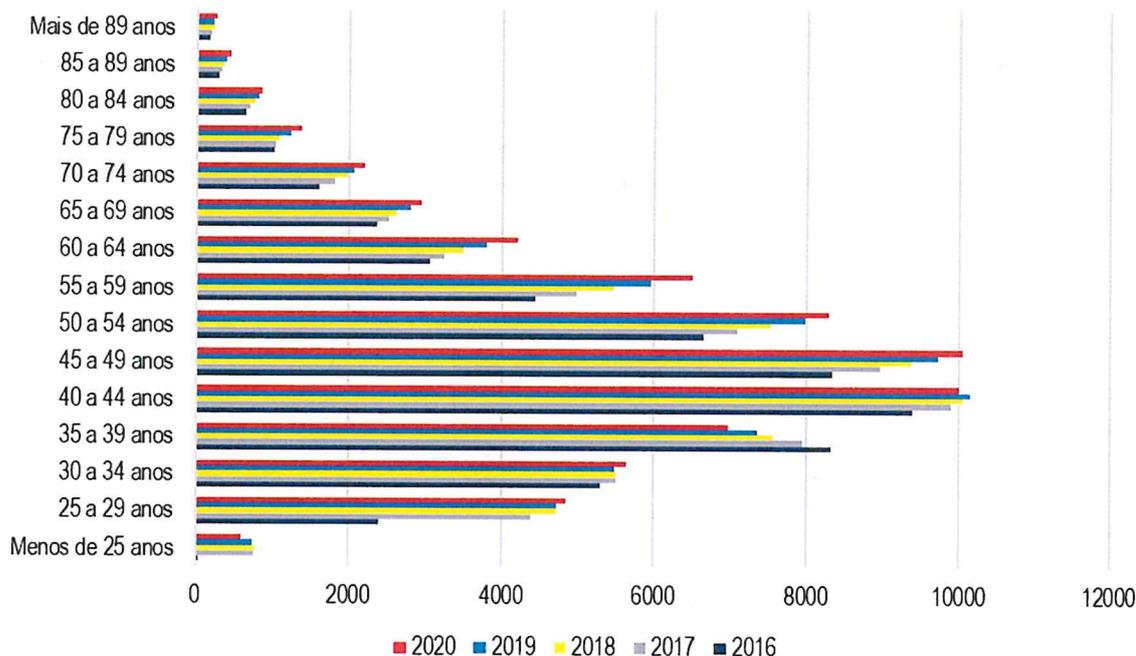


5. BENEFICIÁRIOS

REPARTIÇÃO POR ESCALÃO ETÁRIO

No universo de Beneficiários inscritos, a repartição por Escalão Etário evoluiu no Quinquênio 2016/2020 conforme se retira dos quadros que adiante se expressam:

UNIVERSO DE BENEFICIÁRIOS INSCRITOS					
ESCALÃO ETÁRIO	ANO				
	2016	2017	2018	2019	2020
Menos de 25 anos	38	771	784	742	601
25 a 29 anos	2.399	4.394	4.735	4.730	4.854
30 a 34 anos	5.300	5.508	5.510	5.494	5.648
35 a 39 anos	8.322	7.960	7.571	7.360	6.985
40 a 44 anos	9.394	9.903	10.057	10.147	10.002
45 a 49 anos	8.348	8.963	9.379	9.721	10.043
50 a 54 anos	6.654	7.099	7.532	7.982	8.302
55 a 59 anos	4.447	4.981	5.473	5.964	6.498
60 a 64 anos	3.067	3.247	3.495	3.812	4.217
65 a 69 anos	2.371	2.524	2.631	2.816	2.942
70 a 74 anos	1.613	1.817	1.976	2.071	2.201
75 a 79 anos	1.018	1.029	1.094	1.237	1.380
80 a 84 anos	644	699	759	809	848
85 a 89 anos	296	331	360	402	447
Mais de 89 anos	182	196	236	224	259
TOTAL	54.093	59.422	61.592	63.511	65.227



5. BENEFICIÁRIOS

REPARTIÇÃO DO UNIVERSO DE CONTRIBUINTES POR ESCALÃO CONTRIBUTIVO

No Exercício de 2020, as contribuições são calculadas pela aplicação da taxa de 24% a uma remuneração convencional, de entre escalões contributivos que têm como referência o Indexante Contributivo (IC), que foi de 581,90 Euros para o ano de 2020, ajustado por um factor de correcção de menos 10% (Decreto-Lei n.º 116/2018, de 21 de Dezembro), em conformidade com o que adiante se expressa:

QUADRO ESCALÕES CONTRIBUTIVOS EM 2020			
ESCALÃO RCPAS 1994	ESCALÃO RCPAS 2015	ESCALÃO Decreto-Lei n.º 116/2018, de 21 de Dezembro	CONTRIBUIÇÃO MENSAL
	1.º ESCALÃO	1.º ESCALÃO	31,42 €
	2.º ESCALÃO	2.º ESCALÃO	62,85 €
	3.º ESCALÃO	3.º ESCALÃO	94,27 €
1.º ESCALÃO	4.º ESCALÃO	4.º ESCALÃO	125,69 €
2.º ESCALÃO	5.º ESCALÃO	5.º ESCALÃO	251,38 €
		6.º ESCALÃO	282,80 €
		7.º ESCALÃO	314,23 €
		8.º ESCALÃO	345,65 €
3.º ESCALÃO	6.º ESCALÃO	9.º ESCALÃO	377,07 €
4.º ESCALÃO	7.º ESCALÃO	10.º ESCALÃO	502,76 €
5.º ESCALÃO	8.º ESCALÃO	11.º ESCALÃO	628,45 €
6.º ESCALÃO	9.º ESCALÃO	12.º ESCALÃO	754,14 €
	10.º ESCALÃO	13.º ESCALÃO	879,83 €
7.º ESCALÃO	11.º ESCALÃO	14.º ESCALÃO	1.005,52 €
	12.º ESCALÃO	15.º ESCALÃO	1.131,21 €
8.º ESCALÃO	13.º ESCALÃO	16.º ESCALÃO	1.256,90 €
	14.º ESCALÃO	17.º ESCALÃO	1.382,59 €
9.º ESCALÃO	15.º ESCALÃO	18.º ESCALÃO	1.508,28 €
	16.º ESCALÃO	19.º ESCALÃO	1.633,98 €
	17.º ESCALÃO	20.º ESCALÃO	1.759,67 €
		21.º ESCALÃO	1.822,51 €
10.º ESCALÃO	18.º ESCALÃO	22.º ESCALÃO	1.885,36 €
		23.º ESCALÃO	1.948,20 €
		24.º ESCALÃO	2.011,05 €
		25.º ESCALÃO	2.073,89 €
		26.º ESCALÃO	2.136,74 €

30

A repartição do universo de Beneficiários contribuintes por escalão contributivo evoluiu no Quinquénio 2016/2020 em conformidade com o que adiante se expressa:

UNIVERSO DE CONTRIBUINTES						
ESCALÃO NOVO RCPAS	ESCALÃO Decreto-Lei n.º 116/2018, de 21 de Dezembro	ANO				
		2016	2017	2018	2019	2020
1.º ESCALÃO	1.º ESCALÃO	53	1.346	1.309	104	109
2.º ESCALÃO	2.º ESCALÃO	1.941	2.913	3.588	3.627	2.850
3.º ESCALÃO	3.º ESCALÃO	80	850	1.170	1.873	1.597
4.º ESCALÃO	4.º ESCALÃO	2.557	1.967	2.207	3.028	3.741
5.º ESCALÃO	5.º ESCALÃO	20.348	21.493	22.115	22.521	22.985
	6.º ESCALÃO				266	268
	7.º ESCALÃO				116	124
	8.º ESCALÃO				29	51
6.º ESCALÃO	9.º ESCALÃO	3.874	3.632	3.327	3.025	2.897
7.º ESCALÃO	10.º ESCALÃO	903	835	759	685	646
8.º ESCALÃO	11.º ESCALÃO	524	473	441	410	392
9.º ESCALÃO	12.º ESCALÃO	351	312	283	252	225
10.º ESCALÃO	13.º ESCALÃO	68	57	65	70	70
11.º ESCALÃO	14.º ESCALÃO	191	154	123	101	97
12.º ESCALÃO	15.º ESCALÃO	36	32	31	43	45
13.º ESCALÃO	16.º ESCALÃO	117	93	70	57	54
14.º ESCALÃO	17.º ESCALÃO	11	8	13	13	15
15.º ESCALÃO	18.º ESCALÃO	92	77	53	45	42
16.º ESCALÃO	19.º ESCALÃO	4	6	6	6	9
17.º ESCALÃO	20.º ESCALÃO	3	2	2	5	3
	21.º ESCALÃO				2	1

5. BENEFICIÁRIOS

ESCALÃO NOVO RCPAS	ESCALÃO Decreto-Lei n.º 116/2018, de 21 de Dezembro	ANO				
		2016	2017	2018	2019	2020
18.º ESCALÃO	22.º ESCALÃO	154	113	96	46	38
	23.º ESCALÃO				1	0
	24.º ESCALÃO				4	4
	25.º ESCALÃO				0	0
	26.º ESCALÃO				35	37
TOTAL		31.307	34.363	35.658	36.364	36.300

REPARTIÇÃO DOS ESCALÕES ETÁRIOS DO UNIVERSO DE CONTRIBUINTES POR ESCALÃO CONTRIBUTIVO

No Exercício de 2020, os diversos escalões etários do universo de Beneficiários contribuintes repartiram-se pelas opções de escalão contributivo em conformidade com o que adiante se expressa:

UNIVERSO DE BENEFICIÁRIOS INSCRITOS CONTRIBUINTES																											
OPÇÕES CONTRIBUTIVAS – 2020																											
ESCALÃO ETÁRIO	ESCALÃO																										
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º	13.º	14.º	15.º	16.º	17.º	18.º	19.º	20.º	21.º	22.º	23.º	24.º	25.º	26.º	
Menos de 25 anos	4	30	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	36
25 a 29 anos	30	1.122	604	586	129	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.471
30 a 34 anos	19	485	355	619	2.213	7	1	2	13	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.717
35 a 39 anos	15	338	172	275	3.724	45	11	4	73	14	10	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	4.683
40 a 44 anos	10	353	152	406	5.054	56	35	15	342	73	31	22	4	2	5	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	6.563
45 a 49 anos	9	221	130	348	4.685	53	25	6	572	106	60	26	7	12	10	4	1	3	0	0	0	0	0	0	0	6	6.284
50 a 54 anos	6	128	81	296	3.352	53	20	9	661	153	86	51	15	20	9	12	3	10	3	1	1	7	0	0	0	18	4.995
55 a 59 anos	8	99	44	221	2.306	31	24	7	602	176	100	72	24	30	11	12	4	18	4	1	0	15	0	2	0	8	3.819
60 a 64 anos	6	42	31	313	1.217	17	6	6	441	93	76	44	17	23	10	21	7	6	1	1	0	10	0	1	0	3	2.392
65 a 69 anos	2	23	12	605	218	4	0	2	116	19	15	9	3	7	0	4	0	2	0	0	0	6	0	1	0	1	1.049
70 a 74 anos	0	5	12	56	59	1	1	0	46	5	13	1	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	203
75 a 79 anos	0	3	2	9	19	1	1	0	18	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	56
80 a 84 anos	0	1	1	6	6	0	0	0	8	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24
85 a 89 anos	0	0	0	0	2	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Mais de 89 anos	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Total	109	2.850	1.597	3.741	22.985	268	124	51	2.897	646	392	225	70	97	45	54	15	42	9	3	1	38	0	4	0	37	36.300

5. BENEFICIÁRIOS

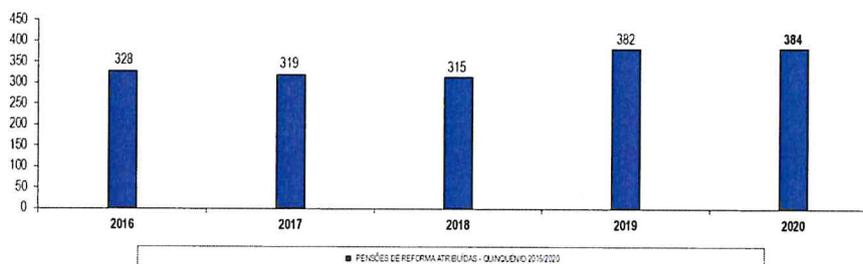
6. PENSÕES E SUBSÍDIOS

PENSÕES DE REFORMA

PENSÕES ATRIBUÍDAS

No Exercício de 2020 o número de Pensões de Reforma atribuídas foi de 384, sendo 246 Pensões de Reforma por idade [65 anos de idade e pelo menos 15 anos de carreira contributiva], 131 Pensões de Reforma por anos de profissão [60 anos de idade e pelo menos 36 anos de carreira contributiva] e 7 Pensões de Reforma por conversão de Subsídios de Invalidez, conforme se retira dos quadros que adiante se expressam:

PENSÕES DE REFORMA					
ANO	PENSÕES ATRIBUÍDAS	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	328				
2017	319	- 9		- 2,74%	
2018	315	- 4		- 1,25%	
2019	382	+ 67		+ 21,27%	
2020	384	+ 2	+ 56	+ 0,52%	+ 17,07%



PENSIONISTAS DE REFORMA

No Exercício de 2020, o número de Beneficiários pensionistas de reforma falecidos foi de 120, em conformidade com o que adiante se expressa:

Beneficiários falecidos com pensão de reforma por idade	94
Beneficiários falecidos com pensão de reforma por anos de profissão	19
Beneficiários falecidos com pensão de reforma reduzida	0
Beneficiários falecidos com pensão de reforma por antecipação	1
Beneficiários falecidos com reforma por conversão de subsídios de invalidez em pensão de reforma	6
Beneficiários falecidos com reforma por invalidez	0
PENSIONISTAS DE REFORMA FALECIDOS NO EXERCÍCIO DE 2020	120

Assim, no final do Exercício de 2020, o total de Beneficiários pensionistas de reforma passou a ser de 5.082, em conformidade com o que adiante se expressa:

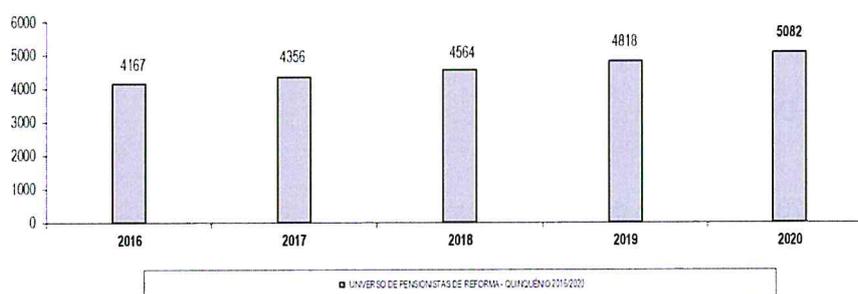
6. PENSÕES E SUBSÍDIOS

PENSIONISTAS DE REFORMA	TOTAL EM 31/12/2019*	PENSÕES ATRIBUÍDAS EM 2020	FALECIDOS EM 2020	TOTAL EM 31/12/2020 *
PENSÕES DE REFORMA POR IDADE [65 anos de idade e 15 anos de carreira contributiva]	3.338	+ 246	- 94	3.490
PENSÕES DE REFORMA POR ANOS DE PROFISSÃO [60 anos de idade e 36 anos de carreira contributiva]	1.294	+ 131	- 19	1.406
PENSÕES DE REFORMA REDUZIDA [ARTIGO 20.º da PORTARIA N.º 487/83, de 27 de Abril]	1	0	0	1
PENSÕES DE REFORMA POR ANTECIPAÇÃO [ARTIGO 22.º da PORTARIA N.º 487/83, de 27 de Abril]	8	0	- 1	7
PENSÕES DE REFORMA POR CONVERSÃO DE SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ EM PENSÃO DE REFORMA	174	+ 7	- 6	175
PENSÕES DE REFORMA POR INVALIDEZ	3	0	- 0	3
TOTAL DE PENSIONISTAS DE REFORMA	4.818	+ 384	- 120	5.082

*Existe uma diferença de 2 Beneficiários entre este quadro e o quadro constante do Relatório Actuarial causada por pensões que se encontram deliberadas e atribuídas em 2020, mas que apenas se iniciará o seu pagamento em 2021

No que respeita à evolução do universo de Beneficiários pensionistas de reforma, a evolução Quinquenal comportou-se em conformidade com o que se retira dos quadros que adiante se expressam:

UNIVERSO DE PENSIONISTAS DE REFORMA					
ANO	TOTAL DE PENSIONISTAS DE REFORMA	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	4.167				
2017	4.356	+ 189		+ 4,54%	
2018	4.564	+ 208		+ 4,78%	
2019	4.818	+ 254		+ 5,57%	
2020	5.082	+ 264	+ 915	+ 5,48%	+ 21,96%



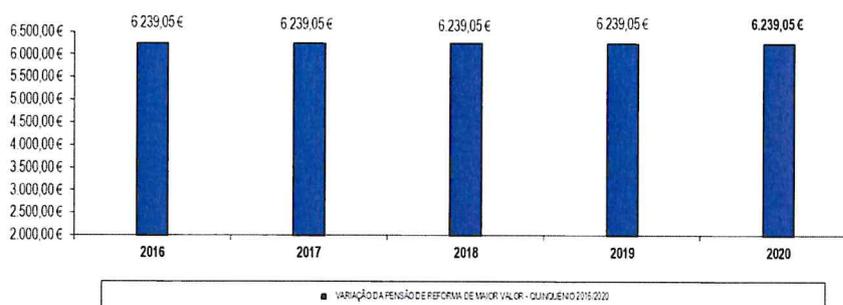
Sublinha-se que não foi apenas o número de Pensões de Reforma atribuídas em cada exercício que variou e o universo de Beneficiários pensionistas de reforma que cresceu, mas foi também o montante mensal das Pensões de Reforma que evoluiu.

No Exercício de 2020 a Pensão de Reforma de maior valor foi de 6.239,05 Euros/mês.

6. PENSÕES E SUBSÍDIOS

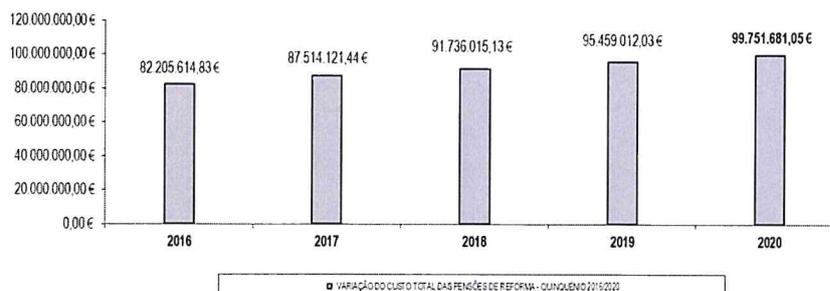
Em relação a esta matéria evidencia-se a evolução das Pensões de Reforma de maior valor mensal no Quinquênio, conforme se retira dos quadros que adiante se expressam:

PENSÕES DE REFORMA DE MAIOR VALOR					
ANO	VALOR MENSAL	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	6.239,05 €				
2017	6.239,05 €	0,00 €		+ 0,00%	
2018	6.239,05 €	0,00 €		+ 0,00%	
2019	6.239,05 €	0,00 €		+ 0,00%	
2020	6.239,05 €	0,00 €	+ 0,00 €	+ 0,00%	+ 0,00%



Também o custo total das Pensões de Reforma aumentou, tendo atingido no Exercício de 2020 o montante de 99.751.681,05 Euros, conforme se retira dos quadros da evolução Quinquenal que adiante se expressam:

CUSTO TOTAL DAS PENSÕES DE REFORMA					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	82.205.614,83 €				
2017	87.514.121,44 €	+ 5.308.506,61 €		+ 6,46%	
2018	91.736.015,13 €	+ 4.221.893,69 €		+ 4,82%	
2019	95.459.012,03 €	+ 3.722.996,90 €		+ 4,06%	
2020	99.751.681,05 €	+ 4.292.669,02 €	+ 17.546.066,22 €	+ 4,50%	+ 21,34%



6. PENSÕES E SUBSÍDIOS

O custo total das Pensões de Reforma pagas em 2020 foi, pois, de 99.751.681,05 Euros, o que representa um incremento de 4.292.669,02 Euros no ano de 2020 e um acréscimo de 17.546.066,22 Euros no Quinquénio.

A distribuição do número de Beneficiários pensionistas de reforma pelos diversos níveis de valor da Pensão de Reforma teve a seguinte evolução no Quinquénio 2016/2020:

INTERVALOS	PENSIONISTAS DE REFORMA									
	2016		2017		2018		2019		2020	
Entre 0,00 € e 500,00 €	959	23,01%	993	22,80%	1.051	23,03%	1.141	23,68%	1.216	23,93%
Entre 500,01 € e 750,00 €	636	15,26%	648	14,88%	678	14,86%	703	14,59%	738	14,52%
Entre 750,01 € e 1000,00 €	544	13,05%	559	12,83%	587	12,86%	608	12,62%	651	12,81%
Entre 1.000,01 € e 1.250,00 €	390	9,36%	416	9,55%	427	9,36%	450	9,34%	467	9,19%
Entre 1.250,01 € e 1.500,00 €	256	6,14%	263	6,04%	270	5,92%	295	6,12%	306	6,02%
Entre 1.500,01 € e 1.750,00 €	199	4,78%	210	4,82%	225	4,93%	232	4,82%	251	4,94%
Entre 1.750,01 € e 2.000,00 €	157	3,77%	166	3,81%	174	3,81%	186	3,86%	199	3,92%
Entre 2.000,01 € e 2.250,00 €	125	3,00%	138	3,17%	148	3,24%	165	3,42%	171	3,36%
Entre 2.250,01 € e 2.500,00 €	105	2,52%	119	2,73%	128	2,80%	134	2,78%	147	2,89%
Entre 2.500,01 € e 2.750,00 €	99	2,38%	104	2,39%	111	2,43%	117	2,43%	122	2,40%
Entre 2.750,01 € e 3.000,00 €	95	2,28%	100	2,30%	103	2,26%	105	2,18%	108	2,13%
Entre 3.000,01 € e 3.250,00 €	92	2,21%	104	2,39%	111	2,43%	117	2,43%	124	2,44%
Entre 3.250,01 € e 3.500,00 €	74	1,78%	78	1,79%	86	1,88%	89	1,85%	97	1,91%
Entre 3.500,01 € e 3.750,00 €	90	2,16%	96	2,20%	95	2,08%	100	2,08%	101	1,99%
Entre 3.750,01 € e 4.000,00 €	73	1,75%	77	1,77%	79	1,73%	81	1,68%	85	1,67%
Maiores que 4.000,01 €	273	6,55%	285	6,54%	291	6,38%	295	6,12%	299	5,88%
TOTAL	4.167	100,00%	4.356	100,00%	4.564	100,00%	4.818	100,00%	5.082	100,00%

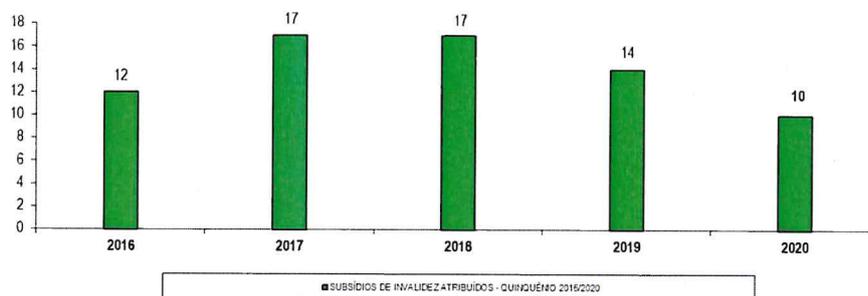
6. PENSÕES E SUBSÍDIOS

SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ

SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS

No Exercício de 2020 foram atribuídos 10 novos Subsídios de Invalidez, conforme se retira dos quadros da evolução Quinquenal que adiante se expressam:

SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ					
ANO	SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	12				
2017	17	+ 5		+ 41,67%	
2018	17	0		0,00%	
2019	14	- 3		- 17,65%	
2020	10	- 4	- 2	- 28,57%	- 16,67%



TITULARES DE SUBSÍDIO DE INVALIDEZ

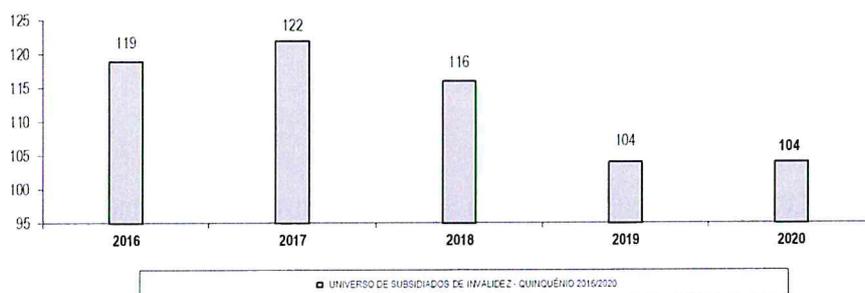
No Exercício de 2020, o número de Subsídios de Invalidez extintos foi de 3.

No mesmo período, 7 Subsídios de Invalidez converteram-se em Pensões de Reforma.

O total destes Beneficiários subsidiados passou, pois, a ser de 104, conforme se retira dos quadros da evolução Quinquenal que adiante se expressam:

UNIVERSO DE TITULARES DE SUBSÍDIO DE INVALIDEZ					
ANO	TOTAL DE SUBSIDIADOS DE INVALIDEZ	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	119				
2017	122	+ 3		+ 2,52%	
2018	116	- 6		- 4,92%	
2019	104	- 12		- 10,34%	
2020	104	0	- 15	0,00%	- 12,61%

6. PENSÕES E SUBSÍDIOS



O Subsídio de Invalidez de maior valor foi de 3.439,81 Euros/mês, conforme se retira dos quadros da evolução Quinquenal que adiante se expressam:

SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ DE MAIOR VALOR					
ANO	VALOR MENSAL	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	4.968,45 €				
2017	4.863,19 €	- 105,26 €		- 2,12%	
2018	4.863,19 €	0,00 €		0,00%	
2019	3.439,81 €	- 1.423,38 €		- 29,27%	
2020	3.439,81 €	0,00 €	- 1.528,64 €	0,00%	- 30,77%

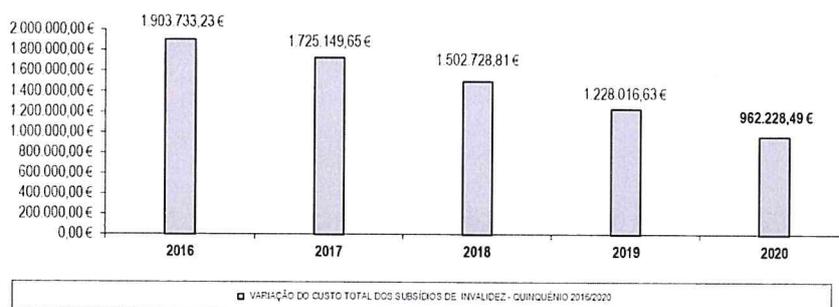
38



No Exercício de 2020, o custo total dos Subsídios de Invalidez pagos atingiu 962.228,49 Euros, conforme se retira dos quadros da evolução Quinquenal que adiante se expressam:

CUSTO TOTAL DOS SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ PAGOS					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	1.903.733,23 €				
2017	1.725.149,65 €	- 178.583,58 €		- 9,38%	
2018	1.502.728,81 €	- 222.420,84 €		- 12,89%	
2019	1.228.016,63 €	- 274.712,18 €		- 18,28%	
2020	962.228,49 €	- 265.788,14 €	- 941.504,74 €	- 21,64%	- 49,46%

6. PENSÕES E SUBSÍDIOS



A distribuição do número de Beneficiários subsidiados de invalidez pelos diversos níveis de valor de Subsídio de Invalidez teve a seguinte evolução no Quinquênio 2016/2020 que adiante se expressa:

INTERVALOS	SUBSIDIADOS DE INVALIDEZ									
	2016		2017		2018		2019		2020	
Entre 0,00 € e 500,00 €	39	32,77%	44	36,07%	49	42,24%	49	47,12%	54	51,92%
Entre 500,00 € e 750,00 €	26	21,85%	27	22,13%	25	21,55%	26	25,00%	23	22,12%
Entre 750,00 € e 1.000,00 €	11	9,24%	12	9,84%	11	9,48%	10	9,62%	10	9,62%
Entre 1.000,00 € e 1.250,00 €	14	11,76%	13	10,66%	11	9,48%	8	7,69%	8	7,69%
Entre 1.250,00 € e 1.500,00 €	6	5,04%	5	4,10%	4	3,45%	5	4,81%	5	4,81%
Entre 1.500,00 € e 2.000,00 €	5	4,20%	6	4,92%	5	4,31%	2	1,92%	1	0,96%
Entre 2.000,00 € e 2.500,00 €	7	5,88%	4	3,28%	4	3,45%	2	1,92%	0	0,00%
Maiores que 2.500,00 €	11	9,24%	11	9,02%	7	6,03%	2	1,92%	1	0,96%
TOTAL	119	100,00%	122	100,00%	116	100,00%	104	100,00%	104	100,00%

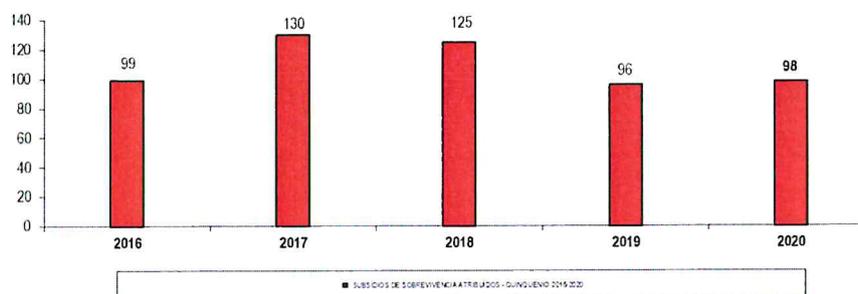
6. PENSÕES E SUBSÍDIOS

SUBSÍDIOS DE SOBREVIVÊNCIA

SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS

No Exercício de 2020, o número de Subsídios de Sobrevivência atribuídos foi de 98, conforme se retira dos quadros da evolução Quinquenal que adiante se expressam:

SUBSÍDIOS DE SOBREVIVÊNCIA					
ANO	SUBSÍDIOS DE SOBREVIVÊNCIA ATRIBUÍDOS	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	99	- 3		- 2,94%	
2017	130	+ 31		+ 31,31%	
2018	125	- 5		- 3,85%	
2019	96	- 29		- 23,20%	
2020	98	+ 2	+ 2,08%	+ 2,08%	- 1,01%



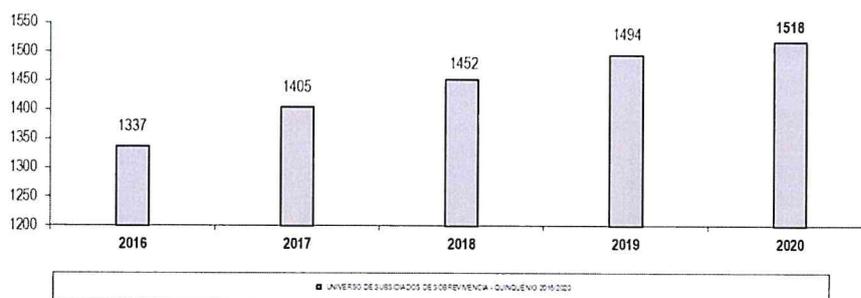
40

TITULARES DE SUBSÍDIO DE SOBREVIVÊNCIA

No Exercício de 2020, o número de Beneficiários subsidiados de sobrevivência que cessaram o seu direito ao Subsídio de Sobrevivência, por morte ou outra causa, foi de 74, tendo o total destes Beneficiários subsidiados passado a ser de 1.518, conforme se retira dos quadros da evolução Quinquenal que adiante se expressam:

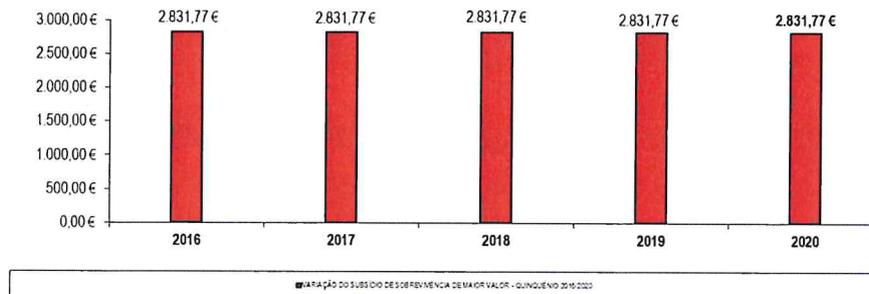
UNIVERSO DE TITULARES DE SUBSÍDIO DE SOBREVIVÊNCIA					
ANO	SUBSIDIADOS DE SOBREVIVÊNCIA	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	1.337				
2017	1.405	+ 68		+ 5,09%	
2018	1.452	+ 47		+ 3,35%	
2019	1.494	+ 42		+ 2,89%	
2020	1.518	+ 24	+ 181	+ 1,61%	+ 13,54%

6. PENSÕES E SUBSÍDIOS



No Exercício de 2020, o Subsídio de Sobrevivência de maior valor foi de 2.831,77 Euros/mês, conforme se retira dos quadros da evolução Quinquenal que adiante se expressam:

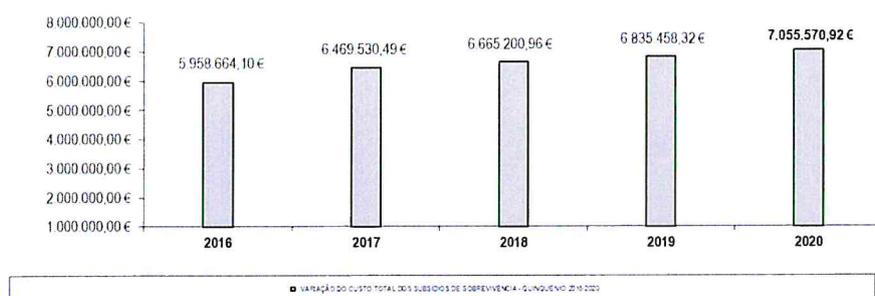
SUBSÍDIOS DE SOBREVIVÊNCIA DE MAIOR VALOR					
ANO	VALOR MENSAL	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	2.831,77 €				
2017	2.831,77 €	+ 0,00 €		0,00%	
2018	2.831,77 €	+ 0,00 €		0,00%	
2019	2.831,77 €	+ 0,00 €		0,00%	
2020	2.831,77 €	+ 0,00 €	+ 0,00 €	0,00%	0,00%



No Exercício de 2020, o custo total dos Subsídios de Sobrevivência atingiu 7.055.570,92 Euros, conforme se retira dos quadros da evolução Quinquenal que adiante se expressam:

CUSTO TOTAL DE SUBSÍDIOS DE SOBREVIVÊNCIA PAGOS					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	5.958.664,10 €				
2017	6.469.530,49 €	+ 510.866,39 €		+ 8,57%	
2018	6.665.200,96 €	+ 195.670,47 €		+ 3,02%	
2019	6.835.458,32 €	+ 170.257,36 €		+ 2,55%	
2020	7.055.570,92 €	+ 220.112,60 €	+ 1.096.906,82 €	+ 3,22%	18,41%

6. PENSÕES E SUBSÍDIOS



A distribuição do número de Beneficiários subsidiados de sobrevivência pelos diversos níveis de valor de Subsídio de Sobrevivência teve a seguinte evolução no Quinquênio 2016/2020 que adiante se expressa:

INTERVALOS	SUBSIDIADOS DE SOBREVIVÊNCIA									
	2016		2017		2018		2019		2020	
Entre 0,00 € e 500,00 €	1.126	84,22%	1.170	83,27%	1.206	83,06%	1.247	83,47%	1260	83,00%
Entre 500,00 € e 750,00 €	101	7,55%	112	7,97%	122	8,40%	122	8,17%	126	8,30%
Entre 750,00 € e 1.000,00 €	32	2,39%	36	2,56%	38	2,62%	41	2,74%	43	2,83%
Entre 1.000,00 € e 1.250,00 €	31	2,32%	34	2,42%	32	2,20%	32	2,14%	33	2,17%
Entre 1.250,00 € e 1.500,00 €	14	1,05%	16	1,14%	16	1,10%	16	1,07%	18	1,19%
Entre 1.500,00 € e 1.750,00 €	11	0,82%	11	0,78%	11	0,76%	11	0,74%	12	0,79%
Entre 1.750,00 € e 2.000,00 €	8	0,60%	9	0,64%	9	0,62%	8	0,54%	8	0,53%
Entre 2.000,00 € e 2.250,00 €	5	0,37%	7	0,50%	7	0,48%	7	0,47%	7	0,46%
Maiores que 2.250,00 €	9	0,67%	10	0,71%	11	0,76%	10	0,67%	11	0,73%
TOTAL	1.337	100,00%	1.405	100,00%	1.452	100,00%	1.494	100,00%	1.518	100,00%

42

SÍNTESE DO UNIVERSO DE BENEFICIÁRIOS PENSIONISTAS E DE SUBSIDIADOS, DAS PENSÕES E SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS EM 2020 E RESPECTIVO CUSTO

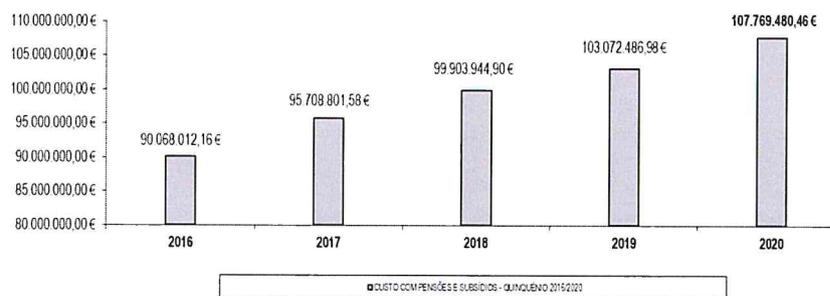
No Exercício de 2020, o Universo de Beneficiários pensionistas e subsidiados, o número de Pensões e Subsídios atribuídos e o custo com Pensões e Subsídios, apresentam a seguinte expressão:

UNIVERSO DE PENSIONISTAS E SUBSIDIADOS		PENSÕES E SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS		CUSTO COM PENSÕES E SUBSÍDIOS	
Reforma	5.082	Reforma	384	Reforma	99.751.681,05 €
Invalidez	104	Invalidez	10	Invalidez	962.228,49 €
Sobrevivência	1.518	Sobrevivência	98	Sobrevivência	7.055.570,92 €
Universo de pensionistas e subsidiados	6.704	Total	492	Total	107.769.480,46 €

6. PENSÕES E SUBSÍDIOS

No Exercício de 2020, o custo com Pensões e Subsídios atingiu 107.769.480,46 Euros, conforme se retira dos quadros da evolução Quinquenal que adiante se expressam:

CUSTO COM PENSÕES E SUBSÍDIOS					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	90.068.012,16 €				
2017	95.708.801,58 €	+ 5.640.789,42 €		+ 6,26%	
2018	99.903.944,90 €	+ 4.195.143,32 €		+ 4,38%	
2019	103.072.486,98 €	+ 3.168.542,08 €		+ 3,17%	
2020	107.769.480,46 €	+ 4.696.993,48 €	+ 17.701.468,30 €	+ 4,56%	+ 19,65%



6. PENSÕES E SUBSÍDIOS

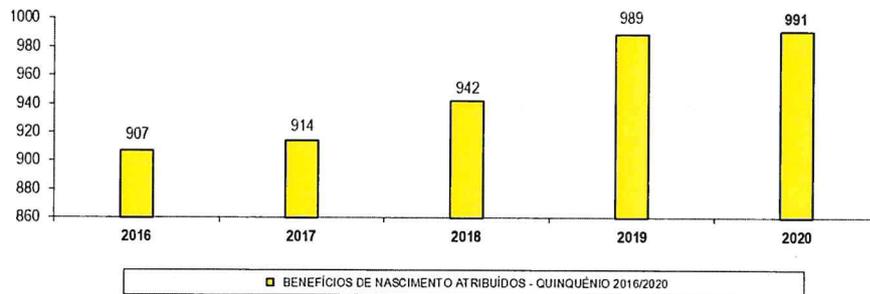
7. BENEFÍCIOS IMEDIATOS

BENEFÍCIOS

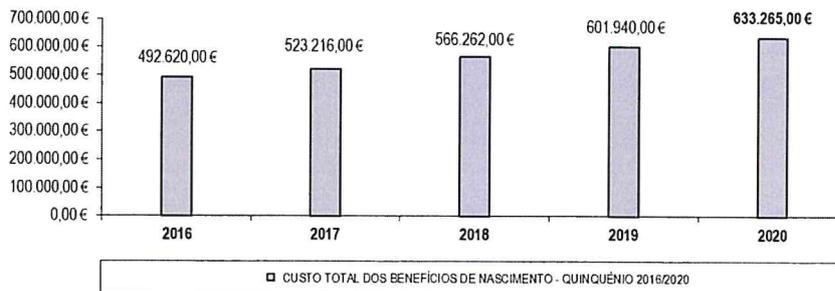
BENEFÍCIO DE NASCIMENTO

No Exercício de 2020 foram atribuídos 991 Benefícios de Nascimento cujo custo respectivo atingiu 633.265,00 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

BENEFÍCIO DE NASCIMENTO					
ANO	BENEFÍCIOS ATRIBUÍDOS	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	907				
2017	914	+ 7		+ 0,77%	
2018	942	+ 28		+ 3,06%	
2019	989	+ 47		+ 4,99%	
2020	991	+ 2	+ 84	+ 0,20%	+ 9,26%



CUSTO TOTAL DO BENEFÍCIO DE NASCIMENTO					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	492.620,00 €				
2017	523.216,00 €	+ 30.596,00 €		+ 6,21%	
2018	566.262,00 €	+ 43.046,00 €		+ 8,23%	
2019	601.940,00 €	+ 35.678,00 €		+ 6,30%	
2020	633.265,00 €	+ 31.325,00 €	+ 140.645,00 €	+ 5,20%	+ 28,55%

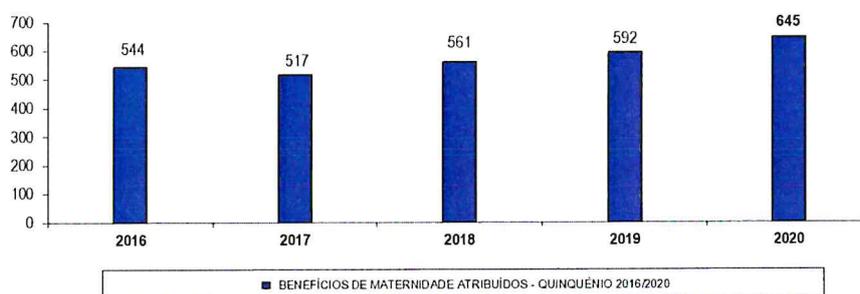


7. BENEFÍCIOS IMEDIATOS

BENEFÍCIO DE MATERNIDADE

No Exercício de 2020 foram atribuídos 645 Benefícios de Maternidade cujo custo respectivo atingiu 1.568.597,20 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

BENEFÍCIO DE MATERNIDADE					
ANO	BENEFÍCIOS ATRIBUÍDOS	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	544				
2017	517	- 27		- 4,96%	
2018	561	+ 44		+ 8,51%	
2019	592	+ 31		+ 5,53%	
2020	645	+ 53	+ 101	+ 8,95%	+ 18,57%



46

CUSTO TOTAL DO BENEFÍCIO DE MATERNIDADE					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	1.012.985,00 €				
2017	1.117.290,60 €	+ 104.305,60 €		+ 10,30%	
2018	1.345.638,40 €	+ 228.347,80 €		+ 20,44%	
2019	1.373.525,50 €	+ 27.887,10 €		+ 2,07%	
2020	1.568.597,20 €	+ 195.071,70 €	+ 555.612,20 €	+ 14,20%	+ 54,85%

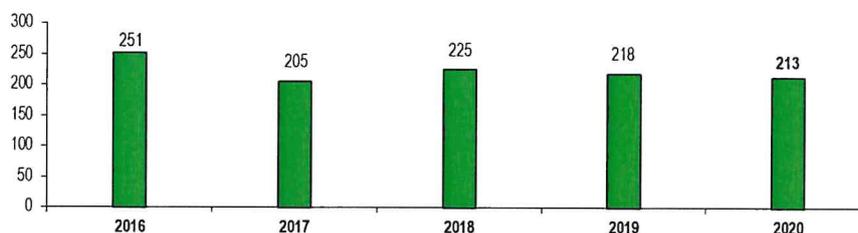


7. BENEFÍCIOS IMEDIATOS

COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DE INTERNAMENTO HOSPITALAR POR MATERNIDADE

No Exercício de 2020 foram atribuídas 213 Comparticipações nas Despesas de Internamento Hospitalar por Maternidade, cujo custo respectivo atingiu 67.184,68 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

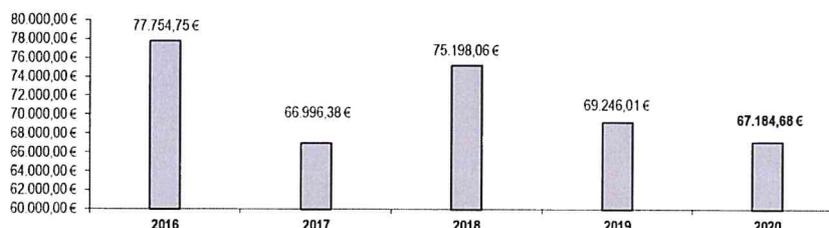
COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DE INTERNAMENTO HOSPITALAR POR MATERNIDADE					
ANO	BENEFÍCIOS ATRIBUÍDOS	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	251				
2017	205	- 46		- 18,33%	
2018	225	+ 20		+ 9,76%	
2019	218	- 7		- 3,11%	
2020	213	- 5	- 38	- 2,29%	- 15,14%



■ COMP. NAS DESPESAS DE INT. HOSPITALAR POR MATERNIDADE ATRIBUÍDAS - QUINQUÊNIO 2016/2020

47

CUSTO TOTAL DA COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DE INTERNAMENTO HOSPITALAR POR MATERNIDADE					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	77.754,75 €				
2017	66.996,38 €	- 10.758,37 €		- 13,84%	
2018	75.198,06 €	+ 8.201,68 €		+ 12,24%	
2019	69.246,01 €	- 5.952,05 €		- 7,92%	
2020	67.184,68 €	- 2.061,33 €	- 10.570,07 €	- 2,98%	- 13,59%



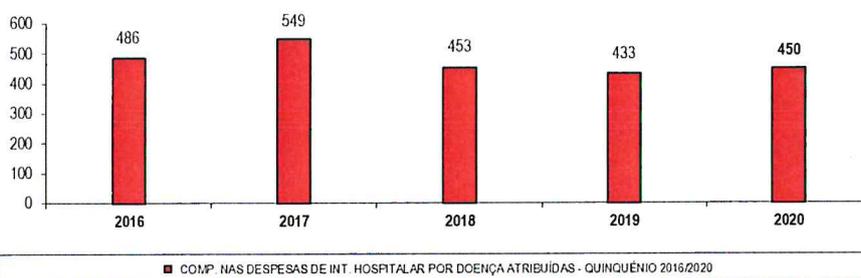
□ CUSTO TOTAL DAS COMP. NAS DESPESAS DE INT. HOSPITALAR POR MATERNIDADE - QUINQUÊNIO 2016/2020

7. BENEFÍCIOS IMEDIATOS

COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DE INTERNAMENTO HOSPITALAR POR DOENÇA

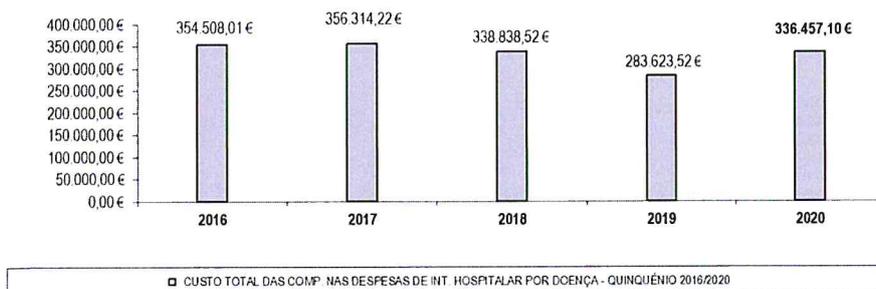
No Exercício de 2020 foram atribuídas 450 Comparticipações nas Despesas de Internamento Hospitalar por Doença, cujo custo respectivo atingiu 336.457,10 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DE INTERNAMENTO HOSPITALAR POR DOENÇA					
ANO	BENEFÍCIOS ATRIBUÍDOS	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	486				
2017	549	+ 63		+ 12,96%	
2018	453	- 96		- 17,49%	
2019	433	- 20		- 4,42%	
2020	450	+ 17	- 36	+ 3,93%	- 7,41%



48

CUSTO TOTAL DA COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DE INTERNAMENTO HOSPITALAR POR DOENÇA					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	354.508,01 €				
2017	356.314,22 €	+ 1.806,21 €		+ 0,51%	
2018	338.838,52 €	- 17.475,70 €		- 4,90%	
2019	283.623,52 €	- 55.215,00 €		- 16,30%	
2020	336.457,10 €	+ 52.833,58 €	- 18.050,91 €	+ 18,63%	- 5,09%

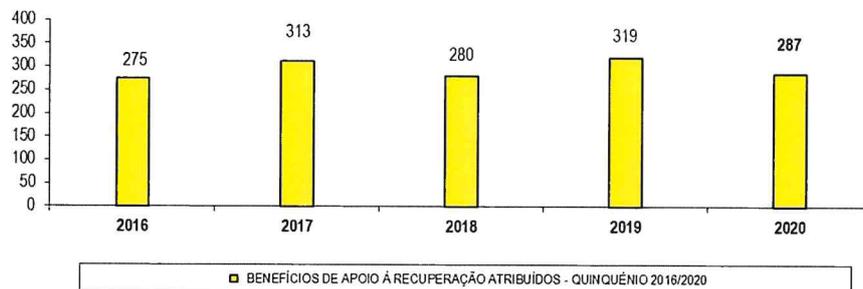


7. BENEFÍCIOS IMEDIATOS

BENEFÍCIO DE APOIO À RECUPERAÇÃO

No Exercício de 2020 foram atribuídos 287 Benefícios de Apoio à Recuperação, cujo custo respectivo atingiu 251.380,00 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

BENEFÍCIO DE APOIO À RECUPERAÇÃO					
ANO	BENEFÍCIOS ATRIBUÍDOS	VARIAÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	275				
2017	313	+ 38		+ 13,82%	
2018	280	- 33		- 10,54%	
2019	319	+ 39		+ 13,93%	
2020	287	- 32	+ 12	- 10,03%	+ 4,36%



CUSTO TOTAL DO BENEFÍCIO DE APOIO À RECUPERAÇÃO					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIAÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	211.500,00 €				
2017	266.876,00 €	+ 55.376,00 €		+ 26,18%	
2018	235.268,00 €	- 31.608,00 €		- 11,84%	
2019	260.980,00 €	+ 25.712,00 €		+ 10,93%	
2020	251.380,00 €	- 9.600,00 €	+ 39.880,00 €	- 3,68%	+ 18,86%



7. BENEFÍCIOS IMEDIATOS

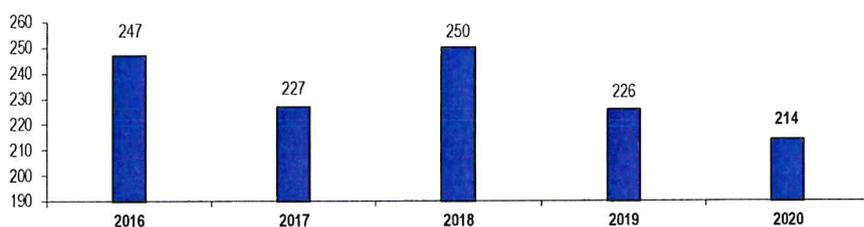
Handwritten signature and initials

COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E MEDICAMENTOSA

No Exercício de 2020 foram atribuídas 214 Comparticipações nas Despesas de Assistência Médica e Medicamentosa e Meios Auxiliares de Diagnóstico, cujo custo respectivo atingiu 24.407,99 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

Handwritten initials

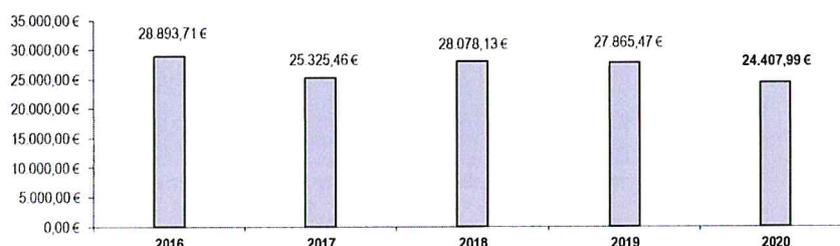
COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E MEDICAMENTOSA					
ANO	BENEFÍCIOS ATRIBUÍDOS	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	247				
2017	227	- 20		- 8,10%	
2018	250	+ 23		+ 10,13%	
2019	226	- 24		- 9,60%	
2020	214	- 12	- 33	- 5,31%	- 13,36%



■ COMP. DESPESAS DE ASSIST. MÉDICA E MEDICAMENTOSA ATRIBUÍDAS - QUINQUÊNIO 2016/2020

50

CUSTO TOTAL DA COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E MEDICAMENTOSA					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	28.893,71 €				
2017	25.325,46 €	- 3.568,25 €		- 12,35%	
2018	28.078,13 €	+ 2.752,67 €		+ 10,87%	
2019	27.865,47 €	- 212,66 €		- 0,76%	
2020	24.407,99 €	- 3.457,48 €	- 4.485,72 €	- 12,41%	- 15,52%



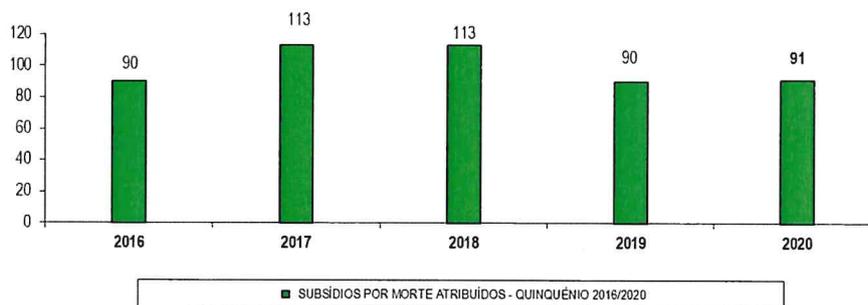
■ CUSTO TOTAL DAS COMP. NAS DESPESAS DE ASSIST. MÉDICA E MEDICAMENTOSA - QUINQUÊNIO 2016/2020

7. BENEFÍCIOS IMEDIATOS

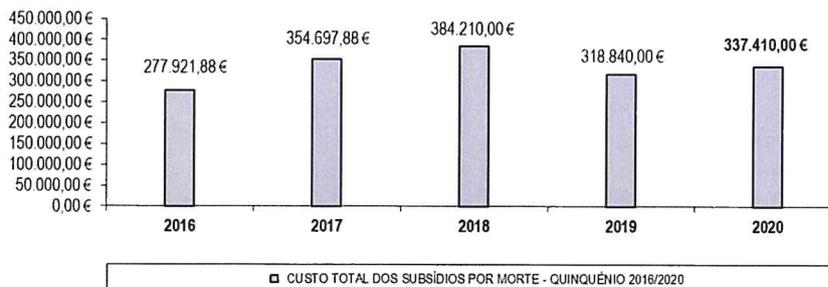
SUBSÍDIO POR MORTE

No Exercício de 2020 foram atribuídos 91 Subsídios por Morte, cujo custo respectivo atingiu 337.410,00 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

SUBSÍDIO POR MORTE					
ANO	SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	90				
2017	113	+ 23		+ 25,56%	
2018	113	0		0,00%	
2019	90	- 23		- 20,35%	
2020	91	+ 1	+ 1	+ 1,11%	+ 1,11%



CUSTO TOTAL DO SUBSÍDIO POR MORTE					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	277.921,88 €				
2017	354.697,88 €	+ 76.776,00 €		+ 27,63%	
2018	384.210,00 €	+ 29.512,12 €		+ 8,32%	
2019	318.840,00 €	- 65.370,00 €		- 17,01%	
2020	337.410,00 €	+ 18.570,00 €	+ 59.488,12 €	+ 5,82%	+ 21,40%



7. BENEFÍCIOS IMEDIATOS

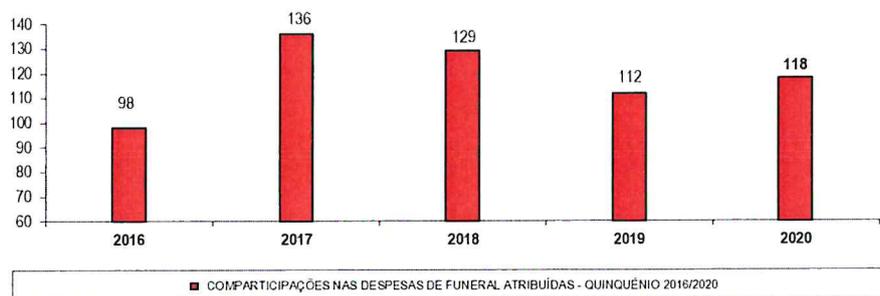
Handwritten signature and initials

COMPARTICIPAÇÃO EM DESPESAS DE FUNERAL

No Exercício de 2020 foram atribuídas 118 Comparticipações em Despesas de Funeral, cujo custo respectivo atingiu 52.647,44 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

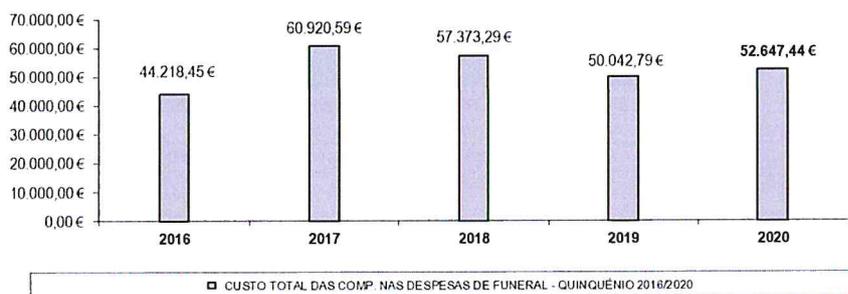
Handwritten initials and signature

COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DE FUNERAL					
ANO	COMPARTICIPAÇÕES ATRIBUÍDAS	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	98				
2017	136	+ 38		+ 38,78%	
2018	129	- 7		- 5,15%	
2019	112	- 17		- 13,18%	
2020	118	+ 6	+ 20	+ 5,36%	+ 20,41%



52

CUSTO TOTAL DA COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DE FUNERAL					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	44.218,45 €				
2017	60.920,59 €	+ 16.702,14 €		+ 37,77%	
2018	57.373,29 €	- 3.547,30 €		- 5,82%	
2019	50.042,79 €	- 7.330,50 €		- 12,78%	
2020	52.647,44 €	+ 2.604,65 €	+ 8.428,99 €	+ 5,20%	+ 19,06%



7. BENEFÍCIOS IMEDIATOS

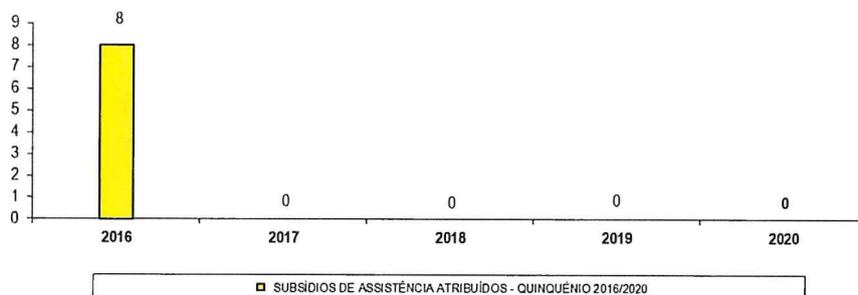
Handwritten signatures and initials

SUBSÍDIO DE ASSISTÊNCIA

No Exercício de 2020 manteve-se o pagamento de 3 Subsídios de Assistência no âmbito do Fundo Especial de Segurança Social Dr. Lourenço Júnior e sua mulher D. Otilia Pessoa Murta Lourenço, o custo total suportado pelo Fundo Especial de Segurança Social foi de 10.800,00 € conforme se evidencia no Relatório de Gestão do Fundo Especial de Segurança Social Dr. José Lourenço Júnior que se encontra em anexo.

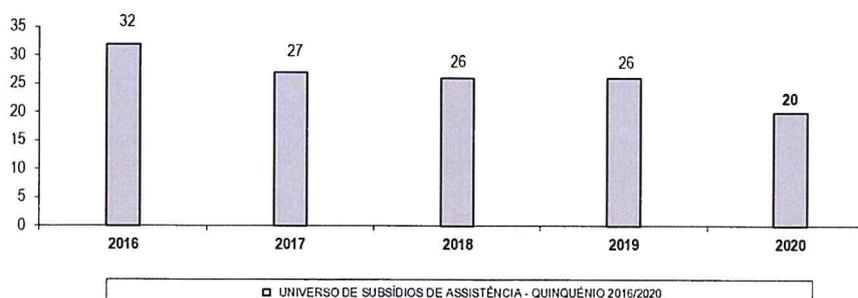
No final do ano, o número de Subsídios de Assistência atribuídos no âmbito do artigo 71º do RCPAS em pagamento era de 20 e o custo total respectivo atingiu 58.374,00 Euros. O valor do Subsídio Normal de Assistência foi de 2.484,00 Euros por ano, pago em duodécimos de 207,00 Euros:

SUBSÍDIO DE ASSISTÊNCIA					
ANO	SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	8				
2017	0	- 8		- 100,00%	
2018	0	0		-	
2019	0	0		-	
2020	0	0	- 8	-	- 100,00%



53

TOTAL DE ASSISTIDOS					
ANO	TOTAL DE ASSISTIDOS	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	32				
2017	27	- 5		- 15,63%	
2018	26	- 1		- 3,70%	
2019	26	0		0,00%	
2020	20	- 6	- 12	- 23,08%	- 37,50%

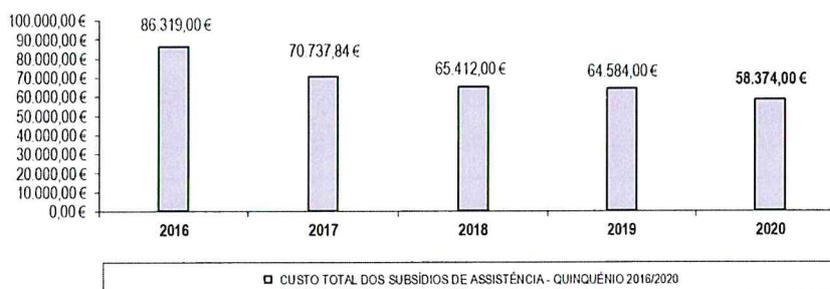


7. BENEFÍCIOS IMEDIATOS

Handwritten signature and initials

CUSTO TOTAL DO SUBSÍDIO DE ASSISTÊNCIA					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	86.319,00 €				
2017	70.737,84 €	- 15.581,16 €		- 18,05%	
2018	65.412,00 €	- 5.325,84 €		- 7,53%	
2019	64.584,00 €	- 828,00 €		- 1,27%	
2020	58.374,00 €	- 6.210,00 €	- 27.945,00 €	- 9,62%	- 32,37%

Handwritten initials 'W', 'U', and 'U'

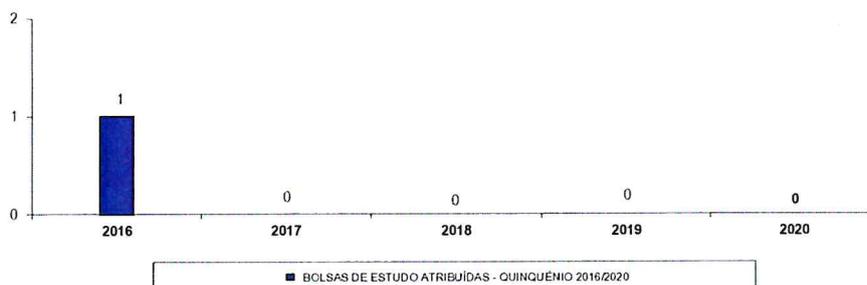


BOLSA DE ESTUDO

54

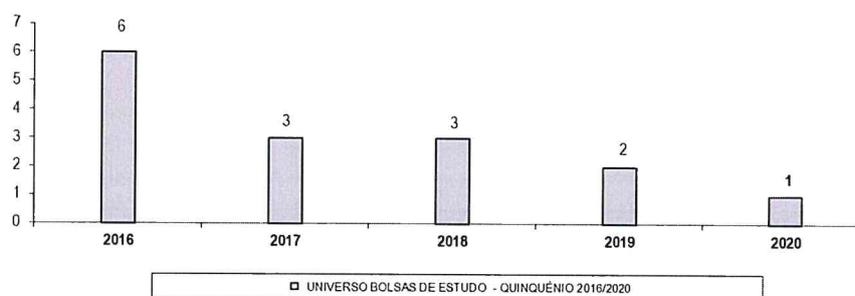
No Exercício de 2020, não foram atribuídas Bolsas de Estudo, foi terminada uma Bolsa de Estudo, sendo de 1 o total de Bolsas de Estudo em pagamento no final do ano, com um custo de 1.483,93 Euros. O valor mensal da Bolsa de Estudo é de 87,29 Euros, pago de Outubro a Julho, tudo conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

BOLSA DE ESTUDO					
ANO	BOLSAS ATRIBUÍDAS	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	1				
2017	0	- 1		- 100,00%	
2018	0	0		-	
2019	0	0		-	
2020	0	0	- 1	-	- 100,00%

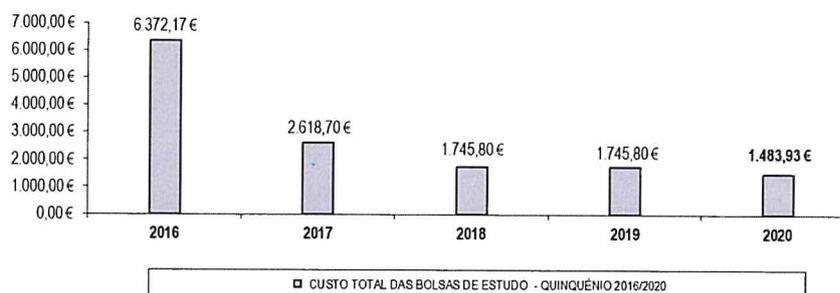


7. BENEFÍCIOS IMEDIATOS

BOLSA DE ESTUDO					
ANO	UNIVERSO DE BOLSAS DE ESTUDO	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	6				
2017	3	- 3		- 50,00%	
2018	3	0		0,00%	
2019	2	- 1		- 33,33%	
2020	1	- 1	- 5	- 50,00%	- 83,33%



CUSTO TOTAL DA BOLSA DE ESTUDO					
ANO	CUSTO TOTAL	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	6.372,17 €				
2017	2.618,70 €	- 3.753,47 €		- 58,90%	
2018	1.745,80 €	- 872,90 €		- 33,33%	
2019	1.745,80 €	0,00		0,00%	
2020	1.483,93 €	- 261,87 €	- 4.888,24 €	- 15,00%	- 76,71%



7. BENEFÍCIOS IMEDIATOS

SÍNTESE DOS BENEFÍCIOS ATRIBUÍDOS NO QUINQUÊNIO 2016/2020

Os Benefícios atribuídos revelam a seguinte estruturação no Quinquênio 2016/2020, conforme adiante se expressa:

BENEFÍCIOS ATRIBUÍDOS					
ESPÉCIE	2016	2017	2018	2019	2020
Benefício de nascimento	907	914	942	989	991
Benefício de maternidade	544	517	561	592	645
Comparticipação nas despesas de internamento hospitalar por maternidade	251	205	225	218	213
Comparticipação nas despesas de internamento hospitalar por doença	486	549	453	433	450
Benefício de recuperação	275	313	280	319	287
Comparticipação nas despesas de assistência médica e medicamentosa	247	227	250	226	214
Subsídio por morte	90	113	113	90	91
Comparticipação nas despesas de funeral	98	136	129	112	118
Subsídio de assistência	8	0	0	0	0
Bolsa de estudo	1	0	0	0	0
TOTAL DE BENEFÍCIOS ATRIBUÍDOS	2.907	2.974	2.953	2.979	3.009

SÍNTESE DO CUSTO TOTAL COM BENEFÍCIOS NO QUINQUÊNIO 2016/2020

O custo total Benefícios atribuídos no Quinquênio 2016/2020, apresenta a seguinte expressão:

CUSTO TOTAL COM BENEFÍCIOS					
ESPÉCIE	2016	2017	2018	2019	2020
Benefício de nascimento	492.620,00 €	523.216,00 €	566.262,00 €	601.940,00 €	633.265,00 €
Benefício de maternidade	1.012.985,00 €	1.117.290,60 €	1.345.638,40 €	1.373.525,50 €	1.568.597,20 €
Comparticipação nas despesas de internamento hospitalar por maternidade	77.754,75 €	66.996,38 €	75.198,06 €	69.246,01 €	67.184,68 €
Comparticipação nas despesas de internamento hospitalar por doença	354.508,01 €	356.314,22 €	338.838,52 €	283.623,52 €	336.457,10 €
Benefício de recuperação	211.500,00 €	266.876,00 €	235.268,00 €	260.980,00 €	251.380,00 €
Comparticipação nas despesas de assistência médica e medicamentosa	28.893,71 €	25.325,46 €	28.078,13 €	27.865,47 €	24.407,99 €
Subsídio por morte	277.921,88 €	354.697,88 €	384.210,00 €	318.840,00 €	337.410,00 €
Comparticipação nas despesas de funeral	44.218,45 €	60.920,59 €	57.373,29 €	50.042,79 €	52.647,44 €
Subsídio de assistência	86.319,00 €	70.737,84 €	65.412,00 €	64.584,00 €	58.374,00 €
Bolsa de estudo	6.372,17 €	2.618,70 €	1.745,80 €	1.745,80 €	1.483,93 €
TOTAL DO CUSTO COM BENEFÍCIOS	2.593.092,97 €	2.844.993,67 €	3.098.024,20 €	3.052.393,09 €	3.331.207,34 €

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

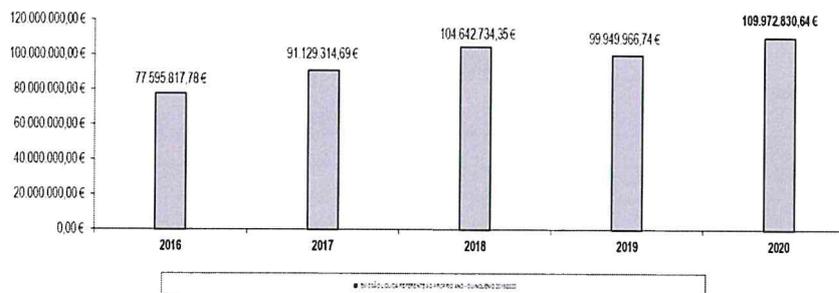
RENDIMENTOS

IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E TAXAS

CONTRIBUIÇÕES REGULAMENTARES

No Exercício de 2020, o valor líquido da emissão de contribuições do próprio ano foi de 109.972.830,64 Euros, o que representou um acréscimo de 10.022.863,90 Euros relativamente ao ano anterior, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

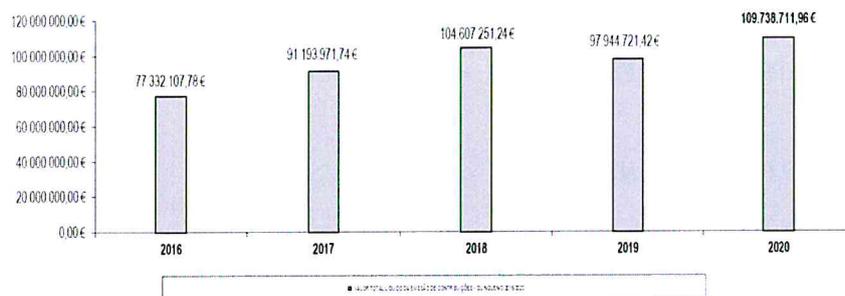
VALOR TOTAL LÍQUIDO DA EMISSÃO DE CONTRIBUIÇÕES DO PRÓPRIO ANO					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	77.595.817,78 €				
2017	91.129.314,69 €	+13.533.496,69 €		+ 17,44%	
2018	104.642.734,35 €	+ 13.513.419,66 €		+ 14,83%	
2019	99.949.966,74 €	- 4.692.767,61 €		- 4,48%	
2020	109.972.830,64 €	+ 10.022.863,90 €	+ 32.377.012,86 €	+ 10,03%	+ 41,73%



Àquele valor líquido da emissão do próprio ano, há que adicionar as emissões e deduzir as anulações, ambas relativas a anos anteriores, respectivamente no montante de 17.998,84 Euros e 252.117,52 Euros, o que totaliza 109.738.711,96 Euros de emissão líquida no Exercício de 2020, traduzindo-se num acréscimo de 11.793.990,54 Euros relativamente ao ano de 2019, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

VALOR TOTAL LÍQUIDO DA EMISSÃO DE CONTRIBUIÇÕES					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	77.332.107,78 €				
2017	91.193.971,74 €	+ 13.861.863,96 €		+ 17,93%	
2018	104.607.251,24 €	+ 13.413.279,50 €		+ 14,71%	
2019	97.944.721,42 €	- 6.662.529,82 €		- 6,37%	
2020	109.738.711,96 €	+ 11.793.990,54 €	+ 32.406.604,18 €	+ 12,04%	+ 41,91%

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

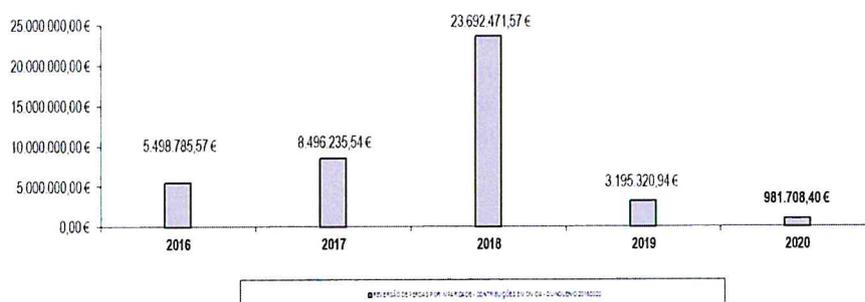


REVERSÕES

REVERSÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE - CONTRIBUIÇÕES EM DÍVIDA

No Exercício de 2020, os rendimentos provenientes da reversão de perdas por imparidade de contribuições em dívida de anos anteriores, que haviam sido consideradas em imparidade, foi de 981.708,40 Euros, conforme se retira do quadro relativo à evolução Quinquenal, que adiante se expressa:

REVERSÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE - CONTRIBUIÇÕES EM DÍVIDA					
ANO	VALOR	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	5.498.785,57 €				
2017	8.496.235,54 €	+ 2.997.449,97 €		+ 54,51%	
2018	23.692.471,57 €	+ 15.196.236,03 €		+ 178,86%	
2019	3.195.320,94 €	- 20.497.150,63 €		- 86,51%	
2020	981.708,40 €	- 2.213.612,54 €	- 4.517.077,17 €	- 69,28%	- 82,15%



[Handwritten signatures and initials]

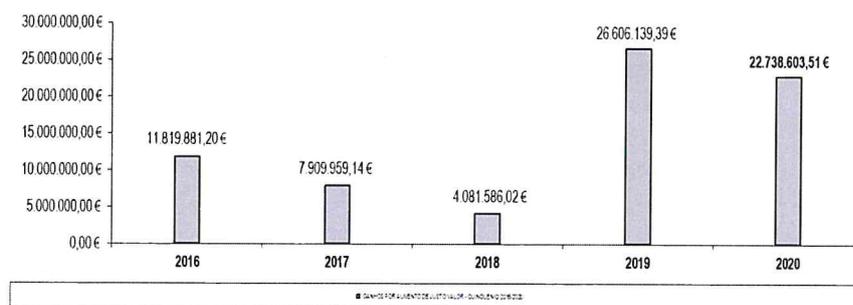
AUMENTOS DE JUSTO VALOR

GANHOS POR AUMENTO DE JUSTO VALOR – INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A adopção do critério de valorimetria dos Investimentos Financeiros pelo seu Justo Valor, que a CPAS passou a adoptar desde o Exercício de 2010, de acordo com os princípios contabilísticos internacionalmente aceites, permite ilustrar, de forma apropriada, a situação líquida da Instituição, ao considerar-se o valor pelo qual o Investimento Financeiro detido poderia ser negociado no Mercado de Capitais, em 31 de Dezembro de cada ano, entre partes conhecedoras e dispostas a tal, numa transacção em que não exista relacionamento entre elas.

Os Ganhos dos Investimentos Financeiros da CPAS, avaliados em 31 de Dezembro de 2020, pelo seu Justo Valor, totalizaram 22.738.603,51 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

GANHOS POR AUMENTO DE JUSTO VALOR					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	11.819.881,20 €				
2017	7.909.959,14 €	- 3.909.922,06 €		- 33,08%	
2018	4.081.586,02 €	- 3.828.373,12 €		- 48,40%	
2019	26.606.139,39 €	+ 22.524.553,37 €		+ 551,86%	
2020	22.738.603,51 €	- 3.867.535,88 €	+ 10.918.722,31 €	- 14,54%	+ 92,38%



GANHOS POR AUMENTO DE JUSTO VALOR – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Por razões de reforço da transparência quanto à valia dos activos, por aplicação das normas previstas no SNC-AP, maior adstricção a um conceito "mark to market", ou seja, a avaliação dos Activos Imobiliários numa base anual e ao valor de mercado, alinhamento com as mais exigentes regras de avaliação de activos, mas também por orientação expressa pelos Auditores da CPAS, foi assumida, desde 2019, a avaliação anual de todo o Património Imobiliário.

Os Ganhos por Aumento de Justo Valor das Propriedades de Investimento da CPAS, avaliadas em 2020, pelo seu Justo Valor, totalizaram 758.212,71 Euros, e em 2019 tinham totalizado 2.730.880,02 Euros.

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

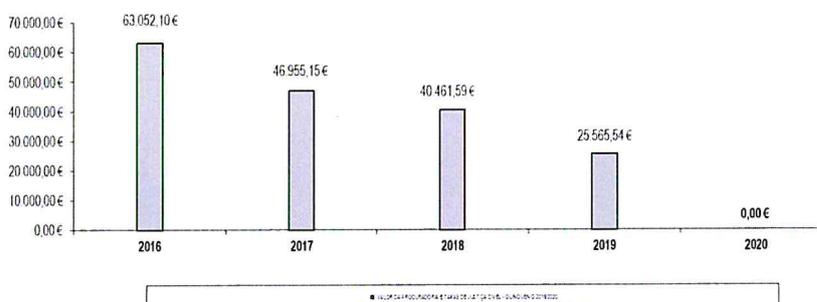
Handwritten signatures and initials in blue ink.

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

RECEITAS PROCURADORIA E TAXA DE JUSTIÇA CÍVEL

No Exercício de 2020, não foi recebido qualquer valor relativo à Procuradoria e da Taxa de Justiça Cível, cobrado nos Tribunais e remetido pelo Instituto de Gestão Financeira e de Equipamentos da Justiça, I. P., na parte legalmente atribuída à CPAS pelo Artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 224-A/96, de 26 de Dezembro, e pelo Artigo 131.º do Decreto-Lei n.º 324/2003, de 27 de Dezembro, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

VALOR DA PROCURADORIA E DA TAXA DE JUSTIÇA CÍVEL					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	63.052,10 €				
2017	46.955,15 €	- 16.096,95 €		- 25,53%	
2018	40.461,59 €	- 6.493,56 €		- 13,83%	
2019	25.565,54 €	-14.896,05 €		- 36,82%	
2020	0,00 €	- 25.565,54 €	- 63.052,10 €	- 100,00%	- 100,00%



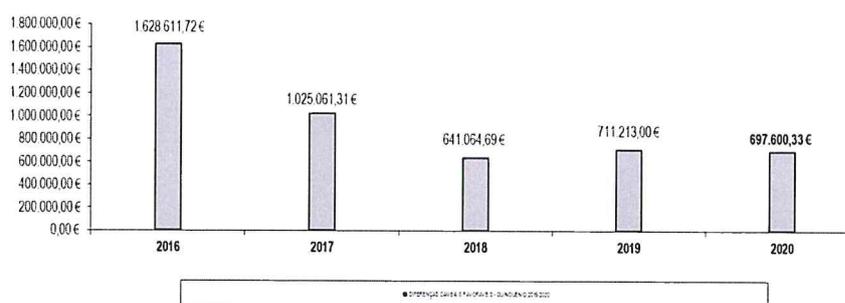
Cabe salientar que os valores remetidos a título de Procuradoria e de Taxas de Justiça Cível, durante os anos referenciados na análise do Quinquênio, se reportam a processos entrados até à data da revogação das referidas disposições legais, o que ocorreu, quanto à Procuradoria, com o Decreto-Lei n.º 324/2003, de 27 de Dezembro, e quanto à Taxa de Justiça Cível, com a Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro.

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

DIFERENÇAS CAMBIAIS FAVORÁVEIS

No Exercício de 2020, as Diferenças Cambiais favoráveis totalizaram 697.600,33 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

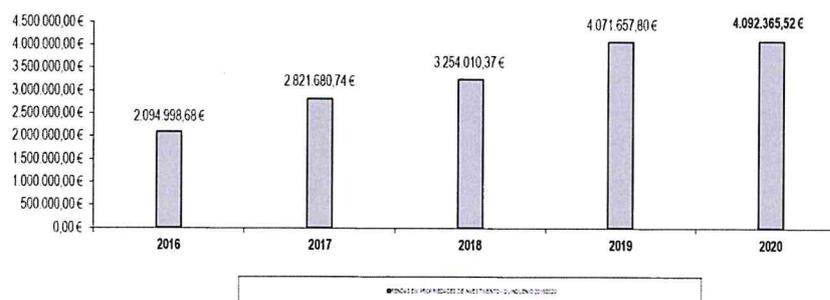
DIFERENÇAS CAMBIAIS FAVORÁVEIS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	1.628.611,72 €				
2017	1.025.061,31 €	- 603.550,41 €		- 37,06%	
2018	641.064,69 €	- 383.996,62 €		- 37,46%	
2019	711.213,00 €	+ 70.148,31 €		+ 10,94%	
2020	697.600,33 €	- 13.612,67 €	- 931.011,39 €	- 1,91%	- 57,17%



RENDAS EM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

No Exercício de 2020, os rendimentos gerados pelos imóveis do Património Imobiliário da CPAS classificados como Propriedades de Investimento totalizaram 4.092.365,52 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

RENDAS EM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	2.094.998,68 €				
2017	2.821.680,74 €	+ 726.682,06 €		+ 34,69%	
2018	3.254.010,37 €	+ 432.329,63 €		+ 15,32%	
2019	4.071.657,80 €	+ 817.647,43 €		+ 25,13%	
2020	4.092.365,52 €	+ 20.707,72 €	+ 1.997.366,84 €	+ 0,51%	+ 95,34%



8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Handwritten signature

Handwritten initials

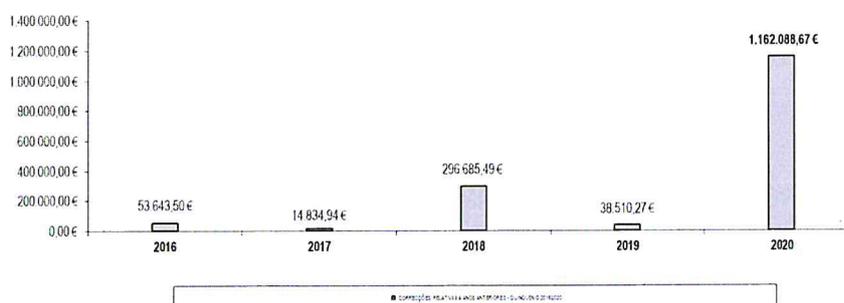
Handwritten initials

Handwritten initials

CORRECÇÕES RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES E EXCESSO DE ESTIMATIVAS PARA IMPOSTOS

No Exercício de 2020, o valor das Correções Relativas a Exercícios Anteriores e Excesso de Estimativas para Impostos foi de 1.162.088,67 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam, explicando-se o substancial acréscimo por recuperação de IRC pago em excesso relativo ao Exercício de 2018 e respectiva Isenção concedida pela Lei do Orçamento de Estado para 2020:

CORRECÇÕES RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES E EXCESSO DE ESTIMATIVAS PARA IMPOSTOS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	53.643,50 €				
2017	14.834,94 €	- 38.808,56 €		- 72,35%	
2018	296.685,49 €	+ 281.850,55 €		+ 1.899,91%	
2019	38.510,27 €	- 258.175,22 €		- 87,02%	
2020	1.162.088,67 €	+ 1.123.578,40 €	+ 1.108.445,17 €	+ 2.917,61%	+ 2.066,32%



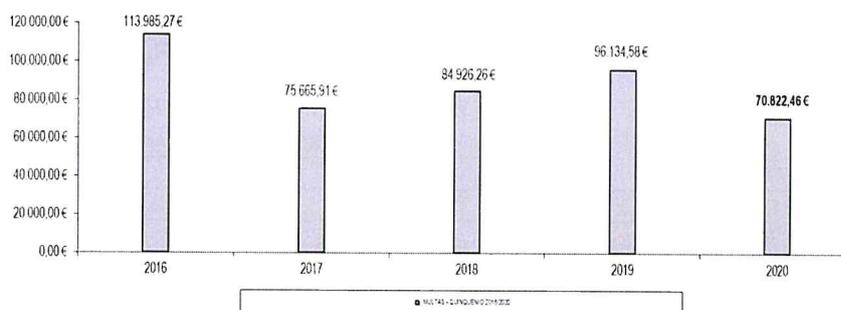
62

MULTAS DE PROCESSOS DISCIPLINARES

O valor das Multas provenientes das penas pecuniárias aplicadas pelas instâncias disciplinares da Ordem dos Advogados e da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, que revertem para a CPAS, nos termos do artigo 84.º do RCPAS, foi de 70.822,46 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

MULTAS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	113.985,27 €				
2017	75.665,91 €	- 38.319,36 €		- 33,62%	
2018	84.926,26 €	+ 9.260,35 €		+ 12,24%	
2019	96.134,58 €	+ 11.208,32 €		+ 13,20%	
2020	70.822,46 €	- 25.312,12 €	- 43.162,81 €	- 26,33%	- 37,87%

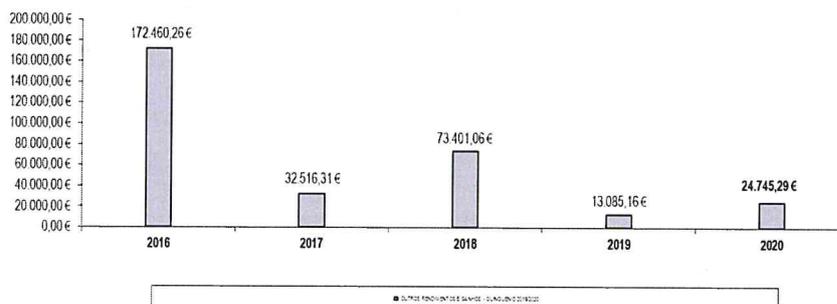
8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

No Exercício de 2020, o valor de Outros Rendimentos e Ganhos foi de 24.745,29 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	172.460,26 €				
2017	32.516,31 €	- 139.943,95 €		- 81,15%	
2018	73.401,06 €	+ 40.884,75 €		+ 125,74%	
2019	13.085,16 €	- 60.315,90 €		- 82,17%	
2020	24.745,29 €	+ 11.660,13 €	- 147.714,97 €	+ 89,11%	- 85,65%



GANHOS EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS

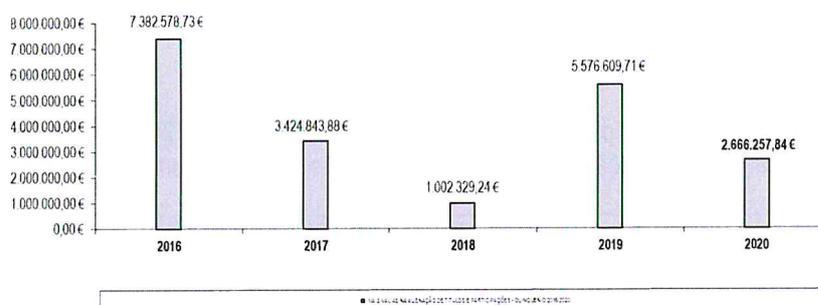
MAIS-VALIAS NA ALIENAÇÃO DE TÍTULOS E DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

No Exercício de 2020, os ganhos gerados pelas Mais-Valias na Alienação de Títulos e de Unidades de Participação em Fundos, totalizaram 2.666.257,84 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Handwritten signatures and initials:
 J. Carr
 JES
 CV
 M

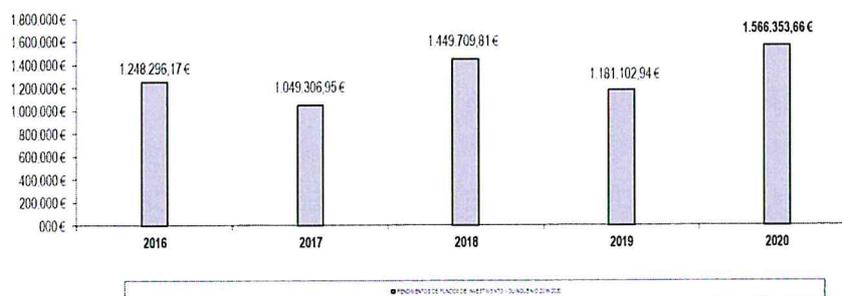
GANHOS GERADOS PELAS MAIS-VALIAS NA ALIENAÇÃO DE TÍTULOS E DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	7.382.578,73 €				
2017	3.424.843,88 €	- 3.957.734,85 €		- 53,61%	
2018	1.002.329,24 €	- 2.422.514,64 €		- 70,73%	
2019	5.576.609,71 €	+ 4.574.280,47 €		+ 456,37%	
2020	2.666.257,84 €	- 2.910.351,87 €	- 4.716.320,89 €	- 52,19%	- 63,88%



RENDIMENTOS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

No Exercício de 2020, os Rendimentos de Aplicações Financeiras em Fundos de Investimento totalizaram 1.566.353,66 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

RENDIMENTOS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	1.248.296,17 €				
2017	1.049.306,95 €	- 198.989,22 €		- 15,94%	
2018	1.449.709,81 €	+ 400.402,86 €		+ 38,16%	
2019	1.181.102,94 €	- 268.606,87 €		- 18,53%	
2020	1.566.353,66 €	+ 385.250,72 €	+ 318.057,49 €	+ 32,62%	+ 25,48%

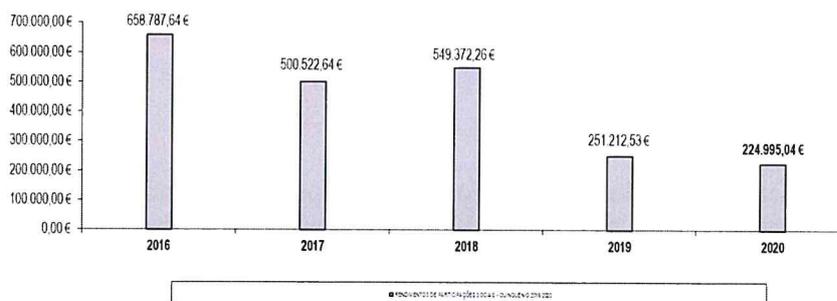


RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS

No Exercício de 2020, os Rendimentos de Participações Sociais (Dividendos) totalizaram 224.995,04 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS EM PARTICIPAÇÕES SOCIAIS DIVIDENDOS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	658.787,64 €				
2017	500.522,64 €	- 158.265,00 €		- 24,02%	
2018	549.372,26 €	+ 48.849,62 €		+ 9,76%	
2019	251.212,53 €	- 298.159,73 €		- 54,27%	
2020	224.995,04 €	- 26.217,49 €	- 433.792,60 €	- 10,44%	- 65,85%



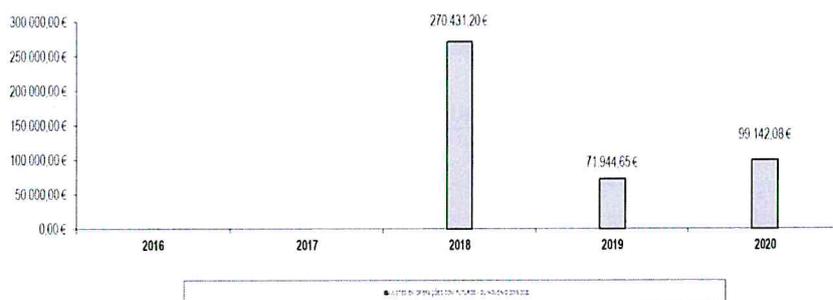
OPERAÇÕES COM FUTUROS

No Exercício de 2020 os ganhos gerados pela desmobilização ou encaixe das diferenças positivas nas contas-margem de Operações com Futuros totalizaram 99.142,08 Euros. Importa, neste contexto, referir que o investimento da CPAS em Futuros não tem natureza especulativa. Com efeito, tem como finalidade geral a cobertura de risco de activos face a eventos futuros e incertos, alheios à vontade do investidor e susceptíveis de lhe causar prejuízos.

Em 2020, o investimento em Futuros visou apenas a cobertura de risco de taxa de juro e de risco de taxa de câmbio. A variação do valor deste tipo de investimentos, positiva ou negativa, é compensada por uma variação inversa no valor dos títulos sobre os quais incide a cobertura. O objectivo é o de reduzir ou eliminar a ocorrência de prejuízos uma vez que são tomadas duas posições que se compensam mutuamente em caso de variação de preço.

AJUSTES EM OPERAÇÕES COM FUTUROS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	0,00 €				
2017	0,00 €	0,00 €		-	
2018	270.431,20 €	+ 270.431,20 €		-	
2019	71.944,65 €	- 198.486,55 €		- 73,40%	
2020	99.142,08 €	+ 27.197,43 €	+ 99.142,08 €	+ 37,80%	-

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

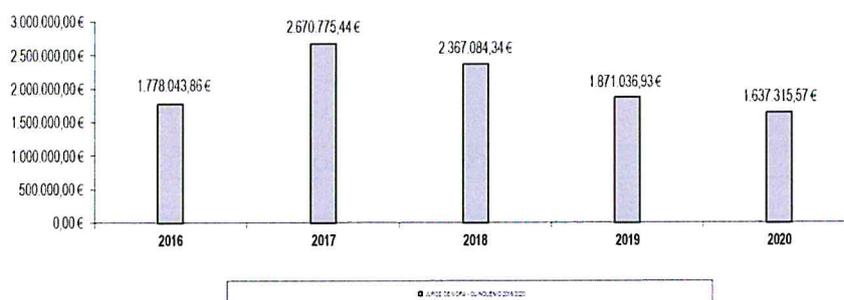


JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

JUROS DE MORA

No Exercício de 2020, o valor dos Juros de Mora cobrados pela CPAS aos Beneficiários pelo pagamento das contribuições fora do prazo regulamentar, no âmbito de planos de regularização de créditos por dívidas de contribuições à CPAS (Decreto-Lei n.º 167/2012, de 1 de Agosto) e no âmbito de Acordos de Pagamento Prestacional de Contribuições em Dívida totalizou 1.637.315,57 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

JUROS DE MORA					
ANO	VALOR	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	1.778.043,86 €				
2017	2.670.775,44 €	+ 892.731,58 €		+ 50,21%	
2018	2.367.084,34 €	- 303.691,10 €		- 11,37%	
2019	1.871.036,93 €	- 496.047,41 €		- 20,96%	
2020	1.637.315,57 €	- 233.721,36 €	- 140.728,29 €	- 12,49%	- 7,91%



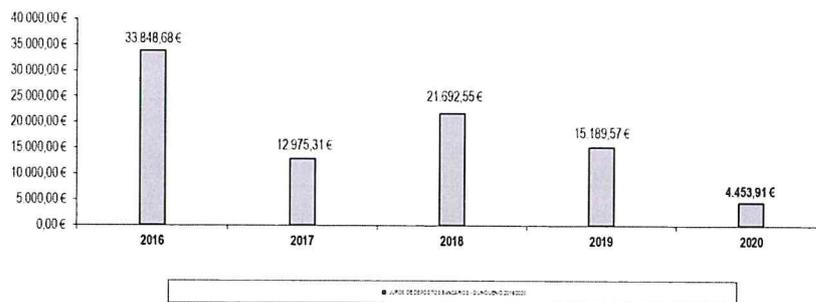
JUROS DE DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

No Exercício de 2020 e no que concerne aos Depósitos à Ordem em Contas Remuneradas, o valor dos Juros foi de 221,62 Euros. As aplicações financeiras em depósitos a prazo renderam 4.232,29 Euros, do

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

que resulta que os Juros de Depósitos Bancários totalizaram 4.453,91 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

JUROS DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	33.848,68 €				
2017	12.975,31 €	- 20.873,37 €		- 61,67%	
2018	21.692,55 €	+ 8.717,24 €		+ 67,18%	
2019	15.189,57 €	- 6.502,98 €		- 29,98%	
2020	4.453,91 €	- 10.735,66 €	- 29.394,77 €	- 70,68%	- 86,84%

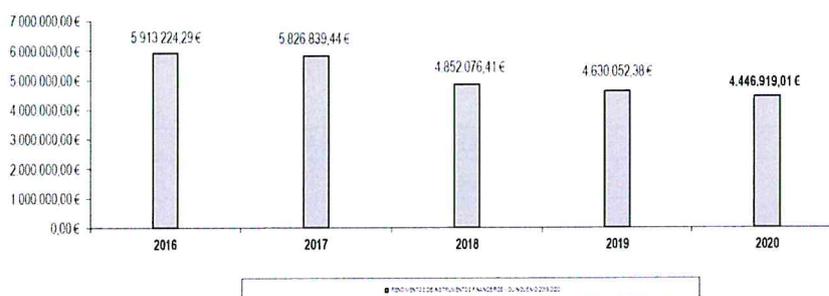


RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No Exercício de 2020, os Rendimentos de Instrumentos Financeiros totalizaram 4.446.919,01 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	5.913.224,29 €				
2017	5.826.839,44 €	- 86.384,85 €		- 1,46%	
2018	4.852.076,41 €	- 974.763,03 €		- 16,73%	
2019	4.630.052,38 €	- 222.024,03 €		- 4,58%	
2020	4.446.919,01 €	- 183.133,37 €	- 1.466.305,28 €	- 3,96%	- 24,80%

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



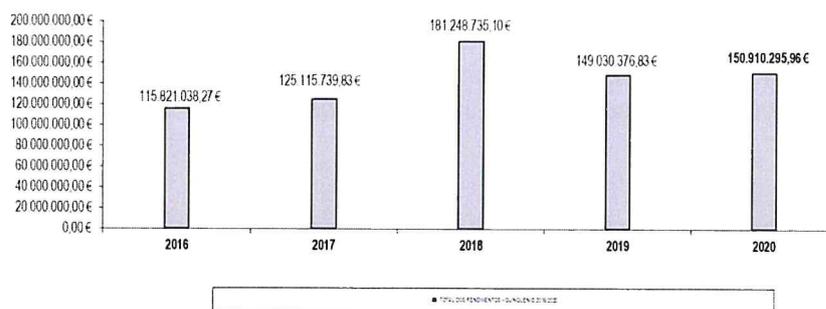
TOTAL DOS RENDIMENTOS

No Exercício de 2020, o Total dos Rendimentos foi de 150.910.295,96 Euros, conforme se retira dos quadros que adiante se expressam:

RENDIMENTOS	2020	
IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E TAXAS	109.738.711,96 €	72,72%
Contribuições regulamentares	109.738.711,96 €	72,72%
REVERSÕES	981.708,40 €	0,65%
Reversão de perdas por imparidade - contribuições em dívida	981.708,40 €	0,65%
Processos judiciais em curso	0,00 €	0,00%
PROVISÕES	0,00 €	0,00%
Reversão de provisões	0,00 €	0,00%
AUMENTOS DE JUSTO VALOR	23.496.816,22 €	15,57%
Investimentos financeiros	22.738.603,51 €	15,07%
Propriedades de investimento	758.212,71 €	0,50%
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	10.604.370,89 €	7,03%
Receitas de procuradoria e taxa de justiça cível	0,00 €	0,00%
Diferenças cambiais favoráveis	697.600,33 €	0,46%
Rendas em propriedades de investimento	4.092.365,52 €	2,73%
Correcções relativas a exercicios anteriores e excesso de estimativas para Impostos	1.162.088,67 €	0,77%
Multas de processos disciplinares	70.822,46 €	0,05%
Outros	24.745,29 €	0,00%
Ganhos em instrumentos financeiros		0,00%
Mais-valias na alienação de títulos e unidades de participação	2.666.257,84 €	1,77%
Rendimentos de fundos de investimento mobiliário	1.566.353,66 €	1,04%
Rendimentos de participações sociais	224.995,04 €	0,15%
Operações com futuros	99.142,08 €	0,07%
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	6.088.688,49 €	4,03%
Juros de mora	1.637.315,57 €	1,08%
Juros de depósitos em instituições financeiras	4.453,91 €	0,00%
Rendimentos de instrumentos financeiros	4.446.919,01 €	2,95%
TOTAL DOS RENDIMENTOS	150.910.295,96 €	100,00%

TOTAL DOS RENDIMENTOS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	115.821.038,27 €				
2017	125.115.739,83 €	+ 9.294.701,56 €		+ 8,03%	
2018	181.248.735,10 €	+ 56.132.995,27 €		+ 44,86%	
2019	149.030.376,83 €	- 32.218.358,27 €		- 17,78%	
2020	150.910.295,96 €	+ 1.879.919,13 €	+ 35.089.257,69 €	+ 1,26%	+ 30,30%

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



GASTOS

PENSÕES/SUBSÍDIOS/COMPARTICIPAÇÕES

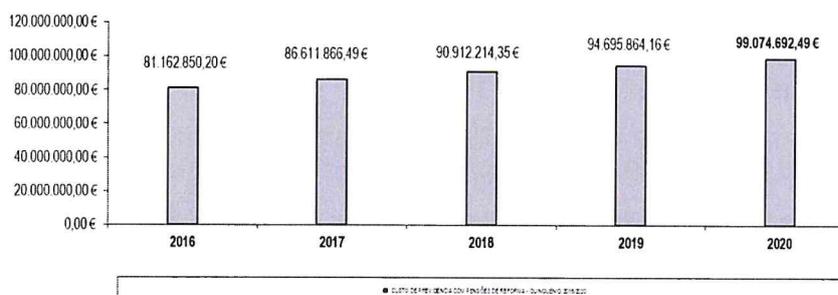
CUSTOS COM PENSÕES DE REFORMA

No Capítulo 6 analisou-se o Custo total das Pensões de Reforma, o qual, enquanto custo de previdência, se decompõe em duas parcelas:

- Pensões de Reforma resultantes da aplicação da fórmula de cálculo estatutária.
- Suplementos às Pensões de Reforma dos Beneficiários cuja carreira contributiva não atingiu o valor mínimo de Pensão garantida - artigo 17.º, n.º 1 do RCPAS de 1994.

No Exercício de 2020, os Custos de Previdência com Pensões de Reforma foram de 99.074.692,49 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

CUSTOS DE PREVIDÊNCIA COM PENSÕES DE REFORMA					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	81.162.850,20 €				
2017	86.611.866,49 €	+ 5.449.016,29 €		+ 6,71%	
2018	90.912.214,35 €	+ 4.300.347,86 €		+ 4,97%	
2019	94.695.864,16 €	+ 3.783.649,81 €		+ 4,16%	
2020	99.074.692,49 €	+ 4.378.828,33 €	+ 17.911.842,29 €	+ 4,62%	+ 22,07%

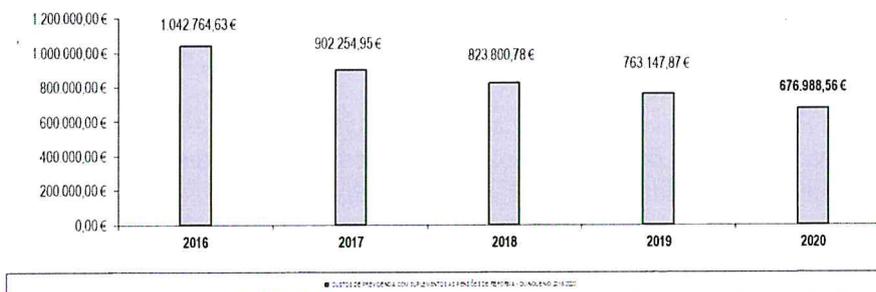


8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

CUSTOS COM SUPLEMENTOS ÀS PENSÕES DE REFORMA

No Exercício de 2020, os Custos de Previdência com Suplementos às Pensões de Reforma foram de 676.988,56 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

CUSTOS COM SUPLEMENTOS ÀS PENSÕES DE REFORMA					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	1.042.764,63 €				
2017	902.254,95 €	- 140.509,68 €		- 13,47%	
2018	823.800,78 €	- 78.454,17 €		- 8,70%	
2019	763.147,87 €	- 60.652,91 €		- 7,36%	
2020	676.988,56 €	- 86.159,31 €	- 365.776,07 €	- 11,29%	- 35,08%



70

CUSTOS COM REFORÇO DA PROVISÃO PARA PAGAMENTO DE SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2012 - ARTIGOS 20.º E 25.º

A CPAS, nos termos das respectivas normas regulamentares, abona nos meses de Julho e Novembro de cada ano aos seus Beneficiários titulares de Pensão de Reforma, Subsídio de Invalidez e Subsídio de Sobrevivência, um montante mensal adicional de igual quantitativo.

A CPAS entendeu que não se encontrava abrangida pelas disposições no artigo 25.º da LOE de 2012.

Contudo, a Caixa Geral de Aposentações (CGA), que foi a entidade designada na LOE de 2012 para receber os montantes relativos aos Subsídios / Pensões cujo pagamento foi suspenso (n.º 5 do artigo 25.º), entendeu que a CPAS estava obrigada a suspender os referidos pagamentos e a entregar-lhe os montantes que fossem de deduzir, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 25.º da referida Lei.

Também quanto ao artigo 20.º da LOE de 2012 e, em particular, quanto aos seus números 13, 14 e 15, contrariamente à CGA, a CPAS entendeu que não se encontrava abrangida pelas respectivas disposições.

Neste contexto e face à divergência de entendimentos, em 2012 foi requerida pela CPAS uma providência cautelar e instaurada acção administrativa comum contra a CGA e o Ministério das Finanças, junto da 5.ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, sob os números, respectivamente, 1166/12.2BELSB e 1014/12.3BELSB, visando que o reconhecimento e declaração expressa pelo Tribunal de que aquelas disposições da LOE de 2012 não se aplicam à CPAS.

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Na decorrência de Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, transitado em julgado em 28.11.2013, foi deferido o pedido formulado pela CPAS de abstenção, pela CGA e pelo Ministério das Finanças, de qualquer comportamento que vise a aplicação à CPAS das normas previstas nos n.ºs 13 e 15 do artigo 20.º, do n.º 5 do artigo 25.º e do artigo 202.º, todos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro.

Salienta-se que em 2019 foi proferida pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, decisão de absolvição da instância dos co-réus pela procedência da excepção de incompetência absoluta em razão da matéria. A CPAS apresentou o competente recurso, aguardando-se decisão.

Não houve qualquer evolução adicional durante o ano de 2020.

Face à não prolação de decisão judicial definitiva sobre a matéria, a CPAS equacionou as consequências legais que poderiam advir para os Beneficiários e para a Instituição do não cumprimento do preceituado nos referidos artigos da LOE 2012, tendo, então e à data, concluído que a posição que melhor salvaguardava os Beneficiários e a Instituição era a de sujeitar as Pensões de Reforma e os Subsídios de Sobrevida, de Invalidez e de Assistência referentes ao ano de 2012, à contribuição extraordinária de solidariedade e à redução e à retenção previstas no artigo 25.º da LOE de 2012.

Os montantes não entregues aos Beneficiários referentes ao subsídio de férias e de Natal e os retidos a título de contribuição extraordinária de solidariedade têm vindo a ser objecto de aplicações financeiras a prazo, que se mantêm.

Entendeu a CPAS, em cumprimento do princípio contabilístico da prudência, constituir em 2012 uma provisão correspondente ao total dos referidos montantes não entregues aos Beneficiários.

Considerou-se também dever ser constituída uma provisão contabilística nas contas do Exercício de 2019 correspondente a valor dos juros que a CPAS poderá vir a ter de suportar caso exista um desfecho desfavorável da referida acção e a CPAS ter de vir a proceder ao pagamento dos valores retidos à CGA, o valor desta provisão será analisado na rubrica de gastos referentes a reforço de provisões.

Durante o ano de 2020 esta situação manteve-se e não houve alteração do valor da provisão relativa a processamentos de subsídios de férias e de Natal relativos a 2012. A provisão ascende a 7.183.167,98 Euros no qual 5.382.321,37 Euros referente aos montantes retidos e 1.800.846,61 Euros referentes a juros calculados à taxa de 4% ao ano.

CUSTOS COM SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ

No Capítulo 6 analisou-se o Custo Total dos Subsídios de Invalidez que, enquanto custo de assistência, se decompõe em duas parcelas:

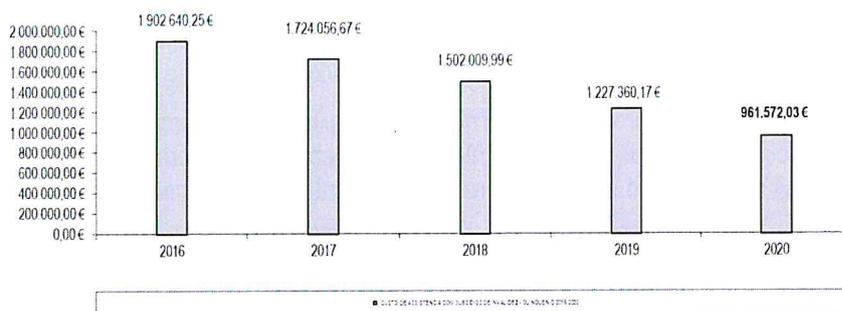
- Subsídios de Invalidez resultantes da aplicação da fórmula de cálculo estatutária.
- Suplementos aos Subsídios de Invalidez dos Beneficiários cuja carreira contributiva não atingiu o valor mínimo de Pensão garantida - artigo 17.º, n.º 1 do RCPAS de 1994.

No Exercício de 2020, os Custos com Subsídios de Invalidez foram de 961.572,03 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

CUSTOS COM SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	1.902.640,25 €				
2017	1.724.056,67 €	- 178.583,58 €		- 9,39%	
2018	1.502.009,99 €	- 222.046,68 €		- 12,88%	
2019	1.227.360,17 €	- 274.649,82 €		- 18,29%	
2020	961.572,03 €	- 265.788,14 €	- 941.068,22 €	- 21,66%	- 49,46%

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Handwritten signatures and initials in blue ink.



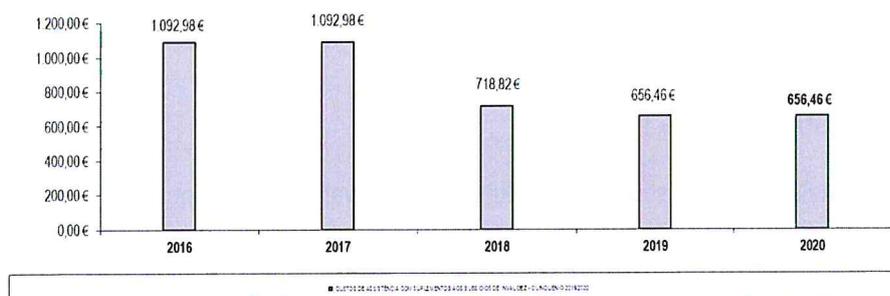
Handwritten initials 'AA' and 'MA' in black ink.

CUSTO COM SUPLEMENTOS AOS SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ

No Exercício de 2020, o Custo com Suplementos aos Subsídios de Invalidez foi de 656,46 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

CUSTOS COM SUPLEMENTOS AOS SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	1.092,98 €				
2017	1.092,98 €	0,00 €		0,00%	
2018	718,82 €	- 374,16 €		- 34,23%	
2019	656,46 €	- 62,36 €		- 8,68%	
2020	656,46 €	0,00 €	- 436,52 €	0,00%	- 39,94%

72



OUTROS CUSTOS DE ASSISTÊNCIA

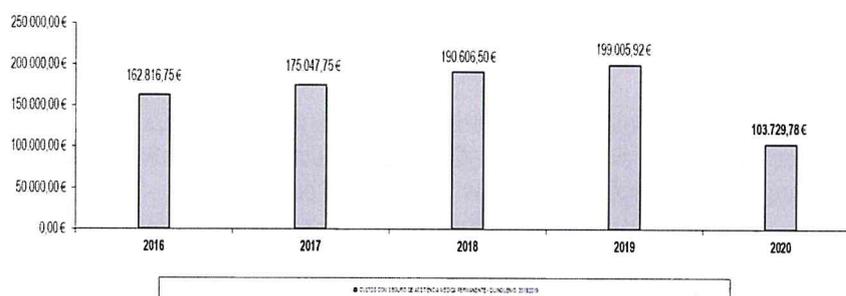
Nos Custos de Assistência, para além dos montantes despendidos com Subsídios de Sobrevivência, Subsídios de Invalidez, Benefícios de Nascimento, Benefícios de Maternidade, Internamentos Hospitalares por Maternidade, Internamentos Hospitalares por Doença, Benefícios de Recuperação, Assistências Médicas e Medicamentosas, Subsídios por Morte, Benefícios de Comparticipações nas Despesas de Funeral, Subsídios de Assistência e Bolsas de Estudo, já analisados, individualmente, nos Capítulos 6 e 7, há a considerar ainda os dois seguros que a seguir se referem.

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

CUSTO COM SEGURO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA PERMANENTE

No Exercício de 2020, o Custo com a atribuição gratuita do Seguro de Assistência Médica Permanente aos Beneficiários da CPAS que tinham as suas contribuições regularizadas em 31 de Dezembro de 2019, bem como a todos os Beneficiários pensionistas de reforma e a todos os Beneficiários de subsídio de invalidez e de assistência e seus familiares, ascendeu a 103.729,78 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

CUSTO TOTAL COM SEGURO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA PERMANENTE					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	162.816,75 €				
2017	175.047,75 €	+ 12.231,00 €		+ 7,51%	
2018	190.606,50 €	+ 15.558,75 €		+ 8,89%	
2019	199.005,92 €	+ 8.399,42 €		+ 4,41%	
2020	103.729,78 €	- 95.276,14 €	- 59.086,97 €	- 47,88%	- 36,29%



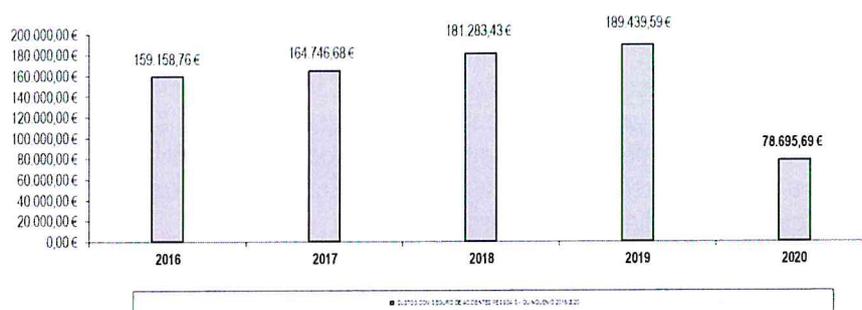
73

CUSTO COM SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS

No Exercício de 2020, o custo com a atribuição gratuita do Seguro de Acidentes Pessoais aos Beneficiários da CPAS que tinham as suas contribuições regularizadas em 31 de Dezembro de 2019, ascendeu a 78.695,69 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

CUSTO TOTAL COM SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	159.158,76 €				
2017	164.746,68 €	+ 5.587,92 €		+ 3,51%	
2018	181.283,43 €	+ 16.536,75 €		+ 10,04%	
2019	189.439,59 €	+ 8.156,16 €		+ 4,50%	
2020	78.695,69 €	- 110.743,90 €	- 80.463,07 €	- 58,46%	- 50,56%

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

No Exercício de 2020, o gasto com Fornecimentos e Serviços Externos, ascendeu a 1.817.408,30 Euros.

Na sequência da alteração no plano de organização contabilística que a CPAS vinha adoptando, para o denominado Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), a apresentação dos anteriormente designados Custos com Administração Corrente e Custos com Administração Social, foram subdivididos em duas contas diferentes designadas por Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com o Pessoal.

Por forma a garantir a comparabilidade e transparência da informação apresentamos neste Relatório e Contas o valor dos Custos de Administração Corrente e Custos com Administração Social como se não tivesse existido qualquer alteração ao plano de organização contabilística.

74

CUSTOS COM ADMINISTRAÇÃO CORRENTE

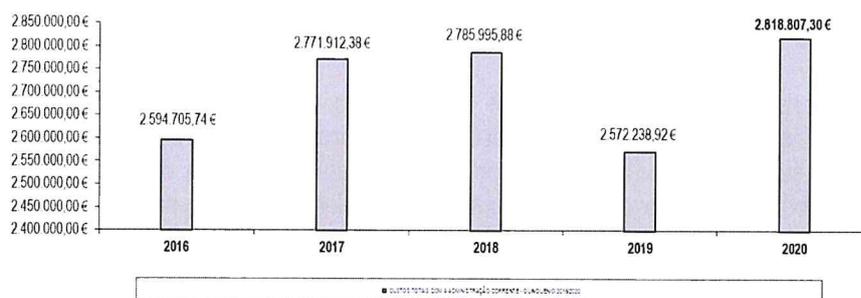
Nesta rubrica consideram-se os custos de estrutura e funcionamento da CPAS nomeadamente, entre outros, os custos com a Direcção, os custos com as remunerações dos colaboradores da CPAS, os custos com honorários e trabalhos especializados, de comunicação com os Beneficiários.

Nesta rubrica, consideram-se os gastos constantes das rubricas contabilísticas de Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal associados à actividade corrente da CPAS.

No Exercício de 2020, o custo total com administração corrente relativo às rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal da sede da CPAS, foi de 2.818.807,30 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

CUSTOS TOTAIS COM ADMINISTRAÇÃO CORRENTE (SEDE)					
ANO	VALOR	VARIAÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	2.594.705,74 €				
2017	2.771.912,38 €	+ 177.206,64 €		+ 6,83%	
2018	2.785.995,88 €	+ 14.083,50 €		+ 0,51%	
2019	2.572.238,92 €	- 213.756,96 €		- 7,67%	
2020	2.818.807,30 €	+ 246.568,38 €	+ 224.101,56 €	+ 9,59%	8,64%

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



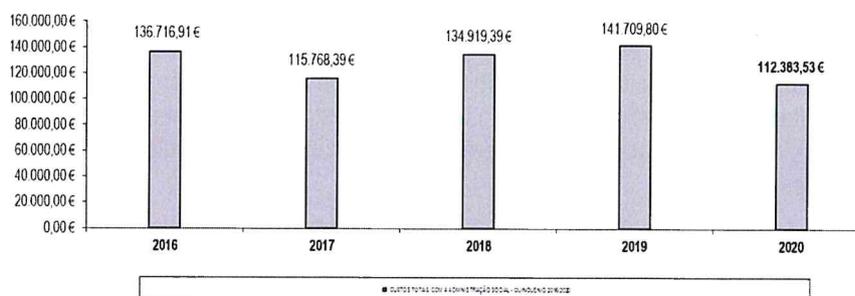
CUSTOS COM ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

Nesta rubrica consideram-se os custos de estrutura e funcionamento dos postos médicos da CPAS (em Lisboa, Porto e Coimbra) nomeadamente, entre outros, os honorários dos médicos, os custos com as remunerações dos colaboradores da CPAS e todos os restantes custos de funcionamento.

Para efeitos de apuramento do valor total despesas de administração da CPAS consideram-se os gastos constantes das rubricas contabilísticas de Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal associados à actividade social da CPAS.

No Exercício de 2020, o valor dos Custos Totais com Administração Social relativo às rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal da CPAS foi de 112.383,53 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

CUSTOS TOTAIS COM ADMINISTRAÇÃO SOCIAL					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	136.716,91 €				
2017	115.768,39 €	- 20.948,52 €		- 15,32%	
2018	134.919,39 €	+ 19.151,00 €		+ 16,54%	
2019	141.709,80 €	+ 6.365,02 €		+ 4,72%	
2020	112.383,53 €	- 29.326,27 €	- 24.333,38€	- 20,69%	- 17,80%

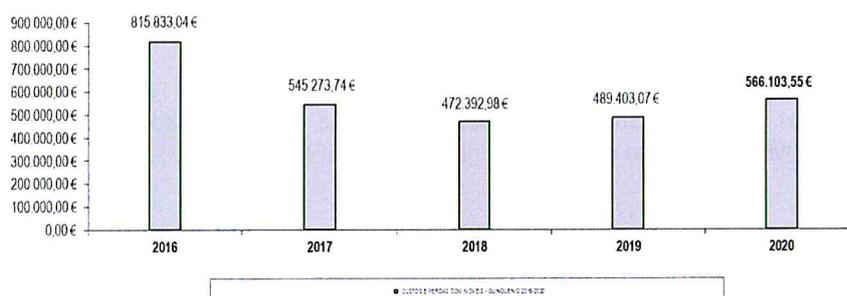


8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

CUSTOS E PERDAS COM IMÓVEIS

Nesta rubrica consideram-se, entre outros, os custos com conservação e reparação, fornecimento de serviços, água e electricidade, seguros, material de limpeza, trabalhos especializados, remunerações certas com porteiros e segurança social dos porteiros, que totalizaram, em 2020, 566.103,55 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

CUSTOS E PERDAS COM IMÓVEIS					
ANO	VALOR	VARIAÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	815.833,04 €				
2017	545.273,74 €	- 270.559,30 €		- 33,16%	
2018	472.392,98 €	- 72.880,76 €		- 13,37%	
2019	489.403,07 €	+ 17.010,09 €		+ 3,60%	
2020	566.103,55 €	+ 76.700,48 €	- 249.729,49 €	+ 15,67%	- 30,61%



GASTOS COM PESSOAL

No Exercício de 2020, os Gastos com Pessoal ascenderam a 1.679.886,08 Euros.

Na sequência da alteração no plano de organização contabilística que a CPAS vinha adoptando, para o denominado Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), a apresentação dos anteriormente designados Custos com Administração Corrente e Custos com Administração Social foram subdivididos em duas contas diferentes designadas por Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com o Pessoal.

Por forma a garantir a comparabilidade e transparência da informação, neste Relatório e Contas apresentámos o valor dos custos de Administração Corrente e Custos com Administração Social se não tivesse existido qualquer alteração ao plano de organização contabilística.

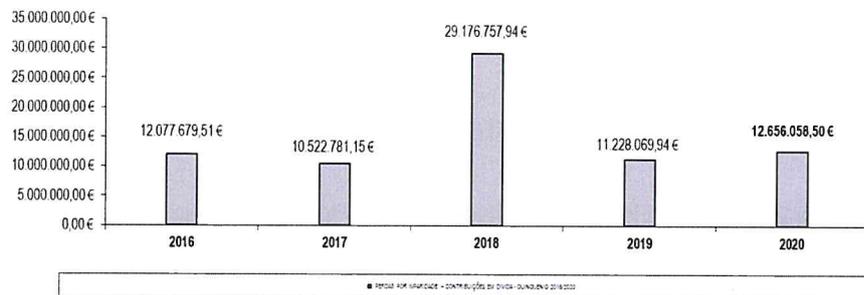
8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

PERDAS

PERDAS POR IMPARIDADE – CONTRIBUIÇÕES EM DÍVIDA

No Exercício de 2020, o Custo com Perdas por Imparidade de Contribuições em Dívida foi de 12.656.058,50 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

PERDAS POR IMPARIDADE – CONTRIBUIÇÕES EM DÍVIDA					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	12.077.679,51 €				
2017	10.522.781,15 €	- 1.554.898,36 €		- 12,87%	
2018	29.176.757,94 €	+ 18.653.976,79 €		+ 177,27%	
2019	11.228.069,94 €	- 17.948.688,00 €		- 61,52%	
2020	12.656.058,50 €	+ 1.427.988,56 €	+ 578.378,99 €	+ 12,72%	+ 4,79%



OUTRAS PERDAS POR IMPARIDADE

Em Março de 2020 foi decretado em Portugal o Estado de emergência, ocasionado pela epidemia da doença Covid 19, que provocou, de forma imediata, quebras da procura turística acima de 90%, suspendendo, a nível Mundial, todo o fluxo e dinâmica turística, por falta de segurança sanitária e consequentemente, falta de confiança. Assim, toda a actividade hoteleira viu a sua expectativa de ocupação substancialmente reduzida.

Naturalmente, esta situação impactou a capacidade para os inquilinos, que ocupam as propriedades de investimento da CPAS utilizadas como unidades hoteleiras, para cumprirem as suas obrigações no que respeita ao pagamento das respectivas rendas.

Apesar de a CPAS continuar o esforço de recuperação das rendas que ficaram em dívida, quer por negociação quer pela eventual realização de acordos de pagamento a cumprir quando existir retoma da procura turística, considerou-se prudente que a dívida acumulada dos referidos arrendamentos fosse considerada em imparidade no valor total de 519.925,40 Euros.

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

AUMENTO DE PROVISÕES

No que respeita à Acção Administrativa Comum - Proc. n.º 1014/12.3 BELSB – intentada pela CPAS contra a CGA e o Ministério das Finanças considerando:

- a decisão proferida em 4 de Março de 2019 pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, de absolvição da instância dos co-réus pela procedência da excepção de incompetência absoluta em razão da matéria;
- o facto de ainda se aguardar decisão final tendo em conta o recurso oportunamente interposto pela CPAS; e,
- o facto de poder ocorrer um desfecho desfavorável da referida acção e, em consequência disso, a CPAS ter de vir a proceder ao pagamento dos valores retidos a título de pensão/subsídios de férias à CGA, sendo que, nessa medida, se pode considerar existir risco de pagamento pela CPAS da quantia e dos respectivos juros de mora;

Decidiu-se reforçar uma provisão contabilística nas contas do Exercício de 2020, correspondente ao valor dos juros, sobre o montante retido, calculado desde 1 de Janeiro de 2020, à taxa de 4%, valor esse que ascendeu, com reporte a 31 de Dezembro de 2020, ao montante total de 227.581,27 Euros.

REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

REDUÇÕES DE JUSTO VALOR EM INVESTIMENTO FINANCEIROS

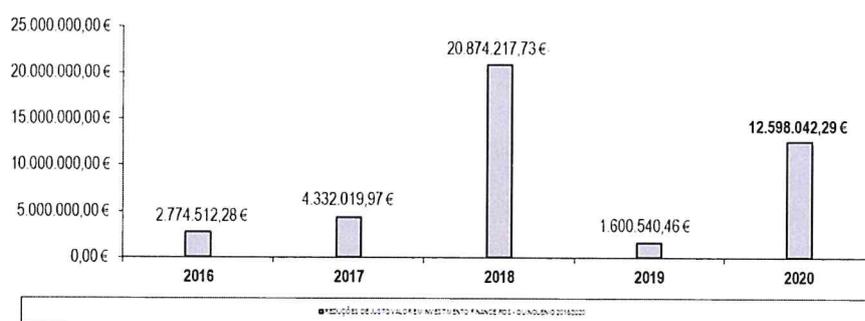
78

A adopção do critério de Valorimetria dos Investimentos Financeiros pelo seu Justo Valor, que a CPAS passou a adoptar desde o Exercício de 2010, de acordo com os princípios contabilísticos internacionalmente aceites, permite ilustrar, de forma apropriada, a situação líquida da Instituição, ao considerar-se o valor pelo qual o Investimento Financeiro detido poderia ser negociado no Mercado de Capitais, em 31 de Dezembro, entre partes conhecedoras e dispostas a tal, numa transacção em que não exista relacionamento entre elas.

A redução do valor dos Activos Financeiros da CPAS, avaliados em 31 de Dezembro de 2020, pelo seu Justo Valor, totalizou 12.598.042,29 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

REDUÇÕES DE JUSTO VALOR EM INVESTIMENTO FINANCEIROS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUADRIÉNIO	NO ANO	NO QUADRIÉNIO
2016	2.774.512,28 €				
2017	4.332.019,97 €	+ 1.557.507,69 €		+ 56,14%	
2018	20.874.217,73 €	+ 16.542.197,76 €		+ 381,86%	
2019	1.600.540,46 €	- 19.273.677,27 €		- 92,33%	
2020	12.598.042,29 €	+ 10.997.501,83 €	+ 9.823.530,01 €	+ 687,11%	+ 354,06%

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



REDUÇÕES DE JUSTO VALOR EM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Por razões de reforço da transparência quanto à valia dos activos, por aplicação das normas previstas no SNC-AP, maior adstricção a um conceito "mark to market", ou seja, a avaliação dos Activos Imobiliários numa base anual e ao valor de mercado, alinhamento com as mais exigentes regras de avaliação de activos, mas também por orientação expressa pelos Auditores da CPAS, foi assumida a avaliação anual de todo o Património Imobiliário.

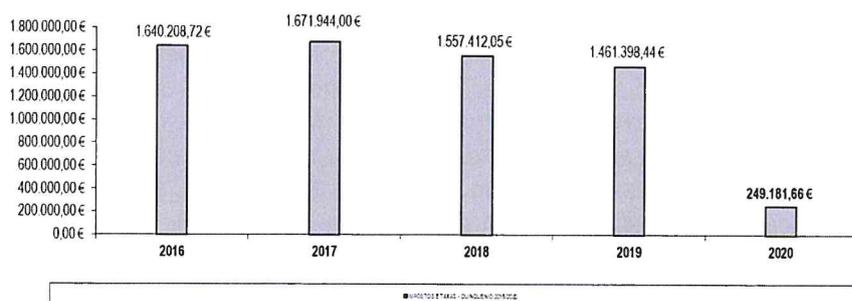
Os Gastos por Redução de Justo Valor das Propriedades de Investimento da CPAS, avaliadas em 2020, pelo seu Justo Valor, totalizaram 1.712.963,58 Euros.

OUTROS GASTOS E PERDAS

IMPOSTOS E TAXAS

No Exercício de 2020, a rubrica de Impostos e Taxas ascendeu a 249.181,66 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	1.640.208,72 €				
2017	1.671.944,00 €	+ 31.735,28 €		+ 1,93%	
2018	1.557.412,05 €	- 114.531,95 €		- 6,85%	
2019	1.461.398,44 €	- 96.013,61 €		- 6,16%	
2020	249.181,66 €	- 1.212.216,78 €	- 1.391.027,06 €	- 82,95%	- 84,81%



8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

[Handwritten signature]

Nesta rubrica está incluído o imposto, pago à taxa liberatória, sobre o rendimento recebido pela CPAS relativamente às aplicações financeiras cujos ganhos que se encontram abrangidos pela isenção conferida pelo artigo 9.º n.º 1 alínea c) e n.º 2 do Código do IRC e que se espera sejam recuperados com a entrega da Modelo 22 relativa a 2020, e o IMI pago pela CPAS sobre o seu Património Imobiliário que não se encontra isento deste imposto, no valor de 115.102,80 Euros e 700,40 Euros de Taxas diversas.

[Handwritten signature]

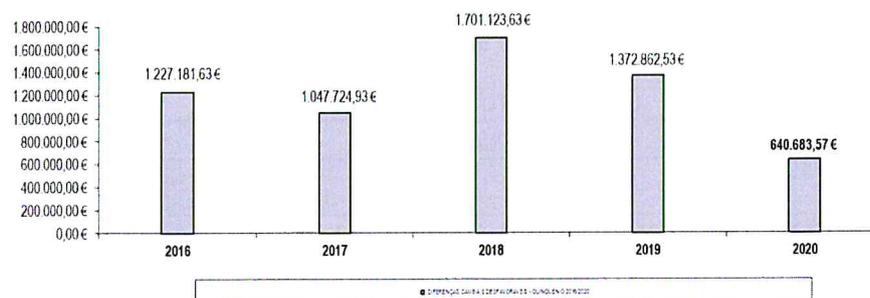
[Handwritten signature]

DIFERENÇAS CAMBIAIS DESFAVORÁVEIS

No Exercício de 2020, o valor das diferenças cambiais desfavoráveis foi de 640.683,57 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

DIFERENÇAS CAMBIAIS DESFAVORÁVEIS					
ANO	VALOR	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	1.227.181,63 €				
2017	1.047.724,93 €	- 179.456,70 €		- 14,62%	
2018	1.701.123,63 €	+ 653.398,70 €		+ 62,36%	
2019	1.372.862,53 €	- 328.261,10 €		- 19,30%	
2020	640.683,57 €	- 732.178,96 €	- 586.498,06 €	- 53,33%	- 47,79%

80



ENCARGOS COM SERVIÇOS BANCÁRIOS

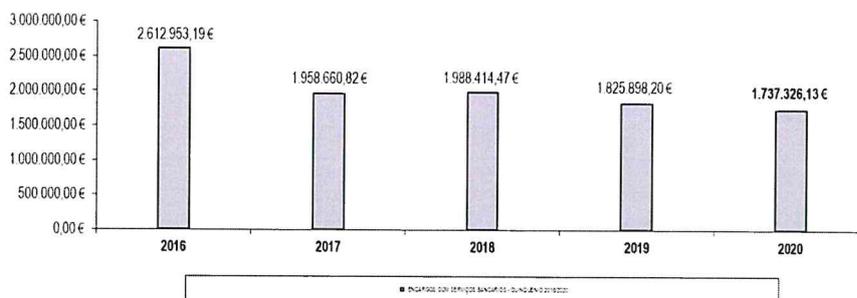
Nesta rubrica consideram-se, entre outros, os custos com comissões de gestão de carteiras, comissões de guarda de títulos, encargos com venda de activos financeiros, encargos com cobrança de contribuições, encargos com cobrança de juros, encargos com transferências bancárias - entre bancos, para pagamento de Pensões e para pagamentos de Benefícios -, encargos com informações bancárias e encargos com requisição de cheques, o que totalizaram, em 2020, 1.737.326,13 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA






ENCARGOS COM SERVIÇOS BANCÁRIOS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	2.612.953,19 €				
2017	1.958.660,82 €	- 654.292,37 €		- 25,04%	
2018	1.988.414,47 €	+ 29.753,65 €		+ 1,52%	
2019	1.825.898,20 €	- 162.516,27 €		- 8,17%	
2020	1.737.326,13 €	- 88.572,07 €	- 875.627,06 €	- 4,85%	- 33,51%

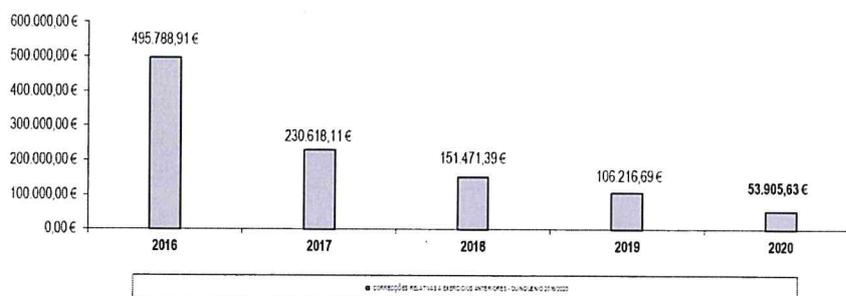


CORRECÇÕES RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES

No Exercício de 2020, o valor das Correções Relativas a Exercícios Anteriores foi de 53.905,63 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

81

CORRECÇÕES RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	495.788,91 €				
2017	230.618,11 €	- 265.170,80 €		- 53,48%	
2018	151.471,39 €	- 79.146,72 €		- 34,32%	
2019	106.216,69 €	- 45.254,70 €		- 29,88%	
2020	53.905,63 €	- 52.311,06 €	- 441.883,28 €	- 49,25%	- 89,13%



8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Mau
W

PERDAS EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS

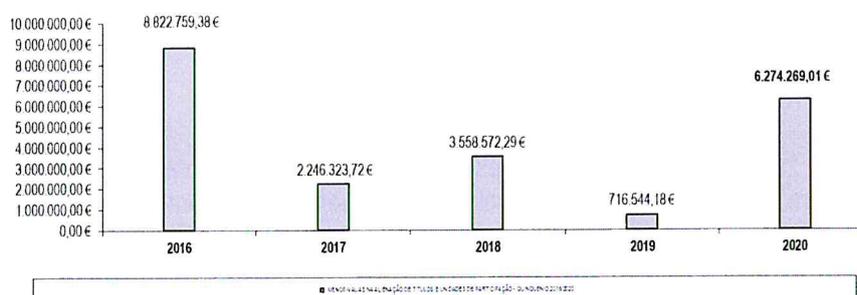
MENOS-VALIAS NA ALIENAÇÃO DE TÍTULOS E UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

CP

No Exercício de 2020, o valor das Menos-Valias na Alienação de Títulos e Unidades de Participação foi de 6.274.269,01 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

U

MENOS-VALIAS NA ALIENAÇÃO DE TÍTULOS E UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	8.822.759,38 €				
2017	2.246.323,72 €	- 6.576.435,66 €		- 74,54%	
2018	3.558.572,29 €	+ 1.312.248,57 €		+ 58,42%	
2019	716.544,18 €	- 2.842.028,11 €		- 79,86%	
2020	6.274.269,01 €	+ 5.557.724,83 €	- 2.548.490,37 €	+ 775,63%	- 28,89%



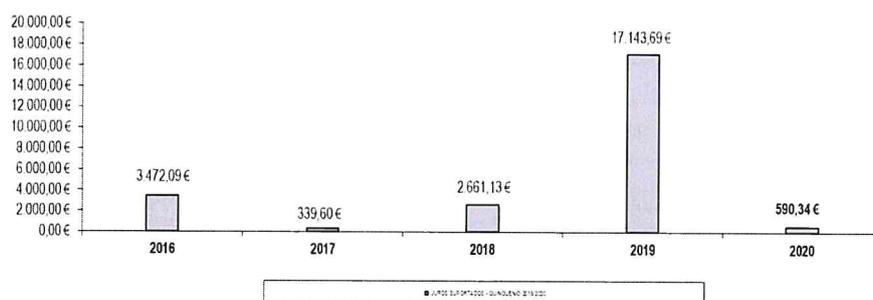
82

JUROS SUPORTADOS

No Exercício de 2020, o valor dos Juros Suportados foi de 590,34 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

JUROS SUPORTADOS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	3.472,09 €				
2017	339,60 €	- 3.132,49 €		- 90,22%	
2018	2.661,13 €	+ 2.321,53 €		+ 683,61%	
2019	17.143,69 €	+ 14.482,56 €		+ 544,23%	
2020	590,34 €	- 16.553,35 €	- 2.881,75 €	- 96,56%	- 83,00%

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



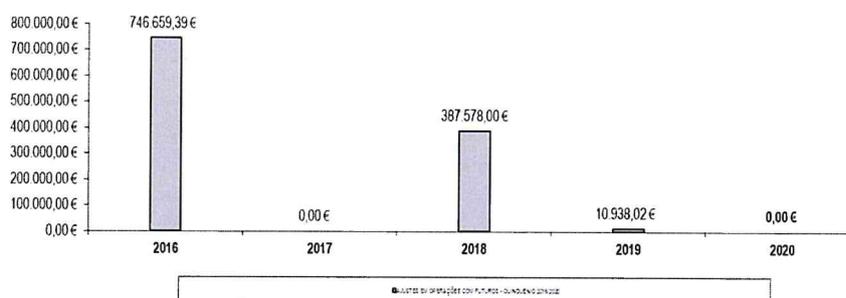
AJUSTES EM OPERAÇÕES COM FUTUROS

No Exercício de 2020 não existiram perdas geradas pelo reforço ou pagamento das diferenças negativas nas contas-margem de Operações com Futuros. Importa, neste contexto, referir que o investimento da CPAS em Futuros não tem natureza especulativa. Com efeito, tem como finalidade a cobertura de risco de activos face a eventos futuros e incertos, alheios à vontade do investidor e susceptíveis de lhe causar prejuízos.

Em 2020, o investimento em Futuros visou apenas a cobertura de risco de taxa de juro e de risco de taxa de câmbio. A variação do valor deste tipo de investimentos, positiva ou negativa, é compensada por uma variação inversa no valor dos títulos sobre os quais incide a cobertura. O objectivo é o de reduzir ou eliminar a ocorrência de prejuízos uma vez que são tomadas duas posições que se compensam mutuamente em caso de variação de preço.

83

AJUSTES EM OPERAÇÕES COM FUTUROS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	746.659,39 €				
2017	0,00 €	- 746.659,39 €		- 100,00%	
2018	387.578,00 €	+ 387.578,00 €		-	
2019	10.938,02 €	- 376.639,98 €		- 97,18%	
2020	0,00 €	- 10.938,02 €	- 746.659,39 €	- 100,00%	- 100,00%



OUTROS GASTOS E PERDAS

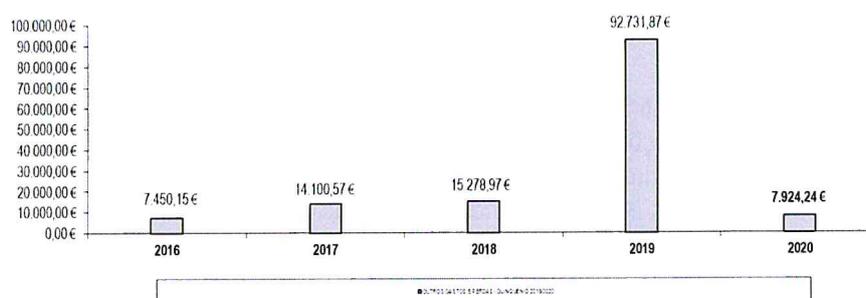
No Exercício de 2020, o valor de Outros Gastos e Perdas foi de 7.924,24 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Handwritten signature and initials

OUTROS GASTOS E PERDAS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	7.450,15 €				
2017	14.100,57 €	+ 6.650,42 €		+ 89,27%	
2018	15.278,97 €	+ 1.178,40 €		+ 8,36%	
2019	92.731,87 €	+ 77.452,90 €		+ 506,92%	
2020	7.924,24 €	- 84.807,63 €	+ 474,09 €	- 91,45%	+ 6,36%

Handwritten initials and signature



GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

84

No Exercício de 2020, o valor de Outros Gastos de Depreciação e de Amortização foi de 130.204,77 Euros, dos quais 128.173,89 Euros sobre Activos Fixos Tangíveis e 2.030,88 Euros sobre Activos Fixos Intangíveis.

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

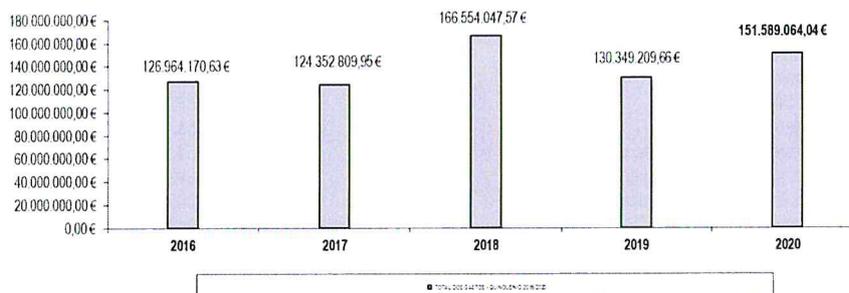
TOTAL DOS GASTOS

No Exercício de 2020, o Total dos Gastos foi de 151.589.064,04 Euros, conforme se retira dos quadros que adiante se expressam:

GASTOS	2020		
PENSÕES/SUBSÍDIOS/COMPARTICIPAÇÕES		111.283.113,27 €	73,41%
Despesas de previdência		99.751.681,05 €	65,80%
Pensões de reforma	99.074.692,49 €		65,36%
Suplemento das pensões de reforma	676.988,56 €		0,45%
Reforço de provisão "LOE 2012 - Artº20º e 25º"			
Despesas de assistência		11.531.432,22 €	7,61%
Subsídios de invalidez	961.572,03 €		0,63%
Suplementos dos subsídios de invalidez	656,46 €		0,00%
Subsídios de sobrevivência	7.055.570,92 €		4,65%
Subsídios de nascimento	633.265,00 €		0,42%
Subsídios de maternidade	1.568.597,20 €		1,03%
Subsídios de recuperação intern hosp.doença	251.380,00 €		0,17%
Comparticipações internamento hospitalar-matern	67.184,68 €		0,04%
Comparticipações internamento hospitalar-doença	336.457,10 €		0,22%
Acção médica e medicamentosa	24.407,99 €		0,02%
Subsídios por morte	337.410,00 €		0,22%
Subsídios funeral	52.647,44 €		0,03%
Subsídios de assistência	58.374,00 €		0,04%
Bolsas de estudo	1.483,93 €		0,00%
Seguro de assistência médica permanente	103.729,78 €		0,07%
Seguro grupo de acidentados pessoais	78.695,69 €		0,05%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		1.817.408,30 €	1,20%
Despesas de estrutura		1.817.408,30 €	1,20%
Administração corrente (Sede)	1.190.226,31 €		0,79%
Administração social (Postos médicos)	97.953,68 €		0,06%
Administração patrimonial (Imóveis)	529.228,31 €		0,35%
GASTOS COM O PESSOAL		1.679.886,08 €	1,11%
Despesas de estrutura		1.679.886,08 €	1,11%
Administração corrente (Sede)	1.628.580,99 €		1,07%
Administração social (Postos médicos)	14.429,85 €		0,02%
Administração patrimonial (Imóveis)	36.875,24 €		0,01%
PERDAS POR IMPARIDADE		13.175.983,90 €	8,69%
Perdas por imparidade - contribuições em dívida		12.656.058,50 €	8,35%
Outras perdas por imparidade		519.925,40 €	0,34%
PROVISÕES		227.581,27 €	0,15%
Aumento de provisões		227.581,27 €	0,15%
REDUÇÕES DE JUSTO VALOR		14.311.005,87 €	9,44%
Investimentos financeiros		12.598.042,29 €	8,31%
Propriedades de investimento		1.712.963,58 €	1,13%
OUTROS GASTOS E PERDAS		8.963.880,58 €	5,91%
Impostos e taxas (IRC e IMI)		249.181,66 €	0,16%
Diferenças cambiais desfavoráveis		640.683,57 €	0,42%
Encargos com serviços bancários		1.737.326,13 €	1,15%
Correcções relativas a períodos anteriores		53.905,63 €	0,04%
Perdas em instrumentos financeiros		6.274.859,35 €	4,14%
Menos-valias de títulos e unidades de participação	6.274.269,01 €		4,14%
Juros suportados	590,34 €		0,00%
Operações com futuros	- €		0,00%
Outros gastos e perdas		7.924,24 €	0,01%
GASTOS DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO		130.204,77 €	0,09%
Activos fixos tangíveis e intangíveis		130.204,77 €	0,09%
TOTAL DOS GASTOS		151.589.064,04 €	100,00%

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

VALOR TOTAL DOS GASTOS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	126.964.170,63 €				
2017	124.352.809,95 €	- 2.611.360,68 €		- 2,06%	
2018	166.554.047,57 €	+ 42.201.237,62 €		+ 33,94%	
2019	130.349.209,66 €	- 36.204.837,91 €		- 21,74%	
2020	151.589.064,04 €	+ 21.239.854,38 €	+ 24.624.893,41 €	+ 16,29%	+ 19,40%



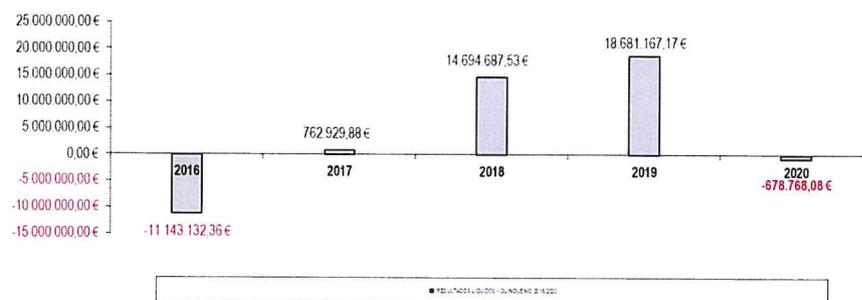
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

RENDIMENTOS E GASTOS	2020
Impostos, contribuições e taxas	109.738.711,96 €
Pensões/Subsídios/Comparticipações	-111.283.113,27 €
Fornecimentos e serviços externos	-1.817.408,30 €
Gastos com o pessoal	-1.679.886,08 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-12.194.275,50 €
Provisões (aumentos/reduções)	-227.581,27 €
Aumentos/reduções de justo valor	9.185.810,35 €
Outros rendimentos e ganhos	10.604.370,89 €
Outros gastos e perdas	-8.963.880,58 €
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIACÕES E GASTOS DE FINANCIAMENTO	-6.637.251,80 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-130.204,77 €
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO)	-6.767.456,57 €
Juros e rendimentos similares obtidos	6.088.688,49 €
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-678.768,08 €
Imposto sobre o rendimento	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-678.768,08 €

No Exercício de 2020, o Resultado Líquido do período foi de – 678.768,08 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

RESULTADO LÍQUIDO		
ANO	VALOR	VARIACÃO
		NO ANO
2016	- 11.143.132,36 €	
2017	762.929,88 €	+ 11.906.062,24 €
2018	14.694.687,53 €	+ 13.931.757,65 €
2019	18.681.167,17 €	+ 3.986.479,64 €
2020	- 678.768,08 €	- 19.359.935,25 €

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

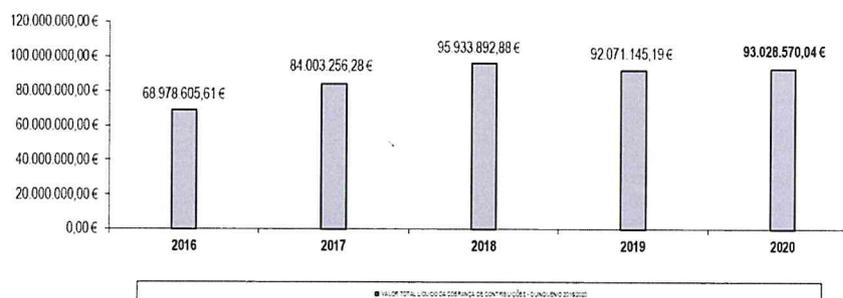
9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

COBRANÇA E DÍVIDA DE CONTRIBUIÇÕES

COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES

No Exercício de 2020, o valor líquido de Cobrança de Contribuições referentes ao próprio ano [87.645.861,21 Euros] e a anos anteriores [5.382.708,83 Euros] foi de 93.028.570,04 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

VALOR TOTAL LÍQUIDO DA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	68.978.605,61 €				
2017	84.003.256,28 €	+ 15.024.650,67 €		+ 21,78%	
2018	95.933.892,88 €	+ 11.930.636,60 €		+ 14,20%	
2019	92.071.145,19 €	- 3.862.747,69 €		- 4,03%	
2020	93.028.570,04 €	+ 957.424,85 €	+ 24.049.964,43 €	+ 1,04%	+ 34,87%



DÍVIDA DE CONTRIBUIÇÕES

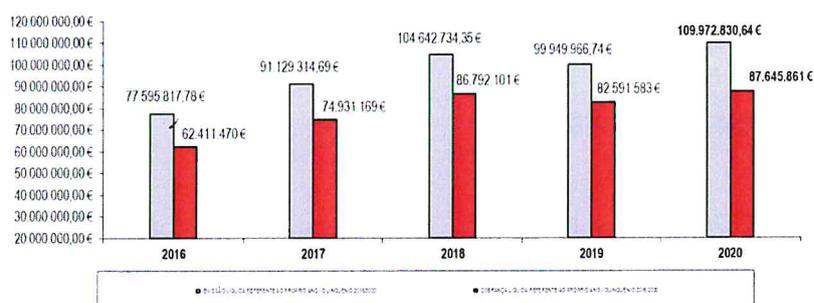
DÍVIDA GERADA NO PRÓPRIO EXERCÍCIO

No Exercício de 2020, o valor líquido da emissão de contribuições referentes ao próprio ano foi de 109.972.830,64 Euros.

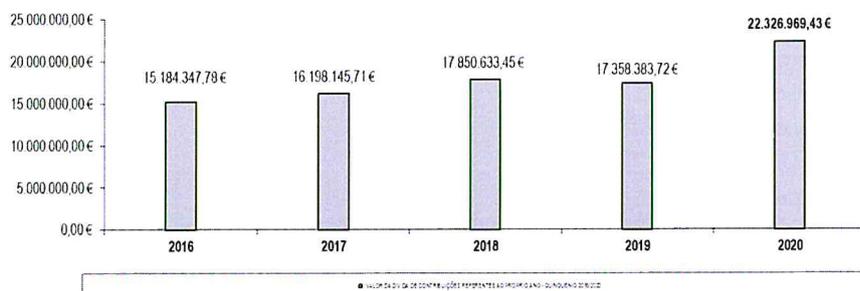
Como se referiu acima, o valor líquido da cobrança de contribuições referentes ao próprio ano foi de 87.645.861,21 Euros, sendo, portanto, a diferença entre os dois valores o correspondente à Dívida de Contribuições referente ao próprio ano, isto é, 22.326.969,43 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

RELAÇÃO ENTRE EMISSÃO E COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES			
ANO	VALOR LÍQUIDO DA EMISSÃO DE CONTRIBUIÇÕES DO PRÓPRIO ANO	VALOR LÍQUIDO DA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES DO PRÓPRIO ANO	RELAÇÃO %
2016	77.595.817,78 €	62.411.470,00 €	80,43%
2017	91.129.314,69 €	74.931.168,98 €	82,23%
2018	104.642.734,35 €	86.792.100,90 €	82,94%
2019	99.949.966,74 €	82.591.583,02 €	82,63%
2020	109.972.830,64 €	87.645.861,21 €	79,70%

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



VALOR DA DÍVIDA DE CONTRIBUIÇÕES REFERENTES AO PRÓPRIO ANO					
ANO	VALOR	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	15.184.347,78 €				
2017	16.198.145,71 €	+ 1.013.797,93 €		+ 6,68%	
2018	17.850.633,45 €	+ 1.652.487,74 €		+ 10,20%	
2019	17.358.383,72 €	- 492.249,73 €		- 2,76%	
2020	22.326.969,43 €	+ 4.968.585,71 €	+ 7.142.621,65 €	+ 28,62%	+ 47,04%



DÍVIDA ACUMULADA DE CONTRIBUIÇÕES

Analisada que foi a Dívida de Contribuições referente ao próprio ano, gerada no Exercício de 2020, procede-se agora à análise da Dívida Acumulada de Contribuições e sua recuperação.

No final do Exercício de 2019, o valor da Dívida Acumulada de Contribuições, desde 1 de Janeiro de 1973, era de 135.804.273,50 Euros, antes da dedução da parte que diz respeito à amortização de capital em dívida, relativo ao Plano de Regularização de Créditos por Dívidas de Contribuições à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores e a Acordos de Pagamento Prestacional de Contribuições em Dívida.

No Exercício de 2020, o valor da Dívida de Contribuições referentes ao próprio ano, ou seja, gerada neste exercício, foi de 22.326.969,43 Euros, tendo-se recuperado de Dívida Acumulada de Contribuições referentes a anos anteriores 5.616.827,52 Euros.

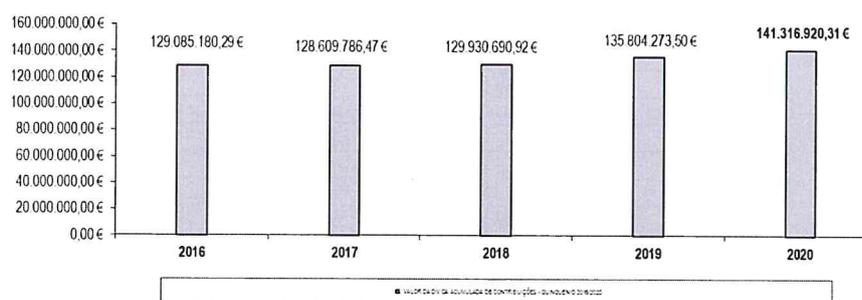
Reduziu-se igualmente o valor da Dívida de Contribuições em 11.197.495,10 Euros por prescrição das contribuições em dívida, invocada pelos Beneficiários ou pela CPAS.

No final do ano de 2020, o valor da Dívida Acumulada de Contribuições passou a totalizar 141.316.920,31 Euros, antes da dedução da parte que diz respeito à amortização de capital em dívida, relativo ao Plano de

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Regularização de Créditos por Dívidas de Contribuições à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores e a Acordos de Pagamento Prestacional de Contribuições em Dívida, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

VALOR DA DÍVIDA ACUMULADA DE CONTRIBUIÇÕES					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	129.085.180,29 €				
2017	128.609.786,47 €	- 475.393,82 €		- 0,37%	
2018	129.930.690,92 €	+ 1.320.904,45 €		+ 1,03%	
2019	135.804.273,50 €	+ 5.873.582,58 €		+ 4,52%	
2020	141.316.920,31 €	+ 5.512.646,81 €	+ 12.231.740,02 €	+ 4,06%	+ 9,48%



Durante o ano de 2020 permaneciam em curso processos de cobrança coerciva da Dívida de Contribuições, no valor total de contribuições em dívida de 660.835,62 Euros.

Deverá também, para efeitos de redução da Dívida de Contribuições, na parte que diga respeito à amortização de capital em dívida, ser considerado o valor das prestações relativas a Acordos de Pagamento Prestacional de Contribuições em Dívida, sem qualquer bonificação de juros, recebidos até 31 de Dezembro de 2020.

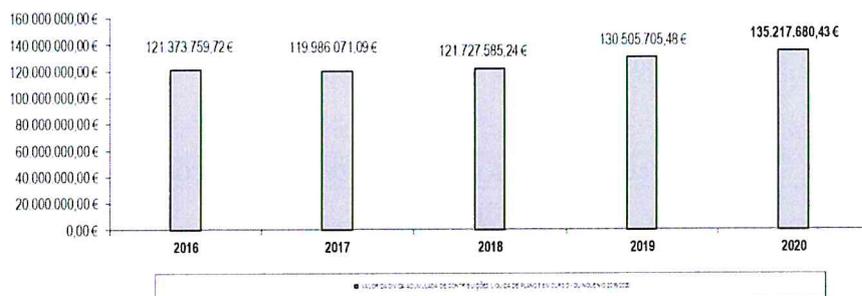
Este valor totalizou 6.099.239,88 Euros.

Estes acordos implicam a interrupção do prazo de prescrição das contribuições em dívida e o cumprimento tempestivo das prestações e das contribuições que se venham a vencer. O seu incumprimento resultará no vencimento de todas as prestações vincendas e respectiva cobrança coerciva dos valores em dívida.

Assim, no final do ano de 2020, o valor da Dívida Acumulada de Contribuições, líquida de planos e acordos em curso, totalizava 135.217.680,43 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

VALOR DA DÍVIDA ACUMULADA DE CONTRIBUIÇÕES - LÍQUIDA DE PLANOS EM CURSO					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	121.373.759,72 €				
2017	119.986.071,09 €	- 1.387.688,63 €		- 1,14%	
2018	121.727.585,24 €	+ 1.741.514,15 €		+ 1,45%	
2019	130.505.705,48 €	+ 8.778.120,24 €		+ 7,21%	
2020	135.217.680,43 €	+ 4.711.974,95 €	+ 13.843.920,71 €	+ 3,61%	+ 11,41%

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



ANÁLISE DA DÍVIDA ACUMULADA DE CONTRIBUIÇÕES

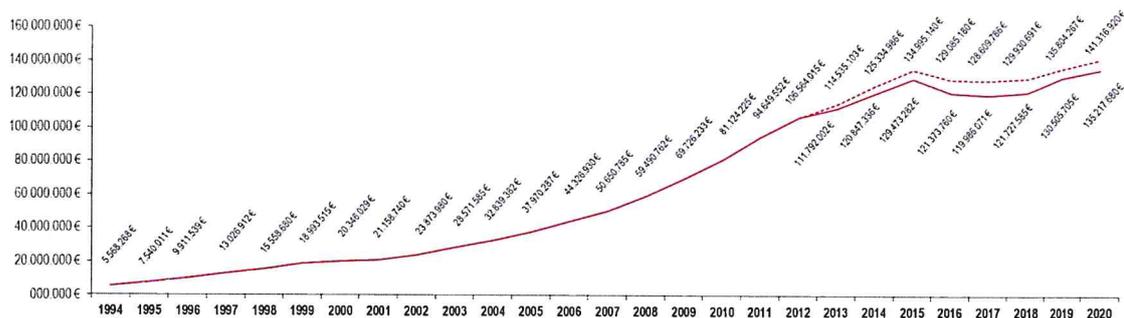
A Dívida Acumulada de Contribuições, desde 1 de Janeiro de 1973 até 31 de Dezembro de 2020, apresentou a seguinte evolução no período de 1994 a 2020, conforme adiante se expressa:

DÍVIDA ACUMULADA DE CONTRIBUIÇÕES			
ANO	VALOR	VARIAÇÃO	%
1994	5.568.268,40 €		
1995	7.540.011,01 €	1.971.742,61 €	35,41%
1996	9.911.539,42 €	2.371.528,41 €	31,45%
1997	13.026.912,12 €	3.115.372,70 €	31,43%
1998	15.558.679,53 €	2.531.767,41 €	19,43%
1999	18.993.514,87 €	3.434.835,34 €	22,08%
2000	20.346.028,97 €	1.352.514,10 €	7,12%
2001	21.158.740,49 €	812.711,52 €	3,99%
2002	23.873.979,82 €	2.715.239,33 €	12,83%
2003	28.571.585,05 €	4.697.605,23 €	19,68%
2004	32.839.382,16 €	4.267.797,11 €	14,94%
2005	37.970.286,80 €	5.130.904,64 €	15,62%
2006	44.326.929,59 €	6.356.642,79 €	16,74%
2007	50.650.784,90 €	6.323.855,31 €	14,27%
2008	59.490.761,64 €	8.839.976,74 €	17,45%
2009	69.726.233,89 €	10.235.472,25 €	17,21%
2010	81.124.224,73 €	11.397.990,84 €	16,35%
2011	94.649.552,46 €	13.525.327,73 €	16,67%
2012	106.564.014,51 €	11.914.462,05 €	12,59%
2013	114.535.103,08 €	7.971.088,57 €	7,48%
2013*	111.792.001,97 €	5.227.987,46 €	4,91%
2014	125.334.986,18 €	10.799.883,10 €	9,43%
2014*	120.847.336,34 €	9.055.334,37 €	8,10%
2015	134.995.139,96 €	9.660.153,78 €	7,71%
2015*	129.473.282,38 €	8.625.946,04 €	7,14%
2016	129.085.180,29 €	- 5.909.959,67 €	- 4,38%
2016*	121.373.759,72 €	- 8.099.522,66 €	- 6,26%
2017	128.609.786,47 €	- 475.393,82 €	- 0,37%
2017*	119.986.071,09 €	- 1.387.688,63 €	- 1,14%
2018	129.930.690,92 €	1.320.904,45 €	1,03%
2018*	121.727.585,24 €	1.741.514,15 €	1,45%
2019	135.804.267,15 €	5.873.576,23 €	4,52%
2019*	130.505.705,48 €	8.778.120,24 €	7,21%
2020	141.316.920,31 €	5.512.653,16 €	4,06%
2020*	135.217.680,43 €	4.711.974,95 €	3,61%

(*) Valor da dívida acumulada de contribuições – líquida de planos e acordos em curso

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A linha de tendência da dívida acumulada de contribuições, no período de 1994 a 2020, apresenta, pois, a seguinte expressão gráfica:



No Exercício de 2020 a análise da Dívida Acumulada de Contribuições permite registar os indicadores que adiante se expressam:

DÍVIDA POR ESCALÃO ETÁRIO (1)										
ESCALÃO ETÁRIO	ADVOGADO INSCRITO OA		ASSOCIADO DA OSAE		ADVOGADO ESTAGIÁRIO		ASSOCIADO ESTAGIÁRIO DA OSAE		OUTRA PROFISSÃO JURÍDICA	
	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR
< 30 anos	920	571.839,80 €	87	63.907,07 €	102	25.520,83 €	32	4.785,69 €	0	- €
< 35 anos	1488	2.791.857,96 €	164	311.287,66 €	78	40.723,15 €	12	3.662,69 €	0	- €
< 40 anos	1892	6.882.127,81 €	186	660.614,02 €	54	36.074,32 €	13	2.008,23 €	0	- €
< 45 anos	2762	17.489.779,08 €	253	1.369.682,17 €	42	25.222,85 €	11	1.346,31 €	2	470,99 €
< 50 anos	2931	25.666.884,77 €	288	2.308.745,84 €	32	26.374,80 €	10	2.297,40 €	3	6.403,40 €
< 55 anos	2341	24.172.346,36 €	255	2.481.366,70 €	20	11.549,70 €	6	1.243,75 €	1	2.438,59 €
< 60 anos	1849	19.838.393,07 €	205	2.096.809,70 €	16	17.754,11 €	5	7.241,26 €	0	- €
< 65 anos	1081	15.033.233,29 €	152	1.883.221,93 €	14	57.834,55 €	6	1.347,28 €	0	- €
≥ 65 anos	1006	15.586.308,03 €	148	1.821.472,96 €	11	12.742,19 €	0	- €	0	- €

(1) Dívida sem dedução dos pagamentos de planos e acordos em curso a 31 de Dezembro de 2020

A análise da Dívida Acumulada por escalão etário revela que o núcleo duro da dívida de contribuições, em número de Beneficiários e em valor da dívida acumulada, tem especial incidência nos escalões etários entre os 45 e os 60 anos.

DÍVIDA POR ESCALÃO CONTRIBUTIVO (1)										
ESCALÃO CONTRIBUTIVO	ADVOGADO INSCRITO OA		ASSOCIADO DA OSAE		ADVOGADO ESTAGIÁRIO		ASSOCIADO ESTAGIÁRIO DA OSAE		OUTRA PROFISSÃO JURÍDICA	
	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR
SEM ESCALÃO (*)	4684	18.598.631,90 €	606	4.248.789,44 €	324	172.569,92 €	89	15.277,92 €	1	125,69 €
1	0	- €	0	- €	38	6.874,89 €	4	896,62 €	0	- €
2	1170	548.885,79 €	106	25.994,97 €	2	502,80 €	1	1.475,25 €	0	- €
3	657	728.028,19 €	41	25.825,51 €	0	- €	0	- €	0	- €
4	859	1.746.956,54 €	99	161.532,72 €	2	9.699,27 €	1	6.282,82 €	3	7.475,65 €
5	7309	60.619.896,49 €	780	5.987.039,77 €	2	17.148,80 €	0	- €	0	- €
6	35	193.218,11 €	3	3.593,60 €	0	- €	0	- €	1	1.366,34 €
7	13	60.699,61 €	4	20.511,00 €	0	- €	0	- €	0	- €
8	7	23.096,42 €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €
9	1267	38.092.230,50 €	81	2.268.390,93 €	1	47.000,82 €	0	- €	1	345,30 €
10	99	1.780.692,22 €	6	99.617,93 €	0	- €	0	- €	0	- €
11	77	2.015.069,65 €	5	61.844,98 €	0	- €	0	- €	0	- €
12	37	1.209.892,82 €	3	3.643,60 €	0	- €	0	- €	0	- €
13	6	115.382,39 €	2	5.483,50 €	0	- €	0	- €	0	- €
14	15	578.656,70 €	1	81.069,40 €	0	- €	0	- €	0	- €

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

ESCALÃO CONTRIBUTIVO	ADVOGADO INSCRITO OA		ASSOCIADO DA OSAE		ADVOGADO ESTAGIÁRIO		ASSOCIADO ESTAGIÁRIO DA OSAE		OUTRA PROFISSÃO JURÍDICA	
	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR
15	5	16.640,05 €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €
16	8	307.657,76 €	1	3.770,70 €	0	- €	0	- €	0	- €
17	4	125.312,04 €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €
18	4	335.832,88 €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €
19	1	1.633,98 €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €
20	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €
21	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €
22	8	755.702,78 €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €
23	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €
24	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €
25	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €
26	5	178.653,35 €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €

[*] Por motivo de cancelamento da inscrição, reforma ou falecimento.

(1) Dívida sem dedução dos pagamentos de planos e acordos em curso a 31 de Dezembro de 2020

A análise da Dívida Acumulada, por escalão contributivo, revela que o núcleo duro da dívida de contribuições tem especial incidência, quer em número de Beneficiários, quer em valor de Dívida Acumulada, nos 5.º e 9.º escalões contributivos.

No final do Exercício de 2020, o valor da Dívida Acumulada de Contribuições de 1 de Janeiro de 1973 até 31 de Dezembro de 1994 (22 anos) era 798.392,63 Euros.

De 1 de Janeiro de 1995 até 31 de Dezembro de 2020 (26 anos) a Dívida Acumulada era de 140.518.527,68 Euros, sem dedução dos pagamentos de planos e acordos em curso a 31 de Dezembro de 2020.

A análise da evolução da Dívida Acumulada de Contribuições revela que:

A Dívida Acumulada de Contribuições sofre uma aceleração acentuada a partir de 1995 com a entrada em vigor das alterações ao Regulamento da CPAS, introduzidas pela Portaria n.º 884/94, de 1 de Outubro.

Em 2013, o crescimento da dívida desacelera o que se atribui, em parte, à implementação do Plano de Regularização de Créditos por Dívidas de Contribuições à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores e de outros mecanismos de recuperação de dívida, como sejam os Acordos de Pagamento Prestacional e a cobrança coerciva.

No final de 2020, o universo de Beneficiários devedores com dívida superior a 5.000,00 Euros era de 6.855 para um total de 127.667.723,64 Euros e com dívida inferior a 5.000,00 Euros era de 11.623 que representavam 13.649.196,67 Euros.

Quer isto dizer que 37,10% de Beneficiários com dívida de contribuições representam 90,34% da dívida, ao passo que os restantes 9,66% está alocada a 62,90% daqueles Beneficiários.

Relativamente ao escalão etário, o maior número de Beneficiários devedores, ou seja, 8.957 Beneficiários, situa-se nos escalões etários entre os 40 e os 55 anos de idade.

Do valor total da Dívida Acumulada de Contribuições de 141.316.920,31 Euros, 73.566.152,71 Euros repartem-se pelos escalões etários entre os 40 e os 55 anos.

Relativamente ao escalão contributivo, o maior número de Beneficiários devedores, 9.441, situa-se nos 5.º e 9.º escalões contributivos.

Do valor total da Dívida Acumulada de Contribuições de 141.316.920,31 Euros, 107.032.052,61 Euros foram gerados por Beneficiários dos 5.º e 9.º escalões contributivos.

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

RECUPERAÇÃO DA DÍVIDA DE CONTRIBUIÇÕES

A Dívida Acumulada de Contribuições, no que tange à sua recuperabilidade, deve ser analisada sob uma tripla perspectiva:

- Quanto à sua antiguidade
- Quanto ao seu valor anual
- Quanto à sua recuperabilidade

No que concerne à antiguidade da Dívida Acumulada de Contribuições, verificou-se acima que o momento temporal mais antigo com registo de dívida corresponde a 1973.

No que se refere ao valor anual e à recuperabilidade da Dívida Acumulada de Contribuições, quer o valor da dívida de contribuições por ano de emissão, quer a sua recuperação no Exercício de 2020, relativamente a anos anteriores, evidenciam-se nos quadros que adiante se expressam:

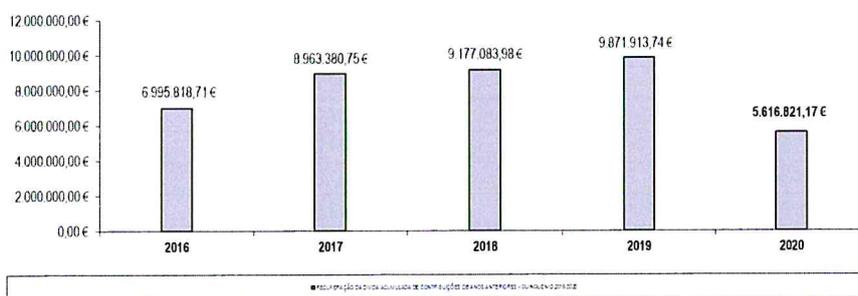
RECUPERAÇÃO DA DÍVIDA ACUMULADA DE CONTRIBUIÇÕES NO EXERCÍCIO DE 2020					
ANO	TOTAL DA DÍVIDA EM 31/12/2019	TOTAL DA DÍVIDA EM 31/12/2020	RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA	TOTAL DA DÍVIDA EM 31/12/2020 LÍQUIDA DE PLANOS E ACORDOS EM CURSO	RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA - LÍQUIDA DE PLANOS E ACORDOS EM CURSO
1973	1,50 €	1,50 €	0,00 €	1,50 €	- €
1974	4,74 €	4,74 €	0,00 €	4,74 €	- €
1975	83,54 €	83,54 €	0,00 €	83,54 €	- €
1976	256,05 €	256,05 €	0,00 €	256,05 €	- €
1977	331,93 €	331,93 €	0,00 €	331,93 €	- €
1978	420,47 €	420,47 €	0,00 €	420,47 €	- €
1979	479,35 €	473,37 €	5,98 €	473,37 €	5,98 €
1980	668,13 €	646,17 €	21,96 €	646,17 €	21,96 €
1981	876,31 €	857,91 €	18,40 €	857,91 €	18,40 €
1982	1.178,88 €	1.145,30 €	33,58 €	1.145,30 €	33,58 €
1983	4.996,15 €	4.771,76 €	224,39 €	4.771,76 €	224,39 €
1984	8.981,08 €	8.064,49 €	916,59 €	8.064,49 €	916,59 €
1985	13.233,12 €	10.982,10 €	2.251,02 €	10.982,10 €	2.251,02 €
1986	19.715,57 €	15.212,82 €	4.502,75 €	15.212,82 €	4.502,75 €
1987	26.239,60 €	19.452,57 €	6.787,03 €	19.452,57 €	6.787,03 €
1988	33.033,25 €	25.591,28 €	7.441,97 €	25.563,63 €	7.469,62 €
1989	44.347,11 €	33.804,77 €	10.542,34 €	33.804,77 €	10.542,34 €
1990	65.713,90 €	50.701,00 €	15.012,90 €	50.498,56 €	15.215,34 €
1991	91.960,56 €	72.453,20 €	19.507,36 €	72.145,92 €	19.814,64 €
1992	156.229,81 €	123.343,31 €	32.886,50 €	123.222,02 €	33.007,79 €
1993	226.034,63 €	178.972,07 €	47.062,56 €	178.654,61 €	47.380,02 €
1994	315.034,85 €	250.822,28 €	64.212,57 €	250.428,23 €	64.606,62 €
1995	643.442,23 €	495.024,73 €	148.417,50 €	494.118,74 €	149.323,49 €
1996	869.276,38 €	664.539,61 €	204.736,77 €	659.962,28 €	209.314,10 €
1997	892.242,59 €	642.102,83 €	250.139,76 €	631.130,68 €	261.111,91 €
1998	897.138,55 €	600.269,30 €	296.869,25 €	584.724,68 €	312.413,87 €
1999	940.936,03 €	605.278,06 €	335.657,97 €	586.321,47 €	354.614,56 €
2000	1.091.888,27 €	692.463,93 €	399.424,34 €	674.270,25 €	417.618,02 €
2001	1.200.574,53 €	775.995,06 €	424.579,47 €	754.477,82 €	446.096,71 €
2002	1.218.393,44 €	778.678,73 €	439.714,71 €	741.595,79 €	476.797,65 €
2003	1.625.640,81 €	1.090.880,47 €	534.760,34 €	1.026.812,90 €	598.827,91 €

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

ANO	TOTAL DA DÍVIDA EM 31/12/2019	TOTAL DA DÍVIDA EM 31/12/2020	RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA	TOTAL DA DÍVIDA EM 31/12/2020 LÍQUIDA DE PLANOS E ACORDOS EM CURSO	RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA - LÍQUIDA DE PLANOS E ACORDOS EM CURSO
2004	1.799.647,38 €	1.222.376,68 €	577.270,70 €	1.143.646,23 €	656.001,15 €
2005	2.072.312,00 €	1.435.441,53 €	636.870,47 €	1.341.650,48 €	730.661,52 €
2006	2.577.691,48 €	1.860.423,79 €	717.267,69 €	1.739.937,42 €	837.754,06 €
2007	3.062.612,72 €	2.278.180,58 €	784.432,14 €	2.102.984,11 €	959.628,61 €
2008	3.698.660,31 €	2.802.634,58 €	896.025,73 €	2.587.632,30 €	1.111.028,01 €
2009	4.492.076,74 €	3.493.256,22 €	998.820,52 €	3.194.731,26 €	1.297.345,48 €
2010	5.321.037,34 €	4.199.979,71 €	1.121.057,63 €	3.827.464,22 €	1.493.573,12 €
2011	6.982.101,87 €	5.833.763,48 €	1.148.338,39 €	4.915.677,09 €	2.066.424,78 €
2012	8.383.596,92 €	7.426.634,29 €	956.962,63 €	6.294.442,78 €	2.089.154,14 €
2013	8.977.103,84 €	8.456.341,81 €	520.762,03 €	7.437.263,85 €	1.539.839,99 €
2014	9.926.261,87 €	9.332.873,99 €	593.387,88 €	8.616.018,98 €	1.310.242,89 €
2015	11.175.915,48 €	10.540.991,35 €	634.924,13 €	10.052.981,51 €	1.122.933,97 €
2016	11.376.350,22 €	11.077.311,30 €	299.038,92 €	10.922.050,91 €	454.299,31 €
2017	13.096.633,62 €	12.692.425,11 €	404.208,51 €	12.613.587,23 €	483.046,39 €
2018	15.114.528,28 €	14.381.978,63 €	732.549,65 €	14.356.888,30 €	757.639,98 €
2019	17.358.383,72 €	14.811.712,48 €	2.546.671,24 €	14.797.714,60 €	2.560.669,12 €
2020		22.326.969,43 €		22.322.572,09 €	4.397,34 €
Total de pedidos de prescrição no Exercício de 2020			11.197.495,10 €		11.197.495,10 €
Total de recuperação da dívida no Exercício de 2020			5.616.821,17 €		11.716.061,05 €

RECUPERAÇÃO DA DÍVIDA ACUMULADA DE CONTRIBUIÇÕES DE ANOS ANTERIORES

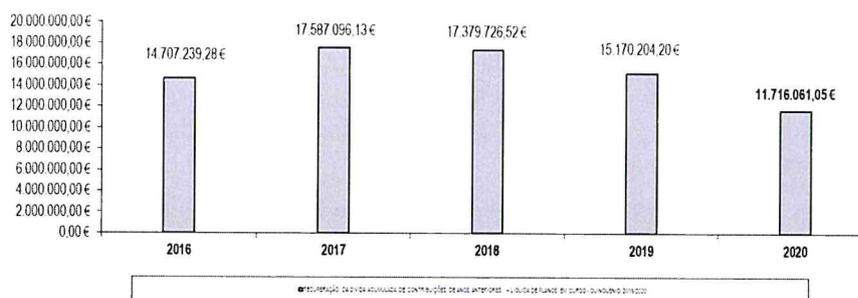
ANO	VALOR	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	6.995.818,71 €				
2017	8.963.380,75 €	+ 1.967.562,04 €		+ 28,12%	
2018	9.177.083,98 €	+ 213.703,23 €		+ 2,38%	
2019	9.871.913,74 €	+ 694.829,76 €		+ 7,57%	
2020	5.616.821,17 €	- 4.255.092,57 €	- 1.378.997,54 €	- 43,10%	- 19,71%



RECUPERAÇÃO DA DÍVIDA ACUMULADA DE CONTRIBUIÇÕES DE ANOS ANTERIORES - LÍQUIDA DE PLANOS EM CURSO

ANO	VALOR	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2016	14.707.239,28 €				
2017	17.587.096,13 €	+ 2.879.856,85 €		+ 19,58%	
2018	17.379.726,52 €	- 207.369,61 €		- 1,18%	
2019	15.170.204,20 €	- 2.209.522,32 €		- 12,71%	
2020	11.716.061,05 €	- 3.454.143,15 €	- 2.991.178,23 €	- 22,77%	- 20,34%

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



ACORDOS PRESTACIONAIS PARA REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS DE CONTRIBUIÇÕES À CPAS

Em 2015, iniciou-se o processo de cobrança coerciva da Dívida de Contribuições, ao qual se deu continuidade no Exercício de 2020.

Neste contexto, os Beneficiários puderam fazer a adesão a um Acordo Prestacional para Regularização de Dívidas de Contribuições. Estes acordos implicam a interrupção do prazo de prescrição das contribuições em dívida, o cumprimento tempestivo das prestações e das contribuições que se venham a vencer e o seu incumprimento resultará no vencimento de todas as prestações vincendas e respectiva cobrança coerciva dos valores em dívida

Até 31 de Dezembro de 2020, 2.284 Beneficiários mantinham o cumprimento dos seus acordos, totalizando as respectivas contribuições ainda em dívida 23.691.053,06 Euros.

No final do ano de 2020, 945 Beneficiários já tinham efectuado o pagamento da totalidade da dívida incluída nos acordos, o que representou uma recuperação de contribuições de 5.777.895,94 Euros, tudo conforme se retira do quadro que adiante se expressa:

INTERVALOS DE DÍVIDA	ACORDOS EM CURSO EM 31/12/20		ACORDOS PAGOS	TOTAL DE DÍVIDA DOS ACORDOS EM CURSO EM 31/12/20	TOTAL DE DÍVIDA DOS ACORDOS PAGOS
	BENEFICIÁRIOS	MÉDIA DE PRESTAÇÕES			
Entre 0 € e 1.000 €	84	21,52	245	52.393,19 €	120.162,83 €
Entre 1.001 € e 5.000 €	452	90,54	258	1.360.472,25 €	708.270,74 €
Entre 5.001 € e 10.000 €	790	127,98	269	6.041.019,41 €	1.895.472,01 €
Entre 10.001 € e 20.000 €	749	131,86	137	10.225.013,09 €	1.812.373,64 €
Entre 20.001 € e 40.000 €	188	129,77	28	4.850.899,85 €	767.435,66 €
Maior que 40.001 €	21	127	8	1.161.255,27 €	474.181,06 €
	2.284		945	23.691.053,06 €	5.777.895,94 €
		3.229			29.468.949,00 €

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

IMPARIDADE DE CONTRIBUIÇÕES EM DÍVIDA

A quantia escriturada de um activo (no caso da CPAS, o valor da Dívida Acumulada de Contribuições) deve ser reduzida para a sua quantia recuperável se, e apenas se, a quantia recuperável for menor do que a quantia escriturada. Essa redução é uma perda por imparidade. Uma perda por imparidade deve ser reconhecida imediatamente nos resultados.

Do mesmo modo, cabe à CPAS avaliar em cada data de relato se há qualquer indício de que uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores possa ter diminuído ou deixado de existir. Se assim for, há que apurar a quantia recuperável estimada e proceder à sua reversão contabilística.

Procedeu-se então à definição de um critério claro e objectivo, através de análises estatísticas e económicas, relativamente ao comportamento da dívida ao longo dos anos e sua efectiva recuperabilidade de maneira a definir de forma verdadeira e apropriada, ainda que sempre numa perspectiva conservadora, qual o valor global da dívida que se encontra em imparidade.

Definiu-se assim que, na dívida que não esteja ao abrigo de qualquer tipo de acordo de pagamento, deve ser apenas considerada em imparidade na parte da emissão efectiva, referente a cada um dos anos, correspondente ao índice médio de cobrança, no final do ano em análise, de toda a dívida com antiguidade superior a 5 anos (no cálculo da média de cobrança deve ser apenas considerada para o efeito a dívida até 1995 por este se tratar do 1º ano em que a emissão foi dividida por escalões contributivos, logo com comportamento de cobrança comparável com o actual).

O índice médio de incobrabilidade de toda a dívida com antiguidade superior a 5 anos, emitida a partir de 1995, foi de 11,29%, conforme se retira do quadro que adiante se expressa:

ANO	CONTRIBUIÇÕES EMITIDAS	CONTRIBUIÇÕES ANULADAS	DÍVIDA EM 31/12/2020	TAXA DE INCOBRABILIDADE
1995	13.529.185,37 €	705.489,63 €	495.024,73 €	8,87%
1996	16.780.931,85 €	961.963,89 €	664.539,61 €	9,69%
1997	19.429.358,35 €	1.116.067,08 €	642.102,83 €	9,05%
1998	21.309.290,82 €	1.237.389,52 €	600.269,30 €	8,62%
1999	23.372.026,45 €	1.358.666,61 €	605.278,06 €	8,40%
2000	26.255.918,65 €	1.536.732,05 €	692.463,93 €	8,49%
2001	29.456.069,42 €	1.800.070,16 €	775.995,06 €	8,75%
2002	33.012.269,86 €	2.615.020,79 €	778.678,73 €	10,28%
2003	36.898.938,82 €	2.978.300,72 €	1.090.880,47 €	11,03%
2004	40.791.139,52 €	3.358.836,54 €	1.222.376,68 €	11,23%
2005	44.573.057,34 €	3.552.649,25 €	1.435.441,53 €	11,19%
2006	49.434.708,18 €	3.808.728,64 €	1.860.423,79 €	11,47%
2007	54.691.682,94 €	4.120.364,46 €	2.278.180,58 €	11,70%
2008	60.945.867,00 €	4.610.758,53 €	2.802.634,58 €	12,16%
2009	67.175.732,05 €	5.160.287,10 €	3.493.256,22 €	12,88%
2010	73.279.959,45 €	5.817.509,65 €	4.199.979,71 €	13,67%
2011	76.140.240,05 €	4.600.687,90 €	5.833.763,48 €	13,70%
2012	76.664.186,85 €	3.299.770,55 €	7.426.634,29 €	13,99%
2013	75.611.656,50 €	1.484.520,75 €	8.456.341,81 €	13,15%
2014	75.172.090,05 €	1.132.251,85 €	9.332.873,99 €	13,92%
2015	77.325.592,25 €	895.864,08 €	10.540.991,35 €	14,79%
TAXA MÉDIA DE INCOBRABILIDADE PARA EFEITOS DE CÁLCULO DE IMPARIDADE				11,29%

Aplicando o critério de apuramento da dívida em imparidade, resultaram os valores relativamente ao total da Dívida Acumulada de Contribuições desde 1 de Janeiro de 1973 a 31 de Dezembro de 2020, conforme se retira do quadro que adiante se expressa:

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

ANO	DÍVIDA DE CONTRIBUIÇÕES	ACORDOS EM CURSO	DÍVIDA LÍQUIDA DE ACORDOS	DÍVIDA EM IMPARIDADE
1973	1,50 €	- €	1,50 €	1,50 €
1974	4,74 €	- €	4,74 €	4,74 €
1975	83,54 €	- €	83,54 €	83,54 €
1976	256,05 €	- €	256,05 €	256,05 €
1977	331,93 €	- €	331,93 €	331,93 €
1978	420,47 €	- €	420,47 €	420,47 €
1979	473,37 €	- €	473,37 €	473,37 €
1980	646,17 €	- €	646,17 €	646,17 €
1981	857,91 €	- €	857,91 €	857,91 €
1982	1.145,30 €	- €	1.145,30 €	1.145,30 €
1983	4.771,76 €	- €	4.771,76 €	4.771,76 €
1984	8.064,49 €	- €	8.064,49 €	8.064,49 €
1985	10.982,10 €	- €	10.982,10 €	10.982,10 €
1986	15.212,82 €	- €	15.212,82 €	15.212,82 €
1987	19.452,57 €	- €	19.452,57 €	19.452,57 €
1988	25.591,28 €	27,65 €	25.563,63 €	25.563,63 €
1989	33.804,77 €	- €	33.804,77 €	33.804,77 €
1990	50.701,00 €	202,44 €	50.498,56 €	50.498,56 €
1991	72.453,20 €	307,28 €	72.145,92 €	72.145,92 €
1992	123.343,31 €	528,00 €	122.815,31 €	122.815,31 €
1993	178.972,07 €	903,42 €	178.068,65 €	178.068,65 €
1994	250.822,28 €	1.248,36 €	249.573,92 €	249.573,92 €
1995	495.024,73 €	2.866,85 €	492.157,88 €	492.157,88 €
1996	664.539,61 €	6.542,26 €	657.997,35 €	657.997,35 €
1997	642.102,83 €	13.684,12 €	628.418,71 €	628.418,71 €
1998	600.269,30 €	17.991,89 €	582.277,41 €	582.277,41 €
1999	605.278,06 €	24.116,63 €	581.161,43 €	581.161,43 €
2000	692.463,93 €	29.512,19 €	662.951,74 €	662.951,74 €
2001	775.995,06 €	33.884,20 €	742.110,86 €	742.110,86 €
2002	778.678,73 €	48.027,76 €	730.650,97 €	730.650,97 €
2003	1.090.880,47 €	73.947,66 €	1.016.932,81 €	1.016.932,81 €
2004	1.222.376,68 €	97.758,74 €	1.124.617,94 €	1.124.617,94 €
2005	1.435.441,53 €	134.114,99 €	1.301.326,54 €	1.301.326,54 €
2006	1.860.423,79 €	201.040,50 €	1.659.383,29 €	1.659.383,29 €
2007	2.278.180,58 €	289.764,22 €	1.988.416,36 €	1.988.416,36 €
2008	2.802.634,58 €	392.831,91 €	2.409.802,67 €	2.409.802,67 €
2009	3.493.256,22 €	557.214,22 €	2.936.042,00 €	2.936.042,00 €
2010	4.199.979,71 €	771.260,41 €	3.428.719,30 €	3.428.719,30 €
2011	5.833.763,48 €	1.553.104,60 €	4.280.658,88 €	4.280.658,88 €
2012	7.426.634,29 €	2.294.873,42 €	5.131.760,87 €	5.131.760,87 €
2013	8.456.341,81 €	2.658.494,98 €	5.797.846,83 €	5.797.846,83 €
2014	9.332.873,99 €	3.176.996,97 €	6.155.877,02 €	6.155.877,02 €
2015	10.540.991,35 €	3.645.975,26 €	6.895.016,09 €	6.895.016,09 €
2016	11.077.311,30 €	3.085.960,31 €	7.991.350,99 €	7.991.350,99 €
2017	12.692.425,11 €	2.592.410,85 €	10.100.014,26 €	10.100.014,26 €
2018	14.381.978,63 €	1.253.656,29 €	13.128.322,34 €	11.867.000,38 €
2019	14.811.712,48 €	483.307,78 €	14.328.404,70 €	11.322.230,15 €
2020	22.326.969,43 €	248.496,90 €	22.078.472,53 €	12.463.656,95 €
TOTAL	141.316.920,31 €	23.691.053,06 €	117.625.867,25 €	103.743.555,16 €

A dívida de contribuições em imparidade, no valor de 103.743.555,16 Euros, representou 76,72% do total da Dívida Acumulada de Contribuições, líquida do capital já recebido de acordos em curso, de 135.217.680,43 Euros.

Refira-se também que, seguindo o critério definido para apuramento da dívida de contribuições em imparidade, toda a dívida com antiguidade superior a 3 anos está considerada como estando em imparidade.

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

COBRANÇA JUDICIAL DAS CONTRIBUIÇÕES EM DÍVIDA

Nos termos do artigo 81º, n.º 5 do RCPAS, a certidão da dívida de contribuições emitida pela CPAS constitui título executivo.

Mensalmente e ao longo dos últimos anos, a CPAS vem remetendo aos Beneficiários com dívida de contribuições um resumo da respectiva conta corrente com discriminação dos valores em débito, possibilitando o pagamento, total ou parcial, da dívida e respectivos juros.

No ano de 2012, a CPAS adoptou um regime excepcional e transitório de recuperação de dívida, com taxas de juro reduzidas.

No ano de 2015, após a publicação do novo Regulamento, a CPAS deu início à recuperação da dívida de contribuições, começando por notificar os Beneficiários para procederem à regularização voluntária da sua situação contributiva.

Subsequentemente e na falta de pagamento ou de apresentação de plano de pagamento, iniciou a execuções para cobrança das contribuições em dívida junto dos Juízos de Execução Cível.

Embora regulamentarmente esteja prevista a possibilidade de a CPAS cobrar coercivamente os seus créditos contributivos, a formulação legal do Regulamento aprovado em 2015 veio, na sua aplicação, a suscitar dúvidas interpretativas, levando a que gradualmente alguns dos Tribunais Cíveis, junto dos quais tal cobrança foi promovida, se considerassem incompetentes.

Esta situação e o facto de se ter fortemente incrementado a cobrança coerciva das contribuições em dívida puseram em evidência constrangimentos quanto à plena efectivação da acção coerciva de cobrança das dívidas por contribuições não pagas.

Procedeu-se a um contacto activo junto da tutela, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Ministério da Justiça no sentido de se tentar uma clarificação legislativa relativamente à competência para a acção coerciva de cobrança das dívidas por contribuições não pagas.

Esta situação só ficou finalmente clarificada no Orçamento de Estado para 2020 que prevê que o referido processo seja tramitado através do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS).

A CPAS, em parceria com o IGFSS, está actualmente a desenvolver esforços no sentido de ver concluídos os procedimentos e processos necessários à operacionalização da cobrança coerciva que se espera estejam concluídos ainda durante o ano de 2021.

DÍVIDAS DE TERCEIROS

RENDAS A RECEBER

Em 14 de Março 2001, a CPAS arrendou o imóvel sito na Av. Mouzinho da Silveira n.º 34/36 ao Estado Português, tendo estado ali instalados os serviços da Conservatória do Registo Automóvel de Lisboa.

Desde o ano de 2010, encontra-se registada no Activo da CPAS uma dívida no montante de 268.490,00 Euros.

A dívida registada refere-se à ocupação do identificado imóvel, no período de Janeiro a Maio de 2010, sem que a CPAS tivesse logrado obter a compensação (aferida pelo número de meses de ocupação e o valor mensal de renda anteriormente praticada, em sede de um contrato de arrendamento cessado) por essa ocupação e que permanece em dívida desde a efectiva entrega do imóvel, em 31 de Maio de 2010.

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Durante o ano de 2019, a CPAS voltou a analisar os diferentes elementos pertinentes a essa dívida com um membro do Conselho Directivo do Instituto dos Registos e Notariado (IRN), havendo reiterado a necessidade da regularização da dívida contabilizada.

Não foi possível até ao momento a concretização de qualquer acordo para o pagamento da referida dívida.

Frustrada a via negocial e ponderada a possibilidade de accionamento judicial do Estado português, a competente acção judicial foi intentada pela CPAS em 22 de Junho de 2020 (sendo o valor peticionado o que resultou da análise e ponderação da legislação aplicável em matéria de incumprimento contratual).

O Ministério Público em representação do Estado Português, em 17 de Outubro de 2020, apresentou contestação da referida acção intentada pela CPAS.

O processo judicial encontra-se a correr os seus termos, não tendo sido proferida ainda uma decisão final.

A partir de Março de 2020, com o primeiro caso de COVID-19 registado em Portugal e o início do confinamento, houve uma paragem de praticamente todo o negócio da área hoteleira, o que levou a uma redução de actividade (ou paragem) de grande parte dos negócios nesta área (nomeadamente hotéis e restaurantes).

A CPAS tem diversos contratos de arrendamento com entidades da área hoteleira, dos quais se salientam pela sua representatividade no valor total de rendas cobradas, os referentes aos imóveis sítos na R. Pedro Nunes, 16 – Lisboa, na R. Mouzinho da Silveira, 34 – Lisboa e na R. Mouzinho da Silveira, 26 – Lisboa.

A dívida total de rendas no final de 2020, associadas a estes contratos de arrendamento que na sua totalidade são com unidades hoteleiras, ascendeu a 519.925,40 Euros.

A Direcção da CPAS tem tentado, junto das respectivas entidades, acordar soluções que permitam a regularização destes valores assim que houver retoma desta área de negócio.

Existiram também diversas situações relacionadas com arrendamentos a restaurantes, nos quais já foi obtido acordo de pagamento dos valores em dívida ou, em um dos casos, o inquilino acabou por proceder à rescisão do respectivo contrato de arrendamento.

ANÁLISE ECONÓMICA

No Exercício de 2020:

- Os Gastos Totais foram de 151.589.064,04 Euros.
- Os Rendimentos Totais foram de 150.910.295,96 Euros.
- A Cobrança Líquida de Contribuições foi de 93.028.570,04 Euros.

As Despesas de Previdência (Pensões de Reforma incluindo o pagamento de subsídios de férias e de Natal e suplementos às pensões de reforma) que totalizaram 99.751.681,05 Euros, representaram:

- 65,804% dos Gastos Totais.
- 66,100% dos Rendimentos Totais.
- 107,227% da Cobrança Líquida de Contribuições.

As Despesas com Subsídios de Invalidez totalizaram 962.228,49 Euros e representaram:

- 0,635% dos Gastos Totais.

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



- 0,638% dos Rendimentos Totais.
- 1,034% da Cobrança Líquida de Contribuições.



As Despesas com Subsídios de Sobrevivência ascenderam a 7.055.570,92 Euros e representaram:

- 4,654% dos Gastos Totais.
- 4,675% dos Rendimentos Totais.
- 7,584% da Cobrança Líquida de Contribuições.



As Despesas com Benefícios foram de 3.331.207,34 Euros e representaram:

- 2,198% dos Gastos Totais.
- 2,207% dos Rendimentos Totais.
- 3,581% da Cobrança Líquida de Contribuições.

As Despesas de Assistência totalizaram 11.531.432,22 Euros e representaram:

- 7,607% dos Gastos Totais.
- 7,641% dos Rendimentos Totais.
- 12,396% da Cobrança Líquida de Contribuições.

102

As Pensões de Reforma e a acção de Assistência, só por si, consumiram:

- 119,623% da Cobrança Líquida de Contribuições.

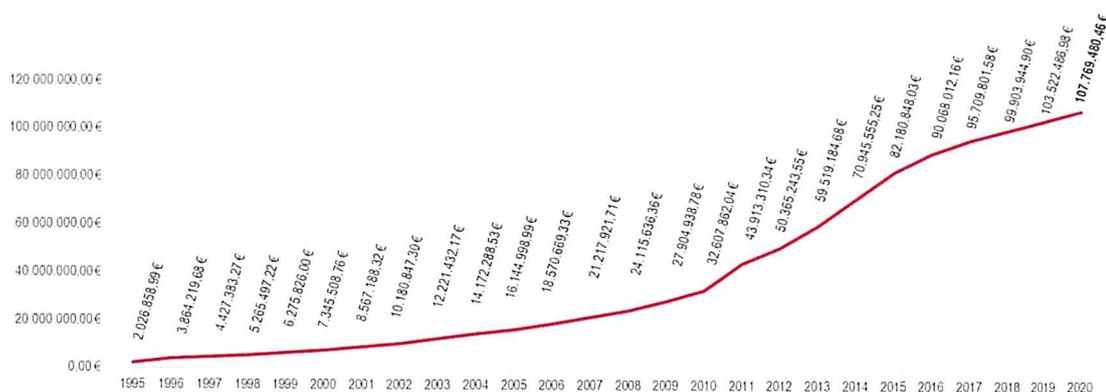
No Exercício de 2020, as Despesas de Administração, que conjugam os fornecimentos e serviços externos e os gastos com o pessoal na sua componente corrente e social, continuaram a manter-se contidos dentro do cabimento regulamentar de até 5% das contribuições pagas pelos Beneficiários, tendo totalizado 3.497.294,38 Euros e representaram:

- 2,307% dos Gastos Totais;
- 2,317% dos Rendimentos Totais;
- 3,759% da Cobrança Líquida de Contribuições.

No ano de 1995, o valor de Pensões e Subsídios pagos (Reforma, Invalidez e Sobrevivência) foi de 2.026.858,99 Euros, enquanto que, no ano de 2020, esse valor foi de 107.769.480,46 Euros.

A evolução do valor de Pensões e Subsídios pagos desde 1995 é justo motivo de preocupação, em virtude desta rubrica, nos 23 anos que, entretanto, decorreram, ter evidenciado um aumento de 105.742.621,47 Euros, ou seja, um incremento de 5.217,07%, o que se espelha no gráfico que adiante se expressa:

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



CONJUNTURA E CONDICIONANTES ENVOLVENTES¹

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, nomeadamente no que respeita aos impactos económicos causados pelos “confinamentos globais” que causaram a maior contracção económica da história moderna.

Este impacto foi sentido principalmente no período associado ao primeiro confinamento (segundo trimestre de 2020), seguido de uma acentuada recuperação registada no trimestre seguinte, uma vez que as restrições de confinamento foram atenuadas e os estímulos fiscais e monetários entraram em vigor.

No entanto a “segunda vaga” com o aumento substancial de casos e o aparecimento de estirpes mais contagiosas e mais letais levou a que, ainda que existissem notícias positivas associadas ao desenvolvimento em tempo recorde de uma vacina, os decisores políticos optassem por reforçar as medidas de confinamento por forma a tentar controlar a progressão da pandemia.

Os impactos económicos foram, estão a ser, e vão continuar a ser enormes para as principais economias Mundiais, ainda que existam substanciais apoios para fomentar a recuperação económica, sejam eles Públicos, com origem na União Europeia e Estado via medidas de suporte às famílias e empresas, seja por parte do sector financeiro com moratórias no crédito, que possivelmente poderão gerar riscos adicionais no médio prazo.

Muitos países implementaram medidas de estímulo fiscal que atingiram 10% do PIB ou mais durante a crise. Embora os decisores políticos estejam cada vez mais preocupados com o aumento da dívida, a pressão para fornecer estímulos fiscais adicionais aumentará se as economias não conseguirem recuperar totalmente.

Qualquer que seja a trajectória futura da economia global, a elevada dívida governamental continuará a ser um desafio para os decisores políticos no futuro. Enquanto as taxas de juro se mantiverem nos seus mínimos actuais ou perto deles, a dívida continuará a ser sustentável. Contudo, os Governos estarão limitados para combater qualquer futura recessão e, mais importante ainda, a financiar despesas que aumentem o crescimento. Uma elevada dívida é, portanto, susceptível de ser um dos legados duradouros e onerosos da COVID-19.

Deverá também salientar-se relativamente ao ano de 2020, o resultado da eleições nos Estados Unidos da América, onde o candidato democrata, Joe Biden, impôs-se ao republicano Donald Trump. No entanto a

¹ Referências bibliográficas : “Análise de conjuntura – envolvente empresarial” – Confederação empresarial de Portugal; “Relatório trimestral” – Millennium BCP; “Análise Mensal – Mercados financeiros” – Banco BPI; Banco Invest – “Invest Outlook”; Investment Outlook 2021 – Credit Suisse; Expresso (www.expresso.sapo.pt); Observador (www.observador.pt); Bloomberg (www.bloomberg.com).

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

marginem de manobra dos Democratas continuará limitada dada a sua incapacidade de garantirem maiorias decisivas no Congresso.

Assim, é improvável que os EUA assistam a mudanças significativas na sua política fiscal, além disso, outras alterações legislativas ou regulamentares, nomeadamente relativas aos cuidados de saúde, continuarão igualmente condicionadas.

Os países europeus reabriram as suas economias mais cedo do que os EUA e estavam, portanto, um pouco à frente em termos da recuperação económica. Com a segunda vaga da COVID-19 a varrer a Europa, assistiu-se a um novo retrocesso.

Porém, quando a pandemia abrandar, a zona euro parece estar preparada para crescer acima do potencial, particularmente como resultado das políticas fiscais que minimizaram, com sucesso, uma boa parte dos danos que os confinamentos teriam, de outro modo, infligido às empresas e aos postos de trabalho.

No entanto, as finanças públicas estão sobrecarregadas em vários países o que num cenário de subida de taxa de juro poderá gerar riscos adicionais para a Dívida Pública conforme assistimos em 2011.

O 'Brexit' tornou-se finalmente uma realidade em 31 de Dezembro de 2020, quase um ano depois de o Reino Unido ter oficialmente deixado a União Europeia (UE), em 31 de Janeiro de 2020, na sequência de um referendo popular em 2016.

Um novo Acordo de Comércio e Cooperação, concluído em 24 de Dezembro, para suceder ao período de transição pós-Brexit, garantiu a manutenção do acesso, por parte do Reino Unido, ao mercado único e o respeito pelas regras europeias, no entanto os prestadores de serviços financeiros, importante sector económico, perdem o direito automático de operar em toda a UE.

A China está à frente da maioria dos outros países no que diz respeito à recuperação da pandemia. Foi o primeiro país a impor medidas de confinamento e o primeiro a suspendê-las. Até agora, a produção industrial chinesa recuperou a maior parte do terreno perdido e a China será a única grande economia a apresentar uma taxa de crescimento positiva em 2020.

OS MERCADOS

MERCADOS ACCIONISTAS

No final de 2020 as eleições dos EUA e as esperanças sobre as vacinas alimentam o apetite pelo risco.

O resultado das eleições presidenciais dos EUA foi recebido positivamente pelos investidores, antecipando um estímulo fiscal robusto para apoiar a recuperação económica e uma tendência menos beligerante nas relações internacionais.

Por outro lado, foram publicados em Novembro os resultados preliminares de três possíveis vacinas contra a COVID-19, cuja alta eficácia animou os investidores a melhorarem as perspectivas económicas para 2021.

Tudo isto se traduziu numa maior volatilidade e num maior apetite pelo risco que foi claramente observado na evolução dos principais índices bolsistas.

As Bolsas de Valores terminaram o mês de Dezembro com lucros generalizados e em alguns casos terminaram o ano com valorizações substanciais num ano em que se verificaram quedas bolsistas históricas.

Os principais índices de acções a nível internacional apresentaram no ano de 2020 as seguintes rentabilidades:

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

ÍNDICE	RENTABILIDADE 2020
MSCI WORLD INDEX	+13.22%
DOW JONES (EUA)	+6.01%
NASDAQ (EUA)	+41.75%
BOVESPA (BRASIL)	+0.37%
NIKKEI 225 (JAPÃO)	+16.01%
FTSE -100 (REINO UNIDO)	-13.59%
IBEX-35 (ESPAÑA)	-15.16%
EUROSTOXX 50 (EUROPA)	-4.71%
DAX 30 (ALEMANHA)	+3,54%
CAC 40 (FRANÇA)	-6.39%

MERCADOS DE COMMODITIES

As matérias-primas assistiram a um 2020 turbulento. O ouro atingiu novos máximos históricos, enquanto os mercados cíclicos mergulharam num período de crise profunda.

Em 2021, uma recuperação económica contínua deverá elevar a procura de matérias-primas e consequentemente fazer aumentar os seus preços, no entanto a procura da maioria das matérias-primas, incluindo o petróleo, ainda não recuperou aos níveis pré-COVID-19 e é pouco provável que o faça em 2021.

Na classe de commodities, o índice de referência (Bloomberg) apresentou uma rentabilidade negativa de 4,3%.

Por seu turno, neste contexto, o ouro subiu cerca de 20%, o que colocou o preço do ouro perto do seu nível máximo de sempre.

MERCADOS OBRIGACIONISTAS

Em linha com o esperado, em Dezembro o BCE relançou várias medidas para continuar a oferecer condições financeiras muito favoráveis e a encorajar a recuperação económica da Zona Euro. Entre elas, foi anunciada a extensão das compras, pelo menos, Março de 2022 tendo sido aumentada a sua dotação em 500.000 milhões de euros até aos 1,85 biliões.

Neste contexto, nos mercados de rendimento fixo as taxas de juro e os prémios de risco soberano da Zona Euro mantiveram-se em níveis baixos, tanto nos países do núcleo como nos países da periferia.

Como já se referiu, um choque como o da COVID-19 deverá aumentar o risco-país, o prémio dos CDS das obrigações soberanas a 5 anos aumentou consideravelmente na fase culminante da primeira vaga do coronavírus numa vasta amostra de países com boa ou muito boa qualidade creditícia. Posteriormente, o risco-país foi-se reduzindo, fruto da menor incidência da pandemia e da tomada de medidas para apoiar a economia, no entanto esta melhoria quase artificial verificada na Zona Euro deveu-se aos novos programas de compra de dívida pública lançados em Março pelo BCE e ao plano de Recuperação a nível europeu lançado pela Comissão Europeia.

Da mesma forma que o BCE, a Fed reafirmou o seu compromisso em manter condições financeiras por um longo período. No entanto, o forte desempenho dos mercados (com as bolsas em máximo) e a melhor resistência dos indicadores de actividade económica, somados às fortes medidas monetárias já em vigor, levaram a Fed a não adicionar estímulos adicionais.

Os números da inflação caíram drasticamente em resposta à contracção económica e à queda nos preços das matérias-primas. À luz da recuperação económica em curso, espera-se que as taxas de inflação das principais economias mostrem alguma normalização em 2021

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A descida das yields foi indissociável do contexto de abrandamento económico global e de políticas monetárias mais acomodáticas por parte dos principais bancos centrais.

Refira-se que a yield da dívida pública, a 10 anos, de Portugal caiu para um valor mínimo histórico de 0,05%.

PAÍS	MATURIDADE	YIELD		VARIAÇÃO
		31-12-2019	31-12-2020	
ALEMANHA	10 ANOS	-0,18%	-0,58%	-0,40%
FRANÇA	10 ANOS	0,12%	-0,34%	-0,46%
HOLANDA	10 ANOS	-0,06%	-0,56%	-0,50%
PORTUGAL	10 ANOS	0,44%	0,05%	-0,39%
GRÉCIA	10 ANOS	1,46%	0,63%	-0,83%
ITÁLIA	10 ANOS	1,42%	0,53%	-0,89%
ESPAÑA	10 ANOS	0,48%	0,06%	-0,42%

TAXA DE JURO

A taxa de juro de referência do Banco Central Europeu apresentou a seguinte evolução:

PERÍODO	TAXA
02/04/2009	1,25%
07/05/2009	1,00%
13/04/2011	1,25%
13/07/2011	1,50%
09/11/2011	1,25%
14/12/2011	1,00%
05/07/2012	0,75%
02/05/2013	0,50%
07/11/2013	0,25%
31/12/2013	0,25%
11/06/2014	0,15%
10/09/2014	0,05%
10/03/2016	0,00%
31/12/2020	0,00%

Por seu turno, as taxas de juro Euribor tiveram o seguinte comportamento:

PERÍODO	TAXA		
	3 MESES	6 MESES	12 MESES
2020			
01/01/2020	-0,379%	-0,323%	-0,248%
JANEIRO	-0,391%	-0,330%	-0,253%
FEVEREIRO	-0,409%	-0,355%	-0,288%
MARÇO	-0,417%	-0,365%	-0,266%
ABRIL	-0,254%	-0,192%	-0,108%

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

PERÍODO	TAXA		
	3 MESES	6 MESES	12 MESES
2020			
MAIO	-0.272%	-0.143%	-0.081%
JUNHO	-0.376%	-0.223%	-0.147%
JULHO	-0.444%	-0.346%	-0.279%
AGOSTO	-0.480%	-0.433%	-0.359%
SETEMBRO	-0.491%	-0.463%	-0.415%
OUTUBRO	-0.509%	-0.494%	-0.466%
NOVEMBRO	-0.521%	-0.509%	-0.481%
DEZEMBRO	-0.538%	-0.519%	-0.497%
31/12/2020	-0,545%	-0,526%	-0,499%

A manutenção das taxas Euribor (principal indexante para os depósitos a prazo oferecidos pelos bancos) em valores baixos, em conjugação com os limites impostos pelo Banco de Portugal nas taxas dos depósitos a prazo (penalizando, no rácio de capitais próprios - core tier 1 - os bancos que ultrapassassem esse limite), e a possibilidade de os bancos recorrerem a linhas de crédito para se financiarem junto do BCE a taxas vantajosas, foram os motivos para que tivesse diminuído muito significativamente a remuneração dos depósitos a prazo (designadamente os da CPAS) e para a conseqüente menor exposição a este tipo de investimento.

A manutenção das taxas Euribor a valores negativos levou também a que, a generalidade dos Bancos, procurem alternativas para compensar os custos acrescidos que têm para manter valores junto do BCE, o que em alguns casos representou aumentos dos custos associados aos serviços financeiros. A CPAS tem tentado junto dos Bancos negociar no sentido de reduzir ao máximo o impacto desses aumentos de custos junto das contas da CPAS.

107

OUTLOOK PARA 2021

O que esperar de 2021?

As fortes reacções da política monetária à pandemia da COVID-19 mostraram que, enquanto a inflação permanecer dentro da zona de conforto dos bancos centrais, os decisores políticos farão o que for preciso para evitar uma crise, assim, é pouco provável que a inflação se torne uma preocupação para os mercados nos tempos mais próximos.

As baixas taxas de rendimento das obrigações e a volatilidade decrescente dos rendimentos geram dúvidas sobre se as obrigações ainda oferecem um meio atractivo de contrabalançar riscos relacionados com acções nas carteiras. Dadas as baixas perspectivas de retorno das obrigações, deverá existir uma transição deste tipo de investimento para mercados accionistas ou para outros tipos de activos na busca de rendimento por parte dos investidores.

À medida que as economias se estabilizam após o choque relacionado com a pandemia, os investidores que procuram preservar a riqueza real e cumprir obrigações a longo prazo vão sentir-se incentivados a investir uma parte das suas carteiras em acções.

Naturalmente que os investidores também devem procurar alternativas para ajustar os riscos em carteiras diversificadas de activos, especialmente se a exposição a acções for aumentada para ampliar as perspectivas de retorno.

No que diz respeito às últimas eleições nos EUA, a vitória de Joe Biden poderá ser mais favorável para o sector das energias alternativas depois de ter reafirmado a intenção de se afastar da indústria do petróleo.

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



OPÇÕES ESTRATÉGICAS DA CPAS EM 2020

No ano de 2020 a CPAS prosseguiu a sua política de gestão de Activos Financeiros Mobiliários através do recurso a mandatos de gestão discricionária conferidos a entidades financeiras gestoras especializadas, reconhecidas a nível nacional e internacional.



No Exercício de 2020, a CPAS optou pelas seguintes linhas de orientação estratégica:



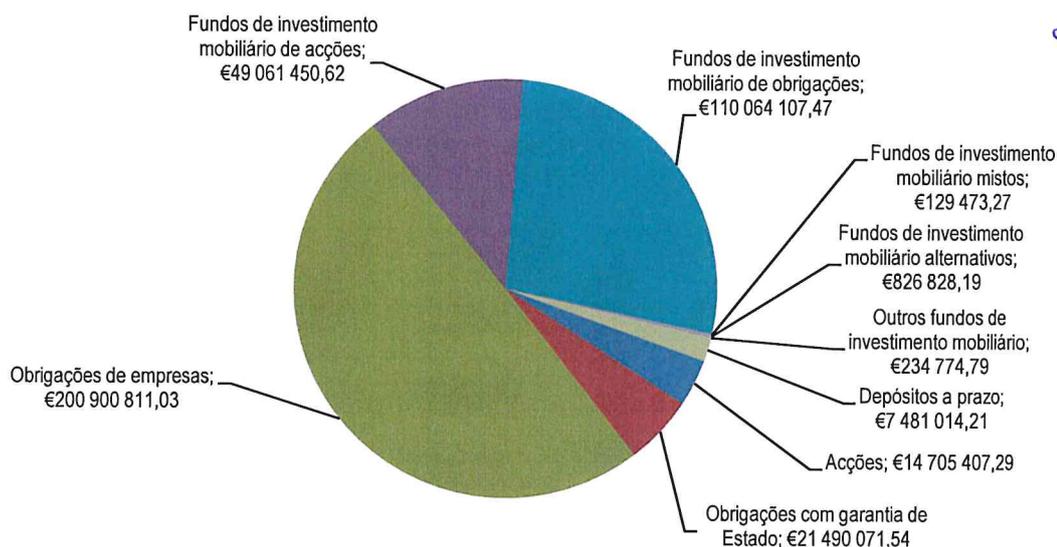
- Conservação, preservação e imunização do capital de base.
- Recurso a gestão efectuada por instituições financeiras reconhecidas a nível nacional e internacional e com comprovada capacidade de research e de actuação nos diversos Mercados.
- Gestão do acréscimo de risco associado ao investimento em obrigações.
- Selecção de activos *investment grade* e de obrigações de empresas de elevada qualidade e de modelos de negócio consolidados.
- Aumento da exposição de Mercados Accionistas ao longo do ano por forma a substituir o risco associado aos mercados obrigacionistas.
- Procurar oportunidades para reforço em Investimento Imobiliário directo (habitacional), tirando partido de um eventual acréscimo de oferta no mercado com o anunciado fim dos “vistos Gold” para investidores imobiliários estrangeiros no litoral e áreas metropolitanas de Lisboa e Porto previsto para 1 de Janeiro de 2022.

As alocações financeiras da CPAS face ao tipo de investimentos realizados em gestão discricionária por parte das entidades gestoras de carteiras de Títulos apresentam-se em conformidade com os quadros que adiante se expressam:

108

TIPO DE INVESTIMENTO (31/12/2020)	VALOR	PESO RELATIVO
Acções	14.705.407,29 €	3,63%
Obrigações com garantia de Estado	21.490.071,54 €	5,31%
Obrigações de empresas	200.900.811,03 €	49,62%
Fundos de investimento mobiliário de acções	49.061.450,62 €	12,12%
Fundos de investimento mobiliário de obrigações	110.064.107,47 €	27,18%
Fundos de investimento mobiliário mistos	129.473,27 €	0,03%
Fundos de investimento mobiliário alternativos	826.828,19 €	0,20%
Outros fundos de investimento mobiliário	234.774,79 €	0,06%
Depósitos a prazo	7.481.014,21 €	1,85%
TOTAL	404.893.938,41 €	100,00%

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



A análise comparativa dos Activos Financeiros da CPAS, no Quinquénio 2016/2020, permite revelar as opções estratégicas pelos diversos tipos de investimento em cada um dos exercícios, em função da conjuntura e das condicionantes prevaletentes em cada um dos respectivos anos, conforme adiante se expressa:

VARIACÃO DAS ALOCAÇÕES FINANCEIRAS – QUINQUÉNIO 2016/2020					
TIPO DE INVESTIMENTO	2016	2017	2018	2019	2020
Acções	19.535.815,70 €	23.261.837,47 €	19.004.037,72 €	10.901.642,50 €	14.705.407,29 €
Obrigações com garantia de Estado	28.392.363,06 €	17.408.051,17 €	19.653.575,84 €	28.092.282,68 €	21.490.071,54 €
Obrigações de empresas	226.554.995,32 €	211.307.741,21 €	194.047.285,72 €	202.573.596,56 €	200.900.811,03 €
Títulos de participação	0,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Fundos de investimento mobiliário de acções	16.464.213,87 €	28.970.150,82 €	47.138.178,57 €	46.295.291,20 €	49.061.450,62 €
Fundos de investimento mobiliário de obrigações	97.416.183,84 €	105.084.470,44 €	86.660.277,84 €	107.886.761,57 €	110.064.107,47 €
Fundos de investimento mobiliário mistos	0,00 €	361.657,12 €	0,00 €	0,00 €	129.473,27 €
Fundos de investimento mobiliário de tesouraria	0,00 €	365.028,74 €	188.387,55 €	0,00 €	0,00 €
Fundos de investimento mobiliário alternativos	1,78 €	8.402.733,38 €	4.365.412,21 €	890.670,16 €	826.828,19 €
Outros fundos de investimento mobiliário	0,00 €	0,00 €	62.090,40 €	388.876,16 €	234.774,79 €
Fundos de investimento imobiliário	8.497.545,93 €	5.284.492,12 €	1.931.346,21 €	1.828.546,01 €	0,00 €
Depósitos a prazo	8.051.301,33 €	7.459.728,80 €	4.658.662,67 €	7.460.590,85 €	7.481.014,21 €
TOTAL	404.912.421,23 €	407.905.891,27 €	377.709.254,73 €	406.318.257,69 €	404.893.938,41 €

A avaliação dos Activos Financeiros da CPAS sob gestão discricionária, em 31 de Dezembro de cada ano, é efectuada pelo Critério do Justo Valor, ou seja, representa o valor pelo qual os títulos detidos poderiam ser negociados no Mercado de Capitais nessa data.

A diferença de valor em período homólogo, ao longo dos diversos anos antecedentes, reflecte, por um lado, a necessidade de suprir o saldo operacional negativo emergente de menores receitas e maiores custos,

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

situação que o novo Regulamento pretende corrigir e, por outro lado, desvalorizações potenciais de preços de mercado dos referidos Activos Financeiros.

No decurso do Exercício de 2020, foram realizados movimentos financeiros de rotação e diversificação prudencial dos Activos Financeiros sob gestão discricionária que na generalidade se traduziram, em síntese, em conformidade com os quadros que adiante se expressam:

OPERAÇÕES REALIZADAS:	
Compra de acções e obrigações	514
Venda de acções e obrigações	574
Subscrições de fundos	207
Resgates de fundos	205
Depósitos a prazo	3
Total de movimentos financeiros	1.503
Variedade de títulos em carteira a 31/12/2020	539
Média/dia útil de operações de gestão	6,74/Operações dia

VALORES MOVIMENTADOS:	
Compra de acções e obrigações	143.469.032,76 €
Venda de acções e obrigações	150.169.287,88 €
Subscrição de fundos	66.474.868,67 €
Resgates de fundos	71.359.874,70 €
Depósitos a prazo	7.481.014,21 €
Total de movimentos financeiros	438.954.078,22 €
Média/dia útil de valores movimentados	1.675.397,25 €

A análise na especialidade da variação nas diversas classes de Activos Financeiros permite constatar as opções estratégicas face à conjuntura e condicionantes envolventes dos Mercados de Capitais, sendo a variação percentual das várias classes de activos de 2019 para 2020, a que resulta do quadro que adiante se expressa:

110

IDENTIFICAÇÃO	VALOR EM 2020	VARIÇÃO 2019 / 2020	
		VALOR	%
Acções	14.705.407,29 €	3.803.764,79 €	34,89%
Obrigações com garantia de Estado	21.490.071,54 €	-6.602.211,14 €	-23,50%
Obrigações de empresas	200.900.811,03 €	-1.672.785,53 €	-0,83%
Fundos de investimento mobiliário de acções	49.061.450,62 €	2.766.159,42 €	5,98%
Fundos de investimento mobiliário de obrigações	110.064.107,47 €	2.177.345,90 €	2,02%
Fundos de investimento mobiliário mistos	129.473,27 €	129.473,27 €	100,00%
Fundos de investimento mobiliário alternativos	826.828,19 €	-63.841,97 €	-7,17%
Outros fundos de investimento mobiliário	234.774,79 €	-154.101,37 €	-39,63%
Fundos de investimento imobiliário	0,00 €	-1.828.546,01 €	-100,00%
Depósitos a prazo	7.481.014,21 €	20.423,36 €	0,27%
TOTAL	404.893.938,41 €	-1.424.319,28 €	-0,35%

Como se referiu, a CPAS tem conferidos mandatos de gestão discricionária dos seus Activos Financeiros a entidades gestoras especializadas, nacional e internacionalmente reconhecidas, para gestão de acções directas, obrigações *corporate*, fundos de investimento mobiliário, fundos de investimento imobiliário e demais activos, com reporte periódico e sistemático dos gestores especializados à CPAS, para orientação estratégica.

**DIVERSIFICAÇÃO PRUDENCIAL
DIVERSIFICAÇÃO PRUDENCIAL POR BANCOS**

Na escolha dos bancos depositários, mantiveram-se os critérios prudenciais já utilizados em exercícios anteriores, tomando em linha de conta a dimensão, o *rating*, a capacidade de *research*, a disponibilidade de aconselhamento e o âmbito de *investment banking*, que se reconheceu às instituições listadas no mapa anexo ao presente Relatório e Contas.

Entendeu-se, também, como medida prudencial, obstar à concentração excessiva de Activos Financeiros nas diferentes entidades, minimizando, assim, riscos. Continuou-se a optar por uma alocação equilibrada dos montantes sob gestão nos vários bancos depositários.

A diversificação prudencial das Alocações Financeiras, incluindo depósitos a prazo, quanto aos bancos depositários, está evidenciada no quadro que adiante se expressa:

DIVERSIFICAÇÃO PRUDENCIAL POR BANCOS DEPOSITÁRIOS		
BANCOS	31-12-2020	
	VALOR	(%)
Edmond de Rothschild (Europe)	92.223.619,13 €	22,78%
St. Galler Kantonalbank	80.562.108,77 €	19,90%
Credit Suisse (Luxembourg)	75.480.755,88 €	18,64%
GNB – Gestão de Patrimónios	31.485.297,52 €	7,78%
Banco Santander	42.764.374,49 €	10,56%
Goldman Sachs	37.752.082,00 €	9,32%
Millennium BCP	19.065.543,69 €	4,71%
Bank Julius Baer Europe	14.168.429,02 €	3,50 %
Caixa Geral Depósitos	11.391.727,91 €	2,81%
Total nos bancos	404.893.938,41 €	100,00%

DIVERSIFICAÇÃO PRUDENCIAL POR CLASSES DE ACTIVOS

Procurou-se balancear o binómio rentabilidade/risco no conjunto das Aplicações Financeiras de acordo com as opções estratégicas atrás enunciadas, resultando no final do Exercício de 2020 a diversificação prudencial por classes de Activos Financeiros.

DIVERSIFICAÇÃO PRUDENCIAL DAS OBRIGAÇÕES

No Exercício de 2020, o valor total do investimento em obrigações de 230.665.879,24 Euros foi alocado em conformidade com o disposto no quadro que adiante se expressa:

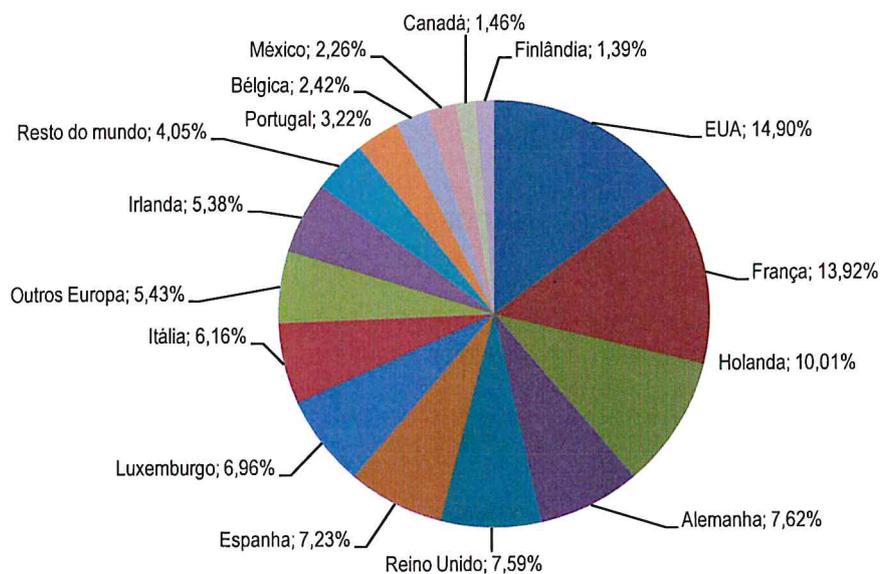
Obrigações de dívida soberana	21.490.071,54 €	9,66%
Obrigações de empresa	200.900.811,03 €	90,34%
	222.390.882,57 €	100,00%

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

DIVERSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

A diversificação geográfica das obrigações, quanto aos países emissores, efectuou-se em conformidade com o disposto nos quadros que adiante se expressam:

DIVERSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA	
PAÍS	PESO RELATIVO (%)
EUA	14,90%
França	13,92%
Holanda	10,01%
Alemanha	7,62%
Reino Unido	7,59%
Espanha	7,23%
Luxemburgo	6,96%
Itália	6,16%
Outros Europa	5,43%
Irlanda	5,38%
Resto do mundo	4,05%
Portugal	3,22%
Bélgica	2,42%
México	2,26%
Canadá	1,46%
Finlândia	1,39%
TOTAL	100,00%

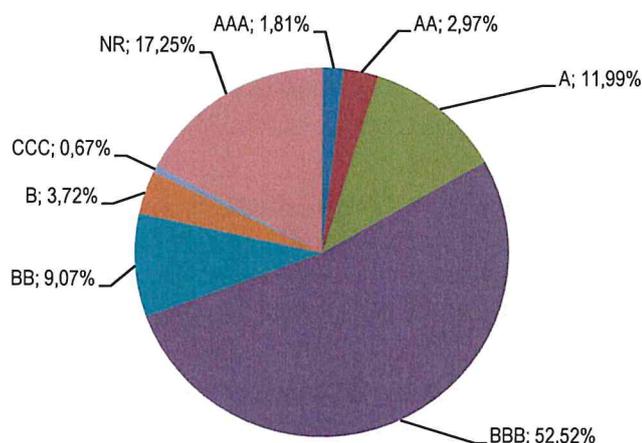


9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

DIVERSIFICAÇÃO POR RATING

A diversificação das obrigações por *rating* efectivou-se em conformidade com o disposto nos quadros que adiante se expressam:

DIVERSIFICAÇÃO POR RATING	
RATING	PESO RELATIVO (%)
AAA	1,81%
AA	2,97%
A	11,99%
BBB	52,52%
BB	9,07%
B	3,72%
CCC	0,67%
NR	17,25%
TOTAL	100,00%



DIVERSIFICAÇÃO PRUDENCIAL DO NÚCLEO DURO DO ACTIVO LÍQUIDO

Procurou-se equilibrar a diversificação das Aplicações Financeiras - mobiliárias e imobiliárias - de acordo com as opções estratégicas atrás enunciadas resultando, no final do Exercício de 2020, a diversificação prudencial do Activo Líquido em conformidade com o disposto no quadro que adiante se expressa:

DIVERSIFICAÇÃO PRUDENCIAL DO NÚCLEO DURO DO ACTIVO LÍQUIDO			
CLASSE DE ACTIVOS	VALOR	PESO RELATIVO (%)	PESO RELATIVO (%)
Propriedades de investimento	123.747.439,18 €	22,55%	22,55%
Fundos de investimento imobiliário	0,00 €	0,00%	
Títulos	397.412.924,20 €	72,41%	72,41%
Depósitos a prazo	7.481.014,21 €	1,36%	5,04%
Depósitos à ordem e caixa	20.233.232,60 €	3,69%	
TOTAL	548.874.610,19 €	100,00%	100,00%

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Deve salientar-se que no valor em Depósitos à Ordem e Caixa, no montante de 20.233.232,60 Euros, estão incluídos os valores que existiam em 31 de Dezembro de 2020, como liquidez em carteiras de gestão discricionária.

No final do Exercício de 2020, o núcleo duro do Activo Líquido da CPAS estava diversificado nas classes de activos, como adiante se expressa:

- 22,55% em Imobiliário (directo e indirecto).
- 72,41% em Títulos.
- 5,04% em Depósitos Bancários.

CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS DE AVALIAÇÃO DOS ACTIVOS

IMÓVEIS

No que concerne aos imóveis que integram o Património Imobiliário da CPAS, por razões de reforço da transparência quanto à valia dos Activos Imobiliários, maior adstricção a um conceito "mark to market", ou seja, a avaliação dos Activos Imobiliários numa base anual e ao valor de Mercado, alinhamento com as mais exigentes regras de avaliação de Activos Imobiliários, mas também por orientação expressa pelos Auditores Externos da CPAS, foi assumida para o ano de 2018 e seguintes a avaliação numa base anual de todo o Património Imobiliário.

Esta avaliação é feita ao preço pelo qual os terrenos e edifícios poderiam ser vendidos, à data da avaliação, por contrato privado celebrado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, subentendendo-se que o bem é objecto de uma oferta pública no Mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem.

Esse valor é determinado através de uma avaliação separada de cada edifício, devendo aquele valor resultar da avaliação efectuada por um perito independente, cuja capacidade técnica seja devidamente comprovada.

Durante o ano de 2020 foram realizados Procedimentos para a contratação de entidades independentes, tendo em vista a avaliação de todo o Património Imobiliário da CPAS.

A decisão de contratação recaiu sobre a Colliers International Portugal que constitui uma entidade independente de grande dimensão internacional e de reconhecida capacidade técnica, o que reforça o rigor, qualidade e independência das avaliações efectuadas ao Património Imobiliário da CPAS.

A política de gestão centra-se num reforço do Património Imobiliário e maximização da sua componente de rendimento, embora em caso de eventual necessidade para suprir insuficiência no pagamento de reformas, esses Activos Imobiliários devam ser sempre havidos como disponíveis para eventual venda.

Reforçando o rigor técnico e utilizando uma perspectiva conservadora por forma a manter coerente e não distorcer a valorização anual comparativa dos Activos Imobiliários, considera-se como adequado para determinação do Justo Valor dos imóveis classificados como Propriedades de Investimento, uma ponderação entre 2 Métodos de Avaliação de Imóveis, designadamente, o Método Comparativo de Mercado e o Método do Rendimento.

No quadro da manutenção de critérios anteriores (até para permitir uma comparação efectiva da realidade subjacente), considera-se adequada uma prudente relação 60% (Método do Rendimento) / 40% (Método Comparativo de Mercado) para definição do Justo Valor dos Activos Imobiliários da CPAS.

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Por motivos de maior transparência e por razões de rigor, considera-se também dever ser dada a conhecer nos documentos de prestação de contas da CPAS a valorização aferida pelos dois Métodos de Avaliação e a valorização resultante da respectiva ponderação.

A variação do valor dos imóveis que integram o Património Imobiliário da CPAS em 2020, é evidenciada em conformidade com o disposto no quadro que adiante se expressa:

LOCALIZAÇÃO	VALOR CONTABILIS-TICO 2019	AVALIAÇÃO MÉTODO REN-DIMENTO	AVALIAÇÃO MÉTODO DE MERCADO	VALOR CONTABILIS-TICO 2020 (60% - 40%)	VARIAÇÃO	EMPRESA AVALIADORA
R. Fialho de Almeida, 5 - Lisboa	5 885 400,00 €	5 529 700,00 €	7 131 091,00 €	6 170 256,40 €	284 856,40 €	Colliers International Portugal
R. Forno do Tijolo, 9 - Lisboa	1 668 600,00 €	1 330 600,00 €	2 253 316,00 €	1 699 686,40 €	31 086,40 €	Colliers International Portugal
R. Duque de Palmela, 27 - Lisboa	5 995 600,00 €	4 886 000,00 €	7 401 507,00 €	5 892 202,80 €	-103 397,20 €	Colliers International Portugal
Al. D. Afonso Henriques, 11 - Lisboa	6 401 600,00 €	5 146 129,00 €	8 350 947,00 €	6 428 056,20 €	26 456,20 €	Colliers International Portugal
R. Dona Estefânia, 17 - Lisboa	9 718 000,00 €	9 352 000,00 €	10 807 000,00 €	9 934 000,00 €	216 000,00 €	Colliers International Portugal
Av. Duque de Ávila, 169 - Lisboa	15 260 600,00 €	15 065 700,00 €	15 594 400,00 €	15 277 180,00 €	16 580,00 €	Colliers International Portugal
Lg. S. Domingos, 14 - Lisboa	9 597 000,00 €	7 369 000,00 €	12 490 300,00 €	9 417 520,00 €	-179 480,00 €	Colliers International Portugal
R. Campo Alegre, 606 - Porto	8 342.400,00 €	7 588 100,00 €	9 822 100,00 €	8.471.700,00 €	139.300,00 €	Colliers International Portugal
Avª Fernão de Magalhães, - Coimbra	1 884 600,00 €	1 816 600,00 €	2 033 100,00 €	1 903 200,00 €	18 600,00 €	Colliers International Portugal
R. dos Anjos/Sta. Bárbara, 46 - Lisboa	4 350 600,00 €	3 868 500,00 €	5 114 900,00 €	4 367 060,00 €	16 460,00 €	Colliers International Portugal
R. Pedro Nunes, 16 - Lisboa	11 440 080,00 €	8 448 000,00 €	14 869 000,00 €	11 016 400,00 €	-423 680,00 €	Colliers International Portugal
R. da Carreira, 191/197 - Funchal	745 000,00 €	745 000,00 €	745 000,00 €	745 000,00 €	- €	Colliers International Portugal
R. Mouzinho da Silveira, 34 - Lisboa	10 473 540,00 €	9 370 000,00 €	11 166 000,00 €	10 088 400,00 €	-385 140,00 €	Colliers International Portugal
R. Mouzinho da Silveira, 26 - Lisboa	15 124 540,00 €	11 417 200,00 €	19 410 700,00 €	14 614 600,00 €	-509 940,00 €	Colliers International Portugal
Escadinhas da Barroca, 4 - Lisboa	1 117 800,00 €	1 094 700,00 €	1 170 000,00 €	1 124 820,00 €	7 020,00 €	Colliers International Portugal
Vila Plena – Vila Nova de Gaia	16 160 400,00 €	16 157 400,00 €	16 191 400,00 €	16 171 000,00 €	10 600,00 €	Colliers International Portugal
Rua 31 de Janeiro, 56 - Funchal	884 400,00 €	857 600,00 €	935 600,00 €	888 800,00 €	4 400,00 €	Colliers International Portugal
Rua Visconde Seabra, nº. 4 e 4-A	4 145.400,00 €	3 959 100,00 €	4 142 300,00 €	4 032 380,00 €	-113.020,00 €	Colliers International Portugal
TOTAL	129 195.560,00 €	114 001 329,00 €	149 628 661,00 €	128 253.722,50 €	- 943.298,20 €	

Durante o Exercício de 2020 ficaram concluídos diversos trabalhos de reabilitação, conservação e reparação nos vários Imóveis, tendo como racional a valorização do Património Imobiliário da CPAS e a maximização do rendimento deste tipo de Activos.

Em relação a estas intervenções que ocorreram ou se concluíram em 2020, evidenciam-se as que adiante se expressam:

Imóvel sito na Rua Fialho de Almeida n.º 5 em Lisboa, foram efectuadas pequenas obras de requalificação em apartamentos tendo em vista a alocação no mercado de arrendamento bem como diversas reparações nos espaços comuns num valor total de 24.874,74 Euros.

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Imóvel sito na Rua do Forno do Tijolo n.º 9 em Lisboa, foram efectuadas pequenas obras de requalificação em apartamentos tendo em vista a alocação no mercado de arrendamento, bem como algumas intervenções de manutenção nos espaços comuns num valor total de 17.480,07 Euros.

Imóvel sito na Avenida Duque de Ávila n.º 169 em Lisboa, foram efectuadas algumas intervenções de manutenção nos espaços comuns, e medidas de prevenção de manutenção preventiva e correctiva com especial incidência sobre o sistema de ar condicionado e equipamentos solares num valor total de 8.972,13 Euros.

Imóvel sito no Largo de São Domingos n.º 14 em Lisboa, foram efectuadas algumas intervenções de manutenção nos espaços comuns, e medidas de prevenção de manutenção preventiva e correctiva, principalmente do sistema de ar condicionado, num valor total de 28.190,10 Euros.

Imóvel sito na Avenida Fernão de Magalhães n.º 171 em Coimbra, foram efectuadas algumas intervenções de manutenção nos espaços comuns, e medidas de prevenção de manutenção preventiva e correctiva, bem como uma intervenção de carácter urgente fruto de inundação na Sede da OSAE, num valor total de 17.081,69 Euros.

Imóvel sito na Rua Colégio dos Órfãos n.ºs 37 e 71, em Vila Nova de Gaia, foram efectuadas algumas intervenções de manutenção nos espaços comuns, bem como a realização de intervenções de manutenção em apartamentos e reparações ligeiras nos mesmos tendo em vista a locação no mercado de arrendamento, num valor total de 43.122,35 Euros.

Imóvel sito na Rua 31 de Janeiro n.º 58 no Funchal, foram efectuadas obras de substituição do sistema de ar condicionado e ventilação, num valor total de 20.799,35 Euros.

ACTIVOS FINANCEIROS

116

A avaliação dos Activos Financeiros da CPAS é efectuada segundo o critério do Justo Valor, ou seja, os Activos são registados e contabilizados pelo seu valor de Mercado em 31 de Dezembro de cada exercício e são reavaliados anualmente, seja para mais ou para menos, pela sua última cotação de Mercado em Bolsa, publicada ou conhecida.

FLUTUAÇÕES DOS ACTIVOS FINANCEIROS

No Exercício de 2020, foram reconhecidas, quer para efeitos dos Resultados do Exercício, quer para efeitos de avaliação dos Activos Financeiros em carteira, as menos-valias e as mais-valias potenciais que totalizam, respectivamente, - 12.598.042,29 Euros e + 22.738.603,51 Euros.

RENDIMENTO DISTRIBUÍDO – ACTIVOS MOBILIÁRIOS E IMOBILIÁRIOS

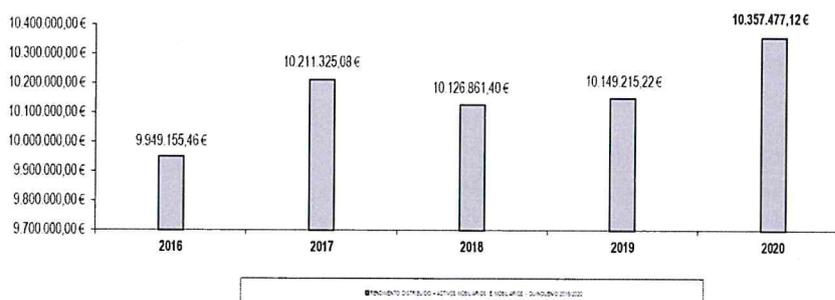
No Exercício de 2020 o rendimento recorrente distribuído pelos diversos Activos Financeiros da CPAS, sejam eles mobiliários ou imobiliários, é evidenciado em conformidade com o disposto no quadro que adiante se expressa:

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

RENDIMENTO DISTRIBUÍDO – ACTIVOS MOBILIÁRIOS E IMOBILIÁRIOS					
TIPO	2016	2017	2018	2019	2020
Propriedades de investimento					
Rendimentos em propriedades de investimento	2 094 998,68 €	2 821 680,74 €	3 254 010,37 €	4.071.657,80 €	4.114.755,50 €
Activos financeiros detidos para negociação					
Juros de depósito em instituições financeiras	33 848,68 €	12 975,31 €	21 692,55 €	15.189,57 €	4.453,91 €
Rendimentos de obrigações	5 913 224,29 €	5 826 839,44 €	4 852 076,41 €	4.630.052,38 €	4.446.919,01 €
Rendimentos de fundos de investimento	1 248 296,17 €	1 049 306,95 €	1 449 709,81 €	1.181.102,94 €	1.566.353,66 €
Rendimentos de participações sociais	658 787,64 €	500 522,64 €	549 372,26 €	251.212,53 €	224.995,04 €
TOTAL	9.949.155,46 €	10.211.325,08 €	10.126.861,40 €	10.149.215,22 €	10.357.477,12 €

Releva-se, assim, a estabilidade do rendimento distribuído pelos Investimentos Financeiros da CPAS ao longo do último Quinquénio, tendo a evolução do rendimento dos Imóveis da CPAS compensado a redução dos rendimentos dos Investimentos Financeiros Mobiliários associado à manutenção das taxas de juro em mínimos históricos, em conformidade com o disposto nos quadros que adiante se expressam:

RENDIMENTO DISTRIBUÍDO – ACTIVOS MOBILIÁRIOS E IMOBILIÁRIOS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2016	9 949 155,46 €				
2017	10 211 325,08 €	+ 262.169,62 €		+ 2,64%	
2018	10 126 861,40 €	- 84.463,68 €		- 0,83%	
2019	10.149.215,22 €	+ 22.353,82 €		+ 0,22%	
2020	10.357.477,12 €	+ 208.261,90 €	+ 408.321,66 €	+ 2,05%	+ 4,10%



RENTABILIDADE

A função financeira desenvolveu-se com a diversificação prudencial e a mutação de classes de Activos que atrás se analisou detalhadamente, pelas razões estratégicas aduzidas face à conjuntura e às condicionantes envolventes dos Mercados de Capitais.

Seguindo a metodologia de cálculo a seguir discriminada, a medição da rentabilidade do Activo Bruto da CPAS apresentou a taxa média anual de rendimento de 2,345%.

Sem consideração da dívida de contribuições enquanto activo gerador de potencial rendimento, a taxa de rentabilidade dos Activos da CPAS foi de 2,468%, em conformidade com o disposto no quadro que adiante se expressa:

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: *W*
 - Middle right: *W*
 - Bottom right: *W*

CÁLCULO DA RENTABILIDADE MÉDIA DO ACTIVO BRUTO DA CPAS	
Activo em 2020	587.673.710,34 €
Activo em 2019	590.201.823,39 €
	1.177.875.533,73 €
	½
ACTIVO MÉDIO	588.937.766,87 €
Contribuições em dívida 2020 - Balanço 2020	31.474.125,27 €
Contribuições em dívida 2019 - Balanço 2019	27.239.005,33 €
	58.713.130,60 €
	½
MÉDIA DA DÍVIDA ACUMULADA DE CONTRIBUIÇÕES	29.356.565,30 €
Activo médio	588.937.766,87 €
Média da dívida acumulada de contribuições	29.356.565,30 €
ACTIVO MÉDIO PARA RENDIMENTO	559.581.201,57 €
RENDIMENTOS - INVESTIMENTOS FINANCEIROS	
Rendimentos de aplicações Financeiras	6.940.321,95 €
Rendimentos de propriedades de investimento	4.114.755,50 €
Ganhos por aumentos de justo valor	23.496.816,22 €
Mais-valias na alienação de títulos	2.666.257,84 €
Operações com futuros	99.142,08 €
TOTAL	37.317.293,59 €
GASTOS - INVESTIMENTOS FINANCEIROS	
Custos e perdas com aplicações financeiras	2.378.600,04 €
Custos e perdas com imóveis	543.658,16 €
Perdas por redução de justo valor	14.311.005,87 €
Menos-valias na alienação de títulos	6.274.269,01 €
Operações com futuros	0,00 €
TOTAL	23.507.533,08 €
Rendimentos - Investimentos Financeiros	37.317.293,59 €
Gastos - Investimentos Financeiros	23.507.533,08 €
VALOR	13.809.760,51 €
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	133.378,46 €
RENTABILIDADE DOS ACTIVOS FINANCEIROS	13.676.382,05 €
Rendimento médio líquido do activo bruto em 2020	
com dívida de contribuições	2,345%
sem dívida de contribuições	2,468%
sem dívida de contribuições e líquido de impostos	2,444%

118

A aferição da rentabilidade dos Activos da CPAS, relativamente à rentabilidade dos Fundos de Pensões no Quinquénio 2016/2020 divulgada pela entidade independente Willis Towers Watson, efectiva-se em conformidade com o disposto no quadro que adiante se expressa:

ANO	MÉDIA DAS MEDIANAS DOS FUNDOS DE PENSÕES	RENTABILIDADE CPAS
2016	1,50%	2,55%
2017	3,50%	2,32%
2018	-1,25%	3,64%
2019	8,20%	6,86%
2020	2,30%	2,35%
MÉDIA NO QUINQUÉNIO	+ 2,85%	+ 3,55%

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Sublinhe-se que os Fundos de Pensões estão totalmente isentos de carga fiscal, ao passo que a CPAS tem sido penalizada fiscalmente à taxa de IRC de 21%, nos rendimentos de capitais.

O Decreto-Lei n.º 163/2019, de 25 de Outubro, alterou o regime fiscal em sede de IRC relativo à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS). Com a entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2020, a CPAS ficará totalmente isenta deste imposto ficando em igualdade de circunstâncias com outras entidades que, tendo finalidades idênticas, já beneficiavam do mesmo enquadramento fiscal.

No Exercício de 2020, mais uma vez ficou demonstrada a qualidade, solidez e resiliência da carteira de Activos Mobiliários da CPAS.

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

120

Importa registar em relação à CPAS que estando na presença de um Regime de repartição intergeracional, não existe a obrigatoriedade de pré-financiamento dos Benefícios como sucede num Regime de capitalização.

Não obstante, em decorrência do estabelecido no artigo 91º do RCPAS, torna-se necessário quantificar, através de um Relatório Actuarial e de Sustentabilidade, o valor actual das Pensões de Reforma em pagamento.

Tal valor é determinado pelos actuários com base nos dados actuais das Pensões de Reforma em pagamento e tendo em consideração o conjunto dos pressupostos demográficos e financeiros.

Em síntese, na avaliação actuarial efectuada, com referência a 31 de Dezembro de 2020, manteve-se a tábua de mortalidade TV 88/90 (-1), considerada como adequada à situação concreta da CPAS.

Os dados actuariais evidenciam a longevidade do universo de Beneficiários da CPAS.

Decidiu-se, assim, manter no exercício de 2020 a referida tábua de mortalidade, alinhada com a evolução da esperança média de vida da população da CPAS.

Manteve-se a taxa de desconto para 3,0%, numa perspectiva mais prudente e conservadora sobre o potencial de rentabilidade futura dos Activos Financeiros, conforme método de cálculo melhor explanado no Relatório actuarial que se encontra em anexo ao presente Relatório e Contas.

Da conjugação destes pressupostos resulta que o valor actual das Pensões de Reforma em pagamento é de 1.173.393.190,00 Euros.

No final do Exercício de 2020 o valor acumulado do Fundo de Garantia era de 525.261.290,99 Euros.

Não sendo exigível num sistema de Repartição a constituição de reservas matemáticas, certo é, porém, que sempre se considerou essencial conhecer o valor actual com os pagamentos futuros das pensões de reforma, para desta forma identificar, em cada ano, o nível de financiamento esperado através do valor actual dos activos financeiros.

Acresce que o novo Regulamento da CPAS vem impor, e bem, que ao Relatório e Contas deva ser anexado um Relatório actuarial das Pensões em pagamento e um Estudo de Sustentabilidade da Instituição [artigo 95º, nº 2].

Revela-se, pois, esta avaliação actuarial um instrumento indispensável para a gestão da Instituição a curto, médio e longo prazo, para além de constituir um instrumento de análise e de gestão essencial à condução segura do destino e das actividades da CPAS.

O cálculo do montante da estimativa actuarial efectuado pela AON Portugal assentou, assim, no seguinte quadro de pressupostos:

Fórmula de cálculo e de acesso às Pensões conforme o estabelecido no actual Regulamento da CPAS.

Número total de Beneficiários reformados em 31 de Dezembro de 2020.

Valor anual das Pensões de Reforma e dos suplementos às Pensões de Reforma em pagamento em 31 de Dezembro de 2020.

Pressupostos de cálculo utilizados:

- Taxa técnica de desconto: 3,00%
- Crescimento das Pensões (actualização): 0%
- Tábua de mortalidade: TV 88/90 (-1)
- Encargos administrativos: 0%

O Relatório Actuarial da AON Portugal consta como anexo ao presente Relatório e Contas.

10. SÍNTESE ACTUARIAL



A AON Portugal elaborou um Estudo de Sustentabilidade com detalhe e minúcia para que seja evidenciada a situação da Instituição quanto aos seus compromissos actuariais e respectiva sustentabilidade, num horizonte temporal de 15 anos.

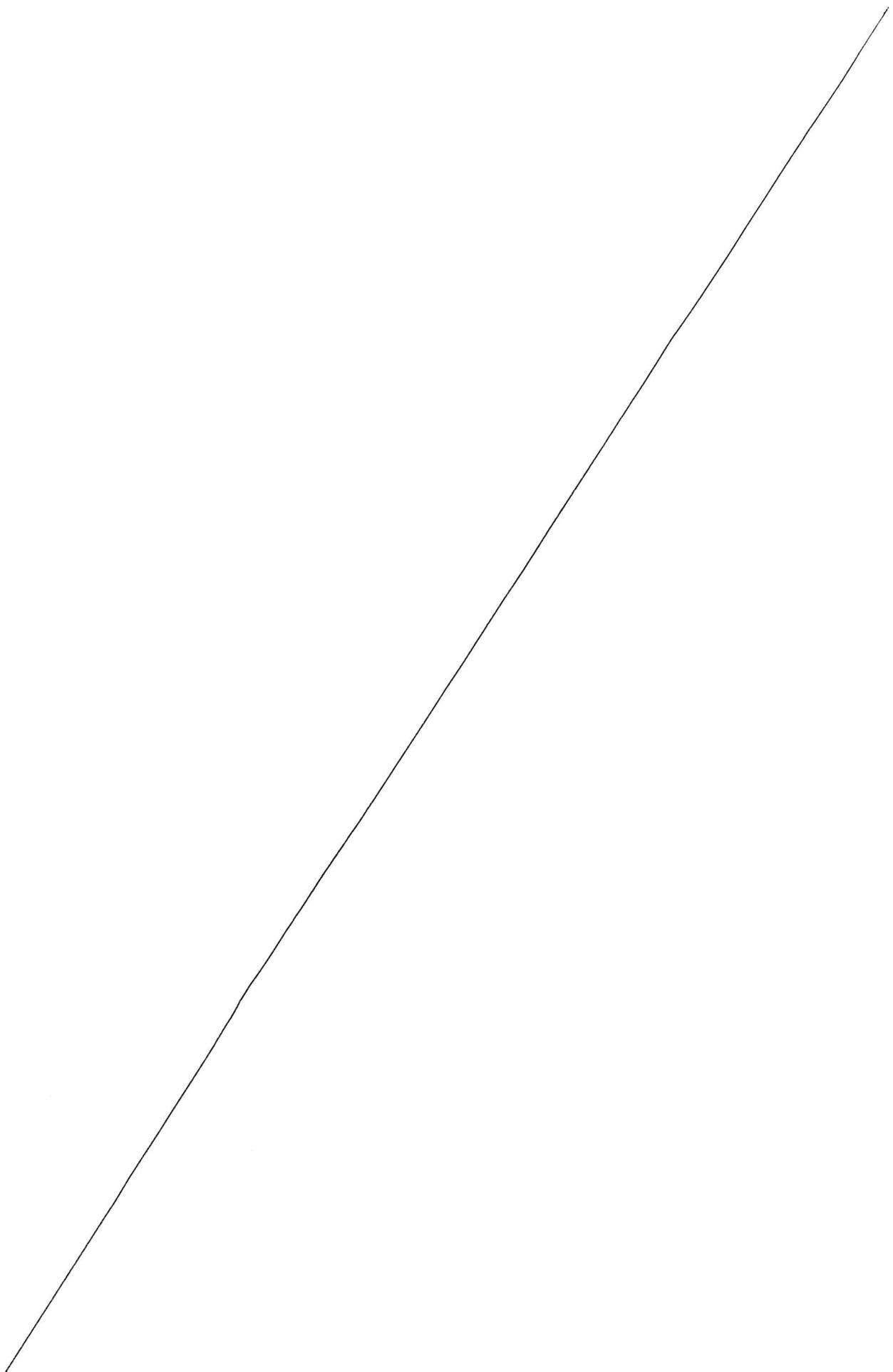


11. RESULTADO DO EXERCÍCIO

DELIBERAÇÃO DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Direcção, considerando o disposto no artigo 91.º n.º 3 do RCPAS, delibera que o resultado líquido do EXERCÍCIO DE 2020, no montante de (-) 678.768,08 Euros, tenha a seguinte aplicação

Redução do Fundo de Garantia no montante de (-) 678.768,08 Euros.





A Direcção volta a dirigir a todos os Beneficiários da CPAS uma mensagem de confiança no futuro da Instituição e na capacidade desta para prosseguir e cumprir a sua missão que é uma missão nobre e complexa na medida em que deve responder com rigor, com justiça e com equidade às necessidades de previdência e de assistência de todos os advogados, solicitadores e agentes de execução.



Em Fevereiro de 2021 a Direcção da CPAS conseguiu ver aprovado um novo Regulamento de resposta às consequências da nova vaga da epidemia de COVID-19 que, à semelhança do anterior, estabelece medidas excepcionais e temporárias em matéria de contribuições aplicáveis aos Beneficiários afectados directa ou indirectamente pela epidemia ou que tenham uma quebra de rendimentos que os impeça de satisfazer as suas obrigações contributivas perante a CPAS, em virtude de doença ou redução anormal de actividade relacionadas com a referida situação epidemiológica.



A par das medidas implementadas a Direcção da CPAS continuará a encetar todos os esforços no sentido de promover as necessárias diligências junto dos membros do Governo competentes de forma a serem concedidos pelo Estado aos Beneficiários da CPAS igual apoio financeiro ao que foi e continua a ser concedido aos demais cidadãos portugueses na medida em que o Estado suporta estes custos com recurso ao Orçamento de Estado para o qual os Beneficiários da CPAS contribuem, e até a própria CPAS, em igual medida dos restantes cidadãos.

Salienta-se que, com Orçamento Geral do Estado para 2020, foi clarificada a possibilidade de execução coerciva das dívidas de contribuições, mecanismo que permitirá à Direcção da CPAS uma gestão eficaz da recuperabilidade da dívida acumulada e crescente dos Beneficiários à CPAS e que a CPAS espera conseguir implementar, em conjunto com a Segurança Social, durante o ano de 2021, sob pena de se arrastar intoleravelmente um vazio de resposta que, para além da iniquidade, poderá colocar em causa a própria sustentabilidade do sistema.

Espera-se poder prosseguir a linha de melhoria da vertente assistencial do Sistema, sendo para tal essencial a permanente análise do desempenho da Instituição e da trajectória da sustentabilidade e que seja garantido um clima de colaboração positiva e construtiva entre a Ordem dos Advogados e a Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, nomeadamente no que respeita à procura de meios de financiamento alternativos do sistema que permitam à Instituição o desenvolvimento sustentável de apoios assistenciais.

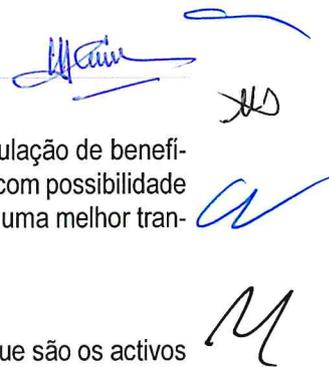
125

Na sequência das assembleias gerais, convocadas pela Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução no sentido de deliberar sobre a proposta de alteração do artigo 5.º do seu Estatuto e pela Ordem dos Advogados Portugueses no sentido de ver discutida a convocação de um referendo relativo à escolha do sistema de previdência – Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS) ou Segurança Social, independentemente de a possibilidade de opção entre o regime da CPAS e o regime da Segurança Social ser impraticável, porque impossível, inconstitucional e ilegal, uma vez que se está a discutir um direito que a Lei de Bases da Segurança Social não prevê e de que nenhum outro cidadão nacional beneficia, cabe à Direcção da CPAS continuar a defender a CPAS e os seus Beneficiários.

No Boletim da Ordem dos Advogados um nosso Colega que foi Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, reconhecido pela sua vasta experiência e competência técnica sobre a matéria, indicava diversas vantagens da CPAS face ao regime geral da Segurança Social e que mais do que nunca entendemos dever salientar por cremos que de forma simples mas muito precisa, traduzem algumas das, por vezes, esquecidas ou não valorizadas singularidades do nosso regime, como sejam:

- 1.A liberdade de escolha anual do escalão contributivo e a possibilidade de adequação da carreira contributiva em função das possibilidades presentes, dos investimentos e das expectativas da futura pensão de reforma, que permite organizar melhor a gestão da carreira contributiva ao longo da vida activa;
- 2.Uma pensão de reforma agora aos 65 anos de idade (regime geral da Segurança Social – 66 anos e 6 meses em 2021 e 66 anos a 7 meses para 2022, com tendência para aumentar nos anos seguintes);
- 3.Um rácio de activos por pensionista muito superior ao da Segurança Social, factor essencial para a sustentabilidade dos regimes previdenciais;

12. MENSAGEM DA DIRECÇÃO



4. Livre cumulação de rendimentos de pensões com rendimentos de trabalho e total cumulação de benefícios imediatos e diferidos, com outros da mesma natureza recebidos por outras entidades com possibilidade de passar à situação de reformado e poder continuar a exercer a profissão, assegurando uma melhor transição entre a vida activa e a reforma e estimulando o envelhecimento activo;

5. Estudos de sustentabilidade que denotam a robustez do regime;

6. Princípio de gestão democrática, em que os órgãos da CPAS são eleitos entre pares, que são os activos e futuros pensionistas;

7. As decisões podem ser tomadas independentes da conjuntura político-económica do país ou de contingências orçamentais com base em critérios puramente técnicos;

8. Obrigatoriedade de apresentação anual, com a prestação de contas, de um relatório actuarial das pensões em pagamento, de estudo de sustentabilidade e de um relatório elaborado por entidade auditora externa à CPAS, o que permite conhecer e monitorizar de forma adequada a evolução do Regime.

Por sua vez, em comunicado informativo recentemente distribuído registou-se que *"a CPAS nasceu com um desígnio exclusivo: proteger os advogados das eventualidades da velhice, da invalidez e da morte. Com o tempo alargou o seu escopo, sendo hoje uma Instituição com características mistas, previdenciais e assistenciais. Este é o desígnio que a CPAS tem de continuar a prosseguir, cabendo à geração presente continuar a trabalhar para reforçar, melhorar e alargar cada uma dessas valências, mas sempre com a independência que a caracteriza e com a prudência que se exige.*

A CPAS é sem dúvida alguma o melhor, o mais seguro e, de longe, o mais sustentável sistema de previdência. É dever dos advogados estarem conscientes disto, pois só assim estão em condições de cumprirem a sua parte nesta missão: a defesa cabal dos seus interesses individuais e colectivos. Esta afirmação é incontestável, os números falam por si. Os estudos actuariais não só concluem ano após ano que a CPAS é uma instituição, sólida, robusta e equilibrada, como afirmam e reforçam que é bastante mais sustentável do que a Segurança Social.

Basta analisar dois indicadores: (i) o Fundo de Garantia: que é três vezes superior porque tem uma sustentabilidade que assegura mais de cinco anos de pagamento de pensões, ao contrário do da Segurança Social que está neste momento nos 18 meses (considerando que nesse período não seria recebida mais nenhuma contribuição), e (ii) o Número de Activos versus Pensionistas: 5,5 activos por cada pensionista, que compara com os 1,6 activos da Segurança Social por pensionista.

É importante também perceber que a CPAS sob o ponto de vista da sustentabilidade é um sistema que, mesmo daqui a 20 anos, terá um rácio de activos por pensionista superior, em dobro, em relação ao rácio que actualmente apresenta o sistema da Segurança Social, o que se apresenta como uma enorme vantagem" acrescentando ainda que "a CPAS não é só, e já seria muito, o melhor sistema de previdência por razões de sustentabilidade. Há também que considerar, por exemplo, a idade de acesso à reforma e as contribuições realizadas.

A idade de reforma da CPAS, aos 65 anos, compara muito melhor que a da Segurança Social (66 anos e 6 meses) o que significa, à data, mais um ano e seis meses de recebimento de pensão e menos um ano e seis meses de pagamento de contribuições pelos Beneficiários da CPAS comparativamente com os da Segurança Social. No que respeita à base de incidência, a CPAS tem uma base de incidência de regime de livre escolha entre 21 escalões (entre o 5.º e o 26.º escalão). Na Segurança Social comporta um conjunto de variantes (em função do tipo de actividade, organização contabilística, existência ou não de entidade contratante, etc.), mas a base de incidência contributiva mensal corresponde a sensivelmente 1/3 do rendimento relevante apurado em cada período declarativo.

No caso do rendimento relevante dos trabalhadores não abrangidos pelo regime de contabilidade organizada - o rendimento relevante é determinado com base nos rendimentos obtidos nos três meses imediatamente anteriores ao mês da Declaração Trimestral, correspondendo a 70 % do valor total de prestação de serviços. Com base neste racional é possível afirmar que os advogados que se enquadrem entre o escalão 5.º e o escalão 16.º teriam de pagar uma contribuição mais elevada na Segurança Social, sem que a isso esteja associada uma reforma mais elevada.

É indubitável que a CPAS tem de continuar a trabalhar para melhorar a protecção dos seus beneficiários e nesse sentido o seu futuro a médio prazo tem de passar por: (i) melhorar cuidadosamente o modelo de contribuições: A questão dos rendimentos convencionados, rendimentos reais e rendimentos declarados, terá de ser equacionada de uma forma muito concreta, realista e rigorosa. E (ii) a aprofundar sustentadamente o quadro assistencial. Em termos reais, é isso que a Direcção da CPAS tem feito nestes últimos quatro anos, mas há que continuar a trabalhar nesse sentido. Em matéria de contribuições, por exemplo, hoje já existe a previsão de não pagamento de contribuições nas situações de incapacidade temporária para o trabalho por doença grave ou por situação particular de parentalidade. No mesmo contexto a redução do prazo de garantia de 15 anos para 10 anos foi também um benefício, relacionada com a constatação de que havia situações em os Beneficiários ingressavam tardiamente na profissão.

A CPAS protege também na parentalidade, tendo em conta que o benefício de maternidade tem um valor mínimo, independentemente de os Beneficiários estarem no escalão mínimo. Por exemplo (i) uma estagiária que pagou cerca de 750 euros de contribuições durante dois anos, terá direito a um benefício de maternidade no valor mínimo de 1905 euros (e máximo de 3810 euros se estiver noutros escalões contributivos) a que acresce o benefício de nascimento, no valor de 635 euros; (ii) se ambos os pais forem Beneficiários da CPAS, para além do benefício de maternidade devido à mãe (mínimo de 1905 euros e máximo de 3810 euros), têm direito ao benefício de nascimento (1270 euros = 635 euros x 2), (iii) no caso de gémeos o valor do benefício de nascimento é multiplicado pelo número de filhos. Portanto, não se pode dizer, sob pena de falta de rigor, que não há benefícios assistenciais da CPAS na parentalidade.

A CPAS também protege na doença, designadamente através da comparticipação nas despesas de internamento hospitalar e/ou intervenção cirúrgica que pode ir de um limite mínimo de 4.987,98 €, de acordo com 15% das despesas que se apresentem sem seguro de grupo, mas pode ir até 9.975.96 € por ano. O benefício de apoio à recuperação em caso de internamento hospitalar também não é despiciendo, porque se o internamento tiver a duração mínima de dois dias e máximo de cinco dias, há um apoio de 635 euros, se o internamento tiver a duração mínima de seis dias e máxima de dez dias, 1270 euros e se tiver duração igual ou superior a 11 dias, 1905 euros. A oferta pela CPAS do seguro de assistência médica permanente, que funciona em todo o país e tem, também, um conjunto de valências relevantes nesta área da saúde, designadamente a possibilidade de, com um co-pagamento de 15 euros, os Beneficiários poderem solicitar uma consulta médica ao domicílio para si ou para qualquer membro do seu agregado familiar. Os postos médicos da CPAS mantêm-se e são uma enorme mais-valia, são postos médicos que funcionam no Porto, Lisboa e Coimbra, mas também funcionam à distância. Aliás, a assistência médica e a protecção na doença tem sido uma das grandes prioridades desta Direcção, o que bem se ilustra pela atribuição gratuita, com início neste ano de 2021, do Seguro de protecção de rendimentos por acidente ou doença, que garante uma prestação pecuniária equivalente a 70% da remuneração convencional mensal escolhida pelo Beneficiário, nas situações de incapacidade temporária para o trabalho (vulgo baixa médica)." (...)

"À Direcção da CPAS cabe informar, defender a CPAS e os seus Beneficiários, a cada advogado [solicitador e agente de execução] cabe decidir sobre os seus interesses, com rigor e racionalidade, com exigência e solidariedade e, sobretudo, pensando no longo prazo.

O futuro da CPAS depende de saber o quanto os advogados [os solicitadores e os agentes de execução] de hoje se preocupam com a sua reforma e quanto estão conscientes de que a CPAS é sem dúvida alguma o sistema de previdência que melhor defende os seus interesses. Na generalidade, os advogados não estão mais protegidos e mais seguros com a sua integração na Segurança Social. A CPAS é e pode continuar a ser a joia da coroa dos advogados. É um privilégio, talvez o único, que está associado a esta classe, por isso o futuro da CPAS deve continuar a ser um regime independente de previdência e de assistência dos Advogados [dos Solicitadores e dos Agentes de Execução] mas, como diz Saint Exupery, às vezes, o essencial é invisível aos olhos".

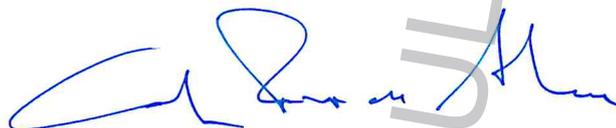
A administração criteriosa no presente e a monitorização da evolução da sustentabilidade da Instituição no médio/longo prazo será sempre uma prioridade da gestão da CPAS e aí não poderá haver tibiezas nas medidas e medo na sua execução, muito menos cedência a populismos ou a propostas inviáveis que não defendem os Beneficiários, não defendem a CPAS, a Previdência e a Independência.

12. MENSAGEM DA DIRECÇÃO

A Direcção renova em relação a todos os Beneficiários uma mensagem de confiança no futuro e está convicta que a CPAS prosseguirá um caminho de reforço da sua sustentabilidade, sem enveredar por promessas de facilidades ou seguir propostas fora da realidade e ingeríveis face à estruturação, consolidação e melhoria sempre permanente de um sistema previdencial único e vantajoso que tem já fortes características assistenciais nos riscos mais graves das profissões liberais que cumpre proteger.

Lisboa, 31 de Março de 2021.

A DIRECÇÃO



Carlos Pinto de Abreu
(Presidente)



Victor Alves Coelho
(Vice-Presidente)



Catarina Mascarenhas
(Vogal Secretária)



Susana Afonso
(Vogal Tesoureira)



José Manuel de Oliveira
(Vogal)

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

RUBRICAS	PERÍODOS		
	NOTAS	31-12-2020	31-12-2019
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		4.805.477,24 €	5.007.894,91€
Propriedades de investimento		123.747.439,18€	124.603.395,50€
Activos intangíveis		35.143,56€	37.174,44€
Participações financeiras			
Outros activos financeiros			
		128.588.059,98€	129.648.464,85
Activo corrente			
Inventários			
Activos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios			
Devedores por empréstimos bonificados			
Cliente, contribuintes e utentes		31.474.125,27€	27.239.005,33€
Estado e outros entes públicos			
Outras contas a receber		2.323.995,27€	2.076.002,07€
Diferimentos		160.358,81€	34.878,97€
Activos financeiros detidos para negociação		397.412.924,20€	398.857.666,84€
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos		27.714.246,81€	32.345.805,33€
		459.085.650,36€	460.553.358,54€
TOTAL DO ACTIVO		587.673.710,34€	590.201.823,39€
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO			
Património líquido			
Património/Capital			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Fundo de garantia		525.261.290,99€	506.580.123,82€
Fundo de reserva		244.382,79 €	244.382,79 €
Fundo de assistência		21.790.667,67€	21.746.287,75 €
Fundo de administração		1.267.465,93€	1.267.465,93€
Fundo de sobrevivência		384.074,38 €	384.074,38 €
Fundo especial doação Dr. José Lourenço Júnior		1.637.769,64€	1.647.732,23 €
Resultados transitados			
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização		26.454.672,30€	26.540.553,48€
Outras variações no Património Líquido			
Resultado líquido do período		-678.768,08€	18.681.167,17 €
Interesses que não controlam			
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		576.361.555,62€	577.091.787,55€
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		7.229.338,24€	7.001.756,97€
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós emprego			
Outras contas a pagar			
		7.229.338,24€	7.001.756,97€
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios concedidos			
Fornecedores		758.259,80€	586.365,02€
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos		1.603.185,91€	2.702.356,71€
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			9.686,25€
Pensões, subsídios e participações a pagar		92.486,40 €	102.804,46€
Outras contas a pagar		1.221.700,66€	2.301.503,80 €
Diferimentos		407.183,71€	405.562,63€
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		4.082.816,48 €	6.108.278,87 €
TOTAL DO PASSIVO		11.312.154,72€	13.110.035,84€
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		587.673.710,34€	590.201.823,39€

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		
	NOTAS	31-12-2020	31-12-2019
Impostos, contribuições e taxas		109.738.711,96€	97.944.721,42€
Vendas			
Prestação de serviços			
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos			
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Pensões, subsídios e participações		-111.283.113,27€	-106.963.325,58€
Fornecimentos e serviços externos		-1.817.408,30€	-1.598.179,35€
Gastos com o pessoal		-1.679.886,08€	-1.604.747,05€
Transferências e subsídios concedidos			
Prestações sociais			
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-12.194.275,50€	-8.032.749,00€
Provisões (aumentos/reduções)		-227.581,27€	-1.584.255,29€
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis			
Aumentos/reduções de justo valor		9.185.810,35€	27.719.938,95€
Outros rendimentos e ganhos		10.604.370,89€	12.037.036,18€
Outros gastos e perdas		-8.963.880,58€	-5.603.733,62€
Resultado antes de depreciações e gastos financiamento		-6.637.251,80€	12.314.706,66€
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-130.204,77 €	-149.818,37 €
Imparidade de investimentos depreciáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos financiamento)		-6.767.456,57€	12.164.888,29€
Juros e rendimentos similares obtidos		6.088.688,49€	6.516.278,88€
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		-678.768,08€	18.681.167,17€
Imposto sobre o rendimento			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-678.768,08€	18.681.167,17€

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS






DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

RUBRICAS	PERÍODOS		
	NOTAS	31-12-2020	
		31-12-2020	31-12-2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes			
Recebimentos de contribuintes		95.542.664,85 €	91.046.852,53 €
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores		-1.766.398,17 €	-2.285.617,43 €
Pagamentos ao pessoal		-1.267.296,87 €	-1.294.253,65 €
Pagamentos a beneficiários		-111.076.973,74 €	-106.552.136,44 €
Caixa gerada pelas operações		-18.568.003,93 €	-19.085.154,99 €
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-451.595,58 €	-1.387.158,87 €
Outros recebimentos / pagamentos		-666.707,69 €	-591.913,51 €
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		-19.686.307,20 €	-21.064.227,37 €
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-19.075,60 €	-27.627,28 €
Activos intangíveis			
Propriedades de investimento		-90.486,64 €	-113.297,51 €
Investimentos financeiros		-164.170.931,64 €	-260.078.255,73 €
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Propriedades de investimento		3.545.695,13 €	4.169.362,37 €
Investimentos financeiros		169.491.632,52 €	263.752.472,99 €
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Transferências de capital			
Juros e rendimentos similares		4.055.939,44 €	4.440.209,53 €
Dividendos		2.241.975,47 €	1.348.266,36 €
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		15.054.748,68 €	13.491.130,73 €
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Variação de caixa e seus equivalentes		-4.631.558,52 €	-7.573.096,64 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.2	32.345.805,33	39.918.901,97 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.2	27.714.246,81 €	32.345.805,33 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXPLORAÇÃO DE IMÓVEIS EM 31 DEZEMBRO DE 2020



LOCALIZAÇÃO	VALOR DE BALANÇO	DATA DE AQUISIÇÃO	RENDAS PROCESSADAS	INDEMNIZAÇÕES POR EVENTOS SEGURÁVEIS	ENCARGOS	RENDIMENTO LÍQUIDO	TAXA DE RENDIMENTO
LISBOA R. Fialho de Almeida, Nº 5	6.170.256,40 €	ago/52	161.927,97 €	- €	20.406,51 €	141.521,46 €	2,29%
LISBOA R. Forno do Tijolo, Nº 9	1.699.686,40 €	set/52	48.059,62 €	- €	48.609,95 €	-550,33 €	-0,03%
LISBOA R. Duque de Palmela, Nº 27	5.892.202,80 €	nov/52	215.756,24 €	- €	28.969,58 €	186.786,66 €	3,17%
LISBOA Al. D. Afonso Henriques, Nº 11	6.428.056,20 €	fev/54	149.131,34 €	- €	12.697,71 €	136.433,63 €	2,12%
LISBOA R. Dona Estefânia, Nº 17	9.934.000,00 €	jul/56	267.071,76 €	- €	20.683,16 €	246.388,60 €	2,48%
LISBOA Av.ª Duque de Ávila, Nº 169	15.277.180,00 €	jun/56	581.343,99 €	- €	247.199,81 €	334.144,18 €	2,19%
LISBOA Lg. S. Domingos, Nº 14	4.911.236,68 €	jan/60	55.436,58 €	- €	9.659,83 €	45.776,75 €	0,93%
PORTO R. Campo Alegre, Nº 606	8.483.160,70 €	out/63	340.575,31 €	- €	42.006,84 €	298.568,47 €	3,52%
COIMBRA Av.ª Fernão de Magalhães, Nº 171	1.903.200,00 €	abr/65	44.930,40 €	8.072,56 €	26.222,09 €	26.780,87 €	1,41%
LISBOA R. Santa Barbara, Nº 46	4.367.060,00 €	ago/66	237.267,37 €	- €	7.682,12 €	229.585,25 €	5,26%
LISBOA R. Pedro Nunes, Nº 16/ A-B	11.016.400,00 €	dez/98	298.958,33 €	- €	4.757,37 €	294.200,96 €	2,67%
FUNCHAL R. da Carreira, Nº 191/197	745.000,00 €	abr/00	- €	- €	808,32 €	-808,32 €	-0,11%
LISBOA R. Mouzinho da Silveira Nº 34	10.088.400,00 €	mai/00	425.957,64 €	- €	13.705,32 €	412.252,32 €	4,09%
LISBOA R. Mouzinho da Silveira nº26	14.614.600,00 €	dez/02	392.499,96 €	- €	7.176,71 €	385.323,25 €	2,64%
LISBOA Escadinhas da Barroca nº26	1.124.820,00 €	jul/13	33.153,77 €	- €	1.326,97 €	31.826,80 €	2,83%
PORTO Vila Plena	16.171.000,00 €	ago/14	619.501,23 €	8.503,07 €	244.794,98 €	383.209,32 €	2,37%
FUNCHAL Rua 31 de Janeiro, Nº 56	888.800,00 €	out/17	42.663,60 €	- €	24.420,69 €	18.242,91 €	2,05%
LISBOA Rua Visconde Seabra, Nº 4 e 4A	4.032.380,00 €	mai/18	178.130,41 €	- €	17.521,06 €	160.609,35 €	3,98%
TOTAL	123.747.439,18 €		4.092.365,52 €	16.575,63 €	778.649,02 €	3.330.292,13 €	2,69%

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DIVERSIFICAÇÃO PRUDENCIAL POR TIPO DE APLICAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

IDENTIFICAÇÃO	VALOR INICIAL ESCRITURADO	PESO RELATIVO (%)	VALOR INVENTÁRIO
ACÇÕES	13.172.278,09 €	3,63 %	14.705.407,29 €
OBRIGAÇÕES COM GARANTIA DE ESTADO	21.022.747,34 €	5,31 %	21.490.071,54 €
OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS	194.857.557,31 €	49,62 %	200.900.811,03 €
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE ACÇÕES	43.697.397,89 €	12,12 %	49.061.450,62 €
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE OBRIGAÇÕES	106.018.082,51 €	27,18 %	110.064.107,47 €
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO MISTOS	124.307,55 €	0,03 %	129.473,27 €
OUTROS FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO	199.219,96 €	0,06 %	234.774,79 €
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ALTERNATIVOS	762.206,08 €	0,20 %	826.828,19 €
DEPÓSITOS A PRAZO	7.481.014,21 €	1,85 %	7.481.014,21 €
TOTAL	387.334.810,94 €	100,00 %	404.893.938,41 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

M. M. M.
M
u

DIVERSIFICAÇÃO PRUDENCIAL POR TIPO DE APLICAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	ACÇÕES						
US00287Y1091	ABBVIE INC.	5.555,00	487.042,24 €	87,32 €	485.060,93 €	-1.981,31 €	
IE00B4BNMY34	ACCENTURE LTD	971,00	186.187,82 €	212,87 €	206.694,58 €		20.506,75 €
DE000A1EWWW0	ADIDAS- SALOMON AG	1.831,00	427.721,60 €	297,90 €	545.454,90 €		117.733,30 €
US01609W1027	ALIBABA GROUP HOLDING ADR	1.906,00	367.140,73 €	189,66 €	361.489,18 €	-5.651,56 €	
US02079K1079	ALPHABET INC - CL C	407,00	513.787,53 €	1.427,66 €	581.057,09 €		67.269,57 €
US02079K3059	ALPHABET INC. CMN CLASS A	155,00	196.283,04 €	1.428,28 €	221.383,10 €		25.100,06 €
US03027X1000	AMERICAN TOWER CORPORATION CMN	881,00	189.447,10 €	182,92 €	161.151,71 €	-28.295,39 €	
US0378331005	APPLE	5.332,00	434.254,69 €	108,13 €	576.565,16 €		142.310,47 €
GB0000536739	ASHTAD GROUP PLC	7.055,00	231.086,33 €	38,24 €	269.791,81 €		38.705,47 €
GB0009895292	ASTRAZENECA PLC	1.957,00	180.615,46 €	81,47 €	159.428,14 €	-21.187,32 €	
US0533321024	AUTOZONE INC USD.01 COM	357,00	359.652,48 €	966,05 €	344.879,86 €	-14.772,61 €	
US0584981064	BALL CORPORATION CMN	1.885,00	116.975,03 €	75,94 €	143.137,72 €		26.162,69 €
ES0113211835	BANCO BILBAO VISCAYA ARGENTARIA	54.465,00	166.880,76 €	4,04 €	219.766,27 €		52.885,52 €
US1011371077	BOSTON SCIENTIFIC CORP. COMMON STOCK	8.705,00	269.997,07 €	29,30 €	255.027,95 €	-14.969,12 €	
US1220171060	BURLINGTON STORES INC CMN	808,00	141.944,88 €	213,14 €	172.221,01 €		30.276,13 €
US16411R2085	CHENIERE ENERGY	4.130,00	178.211,81 €	48,92 €	202.040,51 €		23.828,70 €
US1667641005	CHEVRON CORPORATION	2.391,00	190.524,13 €	68,82 €	164.550,53 €	-25.973,60 €	
US1729674242	CITIGROUP	2.299,00	104.910,61 €	50,25 €	115.521,42 €		10.610,80 €
CH0198251305	COCA-COLA HBC	4.273,00	94.973,24 €	26,44 €	112.976,45 €		18.003,22 €
COMP.CEL.ULT	COMP.CEL.ULTRAMAR PORTUG	3.000,00	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
US2283681060	CROWN HOLDINGS INC	6.613,00	384.626,43 €	81,66 €	539.990,73 €		155.364,30 €
US2358511028	DANAHER CORP	1.538,00	242.868,86 €	181,03 €	278.421,74 €		35.552,88 €
IT0005252207	DAVIDE CAMPARI-MILANO SPA CMN	11.055,00	82.912,50 €	9,34 €	103.253,70 €		20.341,20 €
US2566771059	DOLLAR GENERAL	2.139,00	363.905,05 €	171,38 €	366.581,14 €		2.676,08 €
US28414H1032	ELANCO ANIMAL HEALTH INCORPORA CMN	7.590,00	148.985,93 €	24,99 €	189.703,62 €		40.717,69 €
SE0009922164	ESSITY AB	7.664,00	219.883,23 €	26,36 €	202.019,90 €	-17.863,33 €	
JE00BJVNSS43	FERGUSON PLC CMN	2.198,00	159.279,89 €	98,82 €	217.201,11 €		57.921,21 €
US31620M1062	FIDELITY NATIONAL INFORMATION SERVICES	2.060,00	250.919,66 €	115,28 €	237.476,66 €	-13.443,00 €	
SE0000103699	HEXAGON SER B FREE ORD CMN CLASS B	1.835,00	95.117,57 €	74,72 €	137.117,99 €		42.000,42 €
US4385161066	HONEYWELL INTL INC CMN	1.080,00	139.450,97 €	173,34 €	187.202,35 €		47.751,38 €
JP3837800006	HOYA CORP CMN	1.669,00	141.918,94 €	112,82 €	188.288,64 €		46.369,69 €
GB00BHJYC057	INTERCONTINENTAL HOTELS GROUP PLC	3.445,00	134.676,80 €	52,17 €	179.716,49 €		45.039,69 €
GB0031638363	INTERTEK PLC	2.977,00	177.491,75 €	62,82 €	187.024,87 €		9.533,13 €
US4612021034	INTUIT INC CMN	788,00	207.274,93 €	309,55 €	243.926,16 €		36.651,24 €
US46625H1005	JP MORGAN CHASE & CO	2.420,00	203.273,08 €	103,55 €	250.598,48 €		47.325,40 €
JP3236200006	KEYENCE CORP. CMN	351,00	130.992,29 €	458,53 €	160.945,53 €		29.953,24 €
NL0000009827	KONINKLIJKE DSM NV	916,00	112.851,20 €	140,80 €	128.972,80 €		16.121,60 €
US5717481023	MARSH & MCLENNAN CO INC CMN	1.999,00	191.797,53 €	95,35 €	190.598,15 €	-1.199,38 €	
US5732841060	MARTIN MARIETTA MATERIALS,INC CMN	916,00	168.974,92 €	231,42 €	211.976,62 €		43.001,70 €
US5949181045	MICROSOFT CORP	1.793,00	325.855,89 €	181,26 €	324.993,12 €	-862,77 €	
FI0009013296	NESTE OIL OYJ	1.175,00	40.901,75 €	59,16 €	69.513,00 €		28.611,25 €
CH0038863350	NESTLE STK NA	6.184,00	608.123,31 €	96,52 €	596.874,48 €	-11.248,82 €	
JP3734800000	NIDEC CORPORATION CMN	1.912,00	114.029,10 €	102,62 €	196.203,34 €		82.174,24 €
US6541061031	NIKE	1.962,00	171.793,27 €	115,29 €	226.195,21 €		54.401,94 €
US6658591044	NORTHERN TRUST CORP CMN	2.338,00	165.651,84 €	75,90 €	177.460,11 €		11.808,28 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

M. C.

24

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
ACÇÕES (Continuação)							
US68902V1070	OTIS WORLDWIDE CORP.	4.546,00	230.588,30 €	55,05 €	250.250,44 €		19.662,13 €
US7170811035	PFIZER INC COM	8.324,00	243.074,45 €	30,00 €	249.699,69 €		6.625,24 €
US74251V1026	PRINCIPAL FINANCIAL GROUP INC	6.660,00	247.058,76 €	40,43 €	269.254,81 €		22.196,05 €
US7427181091	PROCTER & GAMBLE	2.407,00	262.318,62 €	113,39 €	272.928,02 €		10.609,40 €
GB00B24CGK77	RECKITT BENCKISER	2.066,00	168.281,53 €	72,77 €	150.337,28 €	-17.944,24 €	
GB00B082RF11	RENTOKIL INITIAL PLC CMN	22.280,00	124.435,81 €	5,67 €	126.290,39 €		1.854,59 €
US78409V1044	S&P GLOBAL INC.	442,00	129.366,53 €	267,89 €	118.408,17 €	-10.958,36 €	
FR0000073272	SAFRAN SA	1.057,00	94.305,54 €	115,95 €	122.559,15 €		28.253,61 €
DE0007164600	SAP AG	5.089,00	632.664,48 €	107,22 €	545.642,58 €	-87.021,90 €	
FR000121972	SCHNEIDER SA STK	6.149,00	622.297,20 €	118,30 €	727.426,70 €		105.129,50 €
US8740391003	TAIWAN SEMICONDUCTOR MFG ADS	2.315,00	117.362,51 €	88,86 €	205.710,69 €		88.348,18 €
CH0244767585	UBS GROUP AG	15.880,00	162.587,06 €	11,54 €	183.321,26 €		20.734,20 €
US92826C8394	VISA INC-CLASS A SHA	987,00	170.261,47 €	178,25 €	175.932,29 €		5.670,82 €
US2546871060	WALT DISNEY COMPANY	1.471,00	146.482,59 €	147,65 €	217.191,58 €		70.708,98 €
SUB-TOTAL			13.172.278,09 €		14.705.407,31 €	-273.372,71 €	1.806.501,94 €
OBRIGAÇÕES COM GARANTIA DE ESTADO							
BE0000328378	BELGIEN, KÖNIGREICH 2.25% 22/6/23	234.000,00	253.894,68 €	107,35 %	251.199,00 €	-2.695,68 €	
IT0005410912	BTP ITALIA VAR 26/5/25	1.700.000,00	1.754.281,00 €	105,80 %	1.798.600,00 €		44.319,00 €
IT0005277444	BTPS 0.9% 08/22	464.000,00	471.702,40 €	102,13 %	473.883,20 €		2.180,80 €
IT0005045270	BTPS 2.5% 1/12/24	250.000,00	270.625,00 €	110,40 %	276.000,00 €		5.375,00 €
PTCON20E0007	CONSOL.- 42	0,73	0,67 €	75,00 %	0,55 €	-0,12 €	
PTCON30E0006	CONSOL.- 43	0,65	0,65 €	81,00 %	0,53 €	-0,12 €	
DE0001102408	DBR 0.0% 08/15/2026	180.000,00	187.588,80 €	104,23 %	187.610,40 €		21,60 €
DE0001102374	DBR 0.5% 02/2025	45.000,00	47.549,25 €	105,28 %	47.375,55 €	-173,70 €	
DE0001102309	DBR 1.5 13-02/23	559.000,00	591.292,05 €	104,80 %	585.832,00 €	-5.460,05 €	
DE0001102457	FEDERAL REPUBLIC GERMANY 0.25% 08/15/28	815.000,00	871.585,45 €	107,25 %	874.087,50 €		2.502,05 €
FR0013451507	FRANKREICH REPUBLIK 0% 2029	1.505.000,00	1.532.451,20 €	103,70 %	1.560.654,90 €		28.203,70 €
FR0013415627	FRANKREICH REPUBLIK 0% 25/3/25	344.000,00	354.182,40 €	102,87 %	353.872,80 €	-309,60 €	
FR0013257524	FRANKREICH REPUBLIK 2% 25/5/48	325.000,00	471.282,50 €	145,83 %	473.947,50 €		2.665,00 €
FR0013479102	FRTR 0% 25/2/23	575.000,00	584.181,00 €	101,55 %	583.912,50 €	-268,50 €	
DE0001102416	GERMANY 0.25% 02/15/2027	295.000,00	313.225,10 €	106,13 %	313.092,35 €	-132,75 €	
DE0001102382	GERMANY 1.0% 08/15/2025	201.000,00	218.542,97 €	108,23 %	217.542,30 €	-1.000,67 €	
GR0118017657	GRIECHENLAND 3.375% 15/2/25	2.100.000,00	2.379.867,00 €	113,45 %	2.382.450,00 €		2.583,00 €
IE00B6X95T99	IRISH 3.4% 18/3/24	52.000,00	59.523,88 €	113,16 %	58.843,20 €	-680,68 €	
US46513YJH27	ISRAEL STAAT 3.25%	500.000,00	506.430,00 €	93,11 %	465.550,00 €	-40.880,00 €	
IT0005282527	ITALY BUONI DEL TESORO POL 1.45% 11/2024	467.000,00	487.705,58 €	106,45 %	497.121,50 €		9.415,92 €
ES0000012B62	KINGDOM OF SPAIN 0.35% 30/7/23	250.000,00	254.915,00 €	102,34 %	255.857,50 €		942,50 €
NL0011819040	NETHERLAND 0.50% 07/2026	515.000,00	548.016,65 €	106,61 %	549.041,50 €		1.024,85 €
NL0010418810	NETHERLANDS 1.75% 15/7/23	170.000,00	182.382,80 €	106,29 %	180.693,00 €	-1.689,80 €	
AT0000A1PE50	OSTERREICH REPUBLIK 0% 15/7/23	150.000,00	152.875,50 €	101,67 %	152.505,00 €	-370,50 €	
PTOTEKOE0011	OT PORTUGAL 2.875 15-10/25	486.000,00	562.466,40 €	116,00 %	563.764,86 €		1.298,46 €
PTOTEVOE0018	PGB 2.125% 17/10/28	300.000,00	344.760,00 €	117,85 %	353.550,00 €		8.790,00 €
XS1991219442	REP OF THE PHILIPPINES 0.875% 17/5/27	1.500.000,00	1.477.050,00 €	102,10 %	1.531.425,00 €		54.375,00 €
FI4000079041	RFGB 2% 15/4/24	58.000,00	63.775,64 €	109,05 %	63.249,00 €	-526,64 €	
XS1970549561	ROMANIA 3,5% 3/4/34	2.000.000,00	2.098.700,00 €	119,31 %	2.386.100,00 €		287.400,00 €
ES0000012E85	SPAIN 0.25% 30/7/24	515.000,00	524.836,50 €	102,83 %	529.564,20 €		4.727,70 €

44

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
OBRIGAÇÕES COM GARANTIA DE ESTADO (Continuação)							
ES0000012F92	SPANIEN 0% 31/1/25	50.000,00	50.319,50 €	101,98 %	50.991,50 €		672,00 €
ES0000012F84	SPANIEN, KÖNIGREICH 0% 30/04/23	335.000,00	338.092,05 €	101,34 %	339.489,00 €		1.396,95 €
ES0000012A97	SPGB 0.45% 10/22	740.000,00	754.259,80 €	101,90 %	754.060,00 €	-199,80 €	
ES00000126Z1	SPGB 1.6% 30/4/25	178.000,00	193.955,92 €	109,09 %	194.180,20 €		224,28 €
XS1936100483	STATE OF ISRAEL 1.5% 2019-16.01.29	1.500.000,00	1.608.450,00 €	110,89 %	1.663.275,00 €		54.825,00 €
EU000A283859	UE 0% 4/10/30	500.000,00	511.980,00 €	104,15 %	520.750,00 €		8.770,00 €
SUB-TOTAL			21.022.747,34 €		21.490.071,53 €	-54.388,61 €	521.712,81 €
OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS							
XS1774629346	A.N.Z. BKG GRP 0.625% 21/2/23	100.000,00	101.575,00 €	101,90 %	101.901,00 €		326,00 €
XS2026150313	A2A SPA 1% 16/7/29	450.000,00	453.330,00 €	107,18 %	482.310,00 €		28.980,00 €
XS1166160173	ABBEY 1.125 15-01/22	100.000,00	101.429,00 €	101,56 %	101.561,00 €		132,00 €
XS2117754163	ABBV 0,5% 1/6/21	100.000,00	99.934,00 €	100,25 %	100.248,00 €		314,00 €
XS1520899532	ABBVIE INC 1.375% NOTES	1.070.000,00	1.101.361,70 €	104,40 %	1.117.122,80 €		15.761,10 €
ES0211845260	ABERTIS INFRAEST 3,75% 20/06/23	1.000.000,00	1.066.400,00 €	109,22 %	1.092.150,00 €		25.750,00 €
XS1967635977	ABERTIS INFRAESTRUC SA 2.375% 27/9/27	2.000.000,00	2.016.200,00 €	110,91 %	2.218.200,00 €		202.000,00 €
XS2185867913	AIRBUS SE 1,625% 9/6/30	100.000,00	104.170,00 €	109,82 %	109.816,00 €		5.646,00 €
XS1717433541	AKELIUS RESIDEN. PROPERTY 1.125% 14/3/24	100.000,00	99.311,00 €	102,86 %	102.858,00 €		3.547,00 €
XS2251233651	AKELIUS RESIDENTIAL PROP 1.125% 11/1/29	200.000,00	206.968,00 €	103,20 %	206.394,00 €	-574,00 €	
FR0013453040	ALSTOM 0.25% 14/10/26	100.000,00	95.383,00 €	101,23 %	101.229,00 €		5.846,00 €
XS1843443513	ALTRIA GROUP 1.7% 15.06.25	100.000,00	106.050,20 €	105,71 %	105.705,00 €	-345,20 €	
XS1322048619	AMADEUS 1.625% 11/2021	700.000,00	706.020,00 €	101,06 %	707.420,00 €		1.400,00 €
XS0519902851	AMÉRICA MÓVIL S.A.B DE CV 4,75% 28/6/22	500.000,00	537.100,00 €	107,33 %	536.650,00 €	-450,00 €	
XS1405781425	AMERICAN INT GR INC 1,5% 08/06/2023	200.000,00	205.842,00 €	103,55 %	207.104,00 €		1.262,00 €
US026874DB02	AMERICAN INT GRP INC. 4,375% 15/1/55	500.000,00	526.245,00 €	105,42 %	527.100,00 €		855,00 €
XS1627602201	AMERICAN INT. GROUP 1,875% 21/6/2027	1.000.000,00	1.043.800,00 €	109,74 %	1.097.420,00 €		53.620,00 €
XS2227906208	AMERICAN TOWER CORP 1% 15/1/32	1.000.000,00	995.000,00 €	101,97 %	1.019.650,00 €		24.650,00 €
XS1823300949	AMERICAN TOWER CORP 1,95% 22/5/26	200.000,00	218.404,00 €	108,88 %	217.766,00 €	-638,00 €	
XS1369278251	AMGEN INC. 1.250% 25/2/22	100.000,00	101.565,00 €	101,30 %	101.300,00 €	-265,00 €	
BE6276040431	ANHEUSER-BUSCH INBEV 1,5% 18/4/30	2.600.000,00	2.695.160,00 €	112,07 %	2.913.820,00 €		218.660,00 €
BE6301510028	ANHEUSER-BUSCH INBEV S.A. 1,15% 22/1/27	100.000,00	102.179,00 €	106,58 %	106.575,00 €		4.396,00 €
XS1645519031	ANNINGTON FUNDING PLC 1,65% 12/7/24	200.000,00	204.716,00 €	104,81 %	209.624,00 €		4.908,00 €
XS1062493934	AON PLC 2.875% 14/05/2026	720.000,00	796.608,00 €	113,10 %	814.320,00 €		17.712,00 €
FR0013397288	APRR 1.25% 18/1/28	900.000,00	949.770,00 €	108,71 %	978.390,00 €		28.620,00 €
XS1205616698	APT PIPELINES LTD 2% 22/3/27	200.000,00	210.738,00 €	110,83 %	221.658,00 €		10.920,00 €
XS1586831999	ARAMARK INT FIN 3.125% 01/04/2025	700.000,00	667.030,00 €	100,85 %	705.950,00 €		38.920,00 €
XS1877836079	ARCHER-DANIELS-MIDLAND 1% 12/9/25	200.000,00	205.508,00 €	105,23 %	210.450,00 €		4.942,00 €
XS2036387525	ARDAGH PACK FIN PLC 2.125% 15/8/26	1.500.000,00	1.447.275,00 €	100,44 %	1.506.600,00 €		59.325,00 €
XS1875331636	ARGENTUM NETHERLANDS BV 1.125%	300.000,00	312.540,00 €	105,55 %	316.650,00 €		4.110,00 €
XS1794196615	ARION 1 18-03/2023	400.000,00	393.120,00 €	101,43 %	405.720,00 €		12.600,00 €
XS1962595895	ASB FINANCE LTD 0.75% 13/3/24	800.000,00	814.800,00 €	102,98 %	823.864,00 €		9.064,00 €
XS0972530561	ASML 3.375 13-09/23	540.000,00	595.836,00 €	109,75 %	592.650,00 €	-3.186,00 €	
XS0993145084	AT & T 2.65 13-12/21	700.000,00	720.370,00 €	102,11 %	714.770,00 €	-5.600,00 €	
XS1907118894	AT&T 1.05 5/9/23	800.000,00	808.192,00 €	102,92 %	823.328,00 €		15.136,00 €
XS1196373507	AT&T 1.3% 05/09/23	732.000,00	745.249,20 €	103,38 %	756.741,60 €		11.492,40 €
US00206RCN08	AT&T INC 3,4% 15/05/2025	500.000,00	490.155,00 €	90,61 %	453.060,00 €	-37.095,00 €	

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Handwritten signature and initials

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS (Continuação)						<i>Handwritten mark</i>
XS1144086110	AT&T INC. 1.450% 1/6/22	200.000,00	203.410,00 €	101,93 %	203.860,00 €		450,00 €
XS1242413679	AVIVA PLC 3,375% 04/01/2045	600.000,00	636.300,00 €	111,16 %	666.960,00 €		30.660,00 €
XS1203859928	B.A.T. INT. FIN. PLC 1.25% 13/03/2027	500.000,00	494.075,00 €	104,10 %	520.475,00 €		26.400,00 €
XS0947658208	BACARDI 2.750% 3/7/23	100.000,00	102.230,00 €	104,79 %	104.794,00 €		2.564,00 €
XS1876076040	BANCO DE SABADELL S.A. 1.625% 7/3/24	600.000,00	595.380,00 €	104,19 %	625.152,00 €		29.772,00 €
XS1991397545	BANCO SABADELL 1.75% 10/5/24	600.000,00	567.660,00 €	103,26 %	619.560,00 €		51.900,00 €
XS2168647357	BANCO SANTANDER S.A. 1,375% 5/1/26	600.000,00	609.660,00 €	105,93 %	635.580,00 €		25.920,00 €
XS1280394229	BANK NEDERLANDSE GEMEENTEN 0.5% 26/08/22	235.000,00	239.561,35 €	101,74 %	239.098,40 €	-462,95 €	
XS1458405898	BANK OF AMERICA CORP. 0,75% 26/07/23	250.000,00	251.825,00 €	102,23 %	255.565,00 €		3.740,00 €
XS2038039074	BANK OF AMERICA CORP. 8/8/29	100.000,00	96.629,00 €	102,30 %	102.295,00 €		5.666,00 €
XS1991265395	BANK OF AMERICA N.A. 1,381% 09/05/30	100.000,00	102.911,00 €	109,03 %	109.025,00 €		6.114,00 €
XS2082969655	BANK OF IRELAND 1% 25/11/25	700.000,00	688.415,00 €	102,72 %	719.040,00 €		30.625,00 €
XS1872038218	BANK OF IRELAND 1.375% 29/8/23	1.000.000,00	998.900,00 €	103,47 %	1.034.650,00 €		35.750,00 €
XS1750122225	BANQUE FÉD. DU CRÉDIT MUT. 0,75% 17/7/25	400.000,00	410.520,00 €	103,86 %	415.440,00 €		4.920,00 €
XS1531174388	BARCLAYS BANK PLC 1.875% 08/12/23	400.000,00	411.920,00 €	105,38 %	421.528,00 €		9.608,00 €
BE6286963051	BARRY CALLEBAUT 2,375% 24/05/2024	1.000.000,00	1.069.800,00 €	107,03 %	1.070.300,00 €		500,00 €
XS1324928750	BATSLN 1 15-05/22	100.000,00	100.630,00 €	101,28 %	101.282,00 €		652,00 €
XS1840618059	BAYER CAP CORP 1.5%	1.500.000,00	1.578.900,00 €	107,11 %	1.606.575,00 €		27.675,00 €
XS1788584321	BBVASM FLOAT 09/03/23	400.000,00	393.480,00 €	100,39 %	401.560,00 €		8.080,00 €
XS2002532724	BECTON DICKINSON 1,208% 4/6/26	500.000,00	502.375,00 €	104,55 %	522.725,00 €		20.350,00 €
XS1531347661	BECTON DICKINSON 1.90% 15/12/26	800.000,00	829.848,00 €	108,14 %	865.088,00 €		35.240,00 €
BE6315719490	BELFIUS BANK 0% 28/8/26	400.000,00	386.960,00 €	100,11 %	400.440,00 €		13.480,00 €
XS1380334141	BERKSHIRE HATHAWAY 1,3% 15/03/2024	100.000,00	104.075,00 €	104,40 %	104.400,00 €		325,00 €
US084670BJ68	BERKSHIRE HATHAWAY INC 3% 2013-11.2.23	800.000,00	763.904,00 €	86,28 %	690.216,00 €	-73.688,00 €	
XS1505890530	BERMUDAS 1,125% 18/10/2023	400.000,00	408.480,00 €	103,06 %	412.240,00 €		3.760,00 €
XS1028954953	BHARTI3.375 14-05/21	800.000,00	803.440,00 €	100,98 %	807.840,00 €		4.400,00 €
XS1200103361	BK TOKYO-MITSUB UFJ NY 0.875% 11/3/22	100.000,00	101.288,00 €	101,40 %	101.397,00 €		109,00 €
FR0013444759	BNP PARIBAS 0,125% 4/9/26	200.000,00	191.532,00 €	99,39 %	198.786,00 €		7.254,00 €
FR00140005J1	BNP PARIBAS 0.375% 14/10/27	400.000,00	399.124,00 €	101,12 %	404.480,00 €		5.356,00 €
FR0013434776	BNP PARIBAS VAR 15/7/25	900.000,00	892.179,00 €	101,61 %	914.499,00 €		22.320,00 €
FR0012872174	BOLLORE SA 2.875% 29/07/21	200.000,00	202.810,00 €	100,86 %	201.710,00 €	-1.100,00 €	
XS0552915943	BOMBARDIER INC. 6,125% 15/05/21	1.500.000,00	1.350.675,00 €	100,06 %	1.500.825,00 €		150.150,00 €
FR0011390921	BPCE S.A. 2,875% 16/1/24	200.000,00	218.176,00 €	109,38 %	218.756,00 €		580,00 €
XS1028952312	BRAMBLES FIN 2,375% 12/6/24	500.000,00	528.900,00 €	108,25 %	541.250,00 €		12.350,00 €
PTBSSJOM0014	BRISA 2% 22/03/2023	500.000,00	512.850,00 €	104,16 %	520.800,00 €		7.950,00 €
XS1109741329	BRITISH SKY BROAD 2,5% 15/9/26	1.300.000,00	1.466.075,00 €	114,59 %	1.489.605,00 €		23.530,00 €
XS1377681272	BRITISH TELECOM. 1,125% 10/03/2023	750.000,00	764.250,00 €	102,72 %	770.407,50 €		6.157,50 €
XS1637332856	BRITISH TELECOMMUNICA. PLC 0.50% 23/6/22	100.000,00	100.368,00 €	100,88 %	100.876,00 €		508,00 €
US120568AY67	BUNGE LTD FINANCE CORP 3% 25/09/2022	500.000,00	465.665,00 €	84,64 %	423.180,00 €	-42.485,00 €	
FR0013201084	BUREAU VERITAS RICNA SA 1,25% 7/9/2023	1.200.000,00	1.192.920,00 €	103,02 %	1.236.180,00 €		43.260,00 €
XS2102931594	CAIXABANK S.A. 0.375% 03/02/25	400.000,00	392.960,00 €	101,15 %	404.600,00 €		11.640,00 €
FR0013327962	CAPGEMINI 1% 18/10/24	600.000,00	610.800,00 €	103,93 %	623.580,00 €		12.780,00 €
FR0013507852	CAPGEMINI 1,625% 15/4/26	100.000,00	104.760,00 €	108,09 %	108.087,00 €		3.327,00 €
FR0012821940	CAPGEMINI S.A. 2,5% 17/23	100.000,00	105.800,00 €	105,96 %	105.957,00 €		157,00 €
XS2010331440	CAPITAL ONE FINANCIAL CORP 1,65% 12/6/29	100.000,00	100.413,00 €	107,10 %	107.097,00 €		6.684,00 €
US14149YBH09	CARDINAL HEALTH INC 3,079% 15/06/2024	500.000,00	476.730,00 €	87,93 %	439.645,00 €	-37.085,00 €	
XS2191509038	CARLSBERG BREWERIES 0.375% 30/6/27	700.000,00	692.475,00 €	101,64 %	711.480,00 €		19.005,00 €

E

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Handwritten signature and initials

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS (Continuação)						
XS2102934697	CELLNEX TELECOM S.A. 1% 20/4/27	300.000,00	286.080,00 €	98,88 %	296.640,00 €		10.560,00 €
XS1265778933	CELLNEX TCOM 3,125% 27/07/2022	1.500.000,00	1.579.950,00 €	104,67 %	1.569.975,00 €	-9.975,00 €	
XS1731106347	CEMEX SAB 2.75%	1.500.000,00	1.387.125,00 €	101,39 %	1.520.850,00 €		133.725,00 €
XS2117485677	CEPSA 0.75% 12/2/28	500.000,00	434.200,00 €	95,37 %	476.850,00 €		42.650,00 €
XS1620780202	CHANNEL LINK FRN FLOATING 30/06/50	1.000.000,00	1.031.450,00 €	102,47 %	1.024.700,00 €	-6.750,00 €	
XS2244836354	CHINA DEVELOPMENT BANK 0% 27/10/23	400.000,00	399.736,00 €	99,72 %	398.880,00 €	-856,00 €	
XS1128148845	CITIGROUP 1.375 14-10/2021	500.000,00	509.000,00 €	101,48 %	507.400,00 €	-1.600,00 €	
XS1859010685	CITIGROUP INC. 1.50% 24/7/26	200.000,00	206.670,00 €	106,20 %	212.392,00 €		5.722,00 €
XS1823623878	CNH IND FIN EUROPE SA 1.875%	1.000.000,00	997.950,00 €	107,32 %	1.073.200,00 €		75.250,00 €
XS1678966935	CNH INDUSTRIAL FINANCE 1,75% 12/09/2025	400.000,00	404.960,00 €	106,75 %	426.980,00 €		22.020,00 €
XS1525358054	CNRC CAPITAL LTD. (HAOHU) 1.871 16-12/21	800.000,00	801.360,00 €	100,38 %	803.040,00 €		1.680,00 €
XS2114852218	COMCAST CORP. 0,25% 20/5/27	250.000,00	245.200,00 €	101,42 %	253.560,00 €		8.360,00 €
DE000CZ40K07	COMMERZB 1.5% 21/9/22	341.000,00	344.853,30 €	102,94 %	351.025,40 €		6.172,10 €
XS1637093508	COMPASS GROUP INTERN. BV 0.625% 3/7/24	100.000,00	100.920,00 €	102,63 %	102.627,00 €		1.707,00 €
XS1713568811	CONSTELLUM NV/REG-S 4,25% 15/02/2026	500.000,00	492.850,00 €	102,55 %	512.725,00 €		19.875,00 €
USN22038AE85	CONSTELLUM NV/REG-S 5,875% 15/02/2026	500.000,00	450.115,00 €	83,60 %	417.980,00 €	-32.135,00 €	
XS0525602339	COOPERATIEVE RABOBANK U.A 4.125% 14/7/25	50.000,00	60.350,50 €	119,43 %	59.713,50 €	-637,00 €	
XS2188805688	COVESTRO 0.875% 3/2/26	500.000,00	508.480,00 €	103,90 %	519.500,00 €		11.020,00 €
XS2016807864	CREDIT AGRICOLE LONDON 0,5% 24/6/24	200.000,00	199.232,00 €	101,85 %	203.690,00 €		4.458,00 €
XS1968706108	CREDIT AGRICOLE SA 2% 25/3/29	200.000,00	206.440,00 €	110,16 %	220.320,00 €		13.880,00 €
FR0012891992	CRÉDIT AGRICOLE SA 2.8% 16/10/25	600.000,00	626.940,00 €	110,01 %	660.060,00 €		33.120,00 €
XS1218287230	CREDIT SUISSE 1.25% 04/2022	100.000,00	101.646,00 €	101,83 %	101.828,00 €		182,00 €
XS2176686546	CREDIT SUISSE AG 0,45% 19/05/25	500.000,00	504.050,00 €	102,35 %	511.750,00 €		7.700,00 €
CH0537261858	CREDIT SUISSE GROUP AG 2/4/26	100.000,00	110.652,00 €	112,99 %	112.993,00 €		2.341,00 €
PTCGDKM0037	CXGD 5.75% 18-06/2028	800.000,00	849.440,00 €	109,74 %	877.920,00 €		28.480,00 €
DE000A2YNZV0	DAIMLER AG 0% 2/8/24	897.000,00	861.649,23 €	99,72 %	894.506,34 €		32.857,11 €
DE000A1TNJ97	DAIMLER AG 2.0% 25/6/21	40.000,00	40.704,40 €	101,09 %	40.434,40 €	-270,00 €	
XS1799061558	DANSKE BANK AS 0.875 18-05/23	500.000,00	499.000,00 €	101,93 %	509.650,00 €		10.650,00 €
XS1485603747	DELPHI AUTO PLC 1,6% 15/09/2028	1.500.000,00	1.453.800,00 €	108,31 %	1.624.650,00 €		170.850,00 €
XS1557096267	DEUTSCH TELEKOM 0.875 30/1/24	1.408.000,00	1.443.904,00 €	103,35 %	1.455.168,00 €		11.264,00 €
DE000DL19U23	DEUTSCHE BANK AG 1.625% 20/1/27	600.000,00	592.500,00 €	104,44 %	626.640,00 €		34.140,00 €
XS1382792197	DEUTSCHE TELEKOM 0.625 16- 04/2023	110.000,00	111.266,10 €	101,94 %	112.136,20 €		870,10 €
DE000A2TSD4	DEUTSCHE TELEKOM 0.875% 25/3/26	347.000,00	355.570,90 €	104,94 %	364.141,80 €		8.570,90 €
XS0875797515	DEUTSCHE TELEKOM INT. 3,25% 17/1/28	150.000,00	178.585,50 €	122,31 %	183.465,00 €		4.879,50 €
XS2050404800	DH EUROPE FINANCE II SARL 0.45% 18/3/28	100.000,00	97.626,00 €	101,75 %	101.747,00 €		4.121,00 €
XS1891174341	DIGITAL EURO FINCO LLC 2.50% 16/1/26	100.000,00	108.074,00 €	111,27 %	111.266,00 €		3.192,00 €
XS1405765733	DOVER CORP 1,25% 9/11/26	500.000,00	500.900,00 €	106,92 %	534.600,00 €		33.700,00 €
XS2122485845	DOW CHEMICAL 0.5% 15/3/27	600.000,00	573.886,00 €	101,00 %	606.000,00 €		32.114,00 €
XS1699848914	DUFREY ONE BV/REG-S 2,5% 15/10/2024	1.500.000,00	1.264.650,00 €	96,34 %	1.445.025,00 €		180.375,00 €
XS1529859321	ECOLAB INC. 1.0% 15/1/24	100.000,00	102.890,00 €	103,08 %	103.080,00 €		190,00 €
XS0995380580	EDP 4,125% 20/1/21	380.000,00	388.436,00 €	100,17 %	380.646,00 €	-7.790,00 €	
XS1893621026	EDPPL 1.875% 13/10/2025	400.000,00	428.960,00 €	108,63 %	434.520,00 €		5.560,00 €
XS1991034825	EIRCOM FINANCE DESIGN ACTIV COMP 3,5%	2.000.000,00	2.016.400,00 €	102,26 %	2.045.100,00 €		28.700,00 €
XS0231422790	EIRLES FL 05-04/24	1.000.000,00	253.000,00 €	28,80 %	288.000,00 €		35.000,00 €
FR0013213295	ELECTRICITE DE FRANCE 1% 13/10/2026	700.000,00	727.720,00 €	105,80 %	740.593,00 €		12.873,00 €
FR0011401751	ELECTRICITE DE FRANCE 5.375% PERP.	500.000,00	541.250,00 €	115,01 %	575.025,00 €		33.775,00 €
US532457BH00	ELI LILLY & COMP. 2.75% 1/6/25	500.000,00	491.675,00 €	89,03 %	445.155,00 €	-46.520,00 €	

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

M. J. J.

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS (Continuação)						
XS1176079843	ENEL 1.966% 27/01/2025	450.000,00	484.200,00 €	108,11 %	486.495,00 €		2.295,00 €
USN30707AF53	ENEL FIN INTL NV/REG-S 2.75% 04/2023	500.000,00	466.030,00 €	85,34 %	426.720,00 €	-39.310,00 €	
XS2000719992	ENEL S.p.A 3.5% 24/5/80	300.000,00	310.170,00 €	108,99 %	326.970,00 €		16.800,00 €
FR0013344686	ENGIE S.A. 1,375% 22/6/28	200.000,00	218.286,00 €	109,31 %	218.610,00 €		324,00 €
XS1412593185	ENI S.P.A. 0,75% 17/05/2022	400.000,00	402.880,00 €	101,40 %	405.600,00 €		2.720,00 €
AT0000A2KW37	ERSTE GROUP BANK VAR 16/11/28	500.000,00	497.950,00 €	99,48 %	497.400,00 €	-550,00 €	
XS1239586594	ESB FIN LTD. 2,125% 08/06/2027	800.000,00	894.032,00 €	113,40 %	907.200,00 €		13.168,00 €
XS1651444140	EUROFINS SCIENTIFIC SE 2,125% 25/07/2024	1.500.000,00	1.502.700,00 €	106,43 %	1.596.450,00 €		93.750,00 €
XS1247736793	EUROP INV. BK MTN 0.875% 09/13/2024	430.000,00	456.393,40 €	105,70 %	454.501,40 €	-1.892,00 €	
XS1394055872	EUROPEAN INVESTEM BANK 0,375% 14/04/26	455.000,00	479.078,60 €	105,25 %	478.887,50 €	-191,10 €	
XS1791485011	EUROPEAN INVESTMENT BANK 0,875% 14/1/28	110.000,00	121.187,00 €	110,14 %	121.149,60 €	-37,40 €	
XS2209344543	FAURECIA 3,75% 15/6/28	700.000,00	700.700,00 €	105,33 %	737.275,00 €		36.575,00 €
XS1627343186	FCC AQUALIA S.A. 2.629% 8/6/27	915.000,00	953.942,40 €	108,92 %	996.572,25 €		42.629,85 €
XS2081500907	FCC SMA HLD 1.661% 4/12/26	450.000,00	447.795,00 €	104,82 %	471.690,00 €		23.895,00 €
XS1319814577	FEDEX 1% 16-01/2023	750.000,00	755.475,00 €	102,05 %	765.375,00 €		9.900,00 €
XS1639488771	FERROVIE DELLO STATO EMTN 1,5% 27/6/2025	1.500.000,00	1.535.850,00 €	105,71 %	1.585.575,00 €		49.725,00 €
XS1388625425	FIAT CHRYSLER AIM 3.75 16-03/24	2.000.000,00	2.060.700,00 €	109,98 %	2.199.500,00 €		138.800,00 €
XS1843436228	FIDELITY NATIONAL INF. SER. 1.5% 21/5/27	700.000,00	723.023,00 €	107,68 %	753.732,00 €		30.709,00 €
XS2085655590	FIDELITY NATL INF 1.0% 03/12/28	100.000,00	98.828,00 €	104,86 %	104.855,00 €		6.027,00 €
XS1843434108	FISERV INC 1.625% 1/7/30	200.000,00	220.560,00 €	109,80 %	219.592,00 €	-968,00 €	
XS1382385471	FLUOR CORP. 1,75% 21/03/2023	1.000.000,00	755.600,00 €	94,73 %	947.250,00 €		191.650,00 €
XS1767930826	FORD FLOAT 18-12/22	700.000,00	634.130,00 €	96,39 %	674.730,00 €		40.600,00 €
XS2013574384	FORD MOTOR CREDIT CO LLC 2,386% 17/2/26	400.000,00	353.440,00 €	101,98 %	407.900,00 €		54.460,00 €
XS0563306314	FRANCE TELECOM 3.875% 14/01/2021	500.000,00	509.200,00 €	100,11 %	500.550,00 €	-8.650,00 €	
XS1554373248	FRESENIUS 1.5% 30/01/2024	1.500.000,00	1.551.975,00 €	104,32 %	1.564.725,00 €		12.750,00 €
XS1854532949	FRESENIUS BOND 1.50% 2025/07	1.000.000,00	1.054.700,00 €	106,71 %	1.067.050,00 €		12.350,00 €
XS2178769076	FRESENIUS MEDICAL CARE 1% 29/5/26	500.000,00	507.950,00 €	104,37 %	521.850,00 €		13.900,00 €
XS2101357072	FRESENIUS SE & CO. 0.75% 15/1/28	330.000,00	327.046,50 €	103,47 %	341.451,00 €		14.404,50 €
PTGALJOE0008	GALP 3% 14/1/21	200.000,00	202.320,00 €	100,07 %	200.140,00 €	-2.180,00 €	
PTGALCOM0013	GALP ENERGIA SGPS 2% 15/1/26	600.000,00	602.640,00 €	102,89 %	617.340,00 €		14.700,00 €
PTGGDAOE0001	GALP GAS NAT 1.375 16-09/23	800.000,00	812.800,00 €	103,38 %	827.040,00 €		14.240,00 €
XS1529684695	GAS NETWORKS IRELAND 1,375% 5/12/26	100.000,00	105.921,00 €	108,03 %	108.030,00 €		2.109,00 €
XS0874840845	GE CAPITAL EUROPEAN 2,625% 15/3/23	160.000,00	167.171,20 €	106,02 %	169.636,80 €		2.465,60 €
XS2049548444	GENERAL MOTORS FIN 0.2% 2/9/22	410.000,00	392.677,50 €	100,07 %	410.299,30 €		17.621,80 €
XS1409497283	GESTAMP FDG LUX 3,5% 15/05/2023	1.500.000,00	1.467.225,00 €	100,84 %	1.512.600,00 €		45.375,00 €
XS1489184900	GLENCORE FIN 1.875% 09/23	700.000,00	709.625,00 €	104,56 %	731.920,00 €		22.295,00 €
US61746BEC63	GLN MORGAN STANLEY VAR 24/10/23	1.000.000,00	900.790,00 €	82,53 %	825.280,00 €	-75.510,00 €	
XS1387174375	HEIDELBERG CEM 2.25 16-03/23	1.200.000,00	1.244.160,00 €	104,73 %	1.256.700,00 €		12.540,00 €
XS1500377517	HELLENIC PETROL FIN PLC 4,875% 14/10/21	600.000,00	606.540,00 €	102,29 %	613.740,00 €		7.200,00 €
XS2081615473	HOLCIM FINANCE 0.5% 29/11/26	600.000,00	590.340,00 €	101,97 %	611.820,00 €		21.480,00 €
XS2156244043	HOLCIM FINANCE S.A. 2,375% 9/4/25	500.000,00	537.600,00 €	109,77 %	548.850,00 €		11.250,00 €
XS1111123987	HSBC 5.25 14-09/49	300.000,00	299.970,00 €	104,62 %	313.845,00 €		13.875,00 €
XS1379184473	HSBC BANK PLC 2,5% 15/03/2027	750.000,00	851.925,00 €	115,01 %	862.575,00 €		10.650,00 €
XS1917601582	HSBC HOLDINGS PLC 4/12/24	100.000,00	103.489,00 €	104,74 %	104.744,00 €		1.255,00 €
XS1391086987	HUTCHISON WHAMPOA 2% 06/04/2028	1.000.000,00	1.063.550,00 €	112,92 %	1.129.200,00 €		65.650,00 €
XS1171541813	IBERDROLA 1.125 15-01/23	100.000,00	102.440,00 €	102,71 %	102.709,00 €		269,00 €
FR0013535150	ICADE SANTE SAS 1,375% 17/9/30	200.000,00	213.274,00 €	106,93 %	213.868,00 €		594,00 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Handwritten signatures and initials: W. Cam, M, AU

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS (Continuação)						<i>CP</i>
FR0013287273	ILIAD SA 1.5% 14/10/2024	1.000.000,00	984.050,00 €	101,23 %	1.012.300,00 €		28.250,00 €
XS2114146181	IM GROUP SASU 6.625% 1/3/25	400.000,00	340.508,00 €	96,93 %	387.736,00 €		47.228,00 €
XS1951313763	IMPERIAL BRANDS FINPLC 2.125% 12.02.27	1.500.000,00	1.538.850,00 €	108,23 %	1.623.375,00 €		84.525,00 €
XS2049419398	INDUSTRIAL POWER CORP 1.125% 9/3/26	1.000.000,00	927.000,00 €	93,30 %	932.950,00 €		5.950,00 €
XS1405769990	INEOS GROUP HOLDINGS SA 5,375% 31/12/24	1.500.000,00	1.474.800,00 €	101,45 %	1.521.750,00 €		46.950,00 €
XS2194192527	INFINEON TECHNOLOGIES AG 2% 24/6/32	1.500.000,00	1.496.475,00 €	113,84 %	1.707.525,00 €		211.050,00 €
XS1771838494	ING GROEP N.V. 1.125% 14/2/25	100.000,00	102.760,00 €	104,61 %	104.606,00 €		1.846,00 €
XS1933820372	ING GROUP NV 2.125% 10.01.26	300.000,00	324.960,00 €	110,41 %	331.230,00 €		6.270,00 €
XS1595704872	INNOGY FINANCE 1% 13/04/2025	730.000,00	753.812,60 €	104,53 %	763.083,60 €		9.271,00 €
XS1908370171	INTERCONTINENTAL HOTELS 2.125%	2.500.000,00	2.415.300,00 €	104,48 %	2.612.075,00 €		196.775,00 €
XS2009038113	INTERNAT. GAME TECHNOLOGY 3.50% 15/6/26	1.500.000,00	1.427.175,00 €	103,60 %	1.554.000,00 €		126.825,00 €
XS2089368596	INTESA SANPAOLO 0.75% 4/12/24	600.000,00	591.780,00 €	102,38 %	614.280,00 €		22.500,00 €
XS1077772538	INTSANPAOLO 2% 18/6/21	700.000,00	711.340,00 €	101,07 %	707.490,00 €	-3.850,00 €	
XS2231330965	JOHNSON CONTROLS INT 0,375% 15/9/27	400.000,00	397.252,00 €	101,12 %	404.480,00 €		7.228,00 €
XS1456422135	JP MORGAN CHASE & CO. 0,625% 25/01/24	250.000,00	252.012,50 €	101,97 %	254.925,00 €		2.912,50 €
XS0820547825	JPMORGAN CHASE 2.750% 24/8/22	100.000,00	105.319,00 €	104,94 %	104.935,00 €	-384,00 €	
XS1034975406	JPMORGAN CHASE 3% 19/2/26	100.000,00	114.013,00 €	115,48 %	115.475,00 €		1.462,00 €
DE000A2DAR24	KFW 0.125% 01/15/2024	855.000,00	874.938,60 €	102,38 %	875.306,25 €		367,65 €
DE000A2DAJ57	KFW 0.125% 4/10/24	1.155.000,00	1.187.455,50 €	102,88 %	1.188.217,80 €		762,30 €
DE000A2GSNW0	KFW 0.375% 23/4/25	60.000,00	62.585,40 €	104,31 %	62.588,40 €		3,00 €
DE000A11QTG5	KFW 0.625% 07/04/2022	60.000,00	61.415,40 €	101,93 %	61.159,80 €	-255,60 €	
XS1196817156	KINDER MORGAN INC. 1.50% 16/3/22	100.000,00	100.809,00 €	101,80 %	101.795,00 €		986,00 €
FR0012674661	KLEPIERRE 1 15-04/2023	700.000,00	700.560,00 €	102,33 %	716.310,00 €		15.750,00 €
FR0014000KT3	KLÉPIERRE S.A. 0,875% 17/2/31	400.000,00	398.948,00 €	101,64 %	406.560,00 €		7.612,00 €
XS1685798370	KONINKLIJKE DELHAIZE NV 0,875% 19/04/24	650.000,00	663.000,00 €	103,79 %	674.635,00 €		11.635,00 €
XS1405782407	KRAFT HEINZ FOODS 1,5% 24/05/2024	500.000,00	494.000,00 €	102,73 %	513.670,00 €		19.670,00 €
FR0013262912	LAGARDERE SCA 1,625% 21/06/2024	1.500.000,00	1.388.550,00 €	95,13 %	1.426.950,00 €		38.400,00 €
XS1960260021	LEASEPLAN CORPORATION N.V. 1.375% 7/3/24	200.000,00	200.100,00 €	104,04 %	208.080,00 €		7.980,00 €
XS1139091372	LLOYDS 1 14-11/21	200.000,00	203.000,00 €	101,25 %	202.496,00 €	-504,00 €	
XS2078918781	LLOYDS BANKING GROUP VAR 12/11/25	544.000,00	533.174,40 €	101,08 %	549.875,20 €		16.700,80 €
XS2031870921	LOXAM SAS 3.25% 14/1/25	500.000,00	459.300,00 €	100,47 %	502.350,00 €		43.050,00 €
XS1814402878	LPTY 1 18-05/2023	400.000,00	396.560,00 €	102,29 %	409.160,00 €		12.600,00 €
FR0013482833	LVMH MOET H LOUIS VUITTON 0.125% 11/2/28	100.000,00	97.994,00 €	101,17 %	101.171,00 €		3.177,00 €
US58933YAT29	MERCK & COMP 3.7% 10/2/45	500.000,00	541.190,00 €	101,54 %	507.680,00 €	-33.510,00 €	
XS2089229806	MERLIN PROPERTIES SOCIMI 1.875% 4/12/34	500.000,00	462.125,00 €	101,85 %	509.225,00 €		47.100,00 €
XS0873665706	MET 2.375 13-01/23	100.000,00	105.728,00 €	105,33 %	105.325,00 €	-403,00 €	
XS1416688890	METROVACESA SA 2.375 16-05/22	1.500.000,00	1.525.950,00 €	102,92 %	1.543.725,00 €		17.775,00 €
XS1001749289	MICROSOFT CORP 3.125% 6/12/28	900.000,00	1.123.020,00 €	125,78 %	1.132.020,00 €		9.000,00 €
XS1440976535	MOLSON COORS 1,25% 15/07/2024	1.500.000,00	1.453.050,00 €	103,15 %	1.547.175,00 €		94.125,00 €
XS1346872580	MONDELEZ INT 1.625% 20/01/2023	750.000,00	773.895,00 €	103,41 %	775.597,50 €		1.702,50 €
XS1197270819	MONDELEZ INTERN. INC. 1,625% 8/3/27	200.000,00	211.164,00 €	109,15 %	218.300,00 €		7.136,00 €
XS1395010397	MONDI FIN 1,5% 15/04/2024	500.000,00	513.875,00 €	104,85 %	524.250,00 €		10.375,00 €
XS1379171140	MORGAN STANLEY 1,75% 31/12/2024	750.000,00	781.275,00 €	105,60 %	792.000,00 €		10.725,00 €
XS1603892149	MORGAN STANLEY 1,875 27/4/27	100.000,00	108.129,00 €	111,11 %	111.111,00 €		2.982,00 €
XS1706111793	MORGAN STANLEY 1.342% 23/10/26	100.000,00	103.115,00 €	105,98 %	105.984,00 €		2.869,00 €
XS2250008245	MORGAN STANLEY VAR 26/10/29	400.000,00	400.000,00 €	101,63 %	406.520,00 €		6.520,00 €
XS1511787407	MORGAN STANLEY VAR 27/01/2022	500.000,00	500.350,00 €	100,04 %	500.200,00 €	-150,00 €	

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS (Continuação)						
XS2021471433	MOTABILITY OPERATIONS GR 0,375% 3/1/26	200.000,00	198.930,00 €	102,00 %	204.008,00 €		5.078,00 €
XS1299724911	MUNICIPALITY FINANCE PLC VAR PERP	800.000,00	825.920,00 €	103,70 %	829.600,00 €		3.680,00 €
XS1651453729	NATIONWIDE BUILDING SOCIETY 2% 25/07/29	600.000,00	597.660,00 €	104,59 %	627.540,00 €		29.880,00 €
XS1376845860	NESTLÉ HOLDINGS INC 1.875% 9/3/21	800.000,00	721.344,00 €	81,74 %	653.896,00 €	-67.448,00 €	
XS1497527736	NH HOTEL GRP SA/REG 3,75% 01/10/2023	1.000.000,00	906.950,00 €	99,11 %	991.100,00 €		84.150,00 €
US65559D2A65	NORDEA BK 6,625% 19/3/49	400.000,00	381.676,00 €	93,42 %	373.660,00 €	-8.016,00 €	
PTNOSFOM0000	NOS SGPS SA 1.125% - REG-S	2.100.000,00	2.124.234,00 €	101,38 %	2.128.959,00 €		4.725,00 €
XS1851313863	ODGR 1.75% 5/7/25	600.000,00	638.910,00 €	106,32 %	637.920,00 €	-990,00 €	
XS1405765907	OI EUROP. GR. BV 3,125% 15/11/2024	700.000,00	691.740,00 €	103,78 %	726.460,00 €		34.720,00 €
XS2258389415	OP CORPORATE BANK 0,1% 16/11/27	500.000,00	498.955,00 €	100,19 %	500.950,00 €		1.995,00 €
XS0541453147	ORANGE S.A. 3,375% 16/9/22	200.000,00	214.134,00 €	106,17 %	212.340,00 €	-1.794,00 €	
FR0013413887	ORANGE S.A. VAR 19-04/69	1.100.000,00	1.135.382,00 €	105,48 %	1.160.280,00 €		24.898,00 €
FR0013414919	ORANO SA 3.375% 23/4/26	1.500.000,00	1.509.825,00 €	109,07 %	1.636.050,00 €		126.225,00 €
XS2051788219	ORIGIN ENERGY 1% 17/9/29	600.000,00	565.140,00 €	100,14 %	600.810,00 €		35.670,00 €
XS2010036874	ORSTED VAR 19-12/49	300.000,00	300.735,00 €	102,49 %	307.470,00 €		6.735,00 €
US690742AF87	OWENS CORNING 3.4% 15/08/26	400.000,00	381.756,00 €	89,97 %	359.872,00 €	-21.884,00 €	
XS2064302735	PEPSICO INC 0.875% 16/10/39	250.000,00	246.475,00 €	106,16 %	265.387,50 €		18.912,50 €
XS1757843146	PIRELLI & C SPA EMTN/REG-S 1,375%	1.000.000,00	980.400,00 €	100,85 %	1.008.500,00 €		28.100,00 €
FR0013264066	PLASTIC OMNIUM SA 1,25% 26/6/24	1.500.000,00	1.430.700,00 €	101,49 %	1.522.350,00 €		91.650,00 €
XS1112850125	PRICELINE GROUP 2.375% 14-9/24	750.000,00	797.025,00 €	108,06 %	810.450,00 €		13.425,00 €
XS1031555094	PROLOGIS 3.375 14-02/2024	100.000,00	110.287,00 €	110,23 %	110.233,00 €	-54,00 €	
XS2049583789	PROLOGIS EURO FINANCE LLC 1.5% 10/9/49	1.000.000,00	961.600,00 €	109,43 %	1.094.250,00 €		132.650,00 €
DE000A11QFA7	PROSIEBEN 2.625 14-04/21	1.500.000,00	1.507.500,00 €	100,11 %	1.501.650,00 €	-5.850,00 €	
XS2115190451	Q-PARK HOLDING I B.V 2% 1/3/27	1.000.000,00	930.500,00 €	97,01 %	970.100,00 €		39.600,00 €
XS1640667116	RAIFFEISEN BANK INTERNATIONAL 6.125%	400.000,00	390.480,00 €	103,83 %	415.320,00 €		24.840,00 €
FR0013218153	RCI BANQUE 0.625% 10/11/2021	500.000,00	491.350,00 €	100,44 %	502.200,00 €		10.850,00 €
FR0013412707	RCI BANQUE SA 1,75% 10/4/26	200.000,00	202.494,00 €	105,73 %	211.450,00 €		8.956,00 €
XS1423826798	RENEPL 1.75% 06/23	2.330.000,00	2.420.706,90 €	104,40 %	2.432.543,30 €		11.836,40 €
XS1189286286	RENEPL 2.5% 02/2025	400.000,00	435.060,00 €	110,83 %	443.300,00 €		8.240,00 €
XS1789751531	RICHEMONT INTERNAT HOLDING 1% 26/03/2026	950.000,00	990.565,00 €	105,78 %	1.004.872,00 €		14.307,00 €
XS2031862076	ROYAL BANK OF CANADA 0.125% 23/7/24	200.000,00	198.380,00 €	100,81 %	201.616,00 €		3.236,00 €
XS1875275205	ROYAL BANK OF SCOTLAND VAR 4/3/25	1.000.000,00	1.028.100,00 €	105,53 %	1.055.300,00 €		27.200,00 €
XS0982019126	RWE 3 13-01/2024	100.000,00	109.555,00 €	109,58 %	109.581,00 €		26,00 €
XS1199964575	RYAID 1.125% 03/2023	300.000,00	279.510,00 €	100,64 %	301.920,00 €		22.410,00 €
XS1077584024	RYAID 1.875 14-06/21	1.300.000,00	1.270.880,00 €	100,95 %	1.312.350,00 €		41.470,00 €
FR0012969020	SANOFI S.A. 0,875% 22/9/21	200.000,00	201.668,00 €	100,59 %	201.172,00 €	-496,00 €	
XS1330948818	SANTANDER INT. S.A. 1,375% 14/12/22	100.000,00	103.036,00 €	103,14 %	103.143,00 €		107,00 €
FR0012601367	SCHNEIDER ELECTRIC 0.875 03- 03/25	200.000,00	206.802,00 €	104,53 %	209.052,00 €		2.250,00 €
XS1881574591	SGOFP 0.875 21/09/23	800.000,00	812.000,00 €	102,75 %	822.000,00 €		10.000,00 €
XS1874128033	SIEMENS FIN NV 1% 6/9/27	1.500.000,00	1.585.050,00 €	108,01 %	1.620.150,00 €		35.100,00 €
XS1562623584	SIGMA ALIMENTOS 2,625% 02/2024	2.100.000,00	2.150.820,00 €	106,55 %	2.237.550,00 €		86.730,00 €
XS1570260460	SMITHS GROUP 2% 23/02/2027	1.000.000,00	1.026.600,00 €	108,60 %	1.085.950,00 €		59.350,00 €
XS1500337644	SOC. GENNERALE 0.125% 05/10/2021	500.000,00	499.900,00 €	100,46 %	502.300,00 €		2.400,00 €
USF8586CRW49	SOCIÉTÉ GÉNÉRALE 7,875% 13/12/49	400.000,00	373.388,00 €	89,99 %	359.940,00 €	-13.448,00 €	
FR0013403441	SOCIÉTÉ GÉNÉRALE S.A. 1.25% 15/2/24	700.000,00	710.010,00 €	103,86 %	727.020,00 €		17.010,00 €
XS2275090749	SOFIMA HOLDING S.P.A. 3,75% 15/1/28	1.500.000,00	1.525.350,00 €	101,58 %	1.523.625,00 €	-1.725,00 €	
BE6282460615	SOLVAY SA 2.750% 2/12/27	100.000,00	112.126,00 €	116,96 %	116.956,00 €		4.830,00 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS (Continuação)						
XS2156787173	SSE PLC 1.75 16/4/30	500.000,00	547.375,00 €	111,74 %	558.700,00 €		11.325,00 €
FR0013292828	SUB DANONE 1.75 % 17/23	1.000.000,00	1.004.710,00 €	102,77 %	1.027.690,00 €		22.980,00 €
XS2066392452	SUMITOMO MITSUI FG 0,632% 23/10/29	200.000,00	201.942,00 €	103,05 %	206.098,00 €		4.156,00 €
XS2234579675	SUMITOMO MITSUI FIN GROUP 0.303 28/10/27	400.000,00	400.000,00 €	100,97 %	403.880,00 €		3.880,00 €
DE000SYM7720	SYMRISE AG 1.25% 29/11/25	1.500.000,00	1.512.975,00 €	104,79 %	1.571.775,00 €		58.800,00 €
PTTGUAOM0005	TAGUS 1.579% 05/12/2025	623.017,12	612.488,13 €	99,00 %	616.786,94 €		4.298,82 €
XS2197349645	TAKEDA PHARM. COMP. 1,375% 9/7/32	500.000,00	501.675,00 €	107,55 %	537.750,00 €		36.075,00 €
XS1843449395	TAKEDA PHARMACEUTICAL 3% 21/11/30	200.000,00	248.388,00 €	122,82 %	245.646,00 €	-2.742,00 €	
XS1843449122	TAKEDA PHARMACEUTICAL CO. 2.25% 21/11/25	100.000,00	109.339,00 €	112,37 %	112.373,00 €		3.034,00 €
XS1550951211	TELEFO 1.528 17/1/25	1.000.000,00	1.047.900,00 €	106,63 %	1.066.300,00 €		18.400,00 €
XS0874864860	TELEFO3.987 13-01/23	100.000,00	109.718,00 €	108,65 %	108.647,00 €	-1.071,00 €	
XS1490960942	TELEFONICA EUR 3.75% 12/49	800.000,00	804.680,00 €	102,75 %	822.000,00 €		17.320,00 €
XS1933828433	TELEFONICA EUROPE FRN PERP	1.000.000,00	1.026.900,00 €	108,78 %	1.087.750,00 €		60.850,00 €
FR0013346822	TELEPERFORMANCE SE 1.875% 2018-02.07.25	1.000.000,00	1.037.750,00 €	107,56 %	1.075.600,00 €		37.850,00 €
XS2033351995	TERNA S.P.A. 0.125% 25/7/25	632.000,00	625.174,40 €	101,22 %	639.710,40 €		14.536,00 €
US88167AAE10	TEVA PHARM FINANCE 3,15% 01/10/2026	500.000,00	397.390,00 €	78,76 %	393.775,00 €	-3.615,00 €	
FR0013537305	THALES S.A. 0% 26/3/26	300.000,00	299.616,00 €	99,51 %	298.530,00 €	-1.086,00 €	
XS2058556296	THERMO FISHER SCIENTIFIC 0.125% 1/3/25	100.000,00	98.549,00 €	100,49 %	100.492,00 €		1.943,00 €
XS2058556536	THERMO FISHER SCIENTIFIC INC 0.5% 1/3/28	100.000,00	98.030,00 €	102,65 %	102.648,00 €		4.618,00 €
XS1693818285	TOTAL CAPITAL INTERN. SA 0.625% 4/10/24	100.000,00	101.845,00 €	103,40 %	103.404,00 €		1.559,00 €
XS1195202822	TOTAL Var. 15-02/49	1.848.000,00	1.907.825,20 €	106,54 %	1.968.822,24 €		60.997,04 €
XS1178105851	TRNIM 0.875 15-02/22	368.000,00	370.796,80 €	101,21 %	372.452,80 €		1.656,00 €
FR0013313186	UBISOFT ENTMT SA 1.289%	1.000.000,00	1.009.950,00 €	102,05 %	1.020.500,00 €		10.550,00 €
XS2149270477	UBS AG 0,75% 21/4/23	600.000,00	609.870,00 €	102,28 %	613.650,00 €		3.780,00 €
CH0341440334	UBS GR FUNDING JERSEY LTD 1.5% 30/11/24	1.000.000,00	1.033.400,00 €	104,65 %	1.046.500,00 €		13.100,00 €
CH0336602930	UBS GROUP FDG 1,25% 1/9/26	200.000,00	207.410,00 €	106,33 %	212.666,00 €		5.256,00 €
CH0576402181	UBS GROUP VAR 5/11/28	500.000,00	495.965,00 €	100,41 %	502.050,00 €		6.085,00 €
XS1754213947	UNICREDIT 1% 18/1/23	700.000,00	690.270,00 €	101,89 %	713.230,00 €		22.960,00 €
XS1014627571	UNICREDIT SPA (UCGIM) 3.25 14- 01/21	750.000,00	762.075,00 €	100,10 %	750.750,00 €	-11.325,00 €	
XS2193983108	UPJOHN FINANCE B.V. 1,908% 23/6/32	1.500.000,00	1.524.150,00 €	110,77 %	1.661.475,00 €		137.325,00 €
XS2257961818	UPM KYMMENE CORP. 0,125% 19/11/28	400.000,00	396.296,00 €	99,62 %	398.480,00 €		2.184,00 €
FR0014000UC8	URW SE 0,625% 4/5/27	300.000,00	297.717,00 €	99,50 %	298.500,00 €		783,00 €
XS1405766897	VERIZON COMM. INC. 0.875% 02/04/2025	800.000,00	816.000,00 €	104,09 %	832.704,00 €		16.704,00 €
XS1979280937	VERIZON COMMUNICATIONS 1,25% 8/4/30	100.000,00	103.064,00 €	108,62 %	108.622,00 €		5.558,00 €
XS1708161291	VERIZON COMMUNICATIONS 1,375% 27/10/26	1.200.000,00	1.254.240,00 €	107,91 %	1.294.920,00 €		40.680,00 €
XS1372838679	VODAFONE GR 1.75% 25/08/2023	950.000,00	993.101,50 €	105,02 %	997.680,50 €		4.579,00 €
XS1586555606	VOLKSWAGEN INTERN. FINANCE 0.5% 30/3/21	100.000,00	99.862,00 €	100,14 %	100.141,00 €		279,00 €
XS2187689380	VOLKSWAGEN INTERNATIONAL FIN. VAR PERP	300.000,00	297.750,00 €	107,92 %	323.760,00 €		26.010,00 €
XS2230884657	VOLVO TREASURY AB 0,125% 17/9/24	300.000,00	298.974,00 €	100,45 %	301.350,00 €		2.376,00 €
XS1586555945	VW INT. FIN. 1.875% 30/03/2027	700.000,00	716.030,00 €	109,33 %	765.310,00 €		49.280,00 €
US931427AH10	WALGREEN CO 3,8% 18/11/24	500.000,00	494.765,00 €	90,02 %	450.080,00 €	-44.685,00 €	
XS1138360166	WALGREENS BO. A. 2.125% 20/11/26	500.000,00	513.000,00 €	107,48 %	537.400,00 €		24.400,00 €
XS1240964483	WELLS FARGO & CO. 1,625% 2/6/25	200.000,00	208.410,00 €	106,45 %	212.904,00 €		4.494,00 €
XS2052968596	WPC EUROBOND BV 1.35% 15/4/28	100.000,00	104.224,00 €	103,96 %	103.964,00 €	-260,00 €	
XS2176562812	WPP FINANCE 2,375% 19/5/27	240.000,00	246.456,00 €	111,91 %	268.584,00 €		22.128,00 €
XS1532779748	ZIMMER BIOMET HOLD INC 2.425% 13/12/26	300.000,00	317.490,00 €	111,62 %	334.860,00 €		17.370,00 €
	SUB-TOTAL		194.857.557,31 €		200.900.811,02 €	-664.341,25 €	6.707.594,97 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Handwritten signatures and initials

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE AÇÕES						
LU0130376550	AB - AMERICAN GROWTH PORTFOLIO S1 ACC	13.026,00	1.829.781,89 €	156,25 €	2.035.372,16 €	2	205.590,27 €
LU0231474593	ABERDEEN GLOBAL - JAPANESE EQUITY FUND	109,61	103.104,68 €	1.081,20 €	118.509,17 €		15.404,49 €
LU0256883504	ALLIANZ EURP EQ G-WT	42,00	121.289,70 €	3.374,83 €	141.742,86 €		20.453,16 €
LU1997245334	ALLIANZ GLOBAL INVESTORS FUND EUR	208,00	292.672,64 €	1.763,27 €	366.760,16 €		74.087,52 €
IE00BD008T51	AXA ROSENB US IND EQ	27.061,00	434.329,05 €	19,50 €	527.689,50 €		93.360,45 €
LU0368229703	BGF EUR BD I2C	302.600,00	4.657.014,00 €	15,88 €	4.805.288,00 €		148.274,00 €
LU0368236583	BLACKROCK GLOBAL FUNDS - WORLD MINING	2.384,40	91.608,65 €	49,15 €	117.193,26 €		25.584,61 €
LU1277647274	DEUTSCHE INVEST I GLOBAL INFRASTRUCTURE	3.015,00	296.276,68 €	94,51 €	284.939,75 €	-11.336,93 €	
FR0007054358	DJ EST50 MSE	27.646,00	882.183,86 €	34,39 €	950.745,94 €		68.562,08 €
DE0005933956	DJ EURO STOXX 50 ETF	9.432,00	308.426,40 €	35,86 €	338.231,52 €		29.805,12 €
LU1443248544	EXANE FUNDS 2 - EXANE EQUITY SELECT EURO	37,00	432.157,41 €	13.395,95 €	495.650,15 €		63.492,74 €
IE00BZ4C8G84	FEDERATED HERMES GLOBAL EMERGING MARKETS	85.782,34	234.673,89 €	3,45 €	295.674,56 €		61.000,67 €
LU0318940003	FIDELITY EUROPEAN DYNAMIC	33.917,00	905.516,07 €	27,81 €	943.231,77 €		37.715,70 €
IE0002458671	FINDLAY PARK FUNDS PLC AMERICAN FUND	8.440,00	1.003.559,55 €	128,61 €	1.085.486,80 €		81.927,25 €
CH0103326762	GOLD ETF ANTEILE KLASSE	1.139,00	1.156.540,60 €	1.060,60 €	1.208.023,40 €		51.482,80 €
LU0869113026	GS TACTICAL TILT OVERLAY PORTFOLIO SHARE	28.853,78	3.188.976,71 €	113,29 €	3.268.844,17 €		79.867,46 €
LU1357028627	GS-EMRG MKT E-J AC	10.997,00	175.512,12 €	20,02 €	220.159,94 €		44.647,82 €
LU1775951368	INVESCO ASIAN EQUITY FUND Z USD A DIS	56.569,15	734.014,70 €	16,25 €	919.231,15 €		185.216,45 €
IE00BYML9W36	INVESCO S&P 500 UCITS ETF DIST	6.212,00	158.648,95 €	28,38 €	176.321,35 €		17.672,39 €
LU0386383433	INVESTEC GS EUR EQ	4.758,00	132.795,78 €	30,32 €	144.262,56 €		11.466,78 €
IE00BD45KH83	ISHARES CORE MSCI EM IMI UCITS ETF USD	178.402,00	758.721,15 €	4,46 €	795.910,19 €		37.189,04 €
IE00BKM4GZ66	ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS IMI	15.795,00	389.955,71 €	29,08 €	459.350,19 €		69.394,48 €
DE000A0D8Q07	ISHARES EURO STOXX UCITS ETF	1.611,00	56.852,19 €	39,83 €	64.166,13 €		7.313,94 €
IE00B1FZS350	ISHARES II PLC-ISHARES FTSE EP CMN	8.432,00	164.044,56 €	20,11 €	169.592,82 €		5.548,26 €
IE00BYXG2H39	ISHARES NASDAQ US BIOTECHNOLOGY UCITS	44.034,00	235.210,40 €	5,58 €	245.899,07 €		10.688,66 €
LU0836515717	ISHARES PACIFIC EX JAPAN EQUITY INDEX FU	1.112,58	120.546,58 €	122,46 €	136.245,95 €		15.699,36 €
IE00B4L5YX21	ISHARES PLC-ISHARES MSCI JAPAN UCITS ETF	7.537,00	278.974,52 €	41,44 €	312.325,74 €		33.351,23 €
US4642874089	ISHARES S&P 500 VALUE ETF	1.024,00	98.427,45 €	103,54 €	106.021,67 €		7.594,22 €
IE00B3ZW0K18	ISHARES S&P 500-IUSE LN	71.165,00	4.799.354,08 €	81,30 €	5.785.714,50 €		986.360,42 €
IE00B441G979	ISHARES V PLC - MSCI WORLD	35.800,00	1.906.994,40 €	63,37 €	2.268.646,00 €		361.651,60 €
IE00BFRSYS74	JANUS HENDERSON GLOBAL TECHNOLOGY FUND	6.572,95	199.101,93 €	35,19 €	231.293,20 €		32.191,27 €
LU0490769915	JANUS HENDERSON UK ABS RET FUND	4.520,00	32.770,00 €	7,31 €	33.041,20 €		271,20 €
LU0441856522	JP MORGAN FUNDS JPM ASIA PACIFIC EQUITY	10.006,87	1.287.921,41 €	165,81 €	1.659.239,78 €		371.318,37 €
LU1599543821	JPM INV-JPM US SEL	3.510,00	464.759,10 €	154,82 €	543.418,20 €		78.659,10 €
LU1662401824	JPMORGAN FUNDS - JPM US - IA	934,15	116.731,88 €	125,72 €	117.441,84 €		709,96 €
LU0822047683	JPMORGAN FUNDS - PACIFIC EQUITY FUND C	545,00	69.160,50 €	156,48 €	85.281,60 €		16.121,10 €
LU0248044454	JPMORGAN FUNDS JPM EUROLAND EQUITY FUND	3.269,87	348.464,71 €	109,65 €	358.541,46 €		10.076,76 €
FR0010261198	LYXOR ETF MSCI EUROPE	5.220,00	620.710,20 €	129,28 €	674.841,60 €		54.131,40 €
LU0219424487	MFS MERIDIAN FUNDS - EUROPEAN VALUE FUND	889,00	307.907,57 €	373,51 €	332.050,39 €		24.142,82 €
LU0360484686	MORGAN STANLEY INVESTMENT FUNDS US	3.046,00	428.246,97 €	152,33 €	463.986,88 €		35.739,92 €
IE00BYM2RC22	PGIM GLOBAL REAL ESTATE SECURITIES FUND	1.840,00	164.603,95 €	91,59 €	168.532,96 €		3.929,01 €
IE00B42NVC37	POLAR CAPITAL FUNDS PLC - GLOBAL TECH.	4.726,00	296.717,68 €	71,40 €	337.455,87 €		40.738,19 €
LU0705071701	RAM LUX SYS EQ - I	315,00	41.762,70 €	130,65 €	41.154,75 €	-607,95 €	
LU0312333569	ROBECO CG-EUR EQ-IE	746,00	130.766,34 €	185,62 €	138.472,52 €		7.706,18 €
LU0717821077	ROBECO GLOBAL CONSUMER TRENDS EQ. EUR	620,00	287.084,76 €	523,60 €	324.632,00 €		37.547,24 €
LU1840769696	ROBECO GLOBAL CONSUMER TRENDS EQ. EUR	12.195,00	1.597.179,15 €	169,05 €	2.061.564,75 €		464.385,60 €
LU0808559586	ROBECO-QI EUR CNSV	2.445,00	442.324,95 €	190,98 €	466.946,10 €		24.621,15 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Handwritten signatures and initials: M, W, and CV.

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE AÇÕES (Continuação)							
LU2004793787	SCHRODER INTERNATIONAL SELECTION FUND	12.840,08	539.768,78 €	46,62 €	598.622,44 €		58.853,66 €
IE00B3YCGJ38	SOUR S&P 500 ETF USD	7.992,00	212.904,47 €	28,31 €	226.242,41 €		13.337,94 €
IE00B6YX5M31	SPDR BARCLAYS CAPITAL EURO HIGH YIELD	32.277,00	1.753.932,18 €	57,56 €	1.857.702,74 €		103.770,56 €
US78462F1030	SPDR S&P 500 ETF	1.581,00	435.360,92 €	304,69 €	481.708,31 €		46.347,39 €
IE00BJ38QD84	SSGA SPDR ETFS EURP II PLC	27.797,00	989.008,22 €	44,59 €	1.239.549,95 €		250.541,73 €
LU0230817925	T. ROWE PRICE FUNDS - JAPANESE EQUITY	8.645,00	147.749,02 €	20,64 €	178.432,80 €		30.683,78 €
LU0133096981	T. ROWE PRICE FUNDS SICAV	12.113,00	794.300,41 €	79,22 €	959.583,38 €		165.282,98 €
LU1864951105	THREADNEEDLE LUX - AMERICAN SMALLER COMP	9.134,47	93.888,74 €	12,61 €	115.206,31 €		21.317,57 €
LU1865159351	THREADNEEDLE LUX - EUROPEAN SMALLER COMP	16.794,34	196.025,22 €	14,06 €	236.123,38 €		40.098,17 €
GB00B84PM559	THREADNEEDLE UK FUND - £ZNA	157.918,21	293.090,36 €	1,93 €	304.126,78 €		11.036,41 €
LU1136108674	TROWE ROWE PRICE QR	15.414,00	366.544,92 €	27,31 €	420.956,34 €		54.411,42 €
LU0136240974	UBS ETF MSCI Japan A Dist ETF JPY	10.801,00	425.738,05 €	44,03 €	475.537,79 €		49.799,74 €
IE00BQQP9F84	VANECK VECTORS GOLD MINERS UCITS ETF	3.026,00	107.978,81 €	31,67 €	95.840,20 €	-12.138,61 €	
IE00B945VV12	VANGUARD FTSE DEVELOPED EUROPE UCITS ETF	22.093,00	619.333,07 €	30,85 €	681.635,33 €		62.302,26 €
IE00B3XXRP09	VANGUARD FUNDS PLC-VANGUARD S ETF ON S&WELL-EMK RE-NAEU	39.769,00	2.063.357,30 €	57,66 €	2.293.144,57 €		229.787,27 €
LU1672149835	WELLINGTON US RESEARCH EQUITY FUNDS SHED	17.489,00	178.737,58 €	12,46 €	217.912,94 €		39.175,36 €
LU1329466806	WELLINGTON-US RESEARCH EQ-A	12.054,74	173.186,86 €	14,62 €	176.196,93 €		3.010,07 €
LU0050381036	XTRACKERS DAX UCITS ETF 1C	3.093,36	307.035,34 €	113,16 €	350.051,08 €		43.015,74 €
LU0274211480	XTRACKERS MSCI CHINA UCITS ETF	4.030,00	445.879,20 €	132,08 €	532.282,40 €		86.403,20 €
LU0514695690	XTRACKERS MSCI WORLD UCITS ETF	18.820,00	376.891,01 €	20,45 €	384.804,64 €		7.913,62 €
IE00BJ0KDQ92	XTRACKERS MSCI WORLD UCITS ETF	6.286,00	392.309,26 €	65,33 €	410.664,38 €		18.355,12 €
	SUB-TOTAL		43.697.397,89 €		49.061.450,63 €	-24.083,49 €	5.388.136,23 €
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE OBRIGAÇÕES							
LU1882453233	AMUNDI FUNDS - EMERG MARKETS BOND I2 EUR	2.517,00	2.956.669,56 €	1.306,58 €	3.288.661,86 €		331.992,30 €
LU1883849199	AMUNDI FUNDS PIONEER US BOND A2 EUR HGD	11.746,00	628.176,08 €	55,81 €	655.544,26 €		27.368,18 €
LU1681041031	AMUNDI INDEX SOLUTIONS SICAV	54.999,00	2.749.343,13 €	50,15 €	2.758.254,85 €		8.911,72 €
LU0192238508	AXA IM FIIS US CORP. INTER BD	5.953,74	1.176.233,93 €	187,04 €	1.113.603,88 €	-62.630,05 €	
LU0227127643	AXA WF EU CREDIT	10.638,00	1.443.151,08 €	137,72 €	1.465.065,36 €		21.914,28 €
LU1601096537	AXA WF EUR SD-I-XCE	9.571,55	956.043,78 €	101,43 €	970.842,32 €		14.798,53 €
LU0368231436	BGF-FIX INC GLB OP H	40.155,00	438.091,05 €	11,47 €	460.577,85 €		22.486,80 €
LU1373033965	BLACKROCK GLOBAL FUNDS - EURO CORP BOND	405.354,00	4.592.660,82 €	11,85 €	4.803.444,90 €		210.784,08 €
LU0468289250	BLACKROCK GLOBAL FUNDS - EURO SHORT DURA	200.502,00	3.298.102,30 €	16,60 €	3.328.333,20 €		30.230,90 €
LU1588882974	BLACKROCK GLOBAL FUNDS SICAV	68.144,00	1.148.403,79 €	16,58 €	1.129.532,46 €	-18.871,34 €	
LU0549539178	BLUEBAY FUNDS SICAV	33.549,00	6.190.125,99 €	191,67 €	6.430.336,83 €		240.210,84 €
LU0995159539	BLUEBAY GLOBAL HIGH YIELD BOND FUND S	6.573,16	757.490,38 €	128,23 €	842.875,67 €		85.385,28 €
LU1170327289	BLUEBAY INV GRD EURO AGGT BD Q EUR	25.885,00	3.117.848,25 €	126,74 €	3.280.664,90 €		162.816,65 €
LU0156671504	CANDRIAM BONDS EURO SHORT TERM I EUR CAP	456,00	999.761,76 €	2.196,86 €	1.001.768,16 €		2.006,40 €
PTYCXBLP0008	CXG OBRIGAÇÕES	216.913,06	954.782,32 €	4,48 €	971.770,51 €		16.988,18 €
LU1534073041	DEU FLOATING RATE	10.367,00	865.644,50 €	84,17 €	872.590,39 €		6.945,89 €
LU0179220412	DWS INVEST SICAV - DWS INVEST CONVERTIBL	7.395,32	1.463.977,75 €	228,80 €	1.692.049,44 €		228.071,70 €
LU2101367030	ESIF - M&G EC CLASS F EUR	330,00	35.524,50 €	107,52 €	35.481,60 €	-42,90 €	
FR0012386696	ETF LYXOR BARCLAYS F	8.676,00	867.252,96 €	100,60 €	872.805,60 €		5.552,64 €
LU0451950587	HEND HOR 7-I2	13.043,00	2.260.762,51 €	177,49 €	2.315.002,07 €		54.239,56 €
US4642871762	ISHARES BARCLAYS TIPS BD ETF/DIS	31.500,00	3.459.992,76 €	104,03 €	3.276.811,12 €	-183.181,64 €	
IE00B4L60045	ISHARES EUR CORP BOND1-5YR UCITS	43.344,00	4.769.573,76 €	112,02 €	4.855.394,88 €		85.821,12 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE OBRIGAÇÕES (Continuação)						
IE0032523478	ISHARES EURO CORPORATE	33.002,00	4.554.288,24 €	142,11 €	4.689.951,84 €		135.663,60 €
IE00BD0NC037	ISHARES EURO GOVERNMENT BOND INDEX FUND	161.682,61	1.819.915,04 €	11,47 €	1.854.499,55 €		34.584,51 €
IE00B3F81K65	ISHARES GLOBAL GOVT BOND UCITS ETF USD	31.639,00	3.271.788,99 €	98,33 €	3.110.999,59 €	-160.789,40 €	
IE00B9M6SJ31	ISHARES VI PLC - GLB CORP	13.871,00	1.479.134,09 €	108,64 €	1.506.945,44 €		27.811,36 €
LU1004011935	JANUS HENDERSON HORIZON EUR CORP BOND	26.385,63	3.116.670,38 €	124,42 €	3.282.899,84 €		166.229,46 €
LU1432507090	JPMORGAN FUNDS - JPM US AGGREGATE BOND	16.253,34	1.724.671,87 €	107,50 €	1.747.233,94 €		22.562,07 €
LU0750223520	JUPITER DYNAMIC BD FD CL DIST EUR	74.391,84	807.895,38 €	10,98 €	816.822,40 €		8.927,02 €
IE00BK6Q9R17	LORD ABBETT HIGH YIELD FUND CLASS J EUR	81.633,00	750.383,08 €	10,17 €	830.207,61 €		79.824,53 €
LU0583240782	MFS INV-EMERG MARK DEBT-IH1	5.732,28	803.301,69 €	152,40 €	873.599,62 €		70.297,93 €
LU1200227335	MFS MER-US TOT RET	60.124,00	625.890,84 €	10,69 €	642.725,56 €		16.834,72 €
LU0360483100	MS EUR BOND FUND	24.298,82	1.102.293,19 €	47,73 €	1.159.782,49 €		57.489,30 €
IE0033758917	MUZIN ENHANCED - ST	5.861,00	951.767,79 €	169,47 €	993.263,67 €		41.495,88 €
IE00BF451C40	MUZINICH FUNDS - EMERGING MARKET DEBT	23.890,01	2.182.766,19 €	96,54 €	2.306.341,57 €		123.575,38 €
IE00B96G6Y08	MUZINICH FUNDS - EUROPEYIELD FUND	1.256,28	161.683,36 €	138,65 €	174.183,36 €		12.500,00 €
IE00BMMV6Z14	NEUBERGER BERM EMG MKT I2 HGD EUR	412.437,00	3.460.346,43 €	8,62 €	3.555.206,94 €		94.860,51 €
LU0803997666	NN(L)US CREDIT I USD HGD-ACC.-	63,40	450.198,96 €	7.209,99 €	457.113,37 €		6.914,40 €
IE00B78FDY06	NOMURA FUNDS IRELAND PLHIGH YIELD	17.095,33	2.186.355,31 €	145,68 €	2.490.498,23 €		304.142,93 €
LU0141799097	NORDEA 1-EUR.H.Y. BD FUND	4.485,00	163.702,50 €	39,18 €	175.722,30 €		12.019,80 €
LU0539144625	NORDEA 1-EUROPEAN COVERED BOND FUND	235.186,00	3.583.857,35 €	15,29 €	3.595.993,94 €		12.136,59 €
IE00B80G9288	PIMCO GIS-INCOME FD INSTIT.HEDG.EUR	304.377,00	4.188.227,52 €	14,80 €	4.504.779,60 €		316.552,08 €
IE0032883534	PIMCO HIGH YIELD FUND - INS HEDACC	22.843,28	638.926,57 €	30,69 €	701.060,29 €		62.133,72 €
LU0227757233	ROBECO HIGH YIELD BONDS	9.891,00	2.273.743,08 €	247,29 €	2.445.945,39 €		172.202,31 €
LU0180781394	SCHRODER INTERNATIONAL SELECTION FUND	157.953,00	5.672.466,89 €	36,63 €	5.785.818,39 €		113.351,50 €
LU0995119822	SCHRODER ISF - EURO CREDIT CONVICTION-C	39.675,00	5.379.533,25 €	145,22 €	5.761.603,50 €		382.070,25 €
LU0552054859	SCHRODER ISF EURO CORP BOND EUR	279.206,00	5.285.732,55 €	19,73 €	5.509.934,97 €		224.202,42 €
LU1496798478	SCHRODER ISF EURO HIGH YIELD IZEU	5.010,61	741.380,19 €	162,40 €	813.703,87 €		72.323,69 €
LU0995124236	SCHRODER STRATEG CD C HGD DIST EUR	27.586,00	2.374.696,67 €	89,89 €	2.479.793,81 €		105.097,14 €
LU0396331836	UBS LUX BOND SICAV - CONVERT GLOBAL	6.045,00	1.099.343,70 €	221,20 €	1.337.154,00 €		237.810,30 €
LU0278087860	VONTOBEL EUR CRP MID	217,00	37.508,45 €	179,31 €	38.910,27 €		1.401,82 €
	SUB-TOTAL		106.018.082,51 €		110.064.107,46 €	-425.515,32 €	4.471.540,27 €
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO MISTOS						
LU1495486885	LFIS VISION UCITS PREMIA M EUR	22,00	20.326,02 €	949,26 €	20.883,72 €		557,70 €
LU1951089439	LUMYNA - PSAM GLOBAL EVENT UCITS FUND	440,00	61.921,20 €	148,77 €	65.458,80 €		3.537,60 €
IE00B643RZ01	LYXOR EPSILON GLOBAL TREND FUND I	299,00	42.060,33 €	144,25 €	43.130,75 €		1.070,42 €
	SUB-TOTAL		124.307,55 €		129.473,27 €		5.165,72 €
	OUTROS FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO						
LU0196152606	PARTNERS GROUP INVEST - I EUR	753,28	199.219,96 €	311,67 €	234.774,78 €		35.554,82 €
	SUB-TOTAL		199.219,96 €		234.774,78 €		35.554,82 €
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ALTERNATIVOS						
LU0360485493	MORGAN STANLEY INVESTMENT FUNDS	11.347,62	319.884,48 €	30,48 €	345.856,94 €		25.972,46 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

M *M* *CH* *94*

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
LU0398686286	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ALTERNATIVOS (Continuação) NN L ALTERNATIVE BETA	17,74	104.438,67 €	6.570,26 €	116.576,12 €		12.137,45 €
LU0277042718	WELLINGTON MANAGEMENT FUNDS LUXEMBOURG	60.212,39	337.882,93 €	6,05 €	364.395,13 €		26.512,20 €
	SUB-TOTAL		762.206,08 €		826.828,19 €		64.622,11 €
	DEPÓSITOS A PRAZO						
MIL03/2/20 1	MILLENNIUMBCP 03/02/20 A 02/02/21 0,05%	2.944.678,59	2.944.678,59 €	0,00 €	2.944.678,59 €		
MIL03/2/20 2	MILLENNIUMBCP 03/02/20 A 02/02/21 0,05%	2.831.461,07	2.831.461,07 €	0,00 €	2.831.461,07 €		
MIL 17/11/20	MILLENNIUMBCP 17/11/20 A 17/11/21 0,01%	1.704.874,55	1.704.874,55 €	0,00 €	1.704.874,55 €		
	SUB-TOTAL		7.481.014,21 €		7.481.014,21 €		
	TOTAL		387.334.810,94 €		404.893.938,41 €	- 1.441.701,39 €	19.000.828,87 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DIVERSIFICAÇÃO PRUDENCIAL POR BANCO DEPOSITÁRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

IDENTIFICAÇÃO	VALOR INICIAL ESCRITURADO	PESO RELATIVO (%)	VALOR INVENTÁRIO
EDMOND DE ROTHSCHILD (EUROPE)	88.620.855,76 €	22,78 %	92.223.619,13 €
ST. GALLER KANTONALBANK	75.687.393,29 €	19,90 %	80.562.108,77 €
CREDIT SUISSE (LUXEMBOURG)	72.202.316,66 €	18,64 %	75.480.755,88 €
GNB – GESTÃO DE PATRIMÓNIOS	30.718.597,94 €	7,78 %	31.485.297,52 €
BANCO SANTANDER	41.676.685,91 €	10,56 %	42.764.374,49 €
GOLDMAN SACHS	35.736.628,52 €	9,32 %	37.752.082,00 €
MILLENNIUM BCP	18.270.920,46 €	4,71 %	19.065.543,69 €
BANK JULIUS BAER EUROPE S.A.	13.509.446,68 €	3,50 %	14.168.429,02 €
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	10.911.965,71 €	2,81 %	11.391.727,91 €
TOTAL NOS BANCOS	387.334.810,93 €	100,00 %	404.893.938,41 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DIVERSIFICAÇÃO PRUDENCIAL POR BANCO DEPOSITÁRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	EDMOND DE ROTHSCHILD (EUROPE)						
	CONTA 0524000						
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE OBRIGAÇÕES						
US4642871762	ISHARES BARCLAYS TIPS BD ETF/DIS	31.500,00	3.459.992,76 €	104,03 €	3.276.811,13 €	-183.181,64 €	
	SUB-TOTAL		3.459.992,76 €		3.276.811,13 €	-183.181,64 €	
	OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS						
ES0211845260	ABERTIS INFRAEST 3,75% 20/06/23	1.000.000,00	1.066.400,00 €	109,22 %	1.092.150,00 €		25.750,00 €
XS1967635977	ABERTIS INFRAESTRUC SA 2.375% 27/9/27	2.000.000,00	2.016.200,00 €	110,91 %	2.218.200,00 €		202.000,00 €
XS2227906208	AMERICAN TOWER CORP 1% 15/1/32	1.000.000,00	995.000,00 €	101,97 %	1.019.650,00 €		24.650,00 €
BE6276040431	ANHEUSER-BUSCH INBEV 1,5% 18/4/30	2.600.000,00	2.695.160,00 €	112,07 %	2.913.820,00 €		218.660,00 €
XS1586831999	ARAMARK INT FIN 3.125% 01/04/2025	700.000,00	667.030,00 €	100,85 %	705.950,00 €		38.920,00 €
XS2036387525	ARDAGH PACK FIN PLC 2.125% 15/8/26	1.500.000,00	1.447.275,00 €	100,44 %	1.506.600,00 €		59.325,00 €
XS1203859928	B.A.T. INT. FIN. PLC 1.25% 13/03/2027	500.000,00	494.075,00 €	104,10 %	520.475,00 €		26.400,00 €
XS1840618059	BAYER CAP CORP 1.5%	1.500.000,00	1.578.900,00 €	107,11 %	1.606.575,00 €		27.675,00 €
FR0012872174	BOLLORE SA 2.875% 29/07/21	200.000,00	202.810,00 €	100,86 %	201.710,00 €	-1.100,00 €	
XS0552915943	BOMBARDIER INC. 6.125% 15/05/21	1.500.000,00	1.350.675,00 €	100,06 %	1.500.825,00 €		150.150,00 €
XS1028952312	BRAMBLES FIN 2,375% 12/6/24	500.000,00	528.900,00 €	108,25 %	541.250,00 €		12.350,00 €
XS1109741329	BRITISH SKY BROAD 2,5% 15/9/26	1.300.000,00	1.466.075,00 €	114,59 %	1.489.605,00 €		23.530,00 €
FR0013201084	BUREAU VERITAS RICNA SA 1,25% 7/9/2023	1.200.000,00	1.192.920,00 €	103,02 %	1.236.180,00 €		43.260,00 €
XS1265778933	CELLNEX TCOM 3,125% 27/07/2022	1.500.000,00	1.579.950,00 €	104,67 %	1.569.975,00 €	-9.975,00 €	
XS1731106347	CEMEX SAB 2.75%	1.500.000,00	1.387.125,00 €	101,39 %	1.520.850,00 €		133.725,00 €
XS1823623878	CNH IND FIN EUROPE SA 1.875%	1.000.000,00	997.950,00 €	107,32 %	1.073.200,00 €		75.250,00 €
XS1678966935	CNH INDUSTRIAL FINANCE 1,75% 12/09/2025	400.000,00	404.960,00 €	106,75 %	426.980,00 €		22.020,00 €
XS1713568811	CONSTELLUM NV/REG-S 4,25% 15/02/2026	500.000,00	492.850,00 €	102,55 %	512.725,00 €		19.875,00 €
XS1485603747	DELPHI AUTO PLC 1,6% 15/09/2028	1.500.000,00	1.453.800,00 €	108,31 %	1.624.650,00 €		170.850,00 €
XS1699848914	DUFYR ONE BV/REG-S 2,5% 15/10/2024	1.500.000,00	1.264.650,00 €	96,34 %	1.445.025,00 €		180.375,00 €
XS1991034825	EIRCOM FINANCE DESIGN ACTIV COMP 3.5%	2.000.000,00	2.016.400,00 €	102,26 %	2.045.100,00 €		28.700,00 €
XS1239586594	ESB FIN LTD. 2,125% 08/06/2027	600.000,00	670.524,00 €	113,40 %	680.400,00 €		9.876,00 €
XS1651444140	EUROFINS SCIENTIFIC SE 2,125% 25/07/2024	1.500.000,00	1.502.700,00 €	106,43 %	1.596.450,00 €		93.750,00 €
XS2209344543	FAURECIA 3,75% 15/6/28	700.000,00	700.700,00 €	105,33 %	737.275,00 €		36.575,00 €
XS1639488771	FERROVIE DELLO STATO EMTN 1,5% 27/6/2025	1.500.000,00	1.535.850,00 €	105,71 %	1.585.575,00 €		49.725,00 €
XS1388625425	FIAT CHRYSLER AIM 3.75 16-03/24	2.000.000,00	2.060.700,00 €	109,98 %	2.199.500,00 €		138.800,00 €
XS2013574384	FORD MOTOR CREDIT CO LLC 2.386% 17/2/26	400.000,00	353.440,00 €	101,98 %	407.900,00 €		54.460,00 €
XS1554373248	FRESENIUS 1.5% 30/01/2024	1.500.000,00	1.551.975,00 €	104,32 %	1.564.725,00 €		12.750,00 €
XS1409497283	GESTAMP FDG LUX 3,5% 15/05/2023	1.500.000,00	1.467.225,00 €	100,84 %	1.512.600,00 €		45.375,00 €
XS1387174375	HEIDELBERG CEM 2.25 16-03/23	1.200.000,00	1.244.160,00 €	104,73 %	1.256.700,00 €		12.540,00 €
FR0013287273	ILIAD SA 1.5% 14/10/2024	1.000.000,00	984.050,00 €	101,23 %	1.012.300,00 €		28.250,00 €
XS2114146181	IM GROUP SASU 6.625% 1/3/25	400.000,00	340.508,00 €	96,93 %	387.736,00 €		47.228,00 €
XS1951313763	IMPERIAL BRANDS FINPLC 2.125% 12.02.27	1.500.000,00	1.538.850,00 €	108,23 %	1.623.375,00 €		84.525,00 €
XS2049419398	INDUSTRIAL POWER CORP 1.125% 9/3/26	1.000.000,00	927.000,00 €	93,30 %	932.950,00 €		5.950,00 €
XS1405769990	INEOS GROUP HOLDINGS SA 5,375% 31/12/24	1.500.000,00	1.474.800,00 €	101,45 %	1.521.750,00 €		46.950,00 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS




ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS (Continuação)						
XS2194192527	INFINEON TECHNOLOGIES AG 2% 24/6/32	1.500.000,00	1.496.475,00 €	113,84 %	1.707.525,00 €		211.050,00 €
XS1908370171	INTERCONTINENTAL HOTELS 2.125%	1.500.000,00	1.449.180,00 €	104,48 %	1.567.245,00 €		118.065,00 €
XS2009038113	INTERNAT. GAME TECHNOLOGY 3.50% 15/6/26	1.500.000,00	1.427.175,00 €	103,60 %	1.554.000,00 €		126.825,00 €
FR0013262912	LAGARDERE SCA 1,625% 21/06/2024	1.500.000,00	1.388.550,00 €	95,13 %	1.426.950,00 €		38.400,00 €
XS2031870921	LOXAM SAS 3.25% 14/1/25	500.000,00	459.300,00 €	100,47 %	502.350,00 €		43.050,00 €
XS2089229806	MERLIN PROPERTIES SOCIMI 1.875% 4/12/34	500.000,00	462.125,00 €	101,85 %	509.225,00 €		47.100,00 €
XS1416688890	METROVACESA SA 2.375 16-05/22	1.500.000,00	1.525.950,00 €	102,92 %	1.543.725,00 €		17.775,00 €
XS1440976535	MOLSON COORS 1,25% 15/07/2024	1.500.000,00	1.453.050,00 €	103,15 %	1.547.175,00 €		94.125,00 €
XS1395010397	MONDI FIN 1,5% 15/04/2024	500.000,00	513.875,00 €	104,85 %	524.250,00 €		10.375,00 €
XS1497527736	NH HOTEL GRP SA/REG 3,75% 01/10/2023	1.000.000,00	906.950,00 €	99,11 %	991.100,00 €		84.150,00 €
PTNOSFOM0000	NOS SGPS SA 1.125% - REG-S	1.500.000,00	1.517.310,00 €	101,38 %	1.520.685,00 €		3.375,00 €
XS1405765907	OI EUROP. GR. BV 3,125% 15/11/2024	700.000,00	691.740,00 €	103,78 %	726.460,00 €		34.720,00 €
FR0013414919	ORANO SA 3.375% 23/4/26	1.500.000,00	1.509.825,00 €	109,07 %	1.636.050,00 €		126.225,00 €
XS1757843146	PIRELLI & C SPA EMTN/REG-S 1.375%	1.000.000,00	980.400,00 €	100,85 %	1.008.500,00 €		28.100,00 €
FR0013264066	PLASTIC OMNIUM SA 1,25% 26/6/24	1.500.000,00	1.430.700,00 €	101,49 %	1.522.350,00 €		91.650,00 €
XS2049583789	PROLOGIS EURO FINANCE LLC 1.5% 10/9/49	1.000.000,00	961.600,00 €	109,43 %	1.094.250,00 €		132.650,00 €
DE000A11QFA7	PROSIEBEN 2.625 14-04/21	1.500.000,00	1.507.500,00 €	100,11 %	1.501.650,00 €	-5.850,00 €	
XS2115190451	Q-PARK HOLDING I B.V 2% 1/3/27	1.000.000,00	930.500,00 €	97,01 %	970.100,00 €		39.600,00 €
XS1423826798	RENEPL 1.75% 06/23	1.500.000,00	1.558.395,00 €	104,40 %	1.566.015,00 €		7.620,00 €
XS1077584024	RYAID 1.875 14-06/21	1.300.000,00	1.270.880,00 €	100,95 %	1.312.350,00 €		41.470,00 €
XS1874128033	SIEMENS FIN NV 1% 6/9/27	1.500.000,00	1.585.050,00 €	108,01 %	1.620.150,00 €		35.100,00 €
XS1562623584	SIGMA ALIMENTOS 2,625% 02/2024	1.500.000,00	1.536.300,00 €	106,55 %	1.598.250,00 €		61.950,00 €
XS2275090749	SOFIMA HOLDING S.P.A. 3,75% 15/1/28	1.500.000,00	1.525.350,00 €	101,58 %	1.523.625,00 €	-1.725,00 €	
DE000SYM7720	SYMRISE AG 1.25% 29/11/25	1.500.000,00	1.512.975,00 €	104,79 %	1.571.775,00 €		58.800,00 €
XS2197349645	TAKEDA PHARM. COMP. 1,375% 9/7/32	500.000,00	501.675,00 €	107,55 %	537.750,00 €		36.075,00 €
FR0013313186	UBISOFT ENTMT SA 1.289%	1.000.000,00	1.009.950,00 €	102,05 %	1.020.500,00 €		10.550,00 €
XS2193983108	UPJOHN FINANCE B.V. 1,908% 23/6/32	1.500.000,00	1.524.150,00 €	110,77 %	1.661.475,00 €		137.325,00 €
	SUB-TOTAL		74.288.517,00 €		78.056.211,00 €	-18.650,00 €	3.786.344,00 €
	OBRIGAÇÕES COM GARANTIA DE ESTADO						
XS1991219442	REP OF THE PHILIPPINES 0.875% 17/5/27	1.500.000,00	1.477.050,00 €	102,10 %	1.531.425,00 €		54.375,00 €
XS1970549561	ROMANIA 3,5% 3/4/34	2.000.000,00	2.098.700,00 €	119,31 %	2.386.100,00 €		287.400,00 €
XS1936100483	STATE OF ISRAEL 1.5% 2019- 16.01.29	1.500.000,00	1.608.450,00 €	110,89 %	1.663.275,00 €		54.825,00 €
	SUB-TOTAL		5.184.200,00 €		5.580.800,00 €		396.600,00 €
	CONTA 0524004						
	OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS						
US026874DB02	AMERICAN INT GRP INC. 4,375% 15/1/55	500.000,00	526.245,00 €	105,42 %	527.100,00 €		855,00 €
US00206RCN08	AT&T INC 3,4% 15/05/2025	500.000,00	490.155,00 €	90,61 %	453.060,00 €	-37.095,00 €	
US120568AY67	BUNGE LTD FINANCE CORP 3% 25/09/2022	500.000,00	465.665,00 €	84,64 %	423.180,00 €	-42.485,00 €	
US14149YBH09	CARDINAL HEALTH INC 3,079% 15/06/2024	500.000,00	476.730,00 €	87,93 %	439.645,00 €	-37.085,00 €	
USN22038AE85	CONSTELLIUM NV/REG-S 5,875% 15/02/2026	500.000,00	450.115,00 €	83,60 %	417.980,00 €	-32.135,00 €	
US532457BH00	ELI LILLY & COMP. 2.75% 1/6/25	500.000,00	491.675,00 €	89,03 %	445.155,00 €	-46.520,00 €	
USN30707AF53	ENEL FIN INTL NV/REG-S 2.75% 04/2023	500.000,00	466.030,00 €	85,34 %	426.720,00 €	-39.310,00 €	
US58933YAT29	MERCK & COMP 3.7% 10/2/45	500.000,00	541.190,00 €	101,54 %	507.680,00 €	-33.510,00 €	

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	CONTA 0524004						
	OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS (Continuação)						
US690742AF87	OWENS CORNING 3.4% 15/08/26	400.000,00	381.756,00 €	89,97 %	359.872,00 €	-21.884,00 €	
US88167AAE10	TEVA PHARM FINANCE 3,15% 01/10/2026	500.000,00	397.390,00 €	78,76 %	393.775,00 €	-3.615,00 €	
US931427AH10	WALGREEN CO 3,8% 18/11/24	500.000,00	494.765,00 €	90,02 %	450.080,00 €	-44.685,00 €	
	SUB-TOTAL		5.181.716,00 €		4.844.247,00 €	-338.324,00 €	855,00 €
	OBRIGAÇÕES COM GARANTIA DE ESTADO						
US46513YJH27	ISRAEL STAAT 3.25%	500.000,00	506.430,00 €	93,11 %	465.550,00 €	-40.880,00 €	
	SUB-TOTAL		506.430,00 €		465.550,00 €	-40.880,00 €	
	TOTAL EDMOND DE ROTHSCHILD (EUROPE)		88.620.855,76 €		92.223.619,13 €	-581.035,64 €	4.183.799,00 €

150

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	ST. GALLER KANTONBANK						
	CONTA 6170.8621						
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBI- LIÁRIO DE ACÇÕES						
LU0368229703	BGF EUR BD I2C	302.600,00	4.657.014,00 €	15,88 €	4.805.288,00 €		148.274,00 €
LU0318940003	FIDELITY EUROPEAN DYNAMIC	33.917,00	905.516,07 €	27,81 €	943.231,77 €		37.715,70 €
CH0103326762	GOLD ETF ANTEILE KLASSE	1.139,00	1.156.540,60 €	1.060,60 €	1.208.023,40 €		51.482,80 €
IE00B3ZW0K18	ISHARES S&P 500-IUSE LN	48.251,00	3.254.038,27 €	81,30 €	3.922.806,30 €		668.768,03 €
IE00B441G979	ISHARES V PLC - MSCI WORLD	35.800,00	1.906.994,40 €	63,37 €	2.268.646,00 €		361.651,60 €
LU0441856522	JP MORGAN FUNDS JPM ASIA PACIFIC EQUITY	8.922,00	1.148.294,14 €	165,81 €	1.479.356,82 €		331.062,68 €
LU1840769696	ROBEKO GLOBAL CONSUMER TRENDS EQ. EUR	12.195,00	1.597.179,15 €	169,05 €	2.061.564,75 €		464.385,60 €
LU0130376550	AB - AMERICAN GROWTH PORTFOLIO S1 ACC	13.026,00	1.829.781,89 €	156,25 €	2.035.372,16 €		205.590,27 €
LU0133096981	T. ROWE PRICE FUNDS SICAV	12.113,00	794.300,41 €	79,22 €	959.583,38 €		165.282,98 €
	SUB-TOTAL		17.249.658,93 €		19.683.872,58 €		2.434.213,65 €
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBI- LIÁRIO DE OBRIGAÇÕES						
LU1882453233	AMUNDI FUNDS - EMERG MARKETS BOND I2 EUR	2.517,00	2.956.669,56 €	1.306,58 €	3.288.661,86 €		331.992,30 €
LU0227127643	AXA WF EU CREDIT	10.638,00	1.443.151,08 €	137,72 €	1.465.065,36 €		21.914,28 €
LU1373033965	BLACKROCK GLOBAL FUNDS - EURO CORP BOND	405.354,00	4.592.660,82 €	11,85 €	4.803.444,90 €		210.784,08 €
LU0468289250	BLACKROCK GLOBAL FUNDS - EURO SHORT DURA	140.006,00	2.297.498,46 €	16,60 €	2.324.099,60 €		26.601,14 €
LU0549539178	BLUEBAY FUNDS SICAV	33.549,00	6.190.125,99 €	191,67 €	6.430.336,83 €		240.210,84 €
LU1170327289	BLUEBAY INV GRD EURO AGGT BD Q EUR	25.885,00	3.117.848,25 €	126,74 €	3.280.664,90 €		162.816,65 €
IE00B3F81K65	ISHARES GLOBAL GOVT BOND UCITS ETF USD	31.639,00	3.271.788,99 €	98,33 €	3.110.999,59 €	-160.789,40 €	
IE00B9M6SJ31	ISHARES VI PLC - GLB CORP	13.871,00	1.479.134,09 €	108,64 €	1.506.945,44 €		27.811,36 €
LU1004011935	JANUS HENDERSON HORIZON EUR CORP BOND	26.385,63	3.116.670,38 €	124,42 €	3.282.899,84 €		166.229,46 €
LU0539144625	NORDEA 1-EUROPEAN COVERED BOND FUND	158.931,00	2.431.644,30 €	15,29 €	2.430.054,99 €	-1.589,31 €	
IE00B80G9288	PIMCO GIS-INCOME FD INSTIT.HEDG.EUR	304.377,00	4.188.227,52 €	14,80 €	4.504.779,60 €		316.552,08 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Maria 24

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE OBRIGAÇÕES (Continuação)						
LU0227757233	ROBECO HIGH YIELD BONDS	9.891,00	2.273.743,08 €	247,29 €	2.445.945,39 €	-172.202,31 €	172.202,31 €
LU0180781394	SCHRODER INTERNATIONAL SELECTION FUND	157.953,00	5.672.466,89 €	36,63 €	5.785.818,39 €		113.351,50 €
LU0995119822	SCHRODER ISF - EURO CREDIT CONVICTION-C	39.675,00	5.379.533,25 €	145,22 €	5.761.603,50 €		382.070,25 €
LU0396331836	UBS LUX BOND SICAV - CONVERT GLOBAL	6.045,00	1.099.343,70 €	221,20 €	1.337.154,00 €		237.810,30 €
	SUB-TOTAL		49.510.506,36 €		51.758.474,19 €	-162.378,71 €	2.410.346,54 €
	OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS						
XS0993145084	AT & T 2.65 13-12/21	700.000,00	720.370,00 €	102,11 %	714.770,00 €	-5.600,00 €	
BE6286963051	BARRY CALLEBAUT 2,375% 24/05/2024	1.000.000,00	1.069.800,00 €	107,03 %	1.070.300,00 €		500,00 €
XS0231422790	EIRLES FL 05-04/24	1.000.000,00	253.000,00 €	28,80 %	288.000,00 €		35.000,00 €
XS1382385471	FLUOR CORP. 1,75% 21/03/2023	1.000.000,00	755.600,00 €	94,73 %	947.250,00 €		191.650,00 €
XS1391086987	HUTCHISON WHAMPOA 2% 06/04/2028	1.000.000,00	1.063.550,00 €	112,92 %	1.129.200,00 €		65.650,00 €
XS1562623584	SIGMA ALIMENTOS 2,625% 02/2024	600.000,00	614.520,00 €	106,55 %	639.300,00 €		24.780,00 €
XS1570260460	SMITHS GROUP 2% 23/02/2027	1.000.000,00	1.026.600,00 €	108,60 %	1.085.950,00 €		59.350,00 €
FR0013346822	TELEPERFORMANCE SE 1.875% 2018-02.07.25	1.000.000,00	1.037.750,00 €	107,56 %	1.075.600,00 €		37.850,00 €
US084670BJ68	BERKSHIRE HATHAWAY INC 3% 2013-11.2.23	800.000,00	763.904,00 €	86,28 %	690.216,00 €	-73.688,00 €	
US61746BEC63	GLN MORGAN STANLEY VAR 24/10/23	1.000.000,00	900.790,00 €	82,53 %	825.280,00 €	-75.510,00 €	
XS1376845860	NESTLÉ HOLDINGS INC 1.875% 9/3/21	800.000,00	721.344,00 €	81,74 %	653.896,00 €	-67.448,00 €	
	SUB-TOTAL		8.927.228,00 €		9.119.762,00 €	-222.246,00 €	414.780,00 €
	TOTAL ST. GALLER KANTONAL-BANK		75.687.393,29 €		80.562.108,77 €	-384.624,71 €	5.259.340,19 €

151

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	CREDIT SUISSE (LUXEMBOURG) <u>CONTA 0947-1545118-75-1</u>						
	ACÇÕES						
CH0038863350	NESTLE STK NA	6.184,00	608.123,31 €	96,52 €	596.874,48 €	-11.248,82 €	
DE000A1EWWW0	ADIDAS- SALOMON AG	1.831,00	427.721,60 €	297,90 €	545.454,90 €		117.733,30 €
SE0009922164	ESSITY AB	7.664,00	219.883,23 €	26,36 €	202.019,90 €	-17.863,33 €	
DE0007164600	SAP AG	5.089,00	632.664,48 €	107,22 €	545.642,58 €	-87.021,90 €	
FR0000121972	SCHNEIDER SA STK	6.149,00	622.297,20 €	118,30 €	727.426,70 €		105.129,50 €
US00287Y1091	ABBVIE INC.	5.555,00	487.042,24 €	87,32 €	485.060,93 €	-1.981,30 €	
US01609W1027	ALIBABA GROUP HOLDING ADR	1.906,00	367.140,73 €	189,66 €	361.489,18 €	-5.651,56 €	
US02079K1079	ALPHABET INC - CL C	326,00	411.534,97 €	1.427,66 €	465.416,74 €		53.881,77 €
US0378331005	APPLE	5.332,00	434.254,69 €	108,13 €	576.565,16 €		142.310,47 €
US0533321024	AUTOZONE INC USD.01 COM	357,00	359.652,47 €	966,05 €	344.879,86 €	-14.772,61 €	
US1667641005	CHEVRON CORPORATION	2.391,00	190.524,13 €	68,82 €	164.550,53 €	-25.973,60 €	
US1729674242	CITIGROUP	2.299,00	104.910,61 €	50,25 €	115.521,42 €		10.610,80 €
US2283681060	CROWN HOLDINGS INC	6.613,00	384.626,43 €	81,66 €	539.990,73 €		155.364,30 €
US2358511028	DANAHER CORP	1.538,00	242.868,86 €	181,03 €	278.421,74 €		35.552,88 €
US2566771059	DOLLAR GENERAL	2.139,00	363.905,05 €	171,38 €	366.581,14 €		2.676,08 €
US46625H1005	JP MORGAN CHASE & CO	2.420,00	203.273,08 €	103,55 €	250.598,48 €		47.325,40 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Handwritten signatures and initials

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	ACÇÕES (Continuação)						
US5949181045	MICROSOFT CORP	1.793,00	325.855,89 €	181,26 €	324.993,12 €	-862,77 €	
US68902V1070	OTIS WORLDWIDE CORP.	4.546,00	230.588,30 €	55,05 €	250.250,44 €		19.662,13 €
US7170811035	PFIZER INC COM	8.324,00	243.074,45 €	30,00 €	249.699,69 €		6.625,24 €
US74251V1026	PRINCIPAL FINANCIAL GROUP INC	6.660,00	247.058,76 €	40,43 €	269.254,81 €		22.196,05 €
US92826C8394	VISA INC-CLASS A SHA	987,00	170.261,47 €	178,25 €	175.932,29 €		5.670,82 €
GB0000536739	ASHTAD GROUP PLC	7.055,00	231.086,33 €	38,24 €	269.791,81 €		38.705,47 €
CH0198251305	COCA-COLA HBC	4.273,00	94.973,24 €	26,44 €	112.976,45 €		18.003,22 €
GB0031638363	INTERTEK PLC	2.977,00	177.491,75 €	62,82 €	187.024,87 €		9.533,13 €
	SUB-TOTAL		7.780.813,27 €		8.406.417,94 €	-165.375,89 €	790.980,56 €
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE ACÇÕES						
IE00B3ZW0K18	ISHARES S&P 500-IUSE LN	10.672,00	719.717,65 €	81,30 €	867.633,60 €		147.915,95 €
IE00B6YX5M31	SPDR BARCLAYS CAPITAL EURO HIGH YIELD	32.277,00	1.753.932,18 €	57,56 €	1.857.702,74 €		103.770,56 €
IE0002458671	FINDLAY PARK FUNDS PLC AMERICAN FUND	8.440,00	1.003.559,55 €	128,61 €	1.085.486,80 €		81.927,25 €
LU1775951368	INVESCO ASIAN EQUITY FUND Z USD A DIS	56.569,15	734.014,70 €	16,25 €	919.231,15 €		185.216,45 €
IE00BD45KH83	ISHARES CORE MSCI EM IMI UCITS ETF USD	178.402,00	758.721,15 €	4,46 €	795.910,19 €		37.189,04 €
IE00B3XXRP09	VANGUARD FUNDS PLC-VANGUARD S ETF ON S&XTRACKERS MSCI CHINA UCITS	7.843,00	406.922,76 €	57,66 €	452.240,01 €		45.317,25 €
LU0514695690	UBS ETF MSCI Japan A Dist ETF JPY	18.820,00	376.891,01 €	20,45 €	384.804,64 €		7.913,62 €
LU0136240974		10.801,00	425.738,05 €	44,03 €	475.537,79 €		49.799,74 €
	SUB-TOTAL		6.179.497,06 €		6.838.546,91 €		659.049,85 €
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE OBRIGAÇÕES						
LU1681041031	AMUNDI INDEX SOLUTIONS SICAV	54.999,00	2.749.343,13 €	50,15 €	2.758.254,85 €		8.911,72 €
LU0179220412	DWS INVEST SICAV - DWS INVEST CONVERTIBL	7.395,32	1.463.977,75 €	228,80 €	1.692.049,44 €		228.071,70 €
IE00B4L60045	ISHARES EUR CORP BOND1-5YR UCITS	43.344,00	4.769.573,76 €	112,02 €	4.855.394,88 €		85.821,12 €
IE0032523478	ISHARES EURO CORPORATE	23.501,00	3.241.928,64 €	142,11 €	3.339.753,90 €		97.825,26 €
LU0750223520	JUPITER DYNAMIC BD FD CL DIST EUR	74.391,84	807.895,38 €	10,98 €	816.822,40 €		8.927,02 €
IE00BF451C40	MUZINICH FUNDS - EMERGING MARKET DEBT	23.890,01	2.182.766,19 €	96,54 €	2.306.341,57 €		123.575,38 €
IE00BMMV6Z14	NEUBERGER BERM EMG MKT I2 HGD EUR	412.437,00	3.460.346,43 €	8,62 €	3.555.206,94 €		94.860,51 €
IE00B78FDY06	NOMURA FUNDS IRELAND PLCHIGH YIELD	17.095,33	2.186.355,30 €	145,68 €	2.490.498,23 €		304.142,93 €
LU0552054859	SCHRODER ISF EURO CORP BOND EUR	279.206,00	5.285.732,55 €	19,73 €	5.509.934,97 €		224.202,42 €
LU0995124236	SCHRODER STRATEG CD C HGD DIST EUR	27.586,00	2.374.696,67 €	89,89 €	2.479.793,82 €		105.097,14 €
LU1588882974	BLACKROCK GLOBAL FUNDS SICAV	68.144,00	1.148.403,79 €	16,58 €	1.129.532,46 €	-18.871,34 €	
	SUB-TOTAL		29.671.019,60 €		30.933.583,45 €	-18.871,34 €	1.281.435,19 €
	OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS						
XS1520899532	ABBVIE INC 1.375% NOTES	970.000,00	998.430,70 €	104,40 %	1.012.718,80 €		14.288,10 €
XS1627602201	AMERICAN INT. GROUP 1,875% 21/6/2027	1.000.000,00	1.043.800,00 €	109,74 %	1.097.420,00 €		53.620,00 €
XS1062493934	AON PLC 2.875% 14/05/2026	720.000,00	796.608,00 €	113,10 %	814.320,00 €		17.712,00 €
XS1962595895	ASB FINANCE LTD 0.75% 13/3/24	800.000,00	814.800,00 €	102,98 %	823.864,00 €		9.064,00 €
XS1196373507	AT&T 1.3% 05/09/23	732.000,00	745.249,20 €	103,38 %	756.741,60 €		11.492,40 €
XS1242413679	AVIVA PLC 3,375% 04/01/2045	600.000,00	636.300,00 €	111,16 %	666.960,00 €		30.660,00 €
XS1458405898	BANK OF AMERICA CORP. 0,75% 26/07/23	250.000,00	251.825,00 €	102,23 %	255.565,00 €		3.740,00 €
XS1872038218	BANK OF IRELAND 1.375% 29/8/23	1.000.000,00	998.900,00 €	103,47 %	1.034.650,00 €		35.750,00 €
XS1531174388	BARCLAYS BANK PLC 1.875% 08/12/23	400.000,00	411.920,00 €	105,38 %	421.528,00 €		9.608,00 €
XS1377681272	BRITISH TELECOM 1,125% 10/03/2023	750.000,00	764.250,00 €	102,72 %	770.407,50 €		6.157,50 €
XS2191509038	CARLSBERG BREWERIES 0.375% 30/6/27	700.000,00	692.475,00 €	101,64 %	711.480,00 €		19.005,00 €
XS1620780202	CHANNEL LINK FRN FLOATING 30/06/50	1.000.000,00	1.031.450,00 €	102,47 %	1.024.700,00 €	-6.750,00 €	

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS (Continuação)							
XS1968706108	CREDIT AGRICOLE SA 2% 25/3/29	200.000,00	206.440,00 €	110,16 %	220.320,00 €		13.880,00 €
DE000A2YNZV0	DAIMLER AG 0% 2/8/24	897.000,00	861.649,23 €	99,72 %	894.506,34 €		32.857,11 €
DE000A2TSDD4	DEUTSCHE TELEKOM 0.875% 25/3/26	347.000,00	355.570,90 €	104,94 %	364.141,80 €		8.570,90 €
FR0013213295	ELECTRICITE DE FRANCE 1% 13/10/2026	700.000,00	727.720,00 €	105,80 %	740.593,00 €		12.873,00 €
XS1854532949	FRESENIUS BOND 1.50% 2025/07	1.000.000,00	1.054.700,00 €	106,71 %	1.067.050,00 €		12.350,00 €
XS2049548444	GENERAL MOTORS FIN 0.2% 2/9/22	410.000,00	392.677,50 €	100,07 %	410.299,30 €		17.621,80 €
XS1379184473	HSBC BANK PLC 2,5% 15/03/2027	750.000,00	851.925,00 €	115,01 %	862.575,00 €		10.650,00 €
XS1933820372	ING GROUP NV 2.125% 10.01.26	300.000,00	324.960,00 €	110,41 %	331.230,00 €		6.270,00 €
XS1595704872	INNOGY FINANCE 1% 13/04/2025	200.000,00	206.524,00 €	104,53 %	209.064,00 €		2.540,00 €
XS1908370171	INTERCONTINENTAL HOTELS 2.125%	1.000.000,00	966.120,00 €	104,48 %	1.044.830,00 €		78.710,00 €
XS1456422135	JP MORGAN CHASE & CO. 0.625% 25/01/24	250.000,00	252.012,50 €	101,97 %	254.925,00 €		2.912,50 €
XS1405782407	KRAFT HEINZ FOODS 1,5% 24/05/2024	500.000,00	494.000,00 €	102,73 %	513.670,00 €		19.670,00 €
XS1001749289	MICROSOFT CORP 3.125% 6/12/28	900.000,00	1.123.020,00 €	125,78 %	1.132.020,00 €		9.000,00 €
XS1346872580	MONDELEZ INT 1.625% 20/01/2023	750.000,00	773.895,00 €	103,41 %	775.597,50 €		1.702,50 €
XS1379171140	MORGAN STANLEY 1,75% 31/12/2024	750.000,00	781.275,00 €	105,60 %	792.000,00 €		10.725,00 €
XS1651453729	NATIONWIDE BUILDING SOCIETY 2% 25/07/29	600.000,00	597.660,00 €	104,59 %	627.540,00 €		29.880,00 €
FR0013413887	ORANGE S.A. VAR 19-04/69	1.100.000,00	1.135.382,00 €	105,48 %	1.160.280,00 €		24.898,00 €
XS1789751531	RICHEMONT INTERNAT HOLDING 1% 26/03/2026	950.000,00	990.565,00 €	105,78 %	1.004.872,00 €		14.307,00 €
XS1875275205	ROYAL BANK OF SCOTLAND VAR 4/3/25	1.000.000,00	1.028.100,00 €	105,53 %	1.055.300,00 €		27.200,00 €
FR0013292828	SUB DANONE 1.75 % 17/23	1.000.000,00	1.004.710,00 €	102,77 %	1.027.690,00 €		22.980,00 €
XS1933828433	TELEFONICA EUROPE FRN PERP	1.000.000,00	1.026.900,00 €	108,78 %	1.087.750,00 €		60.850,00 €
XS1195202822	TOTAL Var. 15-02/49	848.000,00	879.715,20 €	106,54 %	903.442,24 €		23.727,04 €
CH0341440334	UBS GR FUNDING JERSEY LTD 1.5% 30/11/24	1.000.000,00	1.033.400,00 €	104,65 %	1.046.500,00 €		13.100,00 €
XS1405766897	VERIZON COMM. INC. 0.875% 02/04/2025	800.000,00	816.000,00 €	104,09 %	832.704,00 €		16.704,00 €
XS1372838679	VODAFONE GR 1.75% 25/08/2023	750.000,00	784.027,50 €	105,02 %	787.642,50 €		3.615,00 €
XS1586555945	VW INT. FIN. 1.875% 30/03/2027	700.000,00	716.030,00 €	109,33 %	765.310,00 €		49.280,00 €
	SUB-TOTAL		28.570.986,73 €		29.302.207,58 €	-6.750,00 €	737.970,85 €
	TOTAL CREDIT SUISSE (LUXEMBOURG)		72.202.316,66 €		75.480.755,88 €	-190.997,23 €	3.469.436,45 €

153

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
GNB – GESTÃO DE PATRIMÓNIOS							
CONTA 5.0.02260.3000							
OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS							
XS0519902851	AMÉRICA MÓVIL S.A.B DE CV 4,75% 28/6/22	500.000,00	537.100,00 €	107,33 %	536.650,00 €	-450,00 €	
XS1794196615	ARION 1 18-03/2023	400.000,00	393.120,00 €	101,43 %	405.720,00 €		12.600,00 €
XS1991397545	BANCO SABADELL 1.75% 10/5/24	600.000,00	567.660,00 €	103,26 %	619.560,00 €		51.900,00 €
XS2168647357	BANCO SANTANDER S.A. 1,375% 5/1/26	600.000,00	609.660,00 €	105,93 %	635.580,00 €		25.920,00 €
XS1750122225	BANQUE FÉD. DU CRÉDIT MUT. 0,75% 17/7/25	400.000,00	410.520,00 €	103,86 %	415.440,00 €		4.920,00 €
BE6315719490	BELFIUS BANK 0% 28/8/26	400.000,00	386.960,00 €	100,11 %	400.440,00 €		13.480,00 €
XS1505890530	BERMUDAS 1,125% 18/10/2023	400.000,00	408.480,00 €	103,06 %	412.240,00 €		3.760,00 €
XS1028954953	BHARTI3.375 14-05/21	800.000,00	803.440,00 €	100,98 %	807.840,00 €		4.400,00 €
FR00140005J1	BNP PARIBAS 0.375% 14/10/27	400.000,00	399.124,00 €	101,12 %	404.480,00 €		5.356,00 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

W. Cam
MS

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS (Continuação)					<i>M</i>	<i>CR</i>
XS2102931594	CAIXABANK S.A. 0.375% 03/02/25	400.000,00	392.960,00 €	101,15 %	404.600,00 €		11.640,00 €
XS2102934697	CELLNEX TELECOM S.A. 1% 20/4/27	300.000,00	286.080,00 €	98,88 %	296.640,00 €		10.560,00 €
XS2117485677	CEPSA 0.75% 12/2/28	500.000,00	434.200,00 €	95,37 %	476.850,00 €		42.650,00 €
XS2244836354	CHINA DEVELOPMENT BANK 0% 27/10/23	400.000,00	399.736,00 €	99,72 %	398.880,00 €	-856,00 €	
XS1525358054	CNRC CAPITAL LTD. (HAOHU) 1.871 16-12/21	800.000,00	801.360,00 €	100,38 %	803.040,00 €		1.680,00 €
PTCGDKOM0037	CXGD 5.75% 18-06/2028	800.000,00	849.440,00 €	109,74 %	877.920,00 €		28.480,00 €
XS1799061558	DANSKE BANK AS 0.875 18-05/23	500.000,00	499.000,00 €	101,93 %	509.650,00 €		10.650,00 €
DE000DL19U23	DEUTSCHE BANK AG 1.625% 20/1/27	600.000,00	592.500,00 €	104,44 %	626.640,00 €		34.140,00 €
XS1405765733	DOVER CORP 1,25% 9/11/26	500.000,00	500.900,00 €	106,92 %	534.600,00 €		33.700,00 €
XS2122485845	DOW CHEMICAL 0.5% 15/3/27	400.000,00	384.316,00 €	101,00 %	404.000,00 €		19.684,00 €
XS2000719992	ENEL S.p.A 3.5% 24/5/80	300.000,00	310.170,00 €	108,99 %	326.970,00 €		16.800,00 €
AT0000A2KW37	ERSTE GROUP BANK VAR 16/11/28	500.000,00	497.950,00 €	99,48 %	497.400,00 €	-550,00 €	
XS2081500907	FCC SMA HLD 1.661% 4/12/26	450.000,00	447.795,00 €	104,82 %	471.690,00 €		23.895,00 €
XS1843436228	FIDELITY NATIONAL INF. SER. 1.5% 21/5/27	500.000,00	516.445,00 €	107,68 %	538.380,00 €		21.935,00 €
XS1767930826	FORD FLOAT 18-12/22	700.000,00	634.130,00 €	96,39 %	674.730,00 €		40.600,00 €
XS2178769076	FRESENIUS MEDICAL CARE 1% 29/5/26	500.000,00	507.950,00 €	104,37 %	521.850,00 €		13.900,00 €
PTGGDAOE0001	GALP GAS NAT 1.375 16-09/23	800.000,00	812.800,00 €	103,38 %	827.040,00 €		14.240,00 €
XS1500377517	HELLENIC PETROL FIN PLC 4,875% 14/10/21	600.000,00	606.540,00 €	102,29 %	613.740,00 €		7.200,00 €
XS2081615473	HOLCIM FINANCE 0.5% 29/11/26	600.000,00	590.340,00 €	101,97 %	611.820,00 €		21.480,00 €
XS2089368596	INTESA SANPAOLO 0.75% 4/12/24	600.000,00	591.780,00 €	102,38 %	614.280,00 €		22.500,00 €
XS2231330965	JOHNSON CONTROLS INT 0,375% 15/9/27	400.000,00	397.252,00 €	101,12 %	404.480,00 €		7.228,00 €
FR0014000KT3	KLÉPIERRE S.A. 0,875% 17/2/31	400.000,00	398.948,00 €	101,64 %	406.560,00 €		7.612,00 €
XS1814402878	LPTY 1 18-05/2023	400.000,00	396.560,00 €	102,29 %	409.160,00 €		12.600,00 €
XS2250008245	MORGAN STANLEY VAR 26/10/29	400.000,00	400.000,00 €	101,63 %	406.520,00 €		6.520,00 €
XS1299724911	MUNICIPALITY FINANCE PLC VAR PERP	800.000,00	825.920,00 €	103,70 %	829.600,00 €		3.680,00 €
PTNOSFOM0000	NOS SGPS SA 1.125% - REG-S	600.000,00	606.924,00 €	101,38 %	608.274,00 €		1.350,00 €
XS2258389415	OP CORPORATE BANK 0,1% 16/11/27	500.000,00	498.955,00 €	100,19 %	500.950,00 €		1.995,00 €
XS2010036874	ORSTED VAR 19-12/49	300.000,00	300.735,00 €	102,49 %	307.470,00 €		6.735,00 €
XS1640667116	RAIFFEISEN BANK INTERNATIONAL 6.125%	400.000,00	390.480,00 €	103,83 %	415.320,00 €		24.840,00 €
XS1199964575	RYAID 1.125% 03/2023	300.000,00	279.510,00 €	100,64 %	301.920,00 €		22.410,00 €
XS2234579675	SUMITOMO MITSUI FIN GROUP 0.303 28/10/27	400.000,00	400.000,00 €	100,97 %	403.880,00 €		3.880,00 €
PTTGUAOM0005	TAGUS 1.579% 05/12/2025	623.017,12	612.488,13 €	99,00 %	616.786,94 €		4.298,82 €
FR0013537305	THALES S.A. 0% 26/3/26	300.000,00	299.616,00 €	99,51 %	298.530,00 €	-1.086,00 €	
XS1195202822	TOTAL Var. 15-02/49	300.000,00	312.360,00 €	106,54 %	319.614,00 €		7.254,00 €
CH0576402181	UBS GROUP VAR 5/11/28	500.000,00	495.965,00 €	100,41 %	502.050,00 €		6.085,00 €
XS1754213947	UNICREDIT 1% 18/1/23	700.000,00	690.270,00 €	101,89 %	713.230,00 €		22.960,00 €
XS2257961818	UPM KYMMENE CORP. 0,125% 19/1/28	400.000,00	396.296,00 €	99,62 %	398.480,00 €		2.184,00 €
FR0014000UC8	URW SE 0,625% 4/5/27	300.000,00	297.717,00 €	99,50 %	298.500,00 €		783,00 €
XS2187689380	VOLKSWAGEN INTERNATIONAL FIN. VAR PERP	300.000,00	297.750,00 €	107,92 %	323.760,00 €		26.010,00 €
XS2230884657	VOLVO TREASURY AB 0,125% 17/9/24	300.000,00	298.974,00 €	100,45 %	301.350,00 €		2.376,00 €
XS1138360166	WALGREENS BO. A. 2.125% 20/11/26	500.000,00	513.000,00 €	107,48 %	537.400,00 €		24.400,00 €
XS2176562812	WPP FINANCE 2,375% 19/5/27	240.000,00	246.456,00 €	111,91 %	268.584,00 €		22.128,00 €
XS1532779748	ZIMMER BIOMET HOLD INC 2.425% 13/12/26	300.000,00	317.490,00 €	111,62 %	334.860,00 €		17.370,00 €
US65559D2A65	NORDEA BK 6,625% 19/3/49	400.000,00	381.676,00 €	93,42 %	373.660,00 €	-8.016,00 €	
USF8586CRW49	SOCIÉTÉ GÉNÉRALE 7,875% 13/12/49	400.000,00	373.388,00 €	89,99 %	359.940,00 €	-13.448,00 €	
	SUB-TOTAL		25.601.186,13 €		26.309.548,94 €	-24.406,00 €	732.768,82 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
OBRIGAÇÕES COM GARANTIA DE ESTADO							
IT0005410912	BTP ITALIA VAR 26/5/25	1.700.000,00	1.754.281,00 €	105,80 %	1.798.600,00 €		44.319,00 €
PTCON2OE0007	CONSOL.- 42	0,73	0,67 €	75,00 %	0,55 €	-0,12 €	
PTCON3OE0006	CONSOL.- 43	0,65	0,64 €	81,00 %	0,53 €	-0,12 €	
FR0013257524	FRANKREICH REPUBLIK 2% 25/5/48	325.000,00	471.282,50 €	145,83 %	473.947,50 €		2.665,00 €
GR0118017657	GRIECHENLAND 3.375% 15/2/25	2.100.000,00	2.379.867,00 €	113,45 %	2.382.450,00 €		2.583,00 €
EU000A283859	UE 0% 4/10/30	500.000,00	511.980,00 €	104,15 %	520.750,00 €		8.770,00 €
	SUB-TOTAL		5.117.411,81 €		5.175.748,58 €	-0,24 €	58.337,00 €
	TOTAL GNB – GESTÃO DE PATRI-MÓNIOS		30.718.597,94 €		31.485.297,52 €	-24.406,24 €	791.105,82 €

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
BANCO SANTANDER							
CONTA 00314808/001							
ACÇÕES							
COMP.CEL.ULT	COMP.CEL.ULTRAMAR PORTUG	3.000,00	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
	SUB-TOTAL		0,00 €		0,00 €		
CONTA 03.030.00200041551.0							
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE ACÇÕES							
IE00BD008T51	AXA ROSENB US IND EQ	27.061,00	434.329,05 €	19,50 €	527.689,50 €		93.360,45 €
FR0007054358	DJ EST50 MSE	27.646,00	882.183,86 €	34,39 €	950.745,94 €		68.562,08 €
LU1443248544	EXANE FUNDS 2 – EXANE EQUITY SELECT EURO	37,00	432.157,41 €	13.395,95 €	495.650,15 €		63.492,74 €
IE00B3ZW0K18	ISHARES S&P 500-IUSE LN	7.407,00	499.526,67 €	81,30 €	602.189,10 €		102.662,43 €
LU1599543821	JPM INV-JPM US SEL	3.510,00	464.759,10 €	154,82 €	543.418,20 €		78.659,10 €
FR0010261198	LYXOR ETF MSCI EUROPE	5.220,00	620.710,20 €	129,28 €	674.841,60 €		54.131,40 €
LU0808559586	ROBECO-QI EUR CNSV	2.445,00	442.324,95 €	190,98 €	466.946,10 €		24.621,15 €
IE00B3XXRP09	VANGUARD FUNDS PLC-VANGUARD S ETF ON S&	4.640,00	240.739,72 €	57,66 €	267.549,87 €		26.810,15 €
LU0274211480	XTRACKERS DAX UCITS ETF 1C	4.030,00	445.879,20 €	132,08 €	532.282,40 €		86.403,20 €
IE00BJ0K0Q92	XTRACKERS MSCI WORLD UCITS ETF	6.286,00	392.309,26 €	65,33 €	410.664,38 €		18.355,12 €
	SUB-TOTAL		4.854.919,42 €		5.471.977,24 €		617.057,82 €
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE OBRIGAÇÕES							
LU0368231436	BGF-FIX INC GLB OP H	40.155,00	438.091,05 €	11,47 €	460.577,85 €		22.486,80 €
LU0468289250	BLACKROCK GLOBAL FUNDS - EURO SHORT DURA	60.496,00	1.000.603,84 €	16,60 €	1.004.233,60 €		3.629,76 €
LU0156671504	CANDRIAM BONDS EURO SHORT TERM I EUR CAP	456,00	999.761,76 €	2.196,86 €	1.001.768,16 €		2.006,40 €
LU1534073041	DEU FLOATING RATE	10.367,00	865.644,50 €	84,17 €	872.590,39 €		6.945,89 €
FR0012386696	ETF LYXOR BARCLAYS F	8.676,00	867.252,96 €	100,60 €	872.805,60 €		5.552,64 €
LU0451950587	HEND HOR 7-12	13.043,00	2.260.762,51 €	177,49 €	2.315.002,07 €		54.239,56 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE OBRIGAÇÕES (Continuação)							
IE0032523478	ISHARES EURO CORPORATE	8.680,00	1.197.393,33 €	142,11 €	1.233.524,70 €		36.131,37 €
LU0803997666	NN(L)US CREDIT I USD HGD-ACC.-	63,40	450.198,96 €	7.209,99 €	457.113,37 €		6.914,40 €
LU0539144625	NORDEA 1-EUROPEAN COVERED BOND FUND	76.255,00	1.152.213,05 €	15,29 €	1.165.938,95 €		13.725,90 €
LU0192238508	AXA IM FIIS US CORP. INTER BD	5.953,74	1.176.233,93 €	187,04 €	1.113.603,88 €	-62.630,05 €	
	SUB-TOTAL		10.408.155,89 €		10.497.158,56 €	-62.630,05 €	151.632,72 €
OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS							
XS2026150313	AZA SPA 1% 16/7/29	450.000,00	453.330,00 €	107,18 %	482.310,00 €		28.980,00 €
XS1322048619	AMADEUS 1.625% 11/2021	700.000,00	706.020,00 €	101,06 %	707.420,00 €		1.400,00 €
FR0013397288	APRR 1.25% 18/1/28	900.000,00	949.770,00 €	108,71 %	978.390,00 €		28.620,00 €
XS1875331636	ARGENTUM NETHERLANDS BV 1.125%	300.000,00	312.540,00 €	105,55 %	316.650,00 €		4.110,00 €
XS0972530561	ASML 3.375 13-09/23	540.000,00	595.836,00 €	109,75 %	592.650,00 €	-3.186,00 €	
XS1876076040	BANCO DE SABADELL S.A. 1.625% 7/3/24	400.000,00	396.920,00 €	104,19 %	416.768,00 €		19.848,00 €
XS1788584321	BBVASM FLOAT 09/03/23	400.000,00	393.480,00 €	100,39 %	401.560,00 €		8.080,00 €
PTBSSJOM0014	BRISA 2% 22/03/2023	500.000,00	512.850,00 €	104,16 %	520.800,00 €		7.950,00 €
FR0013327962	CAPGEMINI 1% 18/10/24	600.000,00	610.800,00 €	103,93 %	623.580,00 €		12.780,00 €
XS1128148845	CITIGROUP 1.375 14-10/2021	500.000,00	509.000,00 €	101,48 %	507.400,00 €	-1.600,00 €	
DE000CZ40K07	COMMERZB 1.5% 21/9/22	341.000,00	344.853,30 €	102,94 %	351.025,40 €		6.172,10 €
XS2188805688	COVESTRO 0.875% 3/2/26	500.000,00	508.480,00 €	103,90 %	519.500,00 €		11.020,00 €
XS2176686546	CREDIT SUISSE AG 0,45% 19/05/25	500.000,00	504.050,00 €	102,35 %	511.750,00 €		7.700,00 €
XS1557096267	DEUTSCH TELEKOM 0.875 30/1/24	1.408.000,00	1.443.904,00 €	103,35 %	1.455.168,00 €		11.264,00 €
XS0995380580	EDP 4,125% 20/1/21	380.000,00	388.436,00 €	100,17 %	380.646,00 €	-7.790,00 €	
XS1893621026	EDPPL 1.875% 13/10/2025	400.000,00	428.960,00 €	108,63 %	434.520,00 €		5.560,00 €
XS1176079843	ENEL 1.966% 27/01/2025	450.000,00	484.200,00 €	108,11 %	486.495,00 €		2.295,00 €
XS1412593185	ENI S.P.A. 0,75% 17/05/2022	400.000,00	402.880,00 €	101,40 %	405.600,00 €		2.720,00 €
XS1627343186	FCC AQUALIA S.A. 2.629% 8/6/27	815.000,00	849.686,40 €	108,92 %	887.657,25 €		37.970,85 €
XS1319814577	FEDEX 1% 16-01/2023	750.000,00	755.475,00 €	102,05 %	765.375,00 €		9.900,00 €
XS0563306314	FRANCE TELECOM 3.875% 14/01/2021	500.000,00	509.200,00 €	100,11 %	500.550,00 €	-8.650,00 €	
PTGALJOE0008	GALP 3% 14/1/21	200.000,00	202.320,00 €	100,07 %	200.140,00 €	-2.180,00 €	
PTGALCOM0013	GALP ENERGIA SGPS 2% 15/1/26	600.000,00	602.640,00 €	102,89 %	617.340,00 €		14.700,00 €
XS1595704872	INNOGY FINANCE 1% 13/04/2025	400.000,00	413.048,00 €	104,53 %	418.128,00 €		5.080,00 €
XS107772538	INTSANPAOLO 2% 18/6/21	700.000,00	711.340,00 €	101,07 %	707.490,00 €	-3.850,00 €	
FR0012674661	KLEPIERRE 1 15-04/2023	700.000,00	700.560,00 €	102,33 %	716.310,00 €		15.750,00 €
XS1685798370	KONINKLIJKE DELHAIZE NV 0,875% 19/04/24	650.000,00	663.000,00 €	103,79 %	674.635,00 €		11.635,00 €
XS1960260021	LEASEPLAN CORPORATION N.V. 1.375% 7/3/24	200.000,00	200.100,00 €	104,04 %	208.080,00 €		7.980,00 €
XS2078918781	LLOYDS BANKING GROUP VAR 12/11/25	544.000,00	533.174,40 €	101,08 %	549.875,20 €		16.700,80 €
XS1511787407	MORGAN STANLEY VAR 27/01/2022	500.000,00	500.350,00 €	100,04 %	500.200,00 €	-150,00 €	
XS1851313863	ODGR 1.75% 5/7/25	600.000,00	638.910,00 €	106,32 %	637.920,00 €	-990,00 €	
XS1112850125	PRICELINE GROUP 2.375% 14-9/24	750.000,00	797.025,00 €	108,06 %	810.450,00 €		13.425,00 €
FR0013218153	RCI BANQUE 0.625% 10/11/2021	500.000,00	491.350,00 €	100,44 %	502.200,00 €		10.850,00 €
XS1423826798	RENEPL 1.75% 06/23	830.000,00	862.311,90 €	104,40 %	866.528,30 €		4.216,40 €
XS1881574591	SGOFF 0.875 21/09/23	800.000,00	812.000,00 €	102,75 %	822.000,00 €		10.000,00 €
XS1500337644	SOC. GENNERALE 0.125% 05/10/2021	500.000,00	499.900,00 €	100,46 %	502.300,00 €		2.400,00 €
XS2156787173	SSE PLC 1.75 16/4/30	500.000,00	547.375,00 €	111,74 %	558.700,00 €		11.325,00 €
XS1550951211	TELEFO 1.528 17/1/25	1.000.000,00	1.047.900,00 €	106,63 %	1.066.300,00 €		18.400,00 €
XS2033351995	TERNA S.P.A. 0.125% 25/7/25	632.000,00	625.174,40 €	101,22 %	639.710,40 €		14.536,00 €
XS1178105851	TRNIM 0.875 15-02/22	368.000,00	370.796,80 €	101,21 %	372.452,80 €		1.656,00 €
XS1014627571	UNICREDIT SPA (UCGIM) 3.25 14-01/21	750.000,00	762.075,00 €	100,10 %	750.750,00 €	-11.325,00 €	

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

M. Cam
LL

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
XS1708161291	OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS (Continuação)	1.200.000,00	1.254.240,00 €	107,91 %	1.294.920,00 €		40.680,00 €
	VERIZON COMMUNICATIONS 1,375% 27/10/26						
	SUB-TOTAL		25.296.261,20 €		25.662.244,35 €	-39.721,00 €	405.704,15 €
	OBRIGAÇÕES COM GARANTIA DE ESTADO						
IT0005045270	BTPS 2.5% 1/12/24	250.000,00	270.625,00 €	110,40 %	276.000,00 €		5.375,00 €
PTOTEKOE0011	OT PORTUGAL 2.875 15-10/25	434.000,00	501.964,40 €	116,00 %	503.444,34 €		1.479,94 €
PTOTEVOE0018	PGB 2.125% 17/10/28	300.000,00	344.760,00 €	117,85 %	353.550,00 €		8.790,00 €
	SUB-TOTAL		1.117.349,40 €		1.132.994,34 €		15.644,94 €
	TOTAL BANCO SANTANDER		41.676.685,91 €		42.764.374,49 €	-102.351,05 €	1.190.039,63 €

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	GOLDMAN SACHS (LUXEMBOURG)						
	<u>CONTA 035-50105-5</u>						
	ACÇÕES						
CH0244767585	UBS GROUP AG	15.880,00	162.587,06 €	11,54 €	183.321,26 €		20.734,20 €
ES0113211835	BANCO BILBAO VISCAYA ARGENTARIA	54.465,00	166.880,76 €	4,04 €	219.766,28 €		52.885,52 €
IT0005252207	DAVIDE CAMPARI-MILANO SPA CMN	11.055,00	82.912,50 €	9,34 €	103.253,70 €		20.341,20 €
NL0000009827	KONINKLIJKE DSM NV	916,00	112.851,20 €	140,80 €	128.972,80 €		16.121,60 €
FI0009013296	NESTE OIL OYJ	1.175,00	40.901,75 €	59,16 €	69.513,00 €		28.611,25 €
FR0000073272	SAFRAN SA	1.057,00	94.305,54 €	115,95 €	122.559,14 €		28.253,61 €
GB0009895292	ASTRAZENECA PLC	1.957,00	180.615,47 €	81,47 €	159.428,14 €	-21.187,32 €	
JE00BJVNSS43	FERGUSON PLC CMN	2.198,00	159.279,89 €	98,82 €	217.201,11 €		57.921,21 €
GB00BHJYC057	INTERCONTINENTAL HOTELS GROUP PLC	3.445,00	134.676,80 €	52,17 €	179.716,49 €		45.039,69 €
GB00B24CGK77	RECKITT BENCKISER	2.066,00	168.281,53 €	72,77 €	150.337,27 €	-17.944,25 €	
GB00B082RF11	RENTOKIL INITIAL PLC CMN	22.280,00	124.435,81 €	5,67 €	126.290,39 €		1.854,59 €
JP3837800006	HOYA CORP CMN	1.669,00	141.918,94 €	112,82 €	188.288,64 €		46.369,69 €
JP3236200006	KEYENCE CORP. CMN	351,00	130.992,29 €	458,53 €	160.945,53 €		29.953,24 €
JP3734800000	NIDEC CORPORATION CMN	1.912,00	114.029,10 €	102,62 €	196.203,34 €		82.174,24 €
SE0000103699	HEXAGON SER B FREE ORD CMN CLASS B	1.835,00	95.117,58 €	74,72 €	137.117,99 €		42.000,42 €
IE00B4BNMY34	ACCENTURE LTD	971,00	186.187,82 €	212,87 €	206.694,58 €		20.506,75 €
US02079K1079	ALPHABET INC - CL C	81,00	102.252,55 €	1.427,66 €	115.640,35 €		13.387,80 €
US02079K3059	ALPHABET INC. CMN CLASS A	155,00	196.283,04 €	1.428,28 €	221.383,10 €		25.100,06 €
US03027X1000	AMERICAN TOWER CORPORATION CMN	881,00	189.447,09 €	182,92 €	161.151,71 €	-28.295,39 €	
US0584981064	BALL CORPORATION CMN	1.885,00	116.975,03 €	75,94 €	143.137,72 €		26.162,69 €
US1011371077	BOSTON SCIENTIFIC CORP. COMMON STOCK	8.705,00	269.997,07 €	29,30 €	255.027,95 €	-14.969,13 €	
US1220171060	BURLINGTON STORES INC CMN	808,00	141.944,87 €	213,14 €	172.221,01 €		30.276,13 €
US16411R2085	CHENIERE ENERGY	4.130,00	178.211,81 €	48,92 €	202.040,51 €		23.828,70 €
US28414H1032	ELANCO ANIMAL HEALTH INCORPORA CMN	7.590,00	148.985,93 €	24,99 €	189.703,63 €		40.717,69 €
US31620M1062	FIDELITY NATIONAL INFORMATION SERVICES	2.060,00	250.919,66 €	115,28 €	237.476,66 €	-13.443,00 €	
US4385161066	HONEYWELL INTL INC CMN	1.080,00	139.450,97 €	173,34 €	187.202,35 €		47.751,38 €
US4612021034	INTUIT INC CMN	788,00	207.274,93 €	309,55 €	243.926,16 €		36.651,24 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

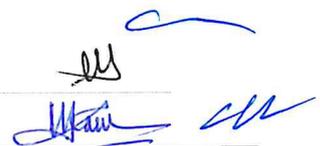



ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
ACÇÕES (Continuação)							
US5717481023	MARSH & MCLENNAN CO INC CMN	1.999,00	191.797,53 €	95,35 €	190.598,15 €	-1.199,38 €	
US5732841060	MARTIN MARIETTA MATERIALS, INC CMN	916,00	168.974,93 €	231,42 €	211.976,62 €		43.001,70 €
US6541061031	NIKE	1.962,00	171.793,27 €	115,29 €	226.195,21 €		54.401,94 €
US6658591044	NORTHERN TRUST CORP CMN	2.338,00	165.651,84 €	75,90 €	177.460,12 €		11.808,28 €
US7427181091	PROCTER & GAMBLE	2.407,00	262.318,62 €	113,39 €	272.928,02 €		10.609,40 €
US78409V1044	S&P GLOBAL INC.	442,00	129.366,53 €	267,89 €	118.408,16 €	-10.958,36 €	
US8740391003	TAIWAN SEMICONDUCTOR MFG ADS	2.315,00	117.362,52 €	88,86 €	205.710,69 €		88.348,18 €
US2546871060	WALT DISNEY COMPANY	1.471,00	146.482,59 €	147,65 €	217.191,58 €		70.708,98 €
SUB-TOTAL			5.391.464,82 €		6.298.989,36 €	-107.996,83 €	1.015.521,38 €
CONTA 035-50111-5							
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE ACÇÕES							
LU0869113026	GS TACTICAL TILT OVERLAY PORTFOLIO SHARE	28.853,78	3.188.976,71 €	113,29 €	3.268.844,17 €		79.867,46 €
IE00BKM4GZ66	ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS IMI	15.795,00	389.955,71 €	29,08 €	459.350,19 €		69.394,48 €
IE00B1FZS350	ISHARES II PLC-ISHARES FTSE EP CMN	8.432,00	164.044,56 €	20,11 €	169.592,82 €		5.548,26 €
IE00B4L5YX21	ISHARES PLC-ISHARES MSCI JAPAN UCITS ETF	7.537,00	278.974,52 €	41,44 €	312.325,74 €		33.351,23 €
IE00B945VV12	VANGUARD FTSE DEVELOPED EUROPE UCITS ETF	22.093,00	619.333,07 €	30,85 €	681.635,33 €		62.302,26 €
IE00B3XXRP09	VANGUARD FUNDS PLC- VANGUARD S ETF ON S&	27.286,00	1.415.694,82 €	57,66 €	1.573.354,69 €		157.659,87 €
LU1277647274	DEUTSCHE INVEST I GLOBAL INFRASTRUCTURE	3.015,00	296.276,68 €	94,51 €	284.939,75 €	-11.336,93 €	
IE00BYML9W36	INVESCO S&P 500 UCITS ETF DIST	6.212,00	158.648,95 €	28,38 €	176.321,35 €		17.672,39 €
LU0836515717	ISHARES PACIFIC EX JAPAN EQUITY INDEX FU	1.112,58	120.546,58 €	122,46 €	136.245,95 €		15.699,36 €
IE00BYM2RC22	PGIM GLOBAL REAL ESTATE SECURITIES FUND	1.840,00	164.603,95 €	91,59 €	168.532,96 €		3.929,01 €
IE00B3YCGJ38	SOUR S&P 500 ETF USD	7.992,00	212.904,47 €	28,31 €	226.242,41 €		13.337,94 €
IE00BJ38QD84	SSGA SPDR ETFS EURP II PLC	27.797,00	989.008,22 €	44,59 €	1.239.549,95 €		250.541,73 €
SUB-TOTAL			7.998.968,24 €		8.696.935,31 €	-11.336,93 €	709.303,99 €
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE OBRIGAÇÕES							
LU0995159539	BLUEBAY GLOBAL HIGH YIELD BOND FUND S	6.573,16	757.490,38 €	128,23 €	842.875,67 €		85.385,28 €
IE00BK6Q9R17	LORD ABBETT HIGH YIELD FUND CLASS J EUR	81.633,00	750.383,08 €	10,17 €	830.207,61 €		79.824,53 €
SUB-TOTAL			1.507.873,46 €		1.673.083,28 €		165.209,81 €
CONTA 035-50112-1							
OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS							
XS1280394229	BANK NEDERLANDSE GEMEENTEN 0.5% 26/08/22	235.000,00	239.561,35 €	101,74 %	239.098,40 €	-462,95 €	
XS1247736793	EUROP INV. BK MTN 0.875% 09/13/2024	430.000,00	456.393,40 €	105,70 %	454.501,40 €	-1.892,00 €	
XS1394055872	EUROPEAN INVESTEM BANK 0,375% 14/04/26	455.000,00	479.078,60 €	105,25 %	478.887,50 €	-191,10 €	
XS1791485011	EUROPEAN INVESTMENT BANK 0,875% 14/1/28	110.000,00	121.187,00 €	110,14 %	121.149,60 €	-37,40 €	
DE000A2DAR24	KFW 0.125% 01/15/2024	855.000,00	874.938,60 €	102,38 %	875.306,25 €		367,65 €
DE000A2DAJ57	KFW 0.125% 4/10/24	1.155.000,00	1.187.455,50 €	102,88 %	1.188.217,80 €		762,30 €
DE000A2GSNWO	KFW 0.375% 23/4/25	60.000,00	62.585,40 €	104,31 %	62.588,40 €		3,00 €
DE000A11QTG5	KFW 0.625% 07/04/2022	60.000,00	61.415,40 €	101,93 %	61.159,80 €	-255,60 €	
SUB-TOTAL			3.482.615,25 €		3.480.909,15 €	-2.839,05 €	1.132,95 €
OBRIGAÇÕES COM GARANTIA DE ESTADO							
DE0001102408	DBR 0.0% 08/15/2026	180.000,00	187.588,80 €	104,23 %	187.610,40 €		21,60 €
DE0001102374	DBR 0.5% 02/2025	45.000,00	47.549,25 €	105,28 %	47.375,55 €	-173,70 €	
DE0001102457	FEDERAL REPUBLIC GERMANY 0.25% 08/15/28	815.000,00	871.585,45 €	107,25 %	874.087,50 €		2.502,05 €
FR0013451507	FRANKREICH REPUBLIK 0% 2029	1.505.000,00	1.532.451,20 €	103,70 %	1.560.654,90 €		28.203,70 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	OBRIGAÇÕES COM GARANTIA DE ESTADO (Continuação)						
DE0001102416	GERMANY 0.25% 02/15/2027	295.000,00	313.225,10 €	106,13 %	313.092,35 €	-132,75 €	
ES0000012B62	KINGDOM OF SPAIN 0.35% 30/7/23	250.000,00	254.915,00 €	102,34 %	255.857,50 €		942,50 €
NL0011819040	NETHERLAND 0.50% 07/2026	515.000,00	548.016,65 €	106,61 %	549.041,50 €		1.024,85 €
ES0000012E85	SPAIN 0.25% 30/7/24	515.000,00	524.836,50 €	102,83 %	529.564,20 €		4.727,70 €
ES0000012F92	SPANIEN 0% 31/1/25	50.000,00	50.319,50 €	101,98 %	50.991,50 €		672,00 €
ES0000012A97	SPGB 0.45% 10/22	740.000,00	754.259,80 €	101,90 %	754.060,00 €	-199,80 €	
	SUB-TOTAL		5.084.747,25 €		5.122.335,40 €	-506,25 €	38.094,40 €
	CONTA 035-50114-7						
	OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS						
XS1774629346	A.N.Z. BKG GRP 0.625% 21/2/23	100.000,00	101.575,00 €	101,90 %	101.901,00 €		326,00 €
XS1166160173	ABBEY 1.125 15-01/22	100.000,00	101.429,00 €	101,56 %	101.561,00 €		132,00 €
XS2117754163	ABBV 0,5% 1/6/21	100.000,00	99.934,00 €	100,25 %	100.248,00 €		314,00 €
XS1520899532	ABBVIE INC 1.375% NOTES	100.000,00	102.931,00 €	104,40 %	104.404,00 €		1.473,00 €
XS2185867913	AIRBUS SE 1,625% 9/6/30	100.000,00	104.170,00 €	109,82 %	109.816,00 €		5.646,00 €
XS1717433541	AKELIUS RESIDEN. PROPERTY 1.125% 14/3/24	100.000,00	99.311,00 €	102,86 %	102.858,00 €		3.547,00 €
XS2251233651	AKELIUS RESIDENTIAL PROP 1.125% 11/1/29	200.000,00	206.968,00 €	103,20 %	206.394,00 €	-574,00 €	
FR0013453040	ALSTOM 0.25% 14/10/26	100.000,00	95.383,00 €	101,23 %	101.229,00 €		5.846,00 €
XS1843443513	ALTRIA GROUP 1.7% 15.06.25	100.000,00	106.050,20 €	105,71 %	105.705,00 €	-345,20 €	
XS1405781425	AMERICAN INT GR INC 1,5% 08/06/2023	200.000,00	205.842,00 €	103,55 %	207.104,00 €		1.262,00 €
XS1823300949	AMERICAN TOWER CORP 1,95% 22/5/26	200.000,00	218.404,00 €	108,88 %	217.766,00 €	-638,00 €	
XS1369278251	AMGEN INC. 1.250% 25/2/22	100.000,00	101.565,00 €	101,30 %	101.300,00 €	-265,00 €	
BE6301510028	ANHEUSER-BUSCH INBEV S.A. 1,15% 22/1/27	100.000,00	102.179,00 €	106,58 %	106.575,00 €		4.396,00 €
XS1645519031	ANNINGTON FUNDING PLC 1,65% 12/7/24	200.000,00	204.716,00 €	104,81 %	209.624,00 €		4.908,00 €
XS1205616698	APT PIPELINES LTD 2% 22/3/27	200.000,00	210.738,00 €	110,83 %	221.658,00 €		10.920,00 €
XS1877836079	ARCHER-DANIELS-MIDLAND 1% 12/9/25	200.000,00	205.508,00 €	105,23 %	210.450,00 €		4.942,00 €
XS1144086110	AT&T INC. 1.450% 1/6/22	200.000,00	203.410,00 €	101,93 %	203.860,00 €		450,00 €
XS0947658208	BACARDI 2.750% 3/7/23	100.000,00	102.230,00 €	104,79 %	104.794,00 €		2.564,00 €
XS2038039074	BANK OF AMERICA CORP. 8/8/29	100.000,00	96.629,00 €	102,30 %	102.295,00 €		5.666,00 €
XS1991265395	BANK OF AMERICA N.A. 1,381% 09/05/30	100.000,00	102.911,00 €	109,03 %	109.025,00 €		6.114,00 €
XS1324928750	BATSLN 1 15-05/22	100.000,00	100.630,00 €	101,28 %	101.282,00 €		652,00 €
XS1531347661	BECTON DICKINSON 1.90% 15/12/26	100.000,00	103.731,00 €	108,14 %	108.136,00 €		4.405,00 €
XS1380334141	BERKSHIRE HATHAWAY 1,3% 15/03/2024	100.000,00	104.075,00 €	104,40 %	104.400,00 €		325,00 €
XS1200103361	BK TOKYO-MITSUB UFJ NY 0.875% 11/3/22	100.000,00	101.288,00 €	101,40 %	101.397,00 €		109,00 €
FR0013444759	BNP PARIBAS 0,125% 4/9/26	200.000,00	191.532,00 €	99,39 %	198.786,00 €		7.254,00 €
FR0013434776	BNP PARIBAS VAR 15/7/25	100.000,00	99.131,00 €	101,61 %	101.611,00 €		2.480,00 €
FR0011390921	BPCE S.A. 2,875% 16/1/24	200.000,00	218.176,00 €	109,38 %	218.756,00 €		580,00 €
XS1637332856	BRITISH TELECOMMUNICA. PLC 0.50% 23/6/22	100.000,00	100.368,00 €	100,88 %	100.876,00 €		508,00 €
FR0013507852	CAPGEMINI 1,625% 15/4/26	100.000,00	104.760,00 €	108,09 %	108.087,00 €		3.327,00 €
FR0012821940	CAPGEMINI S.A. 2,5% 1/7/23	100.000,00	105.800,00 €	105,96 %	105.957,00 €		157,00 €
XS2010331440	CAPITAL ONE FINANCIAL CORP 1,65% 12/6/29	100.000,00	100.413,00 €	107,10 %	107.097,00 €		6.684,00 €
XS1859010685	CITIGROUP INC. 1.50% 24/7/26	200.000,00	206.670,00 €	106,20 %	212.392,00 €		5.722,00 €
XS2114852218	COMCAST CORP. 0,25% 20/5/27	250.000,00	245.200,00 €	101,42 %	253.560,00 €		8.360,00 €
XS1637093508	COMPASS GROUP INTERN. BV 0.625% 3/7/24	100.000,00	100.920,00 €	102,63 %	102.627,00 €		1.707,00 €
XS0525602339	COOPERATIEVE RABOBANK U.A. 4.125% 14/7/25	50.000,00	60.350,50 €	119,43 %	59.713,50 €	-637,00 €	
XS2016807864	CREDIT AGRICOLE LONDON 0,5% 24/6/24	200.000,00	199.232,00 €	101,85 %	203.690,00 €		4.458,00 €
XS1218287230	CREDIT SUISSE 1.25% 04/2022	100.000,00	101.646,00 €	101,83 %	101.828,00 €		182,00 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Handwritten signatures and initials:




ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS (Continuação)						
CH0537261858	CREDIT SUISSE GROUP AG 2/4/26	100.000,00	110.652,00 €	112,99 %	112.993,00 €		2.341,00 €
DE000A1TNJ97	DAIMLER AG 2.0% 25/6/21	40.000,00	40.704,40 €	101,09 %	40.434,40 €	-270,00 €	
XS1382792197	DEUTSCHE TELEKOM 0.625 16- 04/2023	110.000,00	111.266,10 €	101,94 %	112.136,20 €		870,10 €
XS0875797515	DEUTSCHE TELEKOM INT. 3,25% 17/1/28	150.000,00	178.585,50 €	122,31 %	183.465,00 €		4.879,50 €
XS2050404800	DH EUROPE FINANCE II SARL 0.45% 18/3/28	100.000,00	97.626,00 €	101,75 %	101.747,00 €		4.121,00 €
XS1891174341	DIGITAL EURO FINCO LLC 2.50% 16/1/26	100.000,00	108.074,00 €	111,27 %	111.266,00 €		3.192,00 €
XS1529859321	ECOLAB INC. 1.0% 15/1/24	100.000,00	102.890,00 €	103,08 %	103.080,00 €		190,00 €
FR0013344686	ENGIE S.A. 1,375% 22/6/28	200.000,00	218.286,00 €	109,31 %	218.610,00 €		324,00 €
XS1239586594	ESB FIN LTD. 2,125% 08/06/2027	200.000,00	223.508,00 €	113,40 %	226.800,00 €		3.292,00 €
XS1627343186	FCC AQUALIA S.A. 2.629% 8/6/27	100.000,00	104.256,00 €	108,92 %	108.915,00 €		4.659,00 €
XS1843436228	FIDELITY NATIONAL INF. SER. 1.5% 21/5/27	200.000,00	206.578,00 €	107,68 %	215.352,00 €		8.774,00 €
XS2085655590	FIDELITY NATL INF 1.0% 03/12/28	100.000,00	98.828,00 €	104,86 %	104.855,00 €		6.027,00 €
XS1843434108	FISERV INC 1.625% 17/7/30	200.000,00	220.560,00 €	109,80 %	219.592,00 €	-968,00 €	
XS1529684695	GAS NETWORKS IRELAND 1,375% 5/12/26	100.000,00	105.921,00 €	108,03 %	108.030,00 €		2.109,00 €
XS0874840845	GE CAPITAL EUROPEAN 2,625% 15/3/23	160.000,00	167.171,20 €	106,02 %	169.636,80 €		2.465,60 €
XS1917601582	HSBC HOLDINGS PLC 4/12/24	100.000,00	103.489,00 €	104,74 %	104.744,00 €		1.255,00 €
XS1171541813	IBERDROLA 1.125 15-01/23	100.000,00	102.440,00 €	102,71 %	102.709,00 €		269,00 €
FR0013535150	ICADE SANTE SAS 1,375% 17/9/30	200.000,00	213.274,00 €	106,93 %	213.868,00 €		594,00 €
XS1771838494	ING GROEP N.V. 1.125% 14/2/25	100.000,00	102.760,00 €	104,61 %	104.606,00 €		1.846,00 €
XS1595704872	INNOGY FINANCE 1% 13/04/2025	130.000,00	134.240,60 €	104,53 %	135.891,60 €		1.651,00 €
XS0820547825	JPMORGAN CHASE 2.750% 24/8/22	100.000,00	105.319,00 €	104,94 %	104.935,00 €	-384,00 €	
XS1034975406	JPMORGAN CHASE 3% 19/2/26	100.000,00	114.013,00 €	115,48 %	115.475,00 €		1.462,00 €
XS1196817156	KINDER MORGAN INC. 1.50% 16/3/22	100.000,00	100.809,00 €	101,80 %	101.795,00 €		986,00 €
XS1139091372	LLOYDS 1 14-11/21	200.000,00	203.000,00 €	101,25 %	202.496,00 €	-504,00 €	
FR0013482833	LVMH MOET H LOUIS VUITTON 0.125% 11/2/28	100.000,00	97.994,00 €	101,17 %	101.171,00 €		3.177,00 €
XS0873665706	MET 2.375 13-01/23	100.000,00	105.728,00 €	105,33 %	105.325,00 €	-403,00 €	
XS1197270819	MONDELEZ INTERN. INC. 1,625% 8/3/27	200.000,00	211.164,00 €	109,15 %	218.300,00 €		7.136,00 €
XS1603892149	MORGAN STANLEY 1,875 27/4/27	100.000,00	108.129,00 €	111,11 %	111.111,00 €		2.982,00 €
XS1706111793	MORGAN STANLEY 1.342% 23/10/26	100.000,00	103.115,00 €	105,98 %	105.984,00 €		2.869,00 €
XS2021471433	MOTABILITY OPERATIONS GR 0,375% 3/1/26	200.000,00	198.930,00 €	102,00 %	204.008,00 €		5.078,00 €
XS0541453147	ORANGE S.A. 3,375% 16/9/22	200.000,00	214.134,00 €	106,17 %	212.340,00 €	-1.794,00 €	
XS1031555094	PROLOGIS 3.375 14-02/2024	100.000,00	110.287,00 €	110,23 %	110.233,00 €	-54,00 €	
XS2031862076	ROYAL BANK OF CANADA 0.125% 23/7/24	200.000,00	198.380,00 €	100,81 %	201.616,00 €		3.236,00 €
XS0982019126	RWE 3 13-01/2024	100.000,00	109.555,00 €	109,58 %	109.581,00 €		26,00 €
FR0012969020	SANOFI S.A. 0,875% 22/9/21	200.000,00	201.668,00 €	100,59 %	201.172,00 €	-496,00 €	
XS1330948818	SANTANDER INT. S.A. 1,375% 14/12/22	100.000,00	103.036,00 €	103,14 %	103.143,00 €		107,00 €
FR0012601367	SCHNEIDER ELECTRIC 0.875 03- 03/25	200.000,00	206.802,00 €	104,53 %	209.052,00 €		2.250,00 €
BE6282460615	SOLVAY SA 2.750% 2/12/27	100.000,00	112.126,00 €	116,96 %	116.956,00 €		4.830,00 €
XS2066392452	SUMITOMO MITSUI FG 0,632% 23/10/29	200.000,00	201.942,00 €	103,05 %	206.098,00 €		4.156,00 €
XS1843449395	TAKEDA PHARMACEUTICAL 3% 21/11/30	200.000,00	248.388,00 €	122,82 %	245.646,00 €	-2.742,00 €	
XS1843449122	TAKEDA PHARMACEUTICAL CO. 2.25% 21/11/26	100.000,00	109.339,00 €	112,37 %	112.373,00 €		3.034,00 €
XS0874864860	TELEFO3.987 13-01/23	100.000,00	109.718,00 €	108,65 %	108.647,00 €	-1.071,00 €	
XS2058556296	THERMO FISHER SCIENTIFIC 0.125% 1/3/25	100.000,00	98.549,00 €	100,49 %	100.492,00 €		1.943,00 €
XS2058556536	THERMO FISHER SCIENTIFIC INC 0.5% 1/3/28	100.000,00	98.030,00 €	102,65 %	102.648,00 €		4.618,00 €
XS1693818285	TOTAL CAPITAL INTERN. SA 0.625% 4/10/24	100.000,00	101.845,00 €	103,40 %	103.404,00 €		1.559,00 €
CH0336602930	UBS GROUP FDG 1,25% 1/9/26	200.000,00	207.410,00 €	106,33 %	212.666,00 €		5.256,00 €
XS1979280937	VERIZON COMMUNICATIONS 1.25% 8/4/30	100.000,00	103.064,00 €	108,62 %	108.622,00 €		5.558,00 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS (Continuação)						
XS1372838679	VODAFONE GR 1.75% 25/08/2023	200.000,00	209.074,00 €	105,02 %	210.038,00 €		964,00 €
XS1586555606	VOLKSWAGEN INTERN. FINANCE 0.5% 30/3/21	100.000,00	99.862,00 €	100,14 %	100.141,00 €		279,00 €
XS1240964483	WELLS FARGO & CO. 1,625% 2/6/25	200.000,00	208.410,00 €	106,45 %	212.904,00 €		4.494,00 €
XS2052968596	WPC EUROBOND BV 1.35% 15/4/28	100.000,00	104.224,00 €	103,96 %	103.964,00 €	-260,00 €	
	SUB-TOTAL		12.270.959,50 €		12.479.829,50 €	-11.405,20 €	220.275,20 €
	TOTAL GOLDMAN SACHS (LU- XEMBOURG)		35.736.628,52 €		37.752.082,00 €	-134.084,26 €	2.149.537,73 €

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	MILLENNIUM BCP						
	<u>CONTA 1105766</u>						
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBI- LIÁRIO ALTERNATIVOS						
LU0360485493	MORGAN STANLEY INVESTMENT FUNDS	11.347,62	319.884,48 €	30,48 €	345.856,94 €		25.972,46 €
LU0277042718	WELLINGTON MANAGEMENT FUNDS LUXEMBOURG	60.212,39	337.882,93 €	6,05 €	364.395,13 €		26.512,20 €
LU0398686286	NN L ALTERNATIVE BETA	17,74	104.438,67 €	6.570,26 €	116.576,12 €		12.137,45 €
	SUB-TOTAL		762.206,08 €		826.828,19 €		64.622,11 €
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBI- LIÁRIO DE ACÇÕES						
LU0231474593	ABERDEEN GLOBAL - JAPANESE EQUITY FUND	109,61	103.104,68 €	1.081,20 €	118.509,17 €		15.404,49 €
GB00B84PM559	THREADNEEDLE UK FUND - £ZNA	157.918,21	293.090,36 €	1,93 €	304.126,78 €		11.036,41 €
IE00BFRSYS74	JANUS HENDERSON GLOBAL TECHNOLOGY FUND	6.572,95	199.101,93 €	35,19 €	231.293,20 €		32.191,27 €
LU1864951105	THREADNEEDLE LUX - AMERICAN SMALLER COMP	9.134,47	93.888,74 €	12,61 €	115.206,31 €		21.317,57 €
LU0050381036	WELLINGTON-US RESEARCH EQ- A	3.093,36	307.035,34 €	113,16 €	350.051,08 €		43.015,74 €
LU0368236583	BLACKROCK GLOBAL FUNDS - WORLD MINING	2.384,40	91.608,65 €	49,15 €	117.193,26 €		25.584,61 €
IE00BZ4C8G84	FEDERATED HERMES GLOBAL EMERGING MARKETS	85.782,34	234.673,88 €	3,45 €	295.674,56 €		61.000,68 €
LU0441856522	JP MORGAN FUNDS JPM ASIA PACIFIC EQUITY	1.084,87	139.627,27 €	165,81 €	179.882,96 €		40.255,69 €
LU1662401824	JPMORGAN FUNDS - JPM US - IA	934,15	116.731,88 €	125,72 €	117.441,84 €		709,96 €
LU0248044454	JPMORGAN FUNDS JPM EUROLAND EQUITY FUND	3.269,87	348.464,71 €	109,65 €	358.541,46 €		10.076,76 €
LU2004793787	SCHRODER INTERNATIONAL SELECTION FUND	12.840,08	539.768,78 €	46,62 €	598.622,44 €		58.853,66 €
LU1865159351	THREADNEEDLE LUX - EUROPEAN SMALLER COMP	16.794,34	196.025,22 €	14,06 €	236.123,38 €		40.098,17 €
LU1329466806	WELLINGTON US RESEARCH EQUITY FUNDS SHED	12.054,74	173.186,86 €	14,62 €	176.196,93 €		3.010,07 €
	SUB-TOTAL		2.836.308,30 €		3.198.863,38 €		362.555,08 €
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBI- LIÁRIO DE OBRIGAÇÕES						
IE00BD0NC037	ISHARES EURO GOVERNMENT BOND INDEX FUND	161.682,61	1.819.915,04 €	11,47 €	1.854.499,55 €		34.584,51 €
LU1432507090	JPMORGAN FUNDS - JPM US AGGREGATE BOND	16.253,34	1.724.671,87 €	107,50 €	1.747.233,94 €		22.562,07 €
LU0583240782	MFS INV-EMERG MARK DEBT-IH1	5.732,28	803.301,69 €	152,40 €	873.599,62 €		70.297,93 €
LU0360483100	MS EUR BOND FUND	24.298,82	1.102.293,19 €	47,73 €	1.159.782,49 €		57.489,30 €
IE00B96G6Y08	MUZINICH FUNDS - EUROPEYIELD FUND	1.256,28	161.683,36 €	138,65 €	174.183,36 €		12.500,00 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
IE0032883534	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE OBRIGAÇÕES (Continuação)	22.843,28	638.926,57 €	30,69 €	701.060,29 €		62.133,72 €
LU1496798478	PIMCO HIGH YIELD FUND - INS HEDACC SCHRODER ISF EURO HIGH YIELD IZEU	5.010,61	741.380,19 €	162,40 €	813.703,88 €		72.323,69 €
	SUB-TOTAL		6.992.171,91 €		7.324.063,13 €		331.891,22 €
	OUTROS FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO						
LU0196152606	PARTNERS GROUP INVEST - I EUR	753,28	199.219,96 €	311,67 €	234.774,78 €		35.554,82 €
	SUB-TOTAL		199.219,96 €		234.774,78 €		35.554,82 €
	CONTA 117180463						
	DEPÓSITOS A PRAZO						
MIL03/2/20 1	MILLENNIUMBPCP 03/02/20 A 02/02/21 0,05%	2.944.678,59	2.944.678,59 €	0,00 €	2.944.678,59 €		
MIL03/2/20 2	MILLENNIUMBPCP 03/02/20 A 02/02/21 0,05%	2.831.461,07	2.831.461,07 €	0,00 €	2.831.461,07 €		
MIL 17/11/20	MILLENNIUMBPCP 17/11/20 A 17/11/21 0,01%	1.704.874,55	1.704.874,55 €	0,00 €	1.704.874,55 €		
	SUB-TOTAL		7.481.014,21 €		7.481.014,21 €		
	TOTAL MILLENNIUM BCP		18.270.920,46 €		19.065.543,69 €		794.623,23 €

162

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS CONTA 0697.639594.730						
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE ACÇÕES						
US4642874089	iSHARES S&P 500 VALUE ETF	1.024,00	98.427,45 €	103,54 €	106.021,67 €		7.594,22 €
LU0360484686	MORGAN STANLEY INVESTMENT FUNDS US	3.046,00	428.246,97 €	152,33 €	463.986,87 €		35.739,92 €
LU0256883504	ALLIANZ EURP EQ G-WT	42,00	121.289,70 €	3.374,83 €	141.742,86 €		20.453,16 €
LU1357028627	GS-EMRG MKT E-I AC	10.997,00	175.512,12 €	20,02 €	220.159,94 €		44.647,82 €
LU0386383433	INVESTECS GS EUR EQ	4.758,00	132.795,78 €	30,32 €	144.262,56 €		11.466,78 €
DE000A0D8Q07	ISHARES EURO STOXX UCITS ETF	1.611,00	56.852,19 €	39,83 €	64.166,13 €		7.313,94 €
IE00B3ZWOK18	ISHARES S&P 500-IUSE LN	4.835,00	326.071,48 €	81,30 €	393.085,50 €		67.014,02 €
LU0490769915	JANUS HENDERSON UK ABS RET FUND	4.520,00	32.770,00 €	7,31 €	33.041,20 €		271,20 €
LU0822047683	JPMORGAN FUNDS - PACIFIC EQUITY FUND C	545,00	69.160,50 €	156,48 €	85.281,60 €		16.121,10 €
LU0705071701	RAM LUX SYS EQ - I	315,00	41.762,70 €	130,65 €	41.154,75 €	-607,95 €	
LU0312333569	ROBECO CG-EUR EQ-IE	746,00	130.766,34 €	185,62 €	138.472,52 €		7.706,18 €
LU0230817925	T. ROWE PRICE FUNDS - JAPANESE EQUITY	8.645,00	147.749,02 €	20,64 €	178.432,80 €		30.683,78 €
LU1136108674	T. ROWE PRICE FUNDS - T. ROWE PRICE QR	15.414,00	366.544,92 €	27,31 €	420.956,34 €		54.411,42 €
LU1672149835	WELL-EMK RE-NAEU	17.489,00	178.737,58 €	12,46 €	217.912,94 €		39.175,36 €
	SUB-TOTAL		2.306.686,75 €		2.648.677,69 €	-607,95 €	342.598,90 €
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE OBRIGAÇÕES						
LU1883849199	AMUNDI FUNDS PIONEER US BOND A2 EUR HGD	11.746,00	628.176,08 €	55,81 €	655.544,26 €		27.368,18 €
LU1601096537	AXA WF EUR SD-I-XCE	9.571,55	956.043,78 €	101,43 €	970.842,32 €		14.798,53 €
PTYCXBLP0008	CXG OBRIGAÇÕES	216.913,06	954.782,32 €	4,48 €	971.770,51 €		16.988,18 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
LU2101367030	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE OBRIGAÇÕES (Continuação)						
LU2101367030	ESIF - M&G EC CLASS F EUR	330,00	35.524,50 €	107,52 €	35.481,60 €	-42,90 €	
IE0032523478	ISHARES EURO CORPORATE	821,00	114.966,27 €	142,11 €	116.673,25 €		1.706,97 €
LU1200227335	MFS MER-US TOT RET	60.124,00	625.890,84 €	10,69 €	642.725,56 €		16.834,72 €
IE0033758917	MUZIN ENHANCED - ST	5.861,00	951.767,79 €	169,47 €	993.263,67 €		41.495,88 €
LU0141799097	NORDEA 1-EUR.H.Y. BD FUND	4.485,00	163.702,50 €	39,18 €	175.722,30 €		12.019,80 €
LU0278087860	VONTOBEL EUR CRP MID	217,00	37.508,45 €	179,31 €	38.910,27 €		1.401,82 €
	SUB-TOTAL		4.468.362,54 €		4.600.933,73 €	-42,90 €	132.614,09 €
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO MISTOS						
LU1495486885	LFIS VISION UCITS PREMIA M EUR	22,00	20.326,02 €	949,26 €	20.883,72 €		557,70 €
LU1951089439	LUMYNA - PSAM GLOBAL EVENT UCITS FUND	440,00	61.921,20 €	148,77 €	65.458,80 €		3.537,60 €
IE00B643RZ01	LYXOR EPSILON GLOBAL TREND FUND I	299,00	42.060,33 €	144,25 €	43.130,75 €		1.070,42 €
	SUB-TOTAL		124.307,55 €		129.473,27 €		5.165,72 €
	OBRIGAÇÕES COM GARANTIA DE ESTADO						
BE0000328378	BELGIEN, KÖNIGREICH 2.25% 22/6/23	234.000,00	253.894,68 €	107,35 %	251.199,00 €	-2.695,68 €	
IT0005277444	BTPS 0.9% 08/22	464.000,00	471.702,40 €	102,13 %	473.883,20 €		2.180,80 €
DE0001102309	DBR 1.5 13-02/23	559.000,00	591.292,05 €	104,80 %	585.832,00 €	-5.460,05 €	
FR0013415627	FRANKREICH REPUBLIK 0% 25/3/25	344.000,00	354.182,40 €	102,87 %	353.872,80 €	-309,60 €	
FR0013479102	FRTR 0% 25/2/23	575.000,00	584.181,00 €	101,55 %	583.912,50 €	-268,50 €	
DE0001102382	GERMANY 1.0% 08/15/2025	201.000,00	218.542,97 €	108,23 %	217.542,30 €	-1.000,67 €	
IE00B6X95T99	IRISH 3.4% 18/3/24	52.000,00	59.523,88 €	113,16 %	58.843,20 €	-680,68 €	
IT0005282527	ITALY BUONI DEL TESORO POL 1.45% 11/2024	467.000,00	487.705,58 €	106,45 %	497.121,50 €		9.415,92 €
NL0010418810	NETHERLANDS 1.75% 15/7/23	170.000,00	182.382,80 €	106,29 %	180.693,00 €	-1.689,80 €	
AT0000A1PE50	ÖSTERREICH REPUBLIK 0% 15/7/23	150.000,00	152.875,50 €	101,67 %	152.505,00 €	-370,50 €	
PTOTEKOE0011	OT PORTUGAL 2.875 15-10/25	52.000,00	60.502,00 €	116,00 %	60.320,52 €	-181,48 €	
FI4000079041	RFGB 2% 15/4/24	58.000,00	63.775,64 €	109,05 %	63.249,00 €	-526,64 €	
ES0000012F84	SPANIEN, KÖNIGREICH 0% 30/04/23	335.000,00	338.092,05 €	101,34 %	339.489,00 €		1.396,95 €
ES00000126Z1	SPGB 1.6% 30/4/25	178.000,00	193.955,92 €	109,09 %	194.180,20 €		224,28 €
	SUB-TOTAL		4.012.608,87 €		4.012.643,22 €	-13.183,60 €	13.217,95 €
	TOTAL CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS		10.911.965,71 €		11.391.727,91 €	-13.834,45 €	493.596,66 €

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	JULIUS BÄR EUROPE S.A.						
	CONTA 2023703-1						
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE AÇÕES						
IE00BYXG2H39	ISHARES NASDAQ US BIOTECHNOLOGY UCITS	44.034,00	235.210,40 €	5,58 €	245.699,07 €		10.688,66 €
IE00B42NVC37	POLAR CAPITAL FUNDS PLC - GLOBAL TECH.	4.726,00	296.717,68 €	71,40 €	337.455,87 €		40.738,19 €
US78462F1030	SPDR S&P 500 ETF	1.581,00	435.360,92 €	304,69 €	481.708,31 €		46.347,39 €
IE00BQQP9F84	VANECK VECTORS GOLD MINERS UCITS ETF	3.026,00	107.978,81 €	31,67 €	95.840,20 €	-12.138,61 €	

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE AÇÕES (Continuação)						
LU1997245334	ALLIANZ GLOBAL INVESTORS FUND EUR	208,00	292.672,64 €	1.763,27 €	366.760,16 €		74.087,52 €
DE0005933956	DJ EURO STOXX 50 ETF	9.432,00	308.426,40 €	35,86 €	338.231,52 €		29.805,12 €
LU0219424487	MFS MERIDIAN FUNDS - EUROPEAN VALUE FUND	889,00	307.907,57 €	373,51 €	332.050,39 €		24.142,82 €
LU0717821077	ROBEKO GLOBAL CONSUMER TRENDS EQ. EUR	620,00	287.084,76 €	523,60 €	324.632,00 €		37.547,24 €
	SUB-TOTAL		2.271.359,18 €		2.522.577,52 €	-12.138,61 €	263.356,94 €
	OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS						
XS1907118894	AT&T 1.05 5/9/23	800.000,00	808.192,00 €	102,92 %	823.328,00 €		15.136,00 €
XS1876076040	BANCO DE SABADELL S.A. 1.625% 7/3/24	200.000,00	198.460,00 €	104,19 %	208.384,00 €		9.924,00 €
XS2082969655	BANK OF IRELAND 1% 25/11/25	700.000,00	688.415,00 €	102,72 %	719.040,00 €		30.625,00 €
XS2002532724	BECTON DICKINSON 1,208% 4/6/26	500.000,00	502.375,00 €	104,55 %	522.725,00 €		20.350,00 €
XS1531347661	BECTON DICKINSON 1.90% 15/12/26	700.000,00	726.117,00 €	108,14 %	756.952,00 €		30.835,00 €
FR0013434776	BNP PARIBAS VAR 15/7/25	800.000,00	793.048,00 €	101,61 %	812.888,00 €		19.840,00 €
FR0012891992	CRÉDIT AGRICOLE SA 2.8% 16/10/25	600.000,00	626.940,00 €	110,01 %	660.060,00 €		33.120,00 €
XS2122485845	DOW CHEMICAL 0.5% 15/3/27	200.000,00	189.570,00 €	101,00 %	202.000,00 €		12.430,00 €
FR0011401751	ELECTRICITE DE FRANCE 5.375% PERP.	500.000,00	541.250,00 €	115,01 %	575.025,00 €		33.775,00 €
XS2101357072	FRESENIUS SE & CO. 0.75% 15/1/28	330.000,00	327.046,50 €	103,47 %	341.451,00 €		14.404,50 €
XS1489184900	GLENCORE FIN 1.875% 09/23	700.000,00	709.625,00 €	104,56 %	731.920,00 €		22.295,00 €
XS2156244043	HOLCIM FINANCE S.A. 2.375% 9/4/25	500.000,00	537.600,00 €	109,77 %	548.850,00 €		11.250,00 €
XS1111123987	HSBC 5.25 14-09/49	300.000,00	299.970,00 €	104,62 %	313.845,00 €		13.875,00 €
XS2051788219	ORIGIN ENERGY 1% 17/9/29	600.000,00	565.140,00 €	100,14 %	600.810,00 €		35.670,00 €
XS2064302735	PEPSICO INC 0.875% 16/10/39	250.000,00	246.475,00 €	106,16 %	265.387,50 €		18.912,50 €
FR0013412707	RCI BANQUE SA 1,75% 10/4/26	200.000,00	202.494,00 €	105,73 %	211.450,00 €		8.956,00 €
XS1189286286	RENEPL 2.5% 02/2025	400.000,00	435.060,00 €	110,83 %	443.300,00 €		8.240,00 €
FR0013403441	SOCIÉTÉ GÉNÉRALE S.A. 1.25% 15/2/24	700.000,00	710.010,00 €	103,86 %	727.020,00 €		17.010,00 €
XS1490960942	TELEFONICA EUR 3.75% 12/49	800.000,00	804.680,00 €	102,75 %	822.000,00 €		17.320,00 €
XS1195202822	TOTAL Var. 15-02/49	700.000,00	715.750,00 €	106,54 %	745.766,00 €		30.016,00 €
XS2149270477	UBS AG 0,75% 21/4/23	600.000,00	609.870,00 €	102,28 %	613.650,00 €		3.780,00 €
	SUB-TOTAL		11.238.087,50 €		11.645.851,50 €		407.764,00 €
	TOTAL JULIUS BÄR EUROPE S.A.		13.509.446,68 €		14.168.429,02 €	-12.138,61 €	671.120,94 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

MOVIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES - ANO DE 2020

MOVIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES	EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2020	EXERCÍCIO DE 2020	TOTAL
CONTRIBUIÇÕES EM COBRANÇA EM 01/01/2020	135.804.273,50 €	€	135.804.273,50 €
CONTRIBUIÇÕES EMITIDAS +	17.998,83 €	110.416.235,48 €	110.434.234,31 €
CONTRIBUIÇÕES ANULADAS -	11.449.612,62 €	443.404,84 €	11.893.017,46 €
CONTRIBUIÇÕES COBRADAS -	5.438.286,97 €	87.680.740,31 €	93.119.027,28 €
CONTRIBUIÇÕES DEVOLVIDAS +	55.578,14 €	34.879,10 €	90.457,24 €
AMORTIZAÇÕES DO PLANO DA DÍVIDA -	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AMORTIZAÇÕES DO ACORDO DÍVIDA -	6.094.842,54 €	4.397,34 €	6.099.239,88 €
CONTRIBUIÇÕES EM COBRANÇA EM 31/12/2020	112.895.108,34 €	22.322.572,09 €	135.217.680,43 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Handwritten signatures and initials: a blue scribble, a signature, and the initials 'CH'.

FUNDO DE ASSISTÊNCIA – ANO 2020

RECEITAS			
Contribuições regulamentares (artº 85 – 9,87 %)		10.899.507,90 €	
Rendimento do fundo de assistência (artº 93 – 2,345%)		510.991,16 €	
Rendimento do fundo de reserva (artº 93 – 2,345%)		5.730,78 €	
Multas de processos disciplinares		70.822,46 €	
Receitas de assistência		44.379,92 €	11.531.432,22 €
DESPESAS			
Subsídio de invalidez		961.572,03 €	
Suplemento à pensão de invalidez		656,46 €	
Subsídio de sobrevivência		7.055.570,92 €	
Subsídios de nascimento		633.265,00 €	
Subsídios de maternidade		1.568.597,20 €	
Subsídios recuperação internamento hospitalar doença		251.380,00 €	
Comparticipações internamento hospitalar maternidade		67.184,68 €	
Comparticipações internamento hospitalar doença		336.457,10 €	
Ação médica e medicamentosa e de diagnóstico		24.407,99 €	
Subsídios morte		337.410,00 €	
Subsídio de funeral		52.647,44 €	
Subsídios de assistência		58.374,00 €	
Bolsas de estudo		1.483,93 €	
Seguro de assistência médica permanente		103.729,78 €	
Seguro de grupo de acidentes pessoais		78.695,69 €	11.531.432,22 €
Diferencial entre a receita e a despesa			0,00 €
SALDO PARA 2021			0,00 €

Handwritten initials 'M' and 'AM'.

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS






FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO – ANO 2020

CABIMENTO REGULAMENTAR (Art.º 85º) 1,96 %		
Rendimentos		
Impostos, contribuições e taxas		
Contribuições regulamentares	2.156.403,26 €	
Reversões		
Reversão de perdas por imparidade – contribuições em dívida	19.290,91€	
Aumentos de justo valor		
Em instrumentos financeiros	446.821,34€	
Em propriedades de investimento	14.899,14€	
Outros rendimentos e ganhos		
Receitas de procuradoria e taxa de justiça cível	0,00 €	
Diferenças de câmbio favoráveis	13.708,09€	
Rendas em propriedades de investimento	80.614,38€	
Correcções relativas a períodos anteriores	8.439,91€	
Outros	14.852,08€	
Ganhos em instrumentos financeiros		
Mais valias na alienação de títulos e unidades de participação	52.392,88€	
Rendimentos de fundos de investimento	30.779,39€	
Rendimentos de participações sociais	4.421,23€	
Operações com futuros	1.948,18€	
Juros		
Juros de mora (contribuições e pensões)	32.173,81€	
Juros de depósitos em instituições financeiras	87,52€	
Juros de instrumentos financeiros	87.383,48€	
TOTAL DOS RENDIMENTOS		2.964.017,60 €
GASTOS DE ESTRUTURA		
Administração corrente – (sede)	2.850.847,15 €	
Administração social - (postos médicos)	113.170,45 €	
		2.964.017,60 €
SALDO PARA 2021		0,00 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO – ANO 2020

ADMINISTRAÇÃO CORRENTE – (Sede)		
Remuneração base	758.911,55 €	
Remuneração órgãos sociais e de gestão	226.000,00 €	
Subsídio de férias e de natal	148.353,85 €	
Trabalho extraordinário	7.690,28 €	
Isenção de horário de trabalho	67.836,56 €	
Abonos para falhas	0,00 €	
Subsídio de refeição	60.753,69 €	
Complemento posto médico	0,00 €	
Passe social	730,00 €	
Comparticipações de refeições	0,00 €	
Complemento de reforma	375,96 €	
Sistemas de protecção social	273.812,53 €	
Outros custos com o pessoal	84.116,57 €	
Electricidade	30.803,90 €	
Água	4.883,86 €	
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.686,64 €	
Livros e documentação técnica	1.239,63 €	
Material de escritório	25.893,36 €	
Licenças informáticas anuais	35.279,72 €	
Digitalizações e custódia de arquivo	31.094,01 €	
Artigos para ofertas	0,00 €	
Despesas de representação	0,00 €	
Comunicação	134.309,02 €	
Seguros	149,64 €	
Transportes de pessoal	1.248,92 €	
Deslocações e estadas	3.061,72 €	
Honorários	59.431,78 €	
Contencioso e notariado	11.320,58 €	
Conservação e reparação	13.276,51 €	
Limpeza, higiene e conforto	25.670,64 €	
Publicidade, comunicação e imagem	8.597,70 €	
Vigilância e segurança	103.137,19 €	
Trabalhos especializados	412.725,55 €	
Encargos com cobrança	217.268,74 €	
Outros fornecimentos e serviços	66.177,93 €	
Deslocações e representação Direcção	0,00 €	
Despesas Conselho Geral	2.327,39 €	
Despesas Conselho Fiscalização	641,88 €	
Outros encargos	0,00 €	
Gastos de depreciação e amortização	32.039,85 €	2.850.847,15 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO – ANO 2020

ADMINISTRAÇÃO SOCIAL – (Postos médicos)		
Remunerações base do pessoal	9.434,57 €	
Subsídio de férias e natal	1.051,26 €	
Subsídio de refeição	1.438,59 €	
Sistemas de protecção social	2.505,43 €	
Remunerações dos médicos	67.067,98 €	
Electricidade	762,68 €	
Água	430,20 €	
Livros e documentação técnica	0,00 €	
Material de escritório	73,57 €	
Comunicação	6.596,10 €	
Transporte de pessoal	54,32 €	
Deslocações e estadas	367,07 €	
Conservação e reparação	0,00 €	
Limpeza, higiene e conforto	1.537,68 €	
Outros fornecimentos e serviços	2.624,08 €	
Gastos de depreciação e amortização	786,92 €	
Juntas médicas	18.440,00 €	113.170,45 €
TOTAL DAS DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO		2.964.017,60 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO

Designação da entidade: Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS)

Endereço: Largo de S. Domingos, n.º 14, 2º andar, 1169-060 Lisboa

Código da classificação da actividade económica: Principal: 65112 – Outras actividades complementares de segurança social; Secundário: 68200 – Arrendamento de bens imobiliários

Tutela: Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável:

1 - ORIGEM HISTÓRICA

- DECRETO N.º 12.334, DE 18 DE SETEMBRO DE 1926.
- A actual CPAS teve origem no Fundo Permanente de Assistência Profissional da Ordem dos Advogados, criado pelo Decreto n.º 12.334, de 18 de Setembro de 1926 [ARTIGO 77.º].

2 – LEI HABILITANTE

- LEI N.º 1.884, DE 16 DE MARÇO DE 1935
- Reconheceu como instituições de previdência social as Caixas de Reforma ou de Previdência [ARTIGO 1.º, 2.º Categoria, § 2.º].

3 – CONSTITUIÇÃO

- DECRETO-LEI N.º 36.550, DE 22 DE OUTUBRO DE 1926
- Sob a primitiva denominação de Caixa de Previdência da Ordem dos Advogados, a actual CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS ADVOGADOS E SOLICITADORES foi criada pelo Decreto-Lei n.º 36.550, de 22 de Outubro de 1947.

4 – EVOLUÇÃO NORMATIVA

1) DECRETO-LEI N.º 43.274, DE 28 DE OUTUBRO DE 1960

- Alargou o âmbito pessoal da Caixa de Previdência criada pelo Decreto-Lei n.º 36.550, de 22 de Outubro de 1947, aos SOLICITADORES, encartados e provisionários, observadas as restrições constantes do diploma [ARTIGO 1.º].
- Inscrição Obrigatória [ARTIGO 2.º].
- Os valores, ao tempo, do património da previdência da Câmara dos Solicitadores seriam integrados no património da Caixa de Previdência [ARTIGO 5.º].

2) LEI N.º 2.115, DE 18 DE JUNHO DE 1962

- Aprovou a Lei de Bases das Instituições de Previdência Social [BASE I].
- Reconheceu 4 categorias de instituições de Previdência Social [BASE III N.º1].

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- A Caixa de Previdência da Ordem dos Advogados ficou a pertencer à 2.ª Categoria: Caixa de Reforma ou de Previdência.

3) DECRETO-LEI N.º 402/78, DE 15 DE DEZEMBRO

- Determinou que a Caixa de Previdência da Ordem dos Advogados, criada pelo Decreto-Lei n.º 36.550, de 22 de Outubro de 1947, passava a denominar-se CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS ADVOGADOS E SOLICITADORES [ARTIGO 1.º].

5 – REGIME REGULAMENTAR

1) PORTARIA N.º 13.872, DE 8 DE MARÇO DE 1952

- Aprova o Primeiro Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores.

2) PORTARIA N.º 8.022, DE 28 DE OUTUBRO DE 1960

- Aprova o Segundo Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores.

3) PORTARIA N.º 402/1979, DE 7 DE AGOSTO

- Aprova o Terceiro Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores.

4) PORTARIA N.º 487/1983, DE 27 DE ABRIL

- Aprova o Quarto Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores.

5) PORTARIA N.º 487/1983, DE 27 DE ABRIL, com as subseqüentes alterações introduzidas pela PORTARIA N.º 623/88, de 8 de Setembro e pela PORTARIA N.º 884/94, DE 1 DE OUTUBRO

- Aprova o Quinto Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores.

6) DECRETO-LEI N.º 163/1983, DE 27 DE ABRIL

- Deu nova redacção ao ARTIGO 26.º do Decreto-Lei n.º 8/82, de 18 de Janeiro, que republicou em anexo.
- Determinou que “o regime de segurança social dos advogados e solicitadores será gerido pela Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, cujo Regulamento será aprovado por portaria dos Ministros da Justiça e dos Assuntos Sociais” [ARTIGO 26.º N.º3 do Decreto-Lei n.º 8/82, de 18 de Janeiro – nova redacção].

7) DECRETO-LEI N.º 221/1984, DE 4 DE JULHO

- Deu nova redacção ao ARTIGO 26.º do Decreto-Lei n.º 8/82, de 18 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/83, de 27 de Abril.
- Consagrou o princípio de que: “O regime de segurança social dos advogados e solicitadores é gerido pela Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, nos termos do regulamento aprovado por portaria dos Ministros da Justiça e do Trabalho e Segurança Social” [ARTIGO 26.º N.º5 – Nova Redacção].

8) LEI N.º 28/1984, DE 14 DE AGOSTO

- Definiu as Bases Gerais do Sistema de Segurança Social Português e a acção social prosseguida pelas Instituições de Segurança Social [ARTIGO 1.º].
- Determinou no ARTIGO 79.º que, até à sua integração no Sistema de Segurança Social, as instituições de previdência criadas anteriormente à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 549/77, de 31 de Dezembro, como é o caso da CPAS, ficavam sujeitas, com as adaptações necessárias às disposições da Lei n.º 28/84 e à legislação dela decorrente.

9) DECRETO-LEI N.º 141/1991, DE 10 DE ABRIL

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS






- Conceptualizou expressamente o regime dos advogados e solicitadores como regime especial do sistema de segurança social português de enquadramento obrigatório [ARTIGO 2.º alínea b)].
 -
- 10) DECRETO-LEI N.º 328/1993, DE 25 DE SETEMBRO
- Aprovou o novo Regime Geral de Segurança Social dos Trabalhadores Independentes [ARTIGO 1.º].
 - Excluiu expressamente do regime os advogados e solicitadores [ARTIGO 13.º].
 - Estatuíu expressamente no seu ARTIGO 13.º que: "Os advogados e solicitadores que, em função do exercício de actividade profissional, estejam integrados obrigatoriamente no âmbito pessoal da respectiva caixa de previdência, mesmo quando a actividade em causa seja exercida na qualidade de sócios ou membros das sociedades referidas na alínea b) do artigo 6.º, são excluídos do regime dos trabalhadores independentes."
- 11) LEI N.º 4/2007, DE 16 DE JANEIRO
- Dispõe no Artigo 106.º que: Mantêm-se autónomas as instituições de previdência criadas anteriormente à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 549/77, de 31 de Dezembro, com os seus regimes jurídicos e formas de gestão privativas, ficando subsidiariamente sujeitas às disposições da presente lei e à legislação dela decorrente, com as necessárias adaptações.
- 12) DECRETO-LEI N.º 119/2015, DE 29 DE JUNHO com as rectificações introduzidas pela DECLARAÇÃO DE RECTIFICAÇÃO Nº 36/2015 – Aprova o novo Regulamento (6º Regulamento) da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores
- 13) DECRETO-LEI Nº 116/2018, DE 21 DE DEZEMBRO
- Deu nova redacção aos ARTIGOS 8º, 12º, 14º, 15º, 19º, 37º, 40º, 79º e 80º do Regulamento da CPAS aprovado em anexo ao Decreto-Lei nº 119/2015, de 29 de Junho.
 - Eliminou "a obrigatoriedade contributiva dos beneficiários estagiários, sem prejuízo de estes poderem, facultativamente, iniciar o pagamento de contribuições."
 - Definiu que nas situações de incapacidade temporária para o trabalho por motivo de doença grave ou de situação particular de parentalidade, se prevê o não pagamento temporário de contribuições ou, em alternativa, a adoção temporária do 4.º escalão contributivo, quando os beneficiários não disponham de rendimentos para proceder ao pagamento das contribuições.
 - Alterou-se "a forma de apuramento da base de incidência contributiva, que deixa de estar indexada à RMMG, sendo criado um conceito de Indexante Contributivo, atualizado com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), assim se alcançando uma maior previsibilidade e adequação do esforço contributivo dos beneficiários à realidade económica do país."
- 14) DECRETO-LEI N.º 163/2019, DE 25 DE OUTUBRO:
- Procedeu à alteração do artigo 9.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, e à alteração do artigo 98.º do Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (RCPAS), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/2015, de 29 de Junho;
 - Veio rever o regime fiscal em sede de IRC aplicável à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores;
 - Prevê que a CPAS goze das isenções e regalias previstas na lei para as instituições de segurança social e de previdência e das estabelecidas no artigo 9.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

15) LEI N.º 2/2020, DE 31 DE MARÇO, QUE APROVOU O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2020 (LOE 2020):

- Procedeu a duas alterações (artigos 2.º e 3.º-A) e um aditamento (artigo 18.º-A) ao Decreto-Lei n.º 42/2001, de 9 de Fevereiro, que criou as secções de processo executivo do sistema de solidariedade e segurança social, definiu as regras especiais daquele processo e adequou a organização e a competência dos tribunais administrativos e tributários;
- Veio reconhecer a competência das secções de execução da segurança social para tramitar as acções de cobrança coerciva da CPAS.

16) REGULAMENTO DE RESPOSTA ÀS CONSEQUÊNCIAS DA EPIDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS - COVID-19:

- Estabeleceu medidas excepcionais e temporárias em matéria de contribuições aplicáveis aos Beneficiários que, comprovadamente, tenham sofrido uma quebra de rendimentos que os impeça de satisfazer as suas obrigações contributivas, em virtude de doença ou redução anormal de actividade relacionadas com a situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID-19;
- Foi elaborado e aprovado pela Direcção da CPAS ao abrigo do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 10-F/2020, de 26 de Março, e colheu os Pareceres favoráveis por unanimidade dos membros do Conselho de Fiscalização da CPAS e por maioria dos membros do Conselho Geral da CPAS.

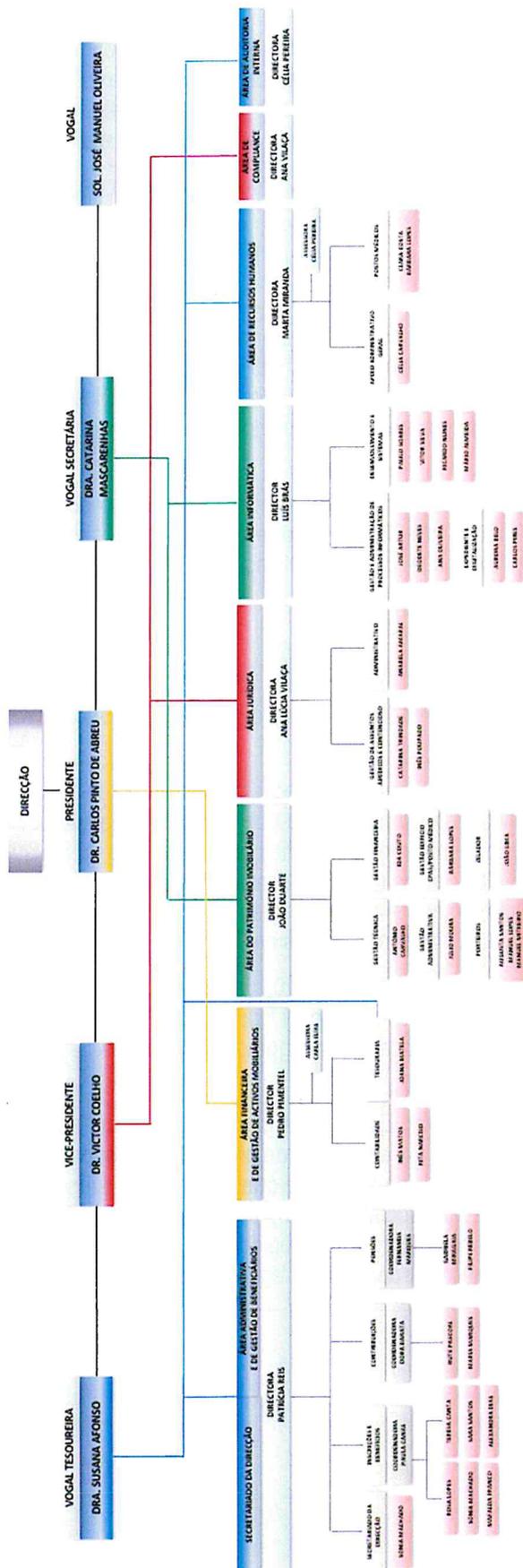
17) LEI N.º 27-A/2020, DE 24 DE JULHO:

- Procedeu à alteração dos n.ºs 3 e 4 do artigo 71.º do Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (RCPAS), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/2015, de 29 de Junho;
- Veio permitir que a acção de assistência possa ser exercida quando, por motivo não imputável aos Beneficiários, estes tenham uma quebra abrupta da sua actividade, caso em que há lugar, por um período máximo de 180 dias, ao pagamento de um subsídio extraordinário no valor do indexante de apoios sociais, nas situações de estado de emergência, de calamidade, de contingência, de alerta ou outros casos que tornem impossível ou muito limitado o exercício da profissão, assim consideradas em lei;
- [Nota: O artigo 431.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de Dezembro, que entrou em vigor a 01.01.2021, veio também alterar o artigo 71.º do RCPAS, no sentido de deixar de ser necessária a apresentação de prova de se ter esgotado o recurso às pessoas referidas no n.º 1 do artigo 2009.º do Código Civil]
- Aditou o artigo 325.º-G ("Apoio Extraordinário a Trabalhadores") à Lei n.º 2/2020, de 31 de Março, que prevê um apoio extraordinário de protecção social para trabalhadores em situação de desprotecção económica e social e que não tenham acesso a qualquer instrumento ou mecanismo de protecção social, nem aos apoios sociais criados no âmbito das medidas excepcionais e temporárias de resposta à epidemia SARS-CoV-2 (As condições e os procedimentos de atribuição deste apoio foram regulamentados pela Portaria n.º 250-B/2020, de 23 de Outubro).

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

ORGANOGRAMA



DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES

- 1) A CPAS tem por fim conceder pensões de reforma e subsídios por invalidez aos seus Beneficiários. [ARTIGO 3.º n.º 1 do RCPAS].
- 2) A Caixa pode conceder subsídios por morte e de sobrevivência aos familiares dos seus Beneficiários e outros subsídios de acordo com as disponibilidades anuais do fundo de assistência [ARTIGO 3.º n.º 2 do RCPAS].
- 3) Promover a celebração, com instituições de seguro, de contratos de grupo, com vista à cobertura de riscos dos seus Beneficiários [ARTIGO 3.º n.º 3 do RCPAS].

1.2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referencial contabilístico

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de Setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

Não foram derrogadas quaisquer disposições do normativo SNC-AP.

Não são preparadas e apresentadas, demonstrações orçamentais, nomeadamente mapas de receitas e despesas já que não é utilizada a classificação pública económica visto a entidade não receber dotações do Orçamento de Estado.

Comparabilidade

A partir de 1 de Janeiro de 2018 a CPAS passou a aplicar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), pelo que as contas são perfeitamente comparáveis entre o exercício de 2019 e 2020.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 os saldos das contas de caixa e depósitos bancários eram os seguintes:

CONTA	DESIGNAÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
111	CAIXA PRINCIPAL	1 028,38 €	1 179,76 €
112	CAIXA COBRANÇA	5 845,61 €	9,96 €
1220101	NOVO BANCO-O15/19856/001.8-TESOURARIA	41 712,06 €	4 099,69 €
12201021	NOVO BANCO-O15/38244/010.0-G.PATRIM EUR	692 635,05 €	2 296 730,55 €
12201022	NOVO BANCO-O15/38244/010.0-G.PATRIM USD	365 253,81 €	164 734,47 €
12201023	NOVO BANCO-O15/38244/010.0-G.PATRIM GBP	7 502,92 €	7 928,24 €
12201024	NOVO BANCO-O15/38244/010.0-G.PATRIM CHF	9 031,36 €	8 988,10 €
12201025	NOVO BANCO-O15/38244/010.0-G.PATRIM JPY	422,42 €	438,18 €
12201026	NOVO BANCO-O15/38244/010.0-G.PATRIM NOK	2 105,91 €	2 235,39 €
12201027	NOVO BANCO-O15/38244/010.0-G.PATRIM SEK	1 386,34 €	1 331,60 €
1220103	NOVO BANCO-O15/43644/000.6-PROCURADORIA	16,50 €	16,50 €
1220104	NOVO BANCO-O15/45628/000.4-COBRANÇA SEDE	70 265,39 €	62 708,92 €
1220105	NOVO BANCO-O15/45667/000.7-CONTA RENDAS	881,55 €	1 239,54 €
1220301	CGD-C/0697/900415/317	2 659 050,52 €	3 387 831,87 €
12203031	CGD-C/0697/639594/730 EUR	432 633,82 €	147 588,51 €
12203032	CGD-C/0697/639594/730 USD	5 117,02 €	141 971,42 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CONTA	DESIGNAÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
12203033	CGD-C/0697/639594/730 GBP	813,24 €	4 990,43 €
12203034	CGD-C/0697/639594/730 CHF	772,54 €	699,05 €
12203035	CGD-C/0697/639594/730 SEK	50,49 €	899,94 €
12203036	CGD-C/0697/639594/730 NOK	72,73 €	77,10 €
12203037	CGD-C/0697/639594/730 DKK	80,25 €	171,20 €
1220304	CGD-0697640387730 RENDAS	114 355,76 €	-369,14 €
1220305	CGD-0697640397430 C.COERCIVA	1 550,10 €	-49 613,72 €
1220306	CGD-0697640398230 TESOURARIA	566 381,23 €	1 242 297,66 €
1220307	CGD-0697640400830 D.DIRECTOS	1 787 332,38 €	1 709 342,09 €
1220308	CGD-0697640401630 PROCURADORIA	0,00 €	97,53 €
1220309	CGD-0697640402430 MULTIBANCO	4 887 753,87 €	3 117 408,67 €
1220401	MG-C/052.10.025200.7-CONTRIBUIÇÕES	38 081,67 €	30 449,23 €
1220402	MG-C/052.10.28492.7-CPAS REDE IMPÉR	681,79 €	690,40 €
1220501	BPI-C/9812083-001-001/022	202 050,33 €	20 259,54 €
1220601	MILLENNIUM BCP-C/117180463	588 971,35 €	1 767 091,50 €
12206021	MILLENNIUM BCP 1105766.001.000.978-EUR	114 217,00 €	363 973,75 €
1220705	BS-C/0001.0020027215-COBANÇA CONT	795,04 €	12 231,36 €
12207061	BS-03.030.00200041551.0-EUR	343 376,21 €	2 443 826,29 €
12207062	BS-03.030.00200041551.0-USD	3 353,70 €	12 337,32 €
1220901	BANIF - C/ 0100547/001.000.978	302,33 €	445,33 €
12210011	GOLDMAN SACHS - C/013-35265-3 EUR	0,00 €	1 718 329,84 €
12210012	GOLDMAN SACHS - C/013-35265-3 USD	0,00 €	4 140,22 €
12210071	GOLDMAN SACHS - C/049-23857-9-EUR	0,00 €	122 289,69 €
12210072	GOLDMAN SACHS - C/049-23857-9-USD	738,10 €	945,74 €
12210073	GOLDMAN SACHS - C/049-23857-9-GBP	0,00 €	1 571,52 €
12210081	GOLDMAN SACHS - C/049-23858-7-EUR	0,00 €	467 134,71 €
12210101	GOLDMAN SACHS - C/049-28323-7-EUR	0,00 €	51 721,99 €
12213011	ST. GALLER KANTBK. 6170.8621-EUR	1 259 857,33 €	979 177,79 €
12213012	ST. GALLER KANTBK. 6170.8621-USD	67 757,91 €	0,00 €
12213013	ST. GALLER KANTBK. 6170.8621-CHF	229 832,68 €	252 817,47 €
12218011	ROTHSCHILD 0524000-EUR	-167 376,46 €	42 437,62 €
12218012	ROTHSCHILD 0524000-USD	505,00 €	138 954,00 €
12218021	ROTHSCHILD 0524001-EUR	0,00 €	3,52 €
12218031	ROTHSCHILD 0524002-EUR	0,00 €	13 195,68 €
12218052	ROTHSCHILD 0524004-USD	563 851,98 €	50 414,11 €
12219031	CREDIT SUISSE 0947-1545118-71-CHF	92,00 €	0,00 €
12219032	CREDIT SUISSE 0947-1545118-72-2-EUR	1 162 245,78 €	1 322 783,35 €
12219033	CREDIT SUISSE 0947-1545118-72-3-USD	25 165,00 €	2 806 087,00 €
12219034	CREDIT SUISSE 0947-1545118-72-4-GBP	83,00 €	6 726,00 €
12219035	CREDIT SUISSE 0947-1545118-72-5-JPY	4 143,00 €	146,00 €
12220011	JULIUS BÄR 2023703001150-EUR	1 081 004,96 €	0,00 €
12220012	JULIUS BÄR 2023703001010-USD	225 063,84 €	0,00 €
12221011	GOLDMAN SACHS 035-50105-5-EUR	108 964,66 €	0,00 €
12221012	GOLDMAN SACHS 035-50105-5-USD	1 733,25 €	0,00 €
12221013	GOLDMAN SACHS 035-50105-5-GBP	4 474,90 €	0,00 €
12221014	GOLDMAN SACHS 035-50105-5-CHF	4 037,10 €	0,00 €
12221015	GOLDMAN SACHS 035-50105-5-JPY	570,12 €	0,00 €
12221021	GOLDMAN SACHS 035-50111-3-EUR	201 021,31 €	0,00 €
12221022	GOLDMAN SACHS 035-50111-3-USD	7 095,58 €	0,00 €
12221031	GOLDMAN SACHS 035-50112-1-EUR	2 312 392,42 €	0,00 €
12221041	GOLDMAN SACHS 035-50114-7-EUR	194 098,47 €	0,00 €
131206	MILLENNIUM BCP	7 481 014,21 €	7 460 590,85 €
Total		27 714 246,81 €	32 345 805,33 €

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas tendo por base a "NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras" e utilizam o Euro como moeda funcional e de apresentação.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As Demonstrações Financeiras apresentadas espelham de forma correcta a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Apresentam fidedignamente os efeitos das transacções, outros acontecimentos e condições, segundo a definição e critérios de mensuração de activos, passivos, rendimentos e gastos enunciados na estrutura conceptual e nas NCP.

Informação Comparativa

Independentemente do referido acima, no que respeita à comparabilidade, a informação comparativa foi divulgada com menção ao período anterior para a totalidade das quantias relatadas nas Demonstrações Financeiras.

Obedecendo ao Princípio da Continuidade da entidade, as políticas contabilísticas interiorizaram-se com consistência ao longo do tempo. Ao serem implementadas, determinadas quantias comparativas saíram afectadas e a sua conseqüente reclassificação será divulgada com base na:

- a) Natureza da reclassificação.
- b) Quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada.
- c) Razão para a reclassificação.

Consistência de Apresentação

Independentemente do referido acima, no que respeita à comparabilidade, sempre que possível, as Demonstrações Financeiras demonstram consistência de um exercício para o outro, seja em termos de apresentação, seja em termos dos movimentos contabilísticos que as originam, com excepção das alterações relevantes na natureza que, nessa situação, estão devidamente identificadas e suportadas neste Anexo. Deste modo, a informação disponibilizada é fiável e mais relevante.

Materialidade e Agregação

A pertinência da informação depende da sua natureza e materialidade. Assim, cada classe material de itens semelhantes é divulgada em separado nas Demonstrações Financeiras. Já os itens de natureza ou função distinta serão divulgados em separado, a não ser que se tratem de itens imateriais.

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Compensação

Dada a relevância dos Activos e Passivos e dos Rendimentos e Gastos serem relatados em separado, não houve lugar a qualquer tipo de compensações, com excepção do que possa ter sido imposto por uma NCP.



Continuidade

As Demonstrações Financeiras devem ser preparadas numa base de continuidade a menos que exista uma intenção de liquidar a entidade ou de cessar as operações, ou se não existir alternativa realista senão fazê-lo. Tendo em conta a informação disponível e as expectativas futuras, a CPAS continuará em actividade e cumprirá as suas obrigações no futuro previsível.



Tendo por base o disposto nas NCP, as políticas contabilísticas adoptadas pela CPAS foram as seguintes:

ACTIVOS INTANGÍVEIS

Activos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo.

Após o reconhecimento inicial, os Activos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os activos intangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto a imparidade sempre que existe uma indicação de que o activo pode estar em imparidade.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Para um Activo Intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, de forma prospectiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha recta.

As taxas de amortização utilizadas pela CPAS são as seguintes:

Programas de computador e sistemas de informação	33,33%
--------------------------------------------------	--------

O gasto com amortizações de activos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na Demonstração dos Resultados na rubrica de "Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização".

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os Activos Fixos Tangíveis encontram-se valorizados pelo seu custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, os gastos directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização.

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos activos são reconhecidos no custo do activo.

Já os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os terrenos e edifícios não são depreciados. As depreciações dos restantes activos são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método de quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro e o Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de Setembro.

O edifício considerado como Activo Fixo Tangível corresponde a parte do edifício sito no Largo S. Domingos em Lisboa, onde se encontra a Sede da CPAS. Encontra-se mensurado pelo seu Justo Valor determinado por avaliação efectuada por uma entidade especializada e independente, devidamente inscrita na CMVM, sendo que a última avaliação foi levada a cabo na CPAS, em Dezembro de 2020. As variações apuradas no Justo Valor no fim de cada exercício, são reconhecidas como rendimentos ou gastos no período em que ocorrem

Eis a discriminação das taxas de depreciação utilizadas pela CPAS:

Edifícios e outras construções	0,00%
Equipamento básico	
Instalações frigoríficas e de ventilação	12,50%
Mobiliário	12,50%
Instalações água, electricidade, ar refrigerado e telefónicas	10,00%
Instalações de aquecimento central	6,66%
Ascensores, monta-cargas e escadas mecânicas	10,00%
Ascensores de carga, descarga e embarque	7,14%
Centrais telefónicas privativas	10,00%
Refeitórios e cozinhas privativas	10,00%
Ferramentas e utensílios	25,00%
Máquinas e ferramentas ligeiras	20,00%
Televisores	14,28%
Aparelhos de ar condicionado	12,50%
Aparelhos de aquecimento	12,50%
Aparelhos de ventilação	12,50%
Outros artigos de conforto e decoração	12,50%
Equipamento publicitário na via pública	12,50%
Equipamento administrativo	
Aparelhagem e máquinas electrónicas	20,00%
Computadores	33,33%

179

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As Propriedades de Investimento da CPAS respeitam a terrenos e recursos naturais e edifícios e outras construções, os quais são detidos com a finalidade de auferir rendimento ou valorizar o capital ou ambos.

As Propriedades de Investimento são mensuradas pelo seu Justo Valor determinado por avaliação efectuada por entidade especializada e independente, devidamente inscrita na CMVM, última avaliação esta levada a cabo na CPAS, em Dezembro de 2020. As variações apuradas no Justo Valor no fim de cada exercício, são reconhecidas como rendimentos ou gastos no período em que ocorrem, não são reconhecidos gastos com depreciações.

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Quanto aos gastos incorridos relativos a Propriedades de Investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos na Demonstração dos Resultados do exercício a que se referem. Por oposição, os rendimentos obtidos com as mesmas, isto é, as rendas, são reconhecidas como um ganho na Demonstração dos Resultados do exercício a que se referem. Já as beneficiações relativamente às quais se espera que advenham benefícios económicos futuros, são capitalizadas na rubrica "Propriedades de Investimento".

IMPARIDADE DE ACTIVOS

São reconhecidas Perdas por Imparidade quando a quantia recuperável de um activo é inferior à sua quantia escriturada. Nestes casos a quantia escriturada dos activos é reduzida para a quantia recuperável.

As Perdas por Imparidade são reconhecidas imediatamente em resultados. Após o reconhecimento da perda, o encargo do activo é ajustado em períodos futuros para imputar a quantia revista do activo, menos o seu valor residual (se houver), num base sistemática durante a sua vida útil remanescente.

Em cada data de relato avalia-se se há qualquer indício de que uma Perda por Imparidade reconhecida em períodos anteriores possa ter diminuído ou deixado de existir. Verificando-se tal indício, a CPAS apura a quantia recuperável desse activo e procede à respectiva reversão da Perda por Imparidade.

No âmbito da imparidade de activos a CPAS distingue entre activos geradores de caixa e activos não geradores de caixa. Os primeiros são aqueles que se espera se traduzam em influxos de caixa. Já os segundos são aqueles, cuja finalidade não é gerar um retorno económico.

PROVISÕES, PASSIVOS E ACTIVOS CONTINGENTES

As Provisões são reconhecidas quando cumulativamente existe uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, possa ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação e seja provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar a mesma.

Assim, a quantia reconhecida como Provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio para liquidar a obrigação presente a 31 de Dezembro de 2020.

Para cada classe de Provisão é necessário divulgar:

- Natureza da obrigação;
- Momento esperado de quaisquer exfluxos;
- Incertezas acerca desses exfluxos;
- Quantia de qualquer reembolso esperado

A quantia escriturada de um Activo (no caso da CPAS o valor da dívida acumulada de contribuintes) deve ser reduzida para a sua quantia recuperável se, e apenas se, a quantia recuperável for menor do que a quantia escriturada. Essa redução é uma Perda por Imparidade. Uma Perda por Imparidade deve ser reconhecida imediatamente nos resultados.

Do mesmo modo, uma entidade deve avaliar em cada data de relato se há qualquer indício de que uma Perda por Imparidade reconhecida em períodos anteriores possa ter diminuído ou deixado de existir. Se assim for, há que apurar a quantia recuperável estimada e proceder à sua reversão contabilística.

A CPAS estabeleceu critérios claros e objectivos, através de análises estatísticas e económicas, relativamente ao comportamento da dívida ao longo dos anos e sua efectiva recuperabilidade de maneira a definir

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

de forma verdadeira e apropriada, ainda que sempre numa perspectiva conservadora, qual o valor global da dívida que se encontra em imparidade.

Os critérios para apuramento do valor da dívida que se encontra em imparidade são os seguintes:

Definiu-se assim que, na dívida que não esteja ao abrigo de qualquer tipo de acordo de pagamento, deve ser apenas considerada em imparidade na parte da emissão efectiva, referente a cada um dos anos, correspondente ao índice médio de cobrança, no final do ano em análise, de toda a dívida com antiguidade superior a 5 anos (no cálculo da média de cobrança deve ser apenas considerada para o efeito a dívida até 1995 por este se tratar do 1º ano em que a emissão foi dividida por escalões contributivos, logo com comportamento de cobrança comparável com o actual).

Deverão os critérios para apuramento do valor da dívida que se encontra em imparidade, previstos no presente procedimento, ser permanentemente avaliados e revistos sempre que se verifique que os valores em imparidade, resultantes do cálculo efectuado, são manifestamente desadequados.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CPAS reconhece Activos Financeiros, Passivos Financeiros e Instrumentos de Capital Próprio apenas quando esta se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Quanto à mensuração inicial, os Instrumentos Financeiros são mensurados através do seu Justo Valor.

Na mensuração subsequente, a 31 de Dezembro de 2020, os Activos Financeiros são mensurados ao Justo Valor com as alterações de Justo Valor reconhecidas na Demonstração de Resultados, enquanto que os Passivos Financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método do juro efectivo (com excepção dos Passivos Financeiros classificados como detidos para negociação).

De referir ainda que nas vendas, o valor correspondente ao custo de aquisição das existências a liquidar foi calculado através do custo médio.

As políticas de mensuração de instrumentos Financeiros não são alteradas enquanto os mesmos permanecerem na posse da CPAS.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os Benefícios de Empregados de curto prazo comportam salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direcção. Comportam também benefícios não monetários liquidados trimestralmente, como o plano de assistência médica e assistência médica em casa (*help-a-home*), suportado por um seguro de saúde que abrange todos os funcionários e um seguro de acidentes de trabalho.

Estes Benefícios são reconhecidos pela quantia não descontada dos Benefícios de curto prazo dos empregados que se espera pagar em troca desse serviço, o qual é mensurado como um gasto ou como passivo (acréscimo de gastos) após dedução de qualquer quantia já paga.

Se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos Benefícios, a CPAS reconhece esse excesso como activo (gasto antecipado).

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A CPAS, enquanto Instituição de Previdência, goza de Isenção Definitiva nos termos da alínea c) do nº1 e do nº2 do art.9º do CIRC.

A 16 de Janeiro de 2020, foi também concedida isenção de IRC ao abrigo do artigo 9º do Código do IRC, nº 1, alíneas c) e d) quanto aos rendimentos de capitais tal como definidos para efeitos de IRS, sendo o exercício de 2020 o primeiro a gozar desta isenção.

2.4 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As Demonstrações Financeiras que se juntam foram produzidas com base no princípio da continuidade das operações.

De salientar que a propósito de pressupostos futuros, existe informação detalhada, objecto de Relatório Actuarial feito anualmente por entidade externa independente.

3. ACTIVOS INTANGÍVEIS

A CPAS não tem Activos Intangíveis gerados internamente, assim a divulgação que se segue refere-se apenas a bens intangíveis adquiridos a terceiros.

No ponto 2.1 encontra-se descrito se os Activos Intangíveis têm vida útil indefinida ou finita e para os que têm vida útil finita são indicadas as respectivas taxas de amortização.

Também no ponto 2.1 vem descrito o método de amortização dos Activos Intangíveis.

No início e no final de 2020 e 2019 eram os seguintes os valores brutos de Activos Intangíveis e respectivas amortizações e perdas por imparidade:

RUBRICAS (1)	INÍCIO DO PERÍODO DE 2020				FINAL DO PERÍODO DE 2020			
	QUANTIA BRUTA (2)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS (3)	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS (4)	QUANTIA ESCRITURADA (5) = (2) - (3) - (4)	QUANTIA BRUTA (6)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS (7)	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS (8)	QUANTIA ESCRITURADA (9) = (6) - (7) - (8)
ACTIVOS INTANGÍVEIS								
Activos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projectos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	8 860,74 €	6 829,86 €		2 030,88 €	8 860,74 €	2 030,88 €		0,00 €
Outros								
Activos intangíveis em curso	35 143,56 €			35 143,56 €	35 143,56 €			35 143,56 €
Total	44 004,30 €	6 829,86 €	0,00 €	37 174,44 €	44 004,30 €	2 030,88 €	0,00 €	35 143,56 €

RUBRICAS (1)	INÍCIO DO PERÍODO DE 2019				FINAL DO PERÍODO DE 2019			
	QUANTIA BRUTA (2)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS (3)	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS (4)	QUANTIA ESCRITURADA (5) = (2) - (3) - (4)	QUANTIA BRUTA (6)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS (7)	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS (8)	QUANTIA ESCRITURADA (9) = (6) - (7) - (8)
ACTIVOS INTANGÍVEIS								
Activos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projectos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	8 860,74 €	4 798,98 €		4 061,76 €	8 860,74 €	6 829,86 €		2 030,88 €
Outros								
Activos intangíveis em curso					35 143,56 €			35 143,56 €
Total	8 860,74 €	4 798,98 €	0,00 €	4 061,76 €	44 004,30 €	6 829,86 €	0,00 €	37 174,44 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2020 e 2019 o movimento ocorrido nos Activos Intangíveis foi o seguinte:

RUBRICAS (1)	QUANTIA ESCRITURADA INICIAL (2)	2020								QUANTIA ESCRITURADA FINAL (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
		ADIÇÕES (3)	TRANSFERÊNCIAS INTERNAS À ENTIDADE (4)	REVALORIZAÇÕES (5)	REVERSÕES DE PERDAS POR IMPARIIDADE (6)	PERDAS POR IMPARIIDADE (7)	AMORTIZAÇÕES DO PERÍODO (8)	DIFERENÇAS CAMBIAIS (9)	DIMINUIÇÕES (10)	
ACTIVOS INTANGÍVEIS										
Activos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projectos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	2 030,88 €						-2 030,88 €			0,00 €
Outros										
Activos intangíveis em curso										
Total	2 030,88 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-2 030,88 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

RUBRICAS (1)	QUANTIA ESCRITURADA INICIAL (2)	2019								QUANTIA ESCRITURADA FINAL (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
		ADIÇÕES (3)	TRANSFERÊNCIAS INTERNAS À ENTIDADE (4)	REVALORIZAÇÕES (5)	REVERSÕES DE PERDAS POR IMPARIIDADE (6)	PERDAS POR IMPARIIDADE (7)	AMORTIZAÇÕES DO PERÍODO (8)	DIFERENÇAS CAMBIAIS (9)	DIMINUIÇÕES (10)	
ACTIVOS INTANGÍVEIS										
Activos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projectos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	4 061,76 €						-2 030,88 €			2 030,88 €
Outros										
Activos intangíveis em curso										
Total	4 061,76 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-2 030,88 €	0,00 €	0,00 €	2 030,88 €

5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta dos Activos Fixos Tangíveis, assim como os métodos de depreciação e as vidas úteis dos mesmos encontram-se descritas no ponto 2.1.

No início e no final de 2020 e 2019 eram os seguintes os valores brutos de Activos Fixos Tangíveis e respectivas depreciações e perdas por imparidade:

RUBRICAS (1)	INÍCIO DO PERÍODO DE 2020				FINAL DO PERÍODO DE 2020			
	QUANTIA BRUTA (2)	DEPRECIACÕES ACUMULADAS (3)	PERDAS POR IMPARIIDADE ACUMULADAS (4)	QUANTIA ESCRITURADA (5) = (2) - (3) - (4)	QUANTIA BRUTA (6)	DEPRECIACÕES ACUMULADAS (7)	PERDAS POR IMPARIIDADE ACUMULADAS (8)	QUANTIA ESCRITURADA (9) = (6) - (7) - (8)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infra-estruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Outros								
Bens de domínio público em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Activos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infra-estruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Activos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros activos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções	4 592 164,50 €			4 592 164,50 €	4 506 283,32 €			4 506 283,32 €
Equipamento básico	2 315 438,96 €	1 960 674,31 €		354 764,65 €	2 315 438,96 €	2 086 839,01 €		228 599,95 €
Equipamento de transporte								
Equipamento administrativo	839 874,81 €	778 909,05 €		60 965,76 €	840 133,11 €	780 235,49 €		59 897,62 €
Equipamentos biológicos								
Outros					11 379,10 €	682,75 €		10 696,35 €
Activos fixos tangíveis em curso								
	7 747 478,27 €	2 739 583,36 €	0,00 €	5 007 894,91 €	7 673 234,49 €	2 867 757,25 €	0,00 €	4 805 477,24 €
Total	7 747 478,27 €	2 739 583,36 €	0,00 €	5 007 894,91 €	7 673 234,49 €	2 867 757,25 €	0,00 €	4 805 477,24 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RUBRICAS (1)	INÍCIO DO PERÍODO DE 2019				FINAL DO PERÍODO DE 2019			
	QUANTIA BRUTA (2)	DEPRECIACÕES ACUMULADAS (3)	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS (4)	QUANTIA ESCRITURADA (5) = (2) - (3) - (4)	QUANTIA BRUTA (6)	DEPRECIACÕES ACUMULADAS (7)	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS (8)	QUANTIA ESCRITURADA (9) = (6) - (7) - (8)
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Infra-estruturas Patrimônio histórico, artístico e cultural Outros Bens de domínio público em curso								
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Activos fixos em concessão Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Infra-estruturas Patrimônio histórico, artístico e cultural Activos fixos em concessão em curso								
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros activos fixos tangíveis Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Equipamento básico Equipamento de transporte Equipamento administrativo Equipamentos biológicos Outros Activos fixos tangíveis em curso								
	4 579 532,10 € 2 307 830,22 € 835 489,14 €	1 821 010,10 € 772 896,77 €		4 579 532,10 € 486 820,12 € 62 592,37 €	4 592 164,50 € 2 315 438,96 € 839 874,81 €	1 960 674,31 € 778 909,05 €		4 592 164,50 € 354 764,65 € 60 965,76 €
	7 722 851,46 €	2 593 906,87 €	0,00 €	5 128 944,59 €	7 747 478,27 €	2 739 583,36 €	0,00 €	5 007 894,91 €
Total	7 722 851,46 €	2 593 906,87 €	0,00 €	5 128 944,59 €	7 747 478,27 €	2 739 583,36 €	0,00 €	5 007 894,91 €

Em 2020 e 2019 o movimento ocorrido nos Activos Fixos Tangíveis foi o seguinte:

RUBRICAS (1)	QUANTIA ESCRITURADA INICIAL (2)	2020								QUANTIA ESCRITURADA FINAL (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
		ADICÕES (3)	TRANSFERÊNCIAS INTERNAS À ENTIDADE (4)	REVALORIZAÇÕES (5)	REVERSÕES DE PERDAS POR IMPARIDADE (6)	PERDAS POR IMPARIDADE (7)	DEPRECIACÕES DO PERÍODO (8)	DIFERENÇAS CAMBIAIS (9)	DIMINUIÇÕES (10)	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Infra-estruturas Patrimônio histórico, artístico e cultural Outros Bens de domínio público em curso										
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Activos fixos em concessão Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Infra-estruturas Patrimônio histórico, artístico e cultural Activos fixos em concessão em curso										
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros activos fixos tangíveis Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Equipamento básico Equipamento de transporte Equipamento administrativo Equipamentos biológicos Outros Activos fixos tangíveis em curso										
	4 592 164,50 € 354 764,65 € 60 965,76 €			-85 881,18 €			-126 164,70 € -1 326,44 € -682,75 €			4 506 283,32 € 228 599,95 € 59 897,62 € 10 696,35 €
	5 007 894,91 €	11 637,40 €	0,00 €	-85 881,18 €	0,00 €	0,00 €	-128 173,89 €	0,00 €	0,00 €	4 805 477,24 €
Total	5 007 894,91 €	11 637,40 €	0,00 €	-85 881,18 €	0,00 €	0,00 €	-128 173,89 €	0,00 €	0,00 €	4 805 477,24 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RUBRICAS (1)	2019									
	QUANTIA ESCRITURADA INICIAL (2)	VARIACÕES								QUANTIA ESCRITURADA FINAL (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
		ADIÇÕES (3)	TRANSFERÊNCIAS INTERNAS À ENTIDADE (4)	REVALORIZAÇÕES (5)	REVERSOES DE PERDAS POR IMPARIDADE (6)	PERDAS POR IMPARIDADE (7)	DEPRECIACÕES DO PERÍODO (8)	DIFERENÇAS CAMBIAIS (9)	DIMINUIÇÕES (10)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Infra-estruturas Património histórico, artístico e cultural Outros Bens de domínio público em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Activos fixos em concessão Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Infra-estruturas Património histórico, artístico e cultural Activos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros activos fixos tangíveis Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Equipamento básico Equipamento de transporte Equipamento administrativo Equipamentos biológicos Outros Activos fixos tangíveis em curso	4 579 532,10 € 486 820,12 € 62 592,37 €	16 052,74 € 4 385,67 €	0,00 €	12 632,40 €	0,00 €	0,00 €	-139 664,21 € -6 012,28 €	0,00 €	-8 444,00 €	4 592 164,50 € 354 764,65 € 60 965,76 €
Total	5 128 944,59 €	20 438,41 €	0,00 €	12 632,40 €	0,00 €	0,00 €	-145 676,49 €	0,00 €	-8 444,00 €	5 007 894,91 €

A rubrica Edifícios e Outras Construções inclui exclusivamente o edifício sede da Instituição, adquirido em Janeiro de 1960 pelo valor de 25.439,39 €. A diminuição verificada em Edifícios e Outras Construções resulta da avaliação efectuada em Dezembro de 2020, de acordo com nota 2.1.

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 ocorreram as seguintes adições:

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1)	2020										
	INTERNAS (2)	COMPRA (3)	CESSÃO (4)	TRANSFERÊNCIA OU TROCA (5)	EXPROPRIAÇÃO (6)	DOAÇÃO, HERANÇA, LEGADO OU PERDIDO A FAVOR DO ESTADO (7)	DAÇÃO EM PAGAMENTO (8)	LOCAÇÃO FINANCEIRA (9)	FUSÃO, CISÃO, REESTRUTURAÇÃO (10)	OUTRAS (11)	TOTAL (12) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10) + (11)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Infra-estruturas Património histórico, artístico e cultural Outros Bens de domínio público em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Activos fixos em concessão Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Infra-estruturas Património histórico, artístico e cultural Activos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros activos fixos tangíveis Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Equipamento básico Equipamento de transporte Equipamento administrativo Equipamentos biológicos Outros Activos fixos tangíveis em curso	0,00 €	258,30 € 11 379,10 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	258,30 € 11 379,10 €
Total	0,00 €	11 637,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 637,40 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1)	2019										TOTAL (12) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10) + (11)	
	INTERNAS (2)	COMPRA (3)	CESSÃO (4)	TRANSFERÊNCIA OU TROCA (5)	EXPROPRIAÇÃO (6)	DOAÇÃO, HERANÇA, LEGADO OU PERDIDO A FAVOR DO ESTADO (7)	DAÇÃO EM PAGAMENTO (8)	LOCAÇÃO FINANCEIRA (9)	FUSÃO, CISAÓ, REESTRUTURA- ÇÃO (10)	OUTRAS (11)		
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Infra-estruturas Património histórico, artístico e cultural Outros Bens de domínio público em curso												
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Activos fixos em concessão Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Infra-estruturas Património histórico, artístico e cultural Activos fixos em concessão em curso												
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros activos fixos tangíveis Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Equipamento básico Equipamento de transporte Equipamento administrativo Equipamentos biológicos Outros Activos fixos tangíveis em curso		16 052,74 € 4 385,30 €								12 632,40 €		12 632,40 € 16 052,74 € 4 385,67 €
	0,00 €	20 438,41 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	12 632,40 €		33 070,81 €
Total	0,00 €	20 438,41 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	12 632,40 €		33 070,81 €

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2019 ocorreram as seguintes diminuições:

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1)	2019					TOTAL (7) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6)
	ALIENAÇÃO A TÍTULO ONEROSO (2)	TRANSFERÊNCIA OU TROCA (3)	DEVOLUÇÃO OU REVERSÃO (4)	FUSÃO, CISAÓ, REES- TRUTURAÇÃO (5)	OUTRAS (6)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Infra-estruturas Património histórico, artístico e cultural Outros Bens de domínio público em curso						
		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Activos fixos em concessão Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Infra-estruturas Património histórico, artístico e cultural Activos fixos em concessão em curso						
		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros activos fixos tangíveis Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Equipamento básico Equipamento de transporte Equipamento administrativo Equipamentos biológicos Outros Activos fixos tangíveis em curso					8 444,00 €	8 444,00 €
		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8 444,00 €
Total		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8 444,00 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Handwritten signatures and initials

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 as Propriedades de Investimento registadas ao Justo Valor eram as que se seguem:

RUBRICAS (1)	QUANTIA ESCRITURADA INICIAL (2)	VARIÇÕES (MODELO DO JUSTO VALOR)						QUANTIA ESCRITURADA FINAL (9)	GASTOS DO EXERCÍ- CIO (10)	RENDIMENTOS DO EXERCÍCIO	
		ADIÇÕES (3)	TRANSFERÊN- CIAS IN- TERNAS À ENTIDADE (4)	GANHOS DE JUSTO VALOR (5)	PERDAS DE JUSTO VALOR (6)	DIFEREN- ÇAS CAMBÍ- AIS (7)	DIMINUI- ÇÕES (8)			RENDAS (11)	OUTROS (12)
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO											
Terrenos e recursos naturais											
Vila Plena (Vila Nova de Gaia)	1 843 673,98 €							1 843 673,98 €			
Edifícios e outras construções											
Rua Fialho de Almeida, nº 5 (Lisboa)	5 885 400,00 €			284 856,40 €				6 170 256,40 €	20 406,51 €	161 927,97 €	
Rua Forno do Tijolo, nº 9 (Lisboa)	1 668 600,00 €			31 086,40 €				1 699 686,40 €	48 609,95 €	48 059,62 €	
Rua Duque de Palmela, nº 27 (Lisboa)	5 995 600,00 €				103 397,20 €			5 892 202,80 €	28 969,58 €	215 756,24 €	
Al. D. Afonso Henriques, nº 11 (Lisboa)	6 401 600,00 €			26 456,20 €				6 428 056,20 €	12 697,71 €	149 131,34 €	
Rua D. Estefânia, nº 17 (Lisboa)	9 718 000,00 €			216 000,00 €				9 934 000,00 €	20 683,16 €	267 071,76 €	
Av. Duque de Ávila, nº 169 (Lisboa)	15 260 600,00 €			16 580,00 €				15 277 180,00 €	247 199,81 €	581 343,99 €	
Largo de S. Domingos, nº 14 (Lisboa)	5 004 835,50 €				93 598,82 €			4 911 236,68 €	9 659,83 €	55 436,58 €	
Rua de Campo Alegre, nº 606 (Porto)	8 342 400,00 €	14 606,99 €		126 153,71 €				8 483 160,70 €	42 006,84 €	340 575,31 €	
Av. Fernão de Magalhães, nº 165 e 175 (Coimbra)	1 884 600,00 €			18 600,00 €				1 903 200,00 €	26 222,09 €	44 930,40 €	
Rua de Sta. Bárbara, nº 46 (Lisboa)	4 350 600,00 €			16 460,00 €				4 367 060,00 €	7 682,12 €	237 267,37 €	
Rua Pedro Nunes, nº 16 (Lisboa)	11 440 080,00 €				423 680,00 €			11 016 400,00 €	4 757,37 €	298 958,33 €	
Rua da Carneira, nº 191 a 197 (Funchal)	745 000,00 €							745 000,00 €	808,32 €	0,00 €	
Rua Mouzinho da Silveira, nº 34 e 36 (Lisboa)	10 473 540,00 €				365 140,00 €			10 088 400,00 €	13 705,32 €	425 957,64 €	
Rua Mouzinho da Silveira, nº 26 (Lisboa)	15 124 540,00 €				509 940,00 €			14 614 600,00 €	7 176,71 €	392 499,96 €	
Escadilhas da Barroca, nº 4	1 117 800,00 €			7 020,00 €				1 124 820,00 €	1 326,97 €	33 153,77 €	
Empreendimento Vila Plena (Vila Nova de Gaia)	14 316 726,02 €			10 600,00 €				14 327 326,02 €	244 794,98 €	619 501,23 €	
Rua 31 de Janeiro, nº 56 (Funchal)	884 400,00 €			4 400,00 €				888 800,00 €	24 420,69 €	42 663,60 €	
Rua Visconde Seabra, nº 4 e 4-A (Lisboa)	4 145 400,00 €	84 187,56 €			197 207,56 €			4 032 380,00 €	17 521,06 €	178 130,41 €	
Total	124 603 395,50 €	98 794,55 €	0,00 €	758 212,71 €	1 712 963,58 €	0,00 €	0,00 €	123 747 439,18 €	778 649,02 €	4 092 365,52 €	0,00 €

187

RUBRICAS (1)	QUANTIA ESCRITURADA INICIAL (2)	VARIÇÕES (MODELO DO JUSTO VALOR)						QUANTIA ESCRITURADA FINAL (9)	GASTOS DO EXERCÍ- CIO (10)	RENDIMENTOS DO EXERCÍCIO	
		ADIÇÕES (3)	TRANSFERÊN- CIAS IN- TERNAS À ENTIDADE (4)	GANHOS DE JUSTO VALOR (5)	PERDAS DE JUSTO VALOR (6)	DIFEREN- ÇAS CAMBÍ- AIS (7)	DIMINUI- ÇÕES (8)			RENDAS (11)	OUTROS (12)
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO											
Terrenos e recursos naturais											
Vila Plena (Vila Nova de Gaia)	1 843 673,98 €							1 843 673,98 €			
Edifícios e outras construções											
Rua Fialho de Almeida, nº 5 (Lisboa)	5 721 400,00 €			164 000,00 €				5 885 400,00 €	11 202,22 €	167 230,64 €	
Rua Forno do Tijolo, nº 9 (Lisboa)	1 633 800,00 €	13 833,86 €		20 966,14 €				1 668 600,00 €	9 151,06 €	36 699,08 €	
Rua Duque de Palmela, nº 27 (Lisboa)	5 757 000,00 €			238 600,00 €				5 995 600,00 €	25 361,36 €	208 511,15 €	
Al. D. Afonso Henriques, nº 11 (Lisboa)	6 104 800,00 €			296 800,00 €				6 401 600,00 €	16 714,11 €	138 180,39 €	
Rua D. Estefânia, nº 17 (Lisboa)	9 537 000,00 €			181 000,00 €				9 718 000,00 €	25 451,86 €	270 774,44 €	
Av. Duque de Ávila, nº 169 (Lisboa)	14 985 400,00 €			275 200,00 €				15 260 600,00 €	261 797,19 €	604 349,39 €	
Largo de S. Domingos, nº 14 (Lisboa)	4 991 067,90 €			13 767,60 €				5 004 835,50 €	18 550,84 €	55 052,58 €	
Rua de Campo Alegre, nº 606 (Porto)	8 205 600,00 €			136 800,00 €				8 342 400,00 €	38 003,29 €	337 428,39 €	
Av. Fernão de Magalhães, nº 165 e 175 (Coimbra)	1 625 200,00 €			259 400,00 €				1 884 600,00 €	12 538,70 €	40 767,46 €	
Rua de Sta. Bárbara, nº 46 (Lisboa)	4 317 140,00 €			33 460,00 €				4 350 600,00 €	11 575,15 €	235 261,29 €	
Rua Pedro Nunes, nº 16 (Lisboa)	11 206 280,00 €			233 800,00 €				11 440 080,00 €	6 171,03 €	286 458,30 €	
Rua da Artilharia Um, nº 63 (Lisboa)									0,00 €	0,00 €	
Rua da Carneira, nº 191 a 197 (Funchal)	745 000,00 €							745 000,00 €	1 883,19 €		
Rua Mouzinho da Silveira, nº 34 e 36 (Lisboa)	10 280 580,00 €			192 960,00 €				10 473 540,00 €	10 765,58 €	422 458,86 €	
Rua Mouzinho da Silveira, nº 26 (Lisboa)	15 058 240,00 €			66 300,00 €				15 124 540,00 €	6 430,28 €	375 000,00 €	
Escadilhas da Barroca, nº 4	1 107 180,00 €			10 620,00 €				1 117 800,00 €	1 553,99 €	32 794,28 €	
Empreendimento Vila Plena (Vila Nova de Gaia)	13 958 326,02 €			358 400,00 €				14 316 726,02 €	203 830,48 €	613 568,28 €	
Rua 31 de Janeiro, nº 56 (Funchal)	900 940,00 €				16 540,00 €			884 400,00 €	3 631,50 €	42 402,50 €	
Rua Visconde Seabra, nº 4 e 4-A (Lisboa)	3 858 200,00 €	51 026,12 €		236 173,88 €				4 145 400,00 €	22 936,26 €	158 467,95 €	
Total	121 836 827,90 €	64 859,98 €	0,00 €	2 718 247,62 €	16 540,00 €	0,00 €	0,00 €	124 603 395,50 €	687 548,09 €	4 025 403,98 €	0,00 €

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, ocorreram as seguintes adições:

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Handwritten signatures and initials:
 Y. Car...
 M
 M

2020										
RUBRICAS (1)	ADIÇÕES (MODELO DO JUSTO VALOR)									
	INTERNAS (2)	COMPRA (3)	CESSÃO (4)	TRANSFERÊNCIA OU TROCA (5)	DOAÇÃO, HERANÇA, LEGADO OU PERDIDO A FAVOR DO ESTADO (6)	DAÇÃO EM PAGAMENTO (7)	LOCAÇÃO FINANCEIRA (8)	FUSÃO, CISÃO, REESTRUTURAÇÃO (9)	OUTRAS (10)	TOTAL (11)
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO										
Edifícios e outras construções										
Rua de Campo Alegre, n.º 606 (Porto)									14 606,99 €	13 833,86 €
Rua Visconde Seabra, n.º 4 e 4-A (Lisboa)									84 187,56 €	51 026,12 €
Total	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	98 794,55 €	64 859,98 €

As adições verificadas em Propriedades de Investimento em 2020 dizem respeito a trabalhos de reabilitação ocorridos na cobertura e terraços do prédio sito na Rua do Campo Alegre, n.º 606 e nas fracções 4º frente e 4º esquerdo da Rua Visconde Seabra, n.º 4.

2019										
RUBRICAS (1)	ADIÇÕES (MODELO DO JUSTO VALOR)									
	INTERNAS (2)	COMPRA (3)	CESSÃO (4)	TRANSFERÊNCIA OU TROCA (5)	DOAÇÃO, HERANÇA, LEGADO OU PERDIDO A FAVOR DO ESTADO (6)	DAÇÃO EM PAGAMENTO (7)	LOCAÇÃO FINANCEIRA (8)	FUSÃO, CISÃO, REESTRUTURAÇÃO (9)	OUTRAS (10)	TOTAL (11)
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO										
Edifícios e outras construções										
Rua Forno do Tijolo, n.º 9 (Lisboa)									13 833,86 €	13 833,86 €
Rua Visconde Seabra, n.º 4 e 4-A (Lisboa)									51 026,12 €	51 026,12 €
Total	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	64 859,98 €	64 859,98 €

As adições conhecidas ao longo de 2019 na rubrica Propriedades de Investimento convergiram na totalidade para remodelações, nomeadamente remodelações na fracção loja da Rua Forno do Tijolo, n.º 9 e remodelações nas fracções 1º esquerdo, 1º direito e 1º frente da Rua Visconde Seabra, n.º 4.

9. IMPARIDADE DE ACTIVOS

188

As bases de mensuração relativas à Imparidade de Activos encontram-se descritas no ponto 2.1.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 foram reconhecidas as seguintes Imparidades:

2020								
ACTIVO (1)	NATUREZA (2)	QUANTIA BRUTA (3)	IMPARIDADE ACUMULADA 31-12-2019 (4)	QUOTAS PRESCRITAS (5)	CONSTITUIÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE (6)	REVERSÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE (7)	IMPARIDADE ACUMULADA 31-12-2020 (8) = (4) - (5) + (6) - (7)	QUANTIA RECUPERÁVEL (9) = (3) - (8)
Contas a receber de contribuintes	Activo gerador de caixa	135 217 680,43 €	103 266 700,15 €	11 197 495,10 €	12 656 058,51 €	981 708,40 €	103 743 555,16 €	31 474 125,27 €
Contas a receber de inquilinos	Activo gerador de caixa	914 960,50 €	268 490,00 €		519 925,40 €		788 415,40 €	126 545,10 €
Total		136 132 640,93 €	103 535 190,15 €	11 197 495,10 €	13 175 984,01 €	981 708,40 €	104 531 970,56 €	31 600 670,37 €

2019								
ACTIVO (1)	NATUREZA (2)	QUANTIA BRUTA (3)	IMPARIDADE ACUMULADA 31-12-2018 (4)	QUOTAS PRESCRITAS (5)	CONSTITUIÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE (6)	REVERSÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE (7)	IMPARIDADE ACUMULADA 31-12-2019 (8) = (4) - (5) + (6) - (7)	QUANTIA RECUPERÁVEL (9) = (3) - (8)
Contas a receber de contribuintes	Activo gerador de caixa	130 505 705,48 €	95 233 951,15 €		11 228 069,34 €	3 195 320,94 €	103 266 700,15 €	27 239 005,33 €
Contas a receber de inquilinos	Activo gerador de caixa	311 384,26 €	268 490,00 €				268 490,00 €	42 894,26 €
Total		130 817 089,74 €	95 502 441,15 €	0,00 €	11 228 069,34 €	3 195 320,94 €	103 535 190,15 €	27 281 899,59 €

Relativamente às contas a receber de contribuintes a Imparidade decorre da parte da emissão efectiva de cada um dos anos correspondente ao índice médio de cobrança, no final do ano, de toda a dívida com antiguidade superior a 5 anos (no cálculo da média de cobrança apenas foi considerada para o efeito a dívida até 1995 por este se tratar do 1º ano em que a emissão foi dividida por escalões contributivos, logo com comportamento de cobrança comparável com o actual) e que não se encontra ao abrigo de qualquer tipo de acordo de pagamento.

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Quanto às contas a receber de inquilinos a Imparidade reconhecida reflecte a dívida de ex inquilino com antiguidade superior a oito anos, com risco de incobrabilidade.

Para além desta situação foram constituídas em 2020 imparidades no valor de 519.925,40€, relativas a rendas em atraso de inquilinos que sofrem profundamente uma quebra na sua actividade, fruto da actual pandemia Covid19, pelo que por uma questão de precaução se resolveu constituir a imparidade em questão.

13. RENDIMENTO DE TRANSACÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Os Rendimentos provenientes de Transacções com Contraprestação são mensurados pelo Justo Valor da retribuição recebida ou a receber.

Os Rendimentos de Transacções com contraprestação obtidos em 2020 e 2019 foram os que se seguem:

TIPO DE RENDIMENTO	2020	2019
Diferenças de câmbio favoráveis na actividade de investimento	697 600,33 €	711 213,00 €
Indemnizações por eventos seguráveis	16 575,63 €	45 911,63 €
Indemnizações por revogação antecipada de contractos de arrendamento	2 250,00 €	1 830,00 €
Rendas em propriedades de investimento	4 092 365,52 €	4 025 403,98 €
Outros rendimentos e ganhos	5 814,35 €	342,19 €
Correcções relativas a períodos anteriores	431 016,04 €	38 510,27 €
Mais-valias em instrumentos financeiros	2 666 257,84 €	5 576 609,71 €
Dividendos	224 995,04 €	251 212,53 €
Rendimentos de unidades de participação	1 566 353,66 €	1 181 102,94 €
Rendimentos de operações com contratos de futuros	99 142,08 €	71 944,65 €
Juros de depósitos bancários	4 453,91 €	15 189,57 €
Juros de obrigações	4 446 919,01 €	4 630 052,38 €
Juros de mora e outros juros	1 637 315,57 €	1 871 036,93 €
Outros	105,31 €	11 255,16 €
Total	15 888 914,29 €	18 429 784,94 €

14. RENDIMENTO DE TRANSACÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Os rendimentos da CPAS estão previstos no artigo 84º do RCPAS:

- As contribuições dos Beneficiários.
- O produto das sanções pecuniárias aplicadas pelas instâncias disciplinares da Ordem dos Advogados e da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução.
- Os juros e outros rendimentos dos valores e bens próprios.
- Os subsídios, donativos, legados ou heranças estabelecidas a seu favor;
- As Pensões e Subsídios prescritos.
- Outros valores pagos ou entregues pelos Beneficiários.
- Quaisquer outras receitas que lhe sejam atribuídas por disposição legal ou de natureza extraordinária.

Quando falamos em Transacções Sem Contraprestação, falamos em transacções pelas quais uma entidade ou recebe valor de uma outra entidade sem dar directamente em troca valor aproximadamente igual ou dá valor a uma outra entidade sem receber directamente em troca valor aproximadamente igual.

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No que respeita ao reconhecimento, e segundo o relato da NCP 14, "um influxo de recursos provenientes de uma transacção sem contraprestação reconhecido como um activo deve ser reconhecido como rendimento, excepto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo."

Por sua vez, o Rendimento de Transacções Sem Contraprestação deve ser mensurado pela quantia do aumento no activo reconhecido pela entidade.

Já as multas e outras penalidades, fazendo também menção à NCP 14, "são benefícios económicos ou potenciais de serviço recebido ou a receber por uma entidade pública, de pessoas singulares ou colectivas, conforme determinado por um tribunal ou outro organismo com poderes legais, em consequência dessas pessoas terem violado requisitos legais ou regulamentares em vigor."

Quanto à sua mensuração, as multas e outras penalidades são reconhecidas como rendimento quando o valor a receber satisfizer a definição de activo e os respectivos critérios para reconhecimento.

Os Rendimentos Provenientes de Transacções Sem Contraprestação recebidos no Exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, tem a seguinte decomposição:

TIPO DE RENDIMENTO	RENDIMENTO DE 2020 RECONHECIDO EM		RENDIMENTO DE 2019 RECONHECIDO EM		QUANTIAS POR RECEBER		ADIANTAMENTOS RECEBIDOS
	RESULTADOS	PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RESULTADOS	PATRIMÓNIO LÍQUIDO	INÍCIO DO PERÍODO	FINAL DO PERÍODO	
Impostos directos							
Impostos indirectos							
Contribuições para sistemas de protecção social e sistemas de saúde	109.738.711,96 €		97.944.721,42 €		130.505.705,48 €	135.217.680,43 €	
Taxas							
Multas e outras penalidades	70.822,46 €		96.134,58 €				
Transferências sem condição							
Transferências com condição							
Subsídios sem condição							
Subsídios com condição							
Legados, ofertas e doações							
Outros	€		25.565,54 €				
Total	109.809.534,42 €	0,00 €	98.066.421,54 €	0,00 €	130.505.705,48 €	135.217.680,43 €	

190

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

As bases de mensuração usadas para valorizar as Provisões, os Passivos Contingentes e os Activos Contingentes encontram-se descritas no ponto 2.1.

Em 2020 e em 2019, o movimento ocorrido no apuramento das provisões foi o seguinte:

RUBRICAS (1)	QUANTIA ESCRITURADA INICIAL (2)	2020 AUMENTOS				2020 DIMINUIÇÕES				QUANTIA ESCRITURADA FINAL (11) = (2) + (6) - (10)
		REFORÇOS (3)	AUMENTOS DA QUANTIA DESCONTADA (4)	OUTROS AUMENTOS (5)	TOTAL AUMENTOS (6) = (3) + (4) + (5)	UTILIZAÇÕES (7)	REVERSÕES (8)	OUTRAS DIMINUIÇÕES (9)	TOTAL DIMINUIÇÕES (10) = (7) + (8) + (9)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes	35.180,31 €			10.989,95 €	10.989,95 €					46.170,26 €
Processos judiciais em curso										
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões (Provisão LOE-2012 artº 20 e 25)	6.966.576,66 €			216.591,32 €	216.591,32 €					7.183.167,98 €
Total	7.001.756,97 €	0,00 €	0,00 €	227.581,27 €	227.581,27 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7.229.338,24 €

RUBRICAS (1)	QUANTIA ESCRITURADA INICIAL (2)	2019 AUMENTOS				2019 DIMINUIÇÕES				QUANTIA ESCRITURADA FINAL (11) = (2) + (6) - (10)
		REFORÇOS (3)	AUMENTOS DA QUANTIA DESCONTADA (4)	OUTROS AUMENTOS (5)	TOTAL AUMENTOS (6) = (3) + (4) + (5)	UTILIZAÇÕES (7)	REVERSÕES (8)	OUTRAS DIMINUIÇÕES (9)	TOTAL DIMINUIÇÕES (10) = (7) + (8) + (9)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes	35.180,31 €									35.180,31 €
Processos judiciais em curso										
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões (Provisão LOE-2012 artº 20 e 25)	5.382.321,37 €			1.584.255,29 €	1.584.255,29 €					6.966.576,66 €
Total	5.417.501,68 €	0,00 €	0,00 €	1.584.255,29 €	1.584.255,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7.001.756,97 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A provisão relativa a processos judiciais sofreu um incremento de 10.989,95€ ao longo do ano de 2020, evidenciando-se assim um saldo final de 46.170,26 € no qual estão comportados os seguintes processos em curso:

Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga 1ª UO (13.200,00€); Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra 3ª UO (4.930,00€); Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga 1ª UO (9.975,96€); Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto 1ª UO (3.402,00€); Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria 1ª UO (2.116,30€); Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa J21 (12.546,00€).

No que respeita à Acção Administrativa Comum - Proc. n.º 1014/12.3 BELSB – intentada pela CPAS contra a CGA e o Ministério das Finanças, considerando que os montantes não entregues aos Beneficiários referentes aos subsídios de férias e de Natal e os retidos a título de contribuição extraordinária de solidariedade têm vindo a ser objecto de aplicações financeiras a prazo, entendeu a CPAS, em cumprimento do princípio contabilístico da prudência, constituir em 2012 uma provisão correspondente ao total dos referidos montantes não entregues.

No entanto:

- a decisão proferida em 4 de Março de 2019 pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, de absolvição da instância dos co-réus pela procedência da excepção de incompetência absoluta em razão da matéria;
- o facto de ainda se aguardar decisão final tendo em conta o recurso oportunamente interposto pela CPAS; e,
- o facto de poder ocorrer um desfecho desfavorável da referida acção e, em consequência disso, a CPAS ter de vir a proceder ao pagamento dos valores retidos a título de pensão/subsídios de férias e de Natal e dos respectivos juros de mora à CGA;

Levou a reforçar-se a provisão contabilística nas contas do Exercício de 2020, correspondente ao valor dos juros, sobre o montante retido, calculado desde a data da efectiva retenção de cada uma das tranches, à taxa de 4%, valor esse que ascende, com reporte a 31 de Dezembro de 2020, ao montante total de 216.591,32 €.

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Em 2020, as Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão a 31 de Março de 2021, conforme deliberação da Direcção em acta.

Após 31 de Dezembro de 2020 e antes das Demonstrações Financeiras serem autorizadas para emissão, as divulgações relacionadas com as condições existentes à data de relato foram actualizadas à luz das novas informações.

Acontecimentos após a data de relato são os acontecimentos, tanto favoráveis como desfavoráveis, que ocorram entre a data de relato e a data em que as Demonstrações Financeiras são autorizadas para emissão. Podem ser identificados dois tipos de acontecimentos:

- (a) Os que proporcionam evidência de condições que existiam à data de relato (acontecimentos após a data de relato que dão lugar a ajustamentos); e
- (b) Os que são indicativos de condições que surgiram após a data de relato (acontecimentos após a data de relato que não dão lugar a ajustamentos).

No que respeita a acontecimentos após a data de relato, que não dão lugar a ajustamentos, importa referenciar que com publicação da Lei n.º 4-B/2021, de 1 de Fevereiro, que estabeleceu um regime de suspen-

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

M. Almeida
LM

são de prazos processuais e procedimentais com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública, a emergência de saúde ocasionada pela doença COVID-19 como uma pandemia internacional, causou diversos impactos dos quais importa salientar no que respeita à CPAS o seguinte:

- (a) Reposição de medidas de apoio excepcionais e temporárias em matéria de contribuições e de escalão contributivo aplicáveis aos Beneficiários que, comprovadamente, tenham sofrido uma quebra de rendimentos que os impeça de satisfazer as suas obrigações contributivas, nomeadamente em virtude de doença ou redução anormal de actividade relacionadas com a situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID-19 que deverá ter impacto substancial nas disponibilidades de tesouraria da CPAS durante o período de estado de emergência e de eventual posterior retoma lenta da actividade económica.

JM
M

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As bases de mensuração usadas para valorizar os Instrumentos Financeiros encontram-se descritas no ponto 2.1.

A base para a determinação do Justo Valor para todos os Activos e Passivos Financeiros mensurados ao Justo Valor é a cotação de mercado à data de 31 de Dezembro de 2020.

Em 2020 e 2019 o movimento ocorrido nos Activos Financeiros foi o seguinte:

RUBRICAS (1)	QUANTIA ESCRITURADA INICIAL (2)	AUMENTOS				DIMINUIÇÕES				QUANTIA ESCRITURADA FINAL (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) - (7) - (8) - (9) - (10)
		COMPRAS (3)	GANHOS DE JUSTO VALOR (4)	REVERSÕES DE PERDAS POR IMPARIIDADE (5)	OUTROS (6)	ALIENAÇÕES (7)	PERDAS DE JUSTO VALOR (8)	PERDAS POR IMPARIIDADE (9)	OUTRAS (10)	
Activos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados										
Activos financeiros detidos para negociação	398 857 666,84 €	209 943 901,43 €	22 738 603,51 €		68,84 €	221 529 162,58 €	12 598 042,29 €		111,55 €	397 412 924,20 €
Participações financeiras - justo valor										
Outros activos financeiros										
Activos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras - custo										
Outros activos financeiros										
Total	398 857 666,84 €	209 943 901,43 €	22 738 603,51 €	0,00 €	68,84 €	221 529 162,58 €	12 598 042,29 €	0,00 €	111,55 €	397 412 924,20 €

192

RUBRICAS (1)	QUANTIA ESCRITURADA INICIAL (2)	AUMENTOS				DIMINUIÇÕES				QUANTIA ESCRITURADA FINAL (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) - (7) - (8) - (9) - (10)
		COMPRAS (3)	GANHOS DE JUSTO VALOR (4)	REVERSÕES DE PERDAS POR IMPARIIDADE (5)	OUTROS (6)	ALIENAÇÕES (7)	PERDAS DE JUSTO VALOR (8)	PERDAS POR IMPARIIDADE (9)	OUTRAS (10)	
Activos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados										
Activos financeiros detidos para negociação	373 050 592,06 €	249 085 621,32 €	26 606 139,39 €		121 837,12 €	248 405 832,18 €	1 600 540,46 €		150,41 €	398 857 666,84 €
Participações financeiras - justo valor										
Outros activos financeiros										
Activos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras - custo										
Outros activos financeiros										
Total	373 050 592,06 €	249 085 621,32 €	26 606 139,39 €	0,00 €	121 837,12 €	248 405 832,18 €	1 600 540,46 €	0,00 €	150,41 €	398 857 666,84 €

Os outros aumentos referem-se maioritariamente a uma regularização no recebimento de retrocessões de um fundo. Já as outras diminuições dizem respeito, em 2020, ao recebimento de retrocessões em fundos e a pequenas regularizações e, em 2019, apenas a pequenas regularizações.

Nas diversas transacções de produtos financeiros (compra, venda, cupão, etc.) envolvendo moeda estrangeira, para se proceder à contabilização em moeda Euro, recorreu-se às taxas de câmbio divulgadas pelo Banco de Portugal. No entanto, no final de cada mês foram reconhecidas diferenças de câmbio baseadas nas conversões para euros comunicadas pelos bancos.

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos mapas de final de ano, foi utilizada a taxa de câmbio para o Euro do dia 31 de Dezembro de 2020:

MOEDA	DESCRIÇÃO	TAXA DE CÂMBIO
Dólar Americano	USD	1,2271
Libra Esterlina	GBP	0,89903
Yen Japonês	JPY	126,49
Coroa Norueguesa	NOK	10,4703
Franco Suíço	CHF	1,0802
Dólar Australiano	AUD	1,5896
Dólar Canadiano	CAD	1,5633
Coroa Dinamarquesa	DKK	7,4409
Coroa sueca	SEK	10,0343
Dólar Hong Kong	HKD	9,5142

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

As bases de mensuração usadas para valorizar os Benefícios de Empregados de curto prazo encontram-se descritas no ponto 2.1.

A 31 de Dezembro de 2020, a CPAS apresentou um quadro de pessoal com 46 colaboradores.

A CPAS concede aos seus colaboradores benefícios de curto prazo, os quais incluem:

- Ordenados e subsídios de refeição
- Ausências permitidas de curto prazo remuneradas, traduzidas em subsídios de Férias e subsídios de Natal
- Prémios anuais não recorrentes ou vinculados na atribuição, relacionados com a avaliação de desempenho anual
- Benefícios não monetários liquidados trimestralmente, como o plano de assistência médica e assistência médica em casa (*help-a-home*), suportado por um seguro de saúde que abrange todos os funcionários e um seguro de acidentes de trabalho

23. PATRIMÓNIO LÍQUIDO

No Exercício de 2020 e de 2019, no Património Líquido da CPAS ocorreram os seguintes movimentos:

DESIGNAÇÃO (1)	SALDO INICIAL (2)	AUMENTOS (3)	DIMINUIÇÕES (4)	TRANSFERÊNCIAS (+/-) (5)	SALDO FINAL (6) = (2) + (3) - (4) +/- (5)
Fundo de garantia	506 580 123,82 €			18.681 167,17 €	525 261 290,99 €
Fundo de reserva	244 382,79 €				244 382,79 €
Fundo de assistência	21 746 287,75 €	44 379,92 €			21 790 667,67 €
Fundo de administração	1 267 465,93 €				1 267 465,93 €
Fundo de sobrevivência	384 074,38 €				384 074,38 €
Fundo especial Dr. Lourenço Júnior	1 647 732,23 €	837,41 €	10 800,00 €		1 637 769,64 €
Excedentes de revalorização	26 540 553,48 €		85 881,18 €		26 454 672,30 €
Resultado líquido	18 681 167,17 €	-678 768,08 €		-18.681 167,17 €	-678 768,08 €
Total	577 091 787,55 €	-633 550,75 €	96 681,18 €	0,00 €	576 361 555,62 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DESIGNAÇÃO (1)	SALDO INICIAL (2)	AUMENTOS (3)	DIMINUIÇÕES (4)	TRANSFERÊNCIAS (+/-) (5)	SALDO FINAL (6) = (2) + (3) - (4) +/- (5)
Fundo de garantia	491 885 436,29 €			14.694 687,53 €	506 580 123,82 €
Fundo de reserva	244 382,79 €				244 382,79 €
Fundo de assistência	21 693 845,12 €	52 442,63 €			21 746 287,75 €
Fundo de administração	1 267 465,93 €				1 267 465,93 €
Fundo de sobrevivência	384 074,38 €				384 074,38 €
Fundo especial Dr. Lourenço Júnior	1 654 401,39 €	4 130,84 €	10 800,00 €		1 647 732,23 €
Excedentes de revalorização	26 540 553,48 €				26 540 553,48 €
Resultado líquido	14 694 687,53 €	18 681 167,17 €		-14 694 687,53 €	18 681 167,17 €
Total	558 364 846,91 €	18 737 740,64 €	10 800,00 €	0,00 €	577 091 787,55 €

24. GASTOS

24.1 Contribuições, Subsídios e Participações

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica Pensões, Subsídios e Participações decompõe-se como segue:

	2020	2019
Participação internamento hospitalar maternidade	60 465,36 €	63 074,03 €
Participação internamento hospitalar doença	94 584,66 €	84 647,96 €
Subsídios de maternidade	1 568 597,20 €	1 373 525,50 €
Subsídios de recuperação internamento hospitalar doença	251 380,00 €	260 980,00 €
Seguro de acidentes pessoais grupo	78 695,69 €	189 439,59 €
Assistência médica - Help a Home	103 729,78 €	199 005,92 €
Subsídio de estudo	1 483,93 €	1 745,80 €
Subsídios de nascimento	633 265,00 €	601 940,00 €
Subsídios por morte	337 410,00 €	318 840,00 €
Subsídios de assistência	58 374,00 €	64 584,00 €
Subsídios de sobrevivência	7 055 570,92 €	6 835 458,32 €
Ação médica medicamentosa diagnóstico	24 407,99 €	27 865,47 €
Participação internamento hospitalar maternidade	6 719,32 €	6 171,98 €
Participação despesas de funeral	52 647,44 €	50 042,79 €
Participação internamento hospitalar doença	241 872,44 €	198 975,56 €
Suplemento da pensão de reforma	676 988,56 €	763 147,87 €
Suplemento do subsídio de invalidez	656,46 €	656,46 €
Pensões de reforma	99 074 249,43 €	94 695 249,14 €
Complemento pensão de reforma	443,06 €	615,02 €
Subsídios de invalidez	961 572,03 €	1 227 360,17 €
Total	111 283 113,27 €	106 963 325,58 €

24.2 Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se como segue:

	2020	2019
Serviços especializados	1 051 564,86 €	728 847,85 €
Materiais de consumo	61 897,45 €	43 409,51 €
Energia e fluidos	80 464,20 €	69 092,36 €
Deslocações, estadas e transportes	17 858,16 €	19 289,77 €
Rendas e alugueres (Impressoras)	31 006,08 €	21 484,79 €
Comunicação	143 814,83 €	163 332,01 €
Seguros	69 627,99 €	69 392,50 €
Contencioso e notariado	11 332,58 €	61 112,82 €
Despesas de representação dos serviços	22,00 €	1 906,50 €
Limpeza, higiene e conforto	62 755,29 €	61 380,42 €
Outros serviços	284 095,59 €	354 565,21 €
Encargos com a Direcção	0,00 €	0,00 €
Encargos com Conselho Geral	2 327,39 €	4 365,61 €
Encargos com Conselho de Fiscalização	641,88 €	0,00 €
Total	1 817 408,30 €	1 598 179,35 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 116/2018, de 21 de Dezembro foi revogada a Portaria n.º 938/98, de 29 de Outubro, passando as remunerações da Direcção a ser tratadas como remunerações de Órgãos Estatutários e definidas pela Comissão de Remunerações.

24.3 Encargos com a Direcção

A 31 de Dezembro de 2020, a Direcção da CPAS é composta por 5 membros, a saber:

- Dr. Carlos Pinto de Abreu, na qualidade de Presidente
- Dr. Victor Alves Coelho, na qualidade de Vice-Presidente
- Dra. Susana Afonso, na qualidade de Vogal Secretária
- Dra. Catarina Mascarenhas, na qualidade de Vogal Tesoureira
- Sol. José Manuel Oliveira, na qualidade de Vogal

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 116/2018, de 21 de Dezembro, que procedeu à primeira alteração ao novo Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS) foi alterado o Artigo 8.º do RCPAS passando os membros da Direcção a ter direito a compensação pecuniária pelo exercício efectivo de funções, a fixar pela Comissão de Remunerações, ouvido o Conselho Geral e foi revogada a Portaria n.º 938/98, de 29 de Outubro.

Na sequência da deliberação da Comissão de Remunerações, nomeada para o efeito, ficou definido que aos membros da Direcção da CPAS seria paga uma compensação pecuniária correspondente a uma senha de presença, cujo valor nominal foi fixado em 300,00 €, como compensação por cada presença e participação efectiva nas reuniões plenárias da Direcção da CPAS, por cada presença nas reuniões do Conselho Geral da CPAS a que assistam e/ou por cada diligência ou deslocação necessária no exercício das suas funções ou em representação da Instituição, com o limite máximo mensal de 4.200,00 €.

A quantia total de todas as remunerações e compensações pagas aos membros da Direcção, durante o exercício de 2020, perfaz o montante total de 204 300,00 €.

24.4 Gastos com o Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica Gastos com o Pessoal decompõe-se como segue:

	2020	2019
Órgãos sociais e de gestão	226 000,00 €	212 100,00 €
Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo	86 863,80 €	87.143,29 €
Pessoal do quadro	705 322,32 €	662.230,36 €
Subsídio de férias	153 792,16 €	141 366,62 €
Subsídio de refeição	64 007,01 €	60 753,69 €
Gratificações variáveis ou eventuais	43 900,00 €	48 750,00 €
Isenção de horário de trabalho	67 836,56 €	64 536,11 €
Férias não gozadas	1 863,70 €	8 336,96 €
Ajudas de custo	4 643,60 €	5 236,06 €
Trabalho extraordinário	7 690,28 €	7 614,11 €
Abono para falhas	0,00 €	604,03 €
Indemnizações ao pessoal	609,00 €	0,00 €
Sistemas de protecção social	282 067,02 €	276 865,70 €
Seguro de acidentes no trabalho	13 228,56 €	11 424,27 €
Complemento de reforma	375,96 €	375,96 €
Passe social	730,00 €	1 217,00 €
Outros	1 864,31 €	24,00 €
Seguros com o pessoal	19 091,80 €	16 168,89 €
Total	1 679 886,08 €	1 604 747,05 €

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 116/2018, de 21 de Dezembro foi revogada a Portaria n.º 938/98, de 29 de Outubro, passado as remunerações da Direcção a ser tratadas como remunerações de Órgãos Estatutários e definidas pela Comissão de Remunerações.

24.5 Outros Gastos e Perdas

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica Outros Gastos e Perdas decompõe-se como segue:

	2020	2019
Impostos directos	133 378,46 €	1 342 787,72 €
Imposto municipal sobre imóveis (IMI)	115 102,80 €	117 989,72 €
Taxas	700,40 €	621,00 €
Diferenças de câmbio desfavoráveis na actividade de investimento	640 683,57 €	1 372 862,53 €
Serviços bancários	1 737 326,13 €	1 825 898,20 €
Abates	0,00 €	6 333,00 €
Outros não especificados	7,02 €	0,00 €
Outras correcções relativas a períodos anteriores	53 905,63 €	106 216,69 €
Quotizações	0,00 €	99,22 €
Insuficiência de estimativa para impostos	0,00 €	67 492,08 €
Títulos de dívida pública negociáveis	0,00 €	0,00 €
Perdas em fundos de investimento mobiliário de obrigações	963 322,99 €	41 695,77 €
Perdas em fundos de investimento mobiliário de acções	1 345 495,52 €	187 428,49 €
Perdas em fundos de investimento mobiliário mistos	21,10 €	221,03 €
Perdas em fundos de investimento mobiliário de tesouraria	0,00 €	1 731,22 €
Perdas em fundos de investimento mobiliário alternativos	20 558,62 €	10 088,40 €
Perdas em outros fundos de investimento mobiliário	57 962,23 €	13,44 €
Perdas em fundos de investimento imobiliário	603 665,41 €	47 224,70 €
Perdas em acções	717 057,47 €	204 850,49 €
Perdas em obrigações com garantia do Estado	149 634,25 €	44 741,94 €
Perdas em obrigações de empresas	2 416 551,42 €	178 548,70 €
Multas e penalidades	6 590,31 €	4 491,46 €
Outros não especificados	1 326,91 €	14 316,11 €
Juros de mora	0,00 €	1 120,81 €
Outros juros tributários	0,00 €	0,00 €
Outros juros	0,00 €	16 022,88 €
Gastos e perdas em operações com futuros	0,00 €	10 938,02 €
Total	8 963 290,24 €	5 603 733,62 €

196

25. OUTRAS DIVULGAÇÕES

ACTIVO

25.1 Clientes, Contribuintes e Utentes

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica Clientes, Contribuintes e Utentes decompõe-se como segue:

	2020	2019
Contribuintes	135 217 680,43 €	130 505 705,48 €
Perdas por imparidade acumuladas em contribuintes	-103 743 555,16 €	-103 266 700,15 €
Total	31 474 125,27 €	27 239 005,33 €

25.2 Outras Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica Outras Contas a Receber decompõe-se como segue:

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2020	2019
Pensões/subsídios/comparticipações	165 705,43 €	171 886,40 €
Fornecedores	21 034,56 €	24 131,66 €
Pessoal	569,81 €	110,90 €
Fornecedores de investimentos	0,00 €	1 989,75 €
Devedores por acréscimos de rendimentos (1)	1 854 676,46 €	1 638 725,73 €
Outros devedores e credores (2)	1 070 424,41 €	507 647,63 €
Perdas por imparidade acumuladas	-788 415,40 €	«-268 490,00 €
Total	2 323 995,27 €	2 076 002,07 €

- (1) Especialização de juros a receber de depósitos a prazo e de obrigações em 2021, referentes a 2020.
- (2) Esta rubrica desagrega-se sobretudo em juros decorridos da aquisição de títulos no valor de 109 289,13 € e rendas a receber no valor de 914 960,50 € (sendo que 788 415,40 € já se encontram registados como imparidade, na linha abaixo).

25.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica Diferimentos decompõe-se como segue:

	2019	2019
Seguros	152 807,25 €	28 254,38 €
Outros gastos a reconhecer	7 551,56 €	6 624,59 €
Total	160 358,81 €	34 878,97 €

PASSIVO

25.4 Fornecedores/ Fornecedores de Investimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, as rubricas Fornecedores e Fornecedores de Investimentos decompõe-se como segue:

	2020	2019
Fornecedores c/c	260 076,93 €	96 487,37 €
Fornecedores - retenções de garantia	498 182,87 €	489 877,65 €
Fornecedores de investimentos contas gerais	0,00 €	9 686,25 €
Total	758 259,80 €	596 051,27 €

25.5 Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se como segue:

	2020	2019
Imposto sobre o rendimento (1)	0,00 €	1 182 668,21 €
Retenção de impostos sobre rendimentos	1 586 869,19 €	1 502 728,85 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – IVA Liquidado	1 068,24 €	0,00 €
Contribuições para sistemas de protecção social e subsistemas de saúde	14 167,22 €	16 959,65 €
Descontos judiciais	1 081,26 €	0,00 €
Total	1 603 185,91 €	2 702 356,71 €

- (1) A inexistência de valor explica-se pela isenção de IRC concedida à CPAS a 16 de Janeiro de 2020 ao abrigo do artigo 9º do Código do IRC, nº 1, alíneas c) e d).

Não existem dívidas ao "Estado e Outros Entes Públicos" em situação de mora.

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

25.6 Outras Contas a Pagar

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica Outras Contas a Pagar decompõe-se como segue:

	2020	2019
Remunerações a pagar aos órgãos sociais e de gestão	11 437,70 €	1 218,45 €
Remunerações a pagar ao pessoal	96,99 €	0,00 €
Adiantamentos ao pessoal	3,39 €	108,75 €
Credores por acréscimos de gastos (1)	443 909,35 €	459 432,87 €
Cauções (2)	427 900,00 €	462 790,00 €
Outros devedores e credores (3)	338 353,23 €	1 377 953,73 €
Total	1 221 700,66 €	2 301 503,80 €

- (1) Inclui provisão para subsídio de férias e gratificações a liquidar aos funcionários em 2021, especialização de comissões de gestão e custódia de títulos a liquidar aos bancos em 2021 e gastos correntes relativos ao ano de 2020 facturados em 2021.
- (2) Representam, na sua totalidade, cauções recebidas de inquilinos.
- (3) Referem-se, na sua maioria, a valores registados na conta corrente de cobranças dos Beneficiários.

25.7 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica Diferimentos decompõe-se como segue:

	2020	2019
Rendas recebidas adiantadamente	407 183,71 €	405 562,63 €
Total	407 183,71 €	405 562,63 €

198

25.8 Responsabilidades contingentes

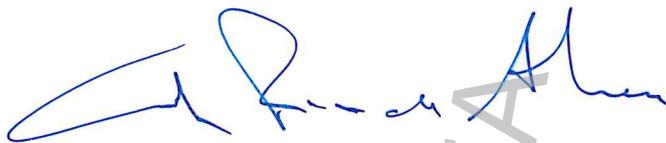
Em 31 de Dezembro de 2020 existiam 132 processos em contencioso, nos quais a CPAS figura como Ré, mas que segundo o Advogado mandatado para o patrocínio não representam responsabilidades futuras significativas para a Instituição.

Lisboa, 31 de Março de 2021.

Carla Elias
(Contabilista Certificada)

13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

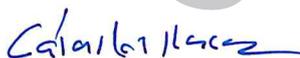
A DIRECÇÃO



Carlos Pinto de Abreu
(Presidente)



Victor Alves Coelho
(Vice-Presidente)



Catarina Mascarenhas
(Vogal Secretária)



Susana Afonso
(Vogal Tesoureira)



José Manuel de Oliveira
(Vogal)

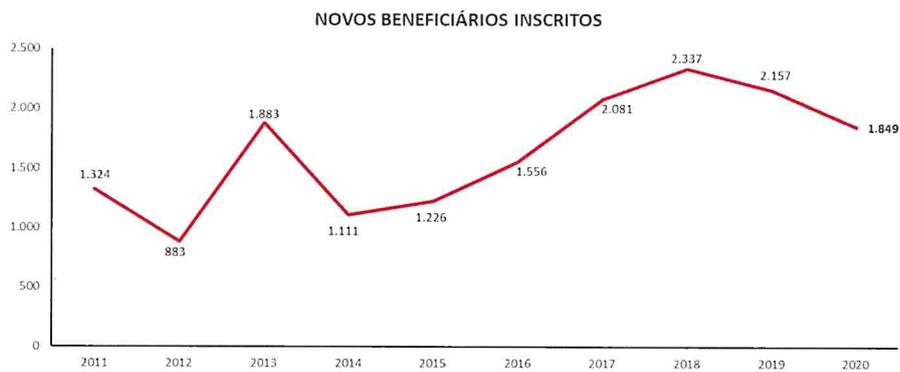
13. MAPAS E ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

200

14. SÉRIES ESTATÍSTICAS – 10 ANOS

Neste capítulo será apresentada a evolução histórica, por um período de 10 anos, dos principais indicadores da CPAS.

NOVOS BENEFICIÁRIOS INSCRITOS									
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1.324	883	1.883	1.111	1.226	1.556	2.081	2.337	2.157	1.849



BENEFICIÁRIOS COM INSCRIÇÃO ORDINÁRIA SEM PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES									
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
17.117	17.363	18.142	18.518	18.792	18.215	18.048	18.552	22.483	24.047



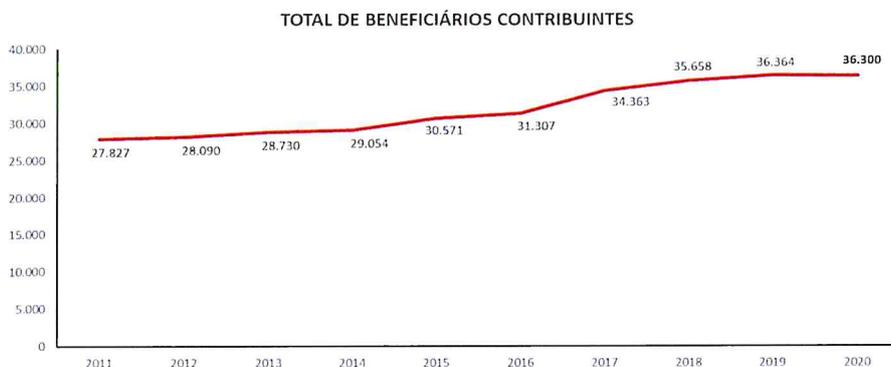
14. SÉRIES ESTATÍSTICAS – 10 ANOS

Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 [Initials]
 [Initials]

BENEFICIÁRIOS COM INSCRIÇÃO ORDINÁRIA COM PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES									
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
26.261	26.479	27.091	27.406	27.894	29.659	31.314	32.652	33.806	33.790



TOTAL DE BENEFICIÁRIOS CONTRIBUINTES									
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
27.827	28.090	28.730	29.054	30.571	31.307	34.363	35.658	36.364	36.300



202

202

RELAÇÃO CONTRIBUINTES/PENSIONISTAS E SUBSIDIADOS									
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
6,952	6,543	6,233	5,859	5,525	5,568	5,609	5,598	5,531	5,287



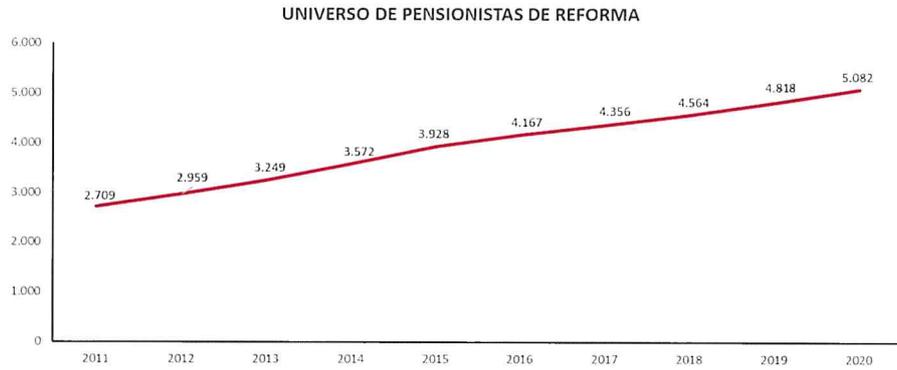
14. SÉRIES ESTATÍSTICAS – 10 ANOS

[Handwritten signatures and initials]

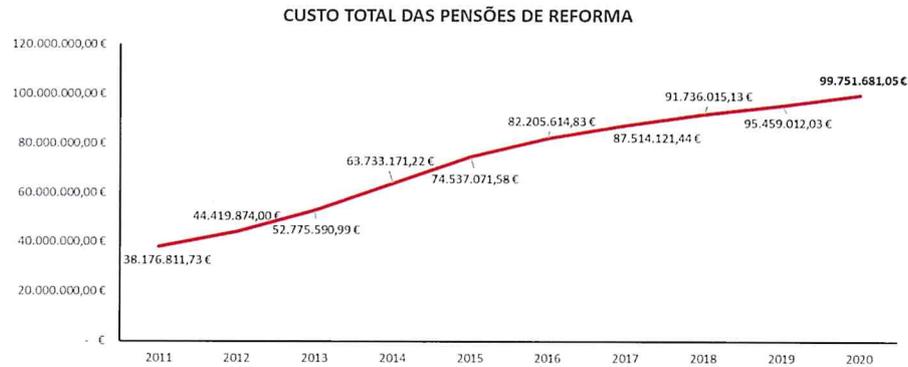
UNIVERSO DE PENSIONISTAS DE REFORMA									
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2.709	2.959	3.249	3.572	3.928	4.167	4.356	4.564	4.818	5.082

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]



CUSTO TOTAL DAS PENSÕES DE REFORMA									
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
38.176.811,73 €	44.419.874,00 €	52.775.590,99 €	63.733.171,22 €	74.537.071,58 €	82.205.614,83 €	87.514.121,44 €	91.736.015,13 €	95.459.012,03 €	99.751.681,05 €



UNIVERSO DE TITULARES DE SUBSÍDIO DE INVALIDEZ									
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
119	123	130	129	124	119	122	116	104	104



14. SÉRIES ESTATÍSTICAS – 10 ANOS

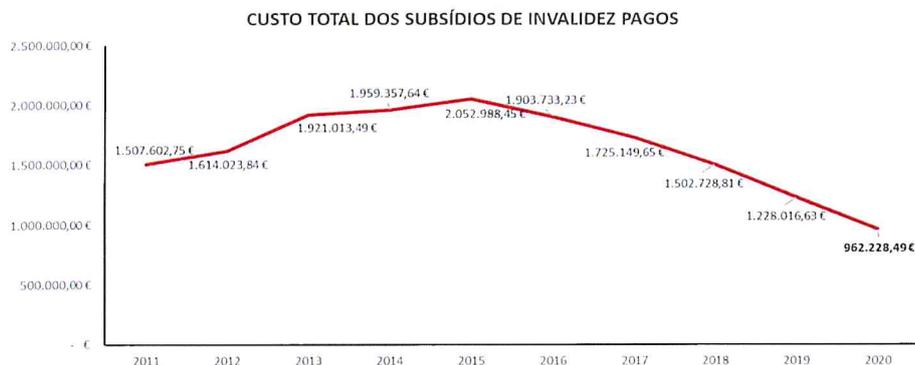
Handwritten signature

Handwritten initials

Handwritten signature

Handwritten initials

CUSTO TOTAL DOS SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ PAGOS									
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1.507.602,75 €	1.614.023,84 €	1.921.013,49 €	1.959.357,64 €	2.052.988,45 €	1.903.733,23 €	1.725.149,65 €	1.502.728,81 €	1.228.016,63 €	962.228,49 €



UNIVERSO DE TITULARES DE SUBSÍDIO DE SOBREVIVÊNCIA									
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1.175	1.211	1.230	1.258	1.293	1.337	1.405	1.452	1.494	1.518



204

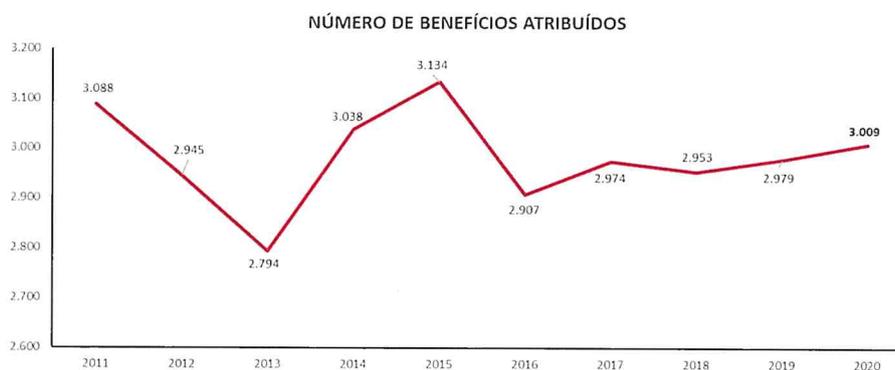
204

CUSTO TOTAL DE SUBSÍDIOS DE SOBREVIVÊNCIA PAGOS									
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
4.228.895,86 €	4.331.345,71 €	4.822.580,20 €	5.253.026,39 €	5.590.788,00 €	5.958.664,10 €	6.469.530,49 €	6.665.200,96 €	6.835.458,32 €	7.055.570,92 €

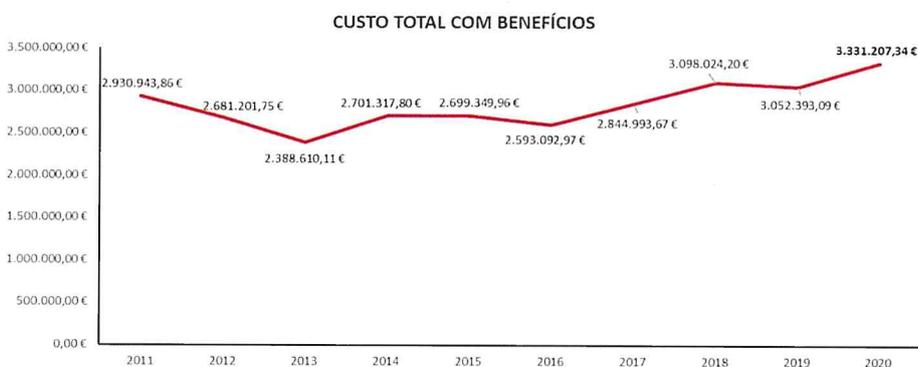


14. SÉRIES ESTATÍSTICAS – 10 ANOS

NÚMERO DE BENEFÍCIOS ATRIBUÍDOS									
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
3.088	2.945	2.794	3.038	3.134	2.907	2.974	2.953	2.979	3.009



CUSTO TOTAL COM BENEFÍCIOS									
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2.930.943,86 €	2.681.201,75 €	2.388.610,11 €	2.701.317,80 €	2.699.349,96 €	2.593.092,97 €	2.844.993,67 €	3.098.024,20 €	3.052.393,09 €	3.331.207,34 €



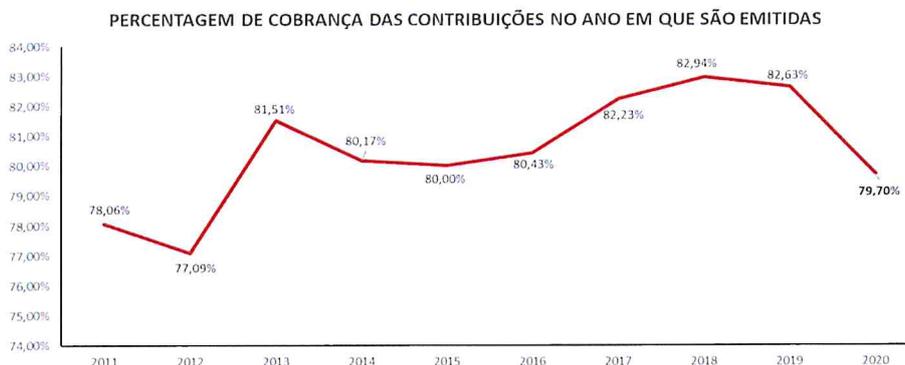
COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES									
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
62.344.801,59 €	63.389.835,64 €	67.218.987,67 €	64.043.197,07 €	68.380.587,07 €	68.978.605,61 €	84.003.256,28 €	95.933.892,88 €	92.071.145,19 €	93.028.570,04 €



14. SÉRIES ESTATÍSTICAS – 10 ANOS

Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

PERCENTAGEM DE COBRANÇA DAS CONTRIBUIÇÕES NO ANO EM QUE SÃO EMITIDAS									
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
78,06%	77,09%	81,51%	80,17%	80,00%	80,43%	82,23%	82,94%	82,63%	79,70%



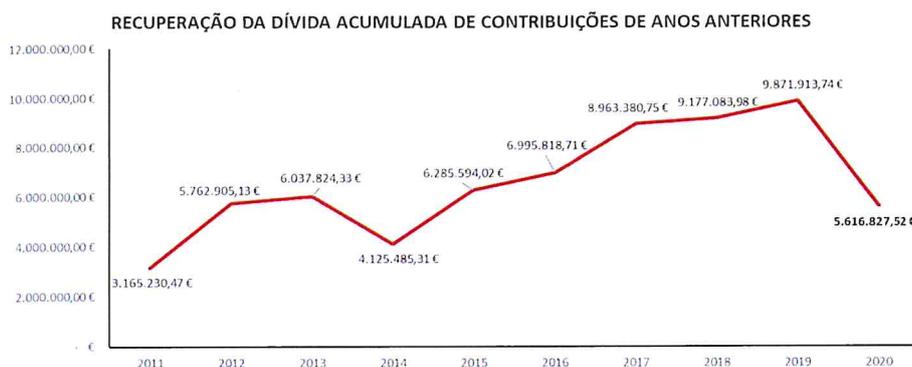
DÍVIDA ACUMULADA DE CONTRIBUIÇÕES									
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
94.649.552,46 €	106.564.014,51 €	114.535.103,08 €	125.334.986,18 €	134.995.139,96 €	129.085.180,29 €	128.609.786,47 €	129.930.690,92 €	135.804.267,15 €	141.316.920,31 €



206

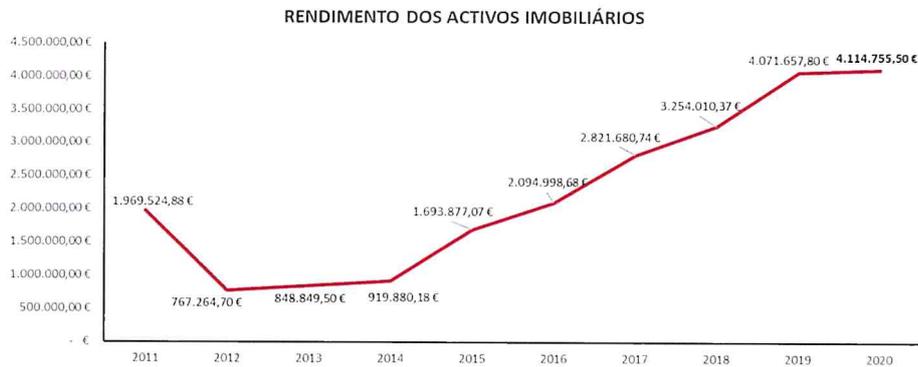
206

RECUPERAÇÃO DA DÍVIDA ACUMULADA DE CONTRIBUIÇÕES DE ANOS ANTERIORES									
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
3.165.230,47 €	5.762.905,13 €	6.037.824,33 €	4.125.485,31 €	6.285.594,02 €	6.995.818,71 €	8.963.380,75 €	9.177.083,98 €	9.871.913,74 €	5.616.827,52 €

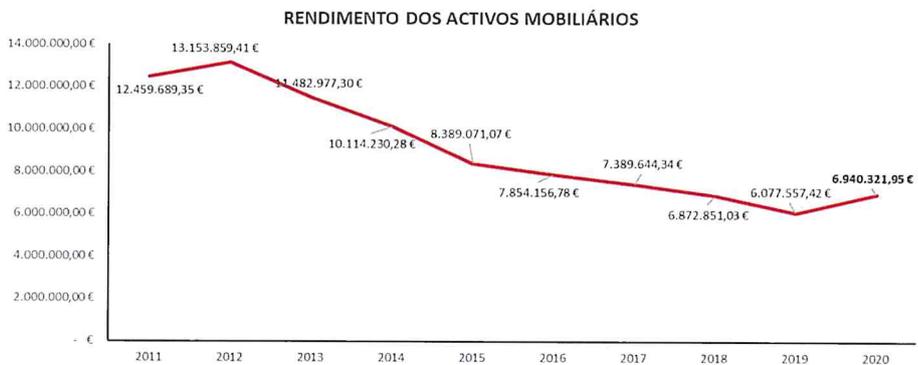


14. SÉRIES ESTATÍSTICAS – 10 ANOS

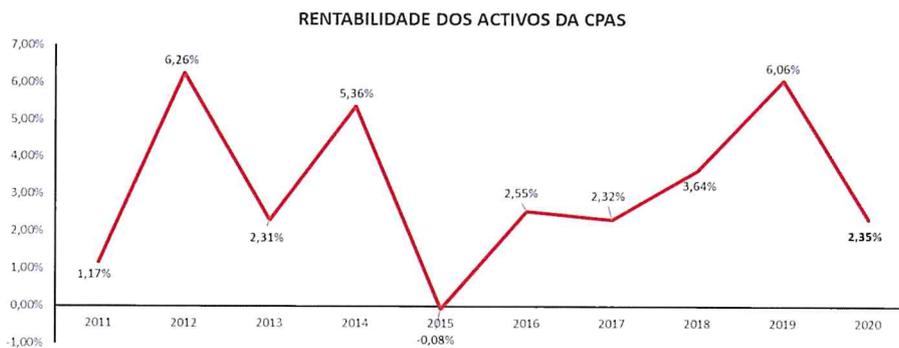
RENDIMENTO DOS ACTIVOS IMOBILIÁRIOS									
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1.969.524,88 €	767.264,70 €	848.849,50 €	919.880,18 €	1.693.877,07 €	2.094.998,68 €	2.821.680,74 €	3.254.010,37 €	4.071.657,80 €	4.114.755,50 €



RENDIMENTO DOS ACTIVOS MOBILIÁRIOS									
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
12.459.689,35	13.153.859,41	11.482.977,30	10.114.230,28	8.389.071,07	7.854.156,78	7.389.644,34	6.872.851,03	6.077.557,42	6.940.321,95



RENTABILIDADE DOS ACTIVOS DA CPAS									
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1,17%	6,26%	2,31%	5,36%	-0,08%	2,55%	2,32%	3,64%	6,06%	2,35%



14. SÉRIES ESTATÍSTICAS – 10 ANOS

VALOR TOTAL DO ACTIVO LIQUIDO									
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
502.852.901,10 €	546.716.963,01 €	555.960.058,78 €	582.510.224,24 €	561.743.854,04 €	554.601.205,94 €	554.416.076,32 €	569.383.067,18 €	590.201.823,39 €	587.673.710,34 €



VALOR TOTAL DO FUNDO DE GARANTIA									
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
423.212.518,00 €	461.551.949,88 €	495.922.085,04 €	507.198.082,27 €	521.986.329,88 €	502.265.638,77 €	491.122.506,41 €	491.885.436,29 €	506.580.123,82 €	525.261.290,99 €



VALOR TOTAL DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA									
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
12.024.121,83 €	12.886.596,51 €	16.482.137,92 €	19.164.051,64 €	21.514.669,39 €	21.580.668,88 €	21.639.266,83 €	21.693.845,12 €	21.746.287,75 €	21.790.667,67 €









ANEXOS



FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA SOCIAL
DR. JOSÉ LOURENÇO JÚNIOR E SUA MULHER D. OTÍLIA PESSOA MURTA LOURENÇO

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO 2020

No dia 27 de Outubro de 1993, no dia 19 de Dezembro de 1993 e no dia 16 de Janeiro de 1994, o Dr. José Lourenço Júnior doou à CPAS, que aceitou a doação, as quantias de 50.000.000\$00, de 30.000.000\$00 e de 70.000.000\$00, respectivamente, para prossecução dos fins que constam do regulamento do respectivo Fundo e sujeita aos termos e condições no mesmo estipulados, de 27 de Outubro de 1993, elaborado nos termos do artigo 31.º do mesmo regulamento.

Tais Doações tiveram como objectivo a criação de um Fundo, com autonomia de existência, de despesas e de rendimentos, o qual veio a ser denominado Fundo Especial de Segurança Social Dr. José Lourenço Júnior e sua mulher D. Otília Pessoa Murta Lourenço.

Conforme consta do respectivo regulamento, o Fundo destina-se a conceder aos advogados inscritos na CPAS, activos ou reformados, e por sua morte aos seus ex-cônjuges, prestações pecuniárias nas eventualidades de invalidez e velhice, complementares de idênticas prestações do regime geral da segurança social e ainda prestações pecuniárias de apoio social.

No Exercício de 2020 foram atribuídas 3 prestações pecuniárias de apoio social no valor de 300,00 € mensais, que pelo seu enquadramento específico reuniam os requisitos no âmbito do Fundo Especial de Segurança Social Dr. Lourenço Júnior e sua mulher D. Otília Pessoa Murta Lourenço.

Tais prestações pecuniárias de apoio social encontram-se previstas nos artigos 23.º e seguintes do regulamento do Fundo, dependendo a sua atribuição, designadamente, da verificação dos seguintes requisitos: disponibilidades financeiras do Fundo; situação de carência económica grave do beneficiário para fazer face a situações comprovadas de doença que exija internamento ou tratamento de ambulatório de custo elevado e instrução do processo com um relatório de uma assistente social designada pela CPAS, do qual conste, devidamente fundamentado, parecer sobre a concessão da prestação requerida.

Durante o ano de 2020, no âmbito de autonomia de despesas e rendimentos do Fundo Especial de Segurança Social Dr. José Lourenço Júnior e sua mulher D. Otília Pessoa Murta Lourenço, foi reforçado em 837,41 € em 2020 resultante da capitalização do montante através de investimento em Depósito a Prazo e reduzido em 10.800,00 € em 2020 resultante da atribuição das já referenciadas prestações pecuniárias.

lu
W
M

Salienta-se que a totalidade do valor do Fundo se encontra investido em Depósitos a Prazo, facto que naturalmente se reflecte na rentabilidade anual do Fundo.

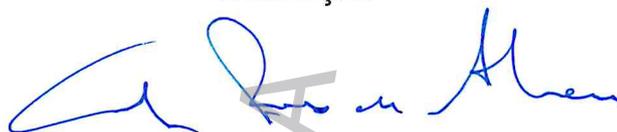
O valor total do Fundo, no final de 2020, era de 1.637.769,64 €.

Abaixo apresenta-se um quadro resumo da variação do valor do Fundo e respectivas rentabilidades por ano:

	VALOR FUNDO	RENTABILIDADE
2011	1.485.470,35 €	2,76%
2012	1.574.554,02 €	6,00%
2013	1.601.466,32 €	3,22%
2014	1.643.154,92 €	2,60%
2015	1.648.964,07 €	0,35%
2016	1.648.964,07 €	0,00%
2017	1.652.858,14 €	0,24%
2018	1.654.401,39 €	0,32%
2019	1.647.732,23 €	0,25%
2020	1.637.769,64 €	0,05%

Lisboa, 31 de Março de 2021

A DIRECÇÃO



Carlos Pinto de Abreu
(Presidente)



Victor Alves Coelho
(Vice-Presidente)

Catarina Mascarenhas
(Vogal Secretária)

Susana Afonso
(Vogal Tesoureira)

José Manuel de Oliveira
(Vogal)

28-12-2020

CPAS

1947

CAIXA DE PREVIDÊNCIA
DOS ADVOGADOS E SOLICITADORES

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS ADVOGADOS E SOLICITADORES

Orçamento para 2021 e plano de actividades
para 2021

ÍNDICE

ÍNDICE	1
NOTAS INTRODUTÓRIAS	2
PLANO DE ACTIVIDADES	3
ORÇAMENTO PARA 2021	5
.RENDIMENTOS	5
.GASTOS	8
.IMPARIDADES	15
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL	16
DESPESAS DE INVESTIMENTO	17
ORÇAMENTO DE TESOURARIA	18

A blue handwritten signature is located at the top right of the page, above a horizontal line. Below the line, the letter 'W' is written in blue ink.

Handwritten initials in blue ink, appearing to be 'MS'.

Handwritten initials in blue ink, appearing to be 'Z'.



NOTAS INTRODUTÓRIAS

Apesar de não existir qualquer referência no Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS) relativamente à aprovação do Orçamento Anual, este trata-se de um indispensável instrumento de gestão previsional e constitui uma referência ao nível dos objectivos estabelecidos, aos recursos necessários e as acções a desenvolver para alcançar os resultados pretendidos.



O Orçamento é elaborado com os contributos das diferentes áreas operacionais e tem como base a análise da evolução histórica das diversas rubricas, ponderada com a observada execução orçamental de 2020 e em conjugação com as actividades previstas para o próximo ano.

Refira-se também que o presente Orçamento foi realizado antes do final do exercício, logo os valores realizados de 2020 são estimativas considerando a execução até Outubro de 2020 e extrapolando esses valores até ao final do ano.

PLANO DE ACTIVIDADES

A Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS) tem por fim estatutário conceder pensões de reforma aos seus Beneficiários e subsídios por morte às respectivas famílias, exercendo ainda uma actividade relevante ao nível de assistência social. O seu objectivo prioritário é o de prover aos seus Beneficiários uma velhice condigna, que represente adequadamente a recompensa de uma vida de trabalho e da inerente participação no sistema previdencial.

O regime de previdência da CPAS é de repartição intergeracional, ou seja, a geração actual encontra -se a pagar as pensões da geração passada, esperando -se que também a geração vindoura pague as pensões dos actuais contribuintes.

Para o efeito a CPAS emite mensalmente contribuições aos seus Beneficiários, calculadas pela aplicação da taxa de 24% a uma remuneração convencional, de entre 26 escalões indexados que têm como referência o Indexante Contributivo (IC), que se mantém em 581,90 euros para o ano de 2021, ajustado por um factor de correcção de menos 10%.

O pagamento atempado das referidas contribuições é da responsabilidade dos Beneficiários da CPAS. Cabe à Direcção da CPAS, caso não se verifique esse pagamento, promover a cobrança coerciva das contribuições em dívida na base de um princípio de equidade, aferido na relação com a esmagadora maioria dos Beneficiários que pagam pontualmente as suas contribuições.

A CPAS confronta-se com um problema que se arrasta no tempo e que carece de resolução, porquanto, embora esteja legalmente prevista a possibilidade de a CPAS cobrar coercivamente as contribuições mensais não pagas por parte dos Beneficiários, a verdade é que não se tem logrado concretizar plenamente essa cobrança, estando em curso reuniões técnicas com representantes do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social no sentido de operacionalizar a cobrança dos montantes de contribuições em dívida à CPAS através das secções de processo executivo do sistema de solidariedade e segurança social.

Refira-se também que, os principais indicadores de actividade apurados e divulgados nos últimos anos demonstram o desempenho da Instituição e a melhoria sustentada da sua capacidade económica e financeira para cumprir os seus fins. No entanto a situação de pandemia de Covid-19 que provocou, e continua a provocar, vários efeitos económicos em Portugal e no Mundo, desde a previsão da maior recessão em tempos de democracia para o ano de 2020 em Portugal, até à quase paralisação de alguns sectores da actividade económica irá consequentemente ter impactos na CPAS.

Foi possível, nesta conjuntura, garantir a implementação já para 2021 da solução de protecção ao rendimento dos nossos Beneficiários em situação de impedimento temporário absoluto para o exercício da profissão por doença ou por acidente, materializado num seguro anual de protecção de rendimentos por acidente ou doença totalmente oferecido pela CPAS. Esta iniciativa da CPAS constitui uma importante inovação em matéria de protecção dos Beneficiários, traduz um esforço imenso e uma extensão significativa da resposta assistencial da Instituição e vai dar resposta a um anseio dos Beneficiários em caso de doença ou acidente.

O ano de 2021 irá ser um ano desafiante no que respeita aos mercados de capitais o que irá exigir um acompanhamento constante da evolução dos títulos sob gestão, apesar da resiliência e qualidade dos Títulos que constituem a carteira de Valores Mobiliários da CPAS face a desempenhos muito adversos dos Mercados.

Cabe à Direcção da CPAS garantir a correcta gestão dos activos, mobiliários e imobiliários, da Instituição através de políticas de investimento adequadas ao seu perfil de risco e reavaliadas com base nas condições de mercado vigentes. Bem como salvaguardar a diversificação prudencial do tipo de activos, sempre com um adequado acompanhamento e análise do binómio rentabilidade/risco, por forma a garantir resultados estáveis sem volatilidade, de maneira a garantir a sustentabilidade no médio e longo prazo.

Cabe também a Direcção a gestão de relações institucionais entre a CPAS e as entidades públicas, privadas e os diversos órgãos da CPAS. Bem como garantir e promover uma política de comunicação estreita e regular com os seus Beneficiários que acautele o melhor interesse dos Beneficiários e que assegure, a longo prazo, a solidez e a sustentabilidade da CPAS, mas também, visando criar condições para continuar a resolver problemas que legitimamente os preocupam e afectam negativamente.

Com o objectivo de criar condições especiais para os seus Beneficiários, a CPAS também tem vindo, e continuará a celebrar com entidades de diversas áreas, a nível nacional, um vasto leque de protocolos.

ORÇAMENTO PARA 2021

RENDIMENTOS

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTADO 2020	REALIZADO OUTUBRO 2020	EXTRAPOLADO FINAL 2020	ORÇAMENTADO 2021
RENDIMENTOS				
Contribuições regulamentares	107.406.000,00 €	90.766.969,00 €	108.920.362,80 €	109.000.000,00 €
Impostos, contribuições e taxas	107.406.000,00 €	90.766.969,00 €	108.920.362,80 €	109.000.000,00 €
Receitas de procuradoria e taxa de justiça cível	27.200,00 €		0,00 €	0,00 €
Rendas em propriedades de investimento	4.107.000,00 €	3.846.284,35 €	4.615.541,22 €	4.000.000,00 €
Ganhos em instrumentos financeiros	6.330.000,00 €	3.915.475,17 €	4.698.570,20 €	4.700.000,00 €
Multas de processos disciplinares	88.000,00 €	56.321,86 €	67.586,23 €	69.000,00 €
Outros	66.100,00 €	1.160.349,17 €	1.392.419,00 €	90.000,00 €
Outros rendimentos e ganhos	10.618.300,00 €	8.978.430,55 €	10.774.116,66 €	8.859.000,00 €
Juros de mora (contribuições e pensões)	1.495.000,00 €	675.927,46 €	811.112,95 €	900.000,00 €
Juros e dividendos de instrumentos financeiros	4.310.000,00 €	2.012.094,26 €	4.214.513,11 €	4.200.000,00 €
Juros e rendimentos similares obtidos	5.805.000,00 €	2.688.021,72 €	5.025.626,06 €	5.100.000,00 €
TOTAL DOS RENDIMENTOS	123.829.300,00 €	102.433.421,27 €	124.720.105,52 €	122.959.000,00 €

Contribuições regulamentares

O valor orçamentado para 2020 relativo à **emissão de contribuições** foi de 107.406.000,00 €, até Outubro de 2020 a execução orçamental foi de 90.766.969,00 €, o que representa um valor realizado de 108.920.362,80 € se extrapolado para o para o final do ano de 2020.

Para 2021 o Indexante Contributivo (IC) próprio da CPAS (IC=581,90 €, corrigido com base no valor da inflação anualmente publicado pelo INE) não sofreu qualquer variação face ao ano de 2020 e o mesmo sucedeu com o Factor de Correção do Indexante Contributivo, de menos 10%, para ser aplicado no ano de 2021, o que constituiu um mecanismo de moderação do montante das contribuições em todos os escalões contributivos.

Neste sentido estima-se que não exista uma variação substancial no valor das contribuições emitidas em 2021 face ao verificado no ano anterior.

Para 2021 orçamenta-se 109.000.000,00 € o que representa um aumento de 1% no valor da emissão de contribuições face aos valores reais estimados para o para o final do ano de 2020, considerando a manutenção do Indexante Contributivo em 581,90 €, e a manutenção do Factor de Correção do Indexante Contributivo, de menos 10% proposto pela Direcção.

Receitas de procuradoria e taxa de justiça cível

O valor orçamentado para 2020 relativo às **receitas de procuradoria e taxa de justiça cível** foi de 27.200,00 €, até Outubro de 2020 a execução orçamental foi 0.00 €, o que representa um valor realizado de 0,00 € se extrapolado para o para o final do ano de 2020.

A CPAS tem vindo a receber valores remetidos a título de Procuradoria e de Taxas de Justiça Cível que se reportam a processos entrados até à data da revogação das respectivas disposições legais, em 2020 não foram recebidas quaisquer remessas.

Assim, para 2021 orçamenta-se 0,00 € o que representa uma redução de 100% no valor dessas verbas, considerando a continuação do cenário de ausência de remessa destes valores.

Rendas em propriedades de investimento

O valor orçamentado para 2020 relativo a **rendas em propriedades de investimento** foi de 4.107.000,00 €, até Outubro de 2020 a execução orçamental foi de 3.846.284,35, o que representa um valor realizado de 4.615.541,22 € se extrapolado para o para o final do ano de 2021.

Para 2021 orçamenta-se 4.000.000,00 € o que representa uma redução de aproximadamente 10% no valor dos rendas em propriedades de investimento face aos valores reais estimados para o para o final do ano de 2020, resultado da actualização anual de rendas e redução do valor dos novos arrendamentos causada pela redução generalizada dos preços de mercado dos arrendamentos nos grandes centros urbanos motivada pela redução da procura em consequência da pandemia.

Rendimentos de aplicações financeiras

O valor orçamentado para 2020 relativo a **ganhos em instrumentos financeiros** foi 6.330.000,00 €, até Outubro de 2020 a execução orçamental foi de 3.915.475,17 €, o que representa um valor realizado de 4.698.570,20 € se extrapolado para o para o final do ano de 2020.

Para 2021 orçamenta-se 4.700.000,00 € o que representa uma manutenção no valor dos ganhos em instrumentos financeiros face aos valores reais estimados para o para o final do ano de 2020, um vez que este ano tem sido um ano extraordinariamente volátil para os mercados financeiros, estima-se que em 2021 esta volatilidade possa continuar pela dificuldade de avaliar o impacto futuro na economia da situação de pandemia, salientando-se que a carteira da CPAS continua maioritariamente a ser constituído por investimentos classificados como mais conservadores.

Multas de processos disciplinares

O valor orçamentado para 2020 relativo a **multas de processos disciplinares** foi de 88.000,00 €, até Outubro de 2020 a execução orçamental foi de 56.321,86 €, o que representa um valor realizado de 67.586,23 € se extrapolado para o para o final do ano de 2020.

Para 2021 orçamenta-se 69.000,00 € o que representa uma aumento de 2% no valor da receitas de multas disciplinares face aos valores reais estimados para o para o final do ano de 2020, em linha com os dados históricos.

Juros de mora (contribuições e pensões)

O valor orçamentado para 2020 relativo a **juros de mora (contribuições)** foi de 1.495.000,00 €, até Outubro de 2020 a execução orçamental foi de 675.927,46 €, o que representa um valor realizado de 811.112,95 € se extrapolado para o para o final do ano de 2020.

Para 2021 orçamenta-se 900.000,00 € o que representa uma manutenção no valor relativo a juros de mora (contribuições) face aos valores reais estimados para o para o final do ano de 2020, uma vez que a Direcção irá continuar com a sua política de recuperação de contribuições em dívida. Neste valor não estão considerados impactos da eventual operacionalização da cobrança coerciva de dívidas que poderá gerar maiores ganhos nesta rubrica se implementada durante o ano de 2021.

Juros e dividendos de instrumentos financeiros

O valor orçamentado para 2020 relativo a **juros e dividendos de instrumentos financeiros** foi de 4.310.000 €, até Outubro de 2020 a execução orçamental foi de 2.012.094,26 €, o que representa um valor realizado de 4.214.513,11 € se extrapolado para o para o final do ano de 2020 uma vez que o juro corrido, e não pago, dos instrumentos financeiros detidos pela CPAS apenas é imputado às contas no final do ano.

Para 2021 orçamenta-se 4.200.000,00 € o que representa uma manutenção do valor relativo juros e dividendos de instrumentos financeiros face aos valores reais estimados para o para o final do ano de 2020, uma vez que apesar de se esperar uma variação positiva nas taxas de juro durante o ano de 2021, na sequência da política

da Direcção de reforço do investimento em activos imobiliários, poderá existir uma redução do investimento nos títulos geradores deste tipo de rendimentos.

Comparação do orçamento para 2021 com o orçamento de 2020

O valor total dos rendimentos orçamentados para o ano de 2021 é de 122.959.000,00 €, apresentando um desvio face aos valores orçamentados em 2020 de -870.000,00 € (-1,4%) justificado fundamentalmente pelo impacto que se estima exista no valor dos rendimentos relativos a rendas em propriedades de investimento pelos motivos que atrás se referiram.

GASTOS

M. C. A.

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTADO 2020	REALIZADO OUTUBRO 2020	EXTRAPOLADO FINAL 2020	ORÇAMENTADO 2021
GASTOS				
Pensões/Subsídios/Comparticipações	111 682 500,00 €	87 304 988,40 €	110 861 662,83 €	115 954 088,08 €
Fornecimentos e serviços externos	1 823 690,00 €	1 465 625,88 €	1 758 751,06 €	1 792 620,00 €
Gastos com o pessoal	1 470 145,00 €	1 147 265,17 €	1 488 000,57 €	1 584 525,00 €
Outros gastos e perdas	1 570 000,00 €	1 510 768,88 €	1 812 922,66 €	1 620 000,00 €
TOTAL DOS GASTOS	116 546 335,00 €	91 428 648,33 €	115 921 337,11 €	120.661.233,00 €

Pensões/Subsídios/Comparticipações

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTADO 2020	REALIZADO OUTUBRO 2020	EXTRAPOLADO FINAL 2020	ORÇAMENTADO 2021
GASTOS				
Pensões/Subsídios/Comparticipações	111 682 500,00 €	87 304 988,40 €	110 861 662,83 €	115 954 088,08 €
DESPESAS DE PREVIDENCIA	98 690 000,00 €	78 012 529,44 €	99 288 673,83 €	102 512 938,08 €
Pensões de reforma	97 890 000,00 €	77 478 223,20 €	98 608 647,71 €	101 810 829,04 €
Suplemento das pensões de reforma	800 000,00 €	534 306,24 €	680 026,12 €	702 109,04 €
Reforço de provisão "LOE 2012 - Artº 20º e 25º"				
DESPESAS DE ASSISTÊNCIA	12 992 500,00 €	9 292 458,96 €	11 572 988,99 €	13 441 150,00 €
Subsídios de invalidez	1 336 000,00 €	763 422,96 €	971 629,22 €	990 000,00 €
Suplementos dos subsídios de invalidez	700,00 €	515,79 €	656,46 €	650,00 €
Subsídios de sobrevivência	7 250 000,00 €	5 540 757,11 €	7 051 872,69 €	7 200 000,00 €
Subsídios de nascimento	653 000,00 €	520 235,00 €	624 282,00 €	630 000,00 €
Subsídios de maternidade	1 481 000,00 €	1 315 995,10 €	1 579 194,12 €	1 580 000,00 €
Subsídios de recuperação intern hosp.doença	265 200,00 €	213 915,00 €	256 698,00 €	250 000,00 €
Comparticipações internamento hospitalar-matern	65 000,00 €	55 069,66 €	66 083,59 €	66 000,00 €
Comparticipações internamento hospitalar-doença	267 000,00 €	297 954,90 €	357 545,88 €	358 000,00 €
Acção médica e medicamentosa	28 000,00 €	19 368,46 €	23 242,15 €	24 000,00 €
Subsídios por morte	346 000,00 €	284 070,00 €	340 884,00 €	341 000,00 €
Subsídios funeral	53 000,00 €	45 154,16 €	54 184,99 €	54 000,00 €
Subsídios de assistência	66 000,00 €	52 266,00 €	62 719,20 €	63 000,00 €
Bolsas de estudo	1 600,00 €	1 309,35 €	1 571,22 €	1 500,00 €
Seguro de assistência médica permanente	106 000,00 €	103 729,78 €	103 729,78 €	104 000,00 €
Seguro grupo de acidentes pessoais	74 000,00 €	78 695,69 €	78 695,69 €	79 000,00 €
Subsídio de incapacidade temporária por doença	1 000 000,00 €			1 700 000,00 €

8

O valor orçamentado para 2020 relativo a **Pensões/Subsídios/Comparticipações** foi de 111.682.500,00 €, até Outubro de 2020 a execução orçamental foi de 87.304.988,40 €, o que representa um valor realizado de 110.861.662,83 € se extrapolado para o para o final do ano de 2020.

Para 2021 orçamenta-se 115.954.088,08 € o que representa um aumento de 4,6% no valor relativo **Pensões/Subsídios/Comparticipações** face aos valores reais estimados para o para o final do ano de 2020, justificado maioritariamente pelo aumento estimado relativamente a pensões de reforma em pagamento.

No que respeita aos gastos com **Pensões/Subsídios/Comparticipações** importa salientar as seguintes:

- O valor orçamentado para 2020 relativo a despesas de previdência (pensões de reforma) foi de 98.690.000,00 €, até Outubro de 2020 a execução orçamental foi de 78.012.529,44 €, o que representa um valor realizado de 99.288.673,83 € se extrapolado para o para o final do ano de 2020. Para 2021 orçamenta-se 102.512.938,08 € o que representa um aumento de 3,25% no valor relativo a despesas

de previdência (pensões de reforma) face aos valores reais estimados para o para o final do ano de 2020, valor considerado adequado face à expectativa de desaceleração do crescimento destes gastos subsequente à publicação do novo Regulamento da CPAS.

- O valor orçamentado para 2020 relativo a despesas de assistência (Subsídios de invalidez, subsídios de sobrevivência e benefícios) foi de 12.992.500,00 €, até Outubro de 2020 a execução orçamental foi de 9.292.458,96 €, o que representa um valor realizado de 11.572.988,99 € se extrapolado para o para o final do ano de 2020. Para 2021 orçamenta-se 13.500,00 € o que representa um aumento de 16% no valor relativo a despesas de assistência (Subsídios de invalidez, subsídios de sobrevivência e benefícios) face aos valores reais estimados para o final do ano de 2020, impactado principalmente pelo gasto estimado com a atribuição do novo Subsídio de Incapacidade Temporária por Doença.

No que respeita aos gastos com despesas de assistência (Subsídios de invalidez, subsídios de sobrevivência e benefícios) importa salientar as seguintes:

- Gastos com subsídios de invalidez
Para 2021 orçamenta-se 990.000,00 € o que representa um aumento de 2% no valor relativo a gastos com subsídios de invalidez face aos valores reais estimados para o final do ano de 2020, valor considerado adequado de acordo com a expectativa da evolução destes gastos face ao verificado através de uma análise histórica da sua evolução.
- Gastos com subsídios de sobrevivência
Para 2021 orçamenta-se 7.200.000,00 € o que representa um aumento de 2% no valor relativo a gastos com subsídios de sobrevivência face aos valores reais estimados para o final do ano de 2020, valor considerado adequado de acordo com a expectativa da evolução destes gastos face ao verificado através de uma análise histórica da sua evolução.
- Gastos com subsídios de nascimento
Para 2021 orçamenta-se 630.000,00 € o que representa um aumento de 1% no valor relativo a gastos com subsídios de nascimento face aos valores reais estimados para o final do ano de 2020, valor considerado adequado de acordo com a expectativa da evolução destes gastos face ao verificado através de uma análise histórica da sua evolução.
- Gastos com subsídios de maternidade
Para 2021 orçamenta-se 1.580.000,00 € o que representa uma estimativa de manutenção do valor relativo a gastos com subsídios de maternidade face aos valores reais estimados para o final do ano de 2020, valor considerado adequado de acordo com a expectativa da evolução destes gastos face ao verificado através de uma análise histórica da sua evolução e face à divisão por género do universo de Beneficiários da CPAS.
- Gastos com participações por internamento hospitalar por doença
Para 2021 orçamenta-se 250.000,00 € o que representa uma redução de 3% no valor relativo a gastos com participações por internamento hospitalar por doença face aos valores reais estimados para o final do ano de 2020, valor considerado adequado de acordo com a expectativa da evolução destes gastos face ao verificado através de uma análise histórica da sua evolução.
- Gastos com subsídios por morte
Para 2021 orçamenta-se 341.000,00 € o que representa uma estimativa de manutenção do valor relativo a gastos com subsídios por morte face aos valores reais estimados para o final do ano de 2020, valor considerado adequado de acordo com a expectativa da evolução destes gastos face ao verificado através de uma análise histórica da sua evolução e face ao nível de envelhecimento do universo de Beneficiários da CPAS.
- Gastos com Seguros (SAMP, SAP)
Para 2021 orçamenta-se 79.000,00 € de gastos com a oferta do seguro de assistência médica permanente representa uma estimativa de manutenção do valor relativo a estes gastos face aos valores reais estimados para o final do ano de 2020 na sequência de ter sido possível manter as condições conseguidas no procedimento concursal levado a cabo em 2019 que permitiu uma redução substancial deste valor mantendo as mesmas coberturas existentes em anos anteriores, orçamenta-

se 104.000,00 € de gastos com a oferta do seguro de acidentes pessoais o que representa uma representa uma estimativa de manutenção do valor relativo a estes gastos face aos valores reais estimados para o final do ano de 2020 na sequência, igualmente, ter sido possível manter as condições conseguidas no procedimento concursal levado a cabo em 2019 que permitiu uma redução substancial deste valor mantendo as mesmas coberturas existentes em anos anteriores.

- Fundo de Assistência – Incapacidade temporária por motivo de doença
Para 2021, e na sequência de valores de poupança conseguidos em custos recorrentes de gestão das carteiras de activos, A CPAS contratualizou com a AIG EUROPE S.A. - SUCURSAL EM PORTUGAL um novo SEGURO PLANO DE PROTECÇÃO DE RENDIMENTOS POR ACIDENTE OU DOENÇA para oferecer aos Beneficiários Ordinários, aos Beneficiários Extraordinários e aos Beneficiários Reformados, até aos 75 anos, que tenham pagamento de contribuições e que apresentem a sua situação contributiva integralmente regularizada em 31 de Dezembro de 2020, que lhes garante o pagamento de um subsídio diário em situação de incapacidade temporária absoluta por doença ou acidente que terá um custo anual aproximado de 1.700.000,00 €.

Fornecimentos e serviços externos

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTADO 2020	REALIZADO OUTUBRO 2020	EXTRAPOLADO FINAL 2020	ORÇAMENTADO 2021
Fornecimentos e serviços externos	1 823 690,00 €	1 465 625,88 €	1 758 751,06 €	1 792 620,00 €
DESPESAS DE ESTRUTURA				
Administração corrente (Sede)	1 321 590,00 €	954 580,64 €	1 145 496,77 €	1 123 980,00 €
Electricidade	18 500,00 €	25 321,21 €	30 385,45 €	25 000,00 €
Água	4 800,00 €	3 627,22 €	4 352,66 €	4 000,00 €
Ferramentas e utensílios	2 000,00 €	930,37 €	1 116,44 €	1 300,00 €
Livros e documentação técnica	1 600,00 €	818,24 €	981,89 €	800,00 €
Material de escritório	31 000,00 €	23 058,25 €	27 669,90 €	28 000,00 €
Licenças informáticas anuais	128 000,00 €	25 909,02 €	31 090,82 €	196 000,00 €
Rendas e alugueres	56 000,00 €	27 742,66 €	33 291,19 €	34 000,00 €
Artigos para ofertas	0,00 €		0,00 €	0,00 €
Comunicação	113 000,00 €	105 596,26 €	126 715,51 €	115 000,00 €
Seguros	200,00 €	149,64 €	179,57 €	180,00 €
Transportes de pessoal	200,00 €	1 197,42 €	1 436,90 €	500,00 €
Honorários	29 000,00 €	54 408,95 €	65 290,74 €	35 000,00 €
Contencioso e notariado	101 000,00 €	9 275,48 €	11 130,58 €	11 000,00 €
Conservação e reparação	25 000,00 €	12 477,99 €	14 973,59 €	15 000,00 €
Publicidade e propaganda	2 000,00 €	1 586,70 €	1 904,04 €	2 000,00 €
Limpeza, higiene e conforto	26 000,00 €	19 252,98 €	23 103,58 €	25 000,00 €
Vigilância e segurança	95 000,00 €	85 400,15 €	102 480,18 €	95 000,00 €
Trabalhos especializados	202 000,00 €	177 309,03 €	212 770,84 €	200 000,00 €
Encargos com cobranças	236 000,00 €	176 705,64 €	212 046,77 €	220 000,00 €
Outros fornecimentos serviços	12 000,00 €	25 739,55 €	30 887,46 €	
Encargos com Direcção - Comp. Pecuniária	216 000,00 €	171 600,00 €	205 920,00 €	216 000,00 €
Encargos com Direcção - Deslocações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Encargos com Direcção - Outros custos	350,00 €	0,00 €	0,00 €	300,00 €
Encargos com Conselho Geral	2 500,00 €	733,88 €	880,66 €	900,00 €
Encargos com Conselho de Fiscalização	19 440,00 €	5 740,00 €	6 888,00 €	15 000,00 €
Administração social (Postos médicos)	115 850,00 €	71 881,84 €	86 258,21 €	85 570,00 €
Electricidade	1 400,00 €	629,32 €	755,18 €	750,00 €
Água	400,00 €	309,25 €	371,10 €	370,00 €
Transportes de pessoal	400,00 €	54,32 €	65,18 €	70,00 €
Material de escritório	150,00 €	62,62 €	75,14 €	80,00 €
Comunicação	3 000,00 €	4 977,49 €	5 972,99 €	4 500,00 €

Conservação e reparação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Limpeza, higiene e conforto	1 500,00 €	1 153,26 €	1 383,91 €	1 400,00 €
Projectos e serviços de informática	4 000,00 €	885,49 €	1 062,59 €	1 000,00 €
Outros fornecimentos serviços	1 500,00 €	152,20 €	182,64 €	200,00 €
Amortizações do exercício	0,00 €	655,80 €	786,96 €	700,00 €
Juntas médicas	42 000,00 €	11 730,00 €	14 076,00 €	15 000,00 €
Honorários - médicos	61 500,00 €	51 272,09 €	61 526,51 €	61 500,00 €
Administração patrimonial (Imóveis)	386 250,00 €	439 163,40 €	526 996,08 €	467 070,00 €
Electricidade	24 500,00 €	26 436,55 €	31 723,86 €	25 000,00 €
Água	11 700,00 €	6 462,74 €	7 755,29 €	7 000,00 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	900,00 €	308,88 €	370,66 €	300,00 €
Livros e documentação técnica	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Material de escritório	0,00 €	59,99 €	71,99 €	70,00 €
Artigos Higiene e Limp, vest e art pess	250,00 €	294,69 €	353,63 €	300,00 €
Comunicação	2 300,00 €	2 383,09 €	2 859,71 €	2 300,00 €
Seguros	66 000,00 €	69 478,35 €	83 374,02 €	80 000,00 €
Expediente geral	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Honorários	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Comissões de mediação imobiliária	20 000,00 €	30 122,70 €	36 147,24 €	20 000,00 €
Conservação e reparação	125 000,00 €	154 529,24 €	185 435,09 €	200 000,00 €
Publicidade e propaganda	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Transportes de pessoal	4 900,00 €	4 549,31 €	5 459,17 €	4 500,00 €
Limpeza, higiene e conforto	27 000,00 €	26 625,85 €	31 951,02 €	28 000,00 €
Vigilância e segurança	93 000,00 €	112 321,61 €	134 785,93 €	93 000,00 €
Trabalhos especializados	4 700,00 €	490,14 €	588,17 €	600,00 €
Outros fornecimentos e serviços	6 000,00 €	5 100,26 €	6 120,31 €	6 000,00 €
Deslocações e estadas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

O valor orçamentado para 2020 relativo a gastos com **fornecimentos e serviços externos** foi de 1.823.690,00 €, até Outubro de 2020 a execução orçamental foi de 1.465.625,88 €, o que representa um valor realizado de 1.758.751,06 € se extrapolado para o final do ano de 2020.

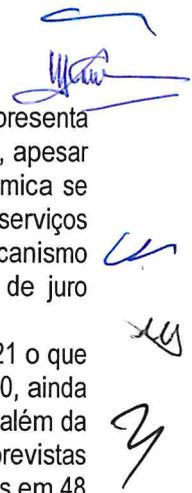
Para 2021 orçamenta-se 1.676.620,00 € o que representa uma redução de 5% no valor relativo a fornecimentos e serviços externos face aos valores reais estimados para o final do ano de 2020, motivado por um processo de renegociação da prestação de serviços de electricidade e renegociação dos serviços de segurança nas propriedades de investimento da CPAS.

No que respeita aos gastos com fornecimentos e serviços externos importa salientar a divisão pelos seguintes centros de custo:

- **Administração corrente (Sede)**

Para 2021 orçamenta-se 1.123.980,00 € o que representa uma redução de 2% face aos valores reais estimados para o final do ano de 2020. Deste valor orçamentado salientam-se as seguintes rubricas:

- Gastos com despesas de comunicação – Orçamenta-se 115.000,00 € para 2021 o que representa uma redução de 9% face aos valores reais estimados para o final do ano de 2020, consequência da continuação da redução de custos recorrentes na expedição de correios através de uma política de substituição da remessa de correspondência via postal para remessa de comunicações via email.
- Gastos com trabalhos especializados – Orçamenta-se 200.000,00 € para 2021 o que representa uma manutenção de valor face aos valores reais estimados para o final do ano de 2020, para além dos gastos habituais com a elaboração dos Relatórios Actuarias legalmente previstos, considerou-se também um valor adicional uma vez que se estima a existência de algum reforço de gastos com a implementação das medidas de alteração ao RCPAS que estão em curso, gastos com prestações de serviços ao nível de Redes Informáticas e Sistemas, bem como bem como o reforço da política comunicacional da CPAS junto dos seus Beneficiários.

- 
- Gastos com encargos com cobrança – Orçamenta-se 220.000,00 € para 2021 o que representa uma manutenção do valor face aos valores reais estimados para o final do ano de 2020, apesar deste valor estar correlacionado com os níveis de cobrança, e dada a situação pandémica se estimar que os valores de cobrança efectiva possam sofrer uma redução, os preçários dos serviços bancários têm vindo a sofrer um ajuste para cima na medida em que tem sido este o mecanismo utilizado pelas Instituições Financeiras para combater os custos associados às taxas de juro negativas.
 - Gastos com compensação pecuniária da Direcção – Orçamenta-se 216.000,00 € para 2021 o que representa um aumento de 5% face aos valores reais estimados para o final do ano de 2020, ainda que a Direcção da CPAS não receba qualquer outra remuneração ou compensação para além da relativa às senhas de presença, continuará a cumprir as 3 reuniões semanais obrigatórias previstas no regulamento, estimado-se que todos os membros da Direcção participarão nas reuniões em 48 semanas de ano.
 - Gastos com licenças informáticas anuais e rendas e alugueres – Orçamenta-se 193.000,00 € e 34.000,00 € respectivamente, justificados pela premência de investimento, por um lado na renovação de parte do equipamento informático da CPAS que se encontra, a alguns níveis, a responder de forma não satisfatória face às actuais necessidades da Instituição e, bem como por outro lado, com custos de licenciamento recorrentes das ferramentas informáticas utilizadas pela CPAS e na finalização da implementação de algumas ferramentas informáticas, nomeadamente de Gestão Documental e de Gestão do Património Imobiliário, bem como inicio de planeamento de substituição do actual ERP da CPAS e de adequação ao Novo Regulamento Geral de Protecção de Dados, investimentos esses que visam dotar a CPAS de uma estrutura mais eficiente.

- **Administração social (Postos médicos)**

Para 2021 orçamenta-se 85.570,00 € o que representa um acréscimo de 0,8% face aos valores reais estimados para o final do ano de 2020. Deste valor orçamentado salientam-se as seguintes rubricas:

- Gastos com juntas médicas — Orçamenta-se 15.000,00 € para 2021 o que representa um aumento de 7% face aos valores reais estimados para o final do ano de 2020, consequência da manutenção da utilização de empresa especializada para o efeito o que permite à CPAS, por um lado, responder de forma mais eficiente às solicitações de juntas médicas de avaliação, por outro lado reforçar a realização de juntas médicas de revisão conforme previsto regulamentarmente.
- Gastos com honorários médicos - Orçamenta-se 61.500,00 € para 2021 o que representa uma manutenção face aos valores reais estimados para o final do ano de 2020. A Direcção da CPAS continuará a disponibilizar aos seus Beneficiários a título complementar dos seus fins estatutários, no âmbito da acção de assistência, 3 Postos Clínicos Privativos para acesso a consultas de clínica geral não se estimando qualquer revisão do actualmente contratualizado com os médicos que prestam serviço nos referidos Postos Clínicos.

- **Administração patrimonial (Imóveis)**

Para 2021 orçamenta-se 467.070,00 € o que representa uma redução de 11% face aos valores reais estimados para o final do ano de 2020. Deste valor orçamentado salientam-se as seguintes rubricas:

- Gastos com seguros - Orçamenta-se 80.000,00 € para 2021 o que representa uma redução de 4% face aos valores reais estimados para o final do ano de 2020, na sequência de estimativa de poupança na sequência de renegociação dos seguros existentes com apoio da Luso Atlântica que é actualmente a corretora dos seguros da CPAS;
- Gastos com comissões de mediação imobiliária - Orçamenta-se 20.000,00 € para 2021 o que representa uma redução de 45% face aos valores reais estimados para o final do ano de 2020, na medida em que os activos imobiliários da CPAS se encontram, sistematicamente, totalmente arrendados sendo o recurso a mediação imobiliária apenas necessário para contratos de

arrendamento que terminem durante 2021, sendo que muitos destes arrendamentos são negociados directamente com a CPAS não existindo assim quaisquer custos associados a mediação;

- o Gastos com conservação e reparação - Orçamenta-se 200.000,00 € para 2021 o que representa um aumento de 8% face ao valores reais estimados para o final do ano de 2020, na medida em que se tratam de despesas de manutenção de carácter geral, da análise efectuada considerou-se que existem alguns edifícios da CPAS a necessitar de algumas intervenções de carácter geral de forma a manterem a qualidade e atractividade para arrendamento;
- o Gastos com vigilância e segurança - Orçamenta-se 93.000,00 € para 2021 o que representa uma redução de 30% face ao valores reais estimados para o final do ano de 2020, na medida em que se procederá à renegociação de alguns serviços de segurança que se encontram contratados.

Gastos com o pessoal

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTADO 2020	REALIZADO OUTUBRO 2020	EXTRAPOLADO FINAL 2020	ORÇAMENTADO 2021
Gastos com o pessoal	1 470 145,00 €	1 147 265,17 €	1 488 000,57 €	1 584 525,00 €
Administração corrente (Sede)				
Remunerações base do pessoal	782 000,00 €	614 350,88 €	781 901,12 €	823 000,00 €
Subsídio de férias e de Natal	103 000,00 €	69 200,75 €	138 401,50 €	149 000,00 €
Trabalho extraordinário	5 800,00 €	4 706,98 €	5 648,38 €	7 500,00 €
Isenção de horário de trabalho	68 000,00 €	53 983,89 €	68 706,77 €	77 000,00 €
Abono para falhas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídio de alimentação	57 000,00 €	50 299,11 €	60 358,93 €	73 000,00 €
Ajudas custo	5 000,00 €	4 443,60 €	5 332,32 €	5 000,00 €
Passe social	1 270,00 €	610,00 €	732,00 €	1 200,00 €
Gratificações variáveis ou eventuais	39 700,00 €	48 750,00 €	48 750,00 €	48 750,00 €
Deslocações, estadas e transportes	5 700,00 €	7 684,90 €	9 221,88 €	5 000,00 €
Formação do pessoal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	18.000,00 €
Complemento de reforma	375,00 €	313,30 €	375,96 €	375,00 €
Segurança social - regime geral	290 000,00 €	219 927,95 €	279 908,30 €	290 000,00 €
Seguros de acidentes de trabalho	14 500,00 €	11 431,30 €	13 717,56 €	14 000,00 €
Seguros da saúde - pessoal	14 000,00 €	18 897,91 €	18 897,91 €	19 000,00 €
Outros	0,00 €	1 410,46 €	1 692,55 €	1 500,00 €
Administração social (Postos médicos)				
Remunerações base do pessoal	21 500,00 €	8 318,22 €	10 586,83 €	11 900,00 €
Subsídio de férias e de Natal	4 100,00 €	1 118,41 €	2 236,82 €	2 000,00 €
Subsídio de alimentação	3 000,00 €	1 163,85 €	1 396,62 €	1 750,00 €
Segurança social - regime geral	6 500,00 €	2 118,94 €	2 542,73 €	2 900,00 €
Administração patrimonial (Imóveis)				
Remunerações base dos porteiros	34 100,00 €	19 925,00 €	25 359,09 €	23 000,00 €
Subsídio de férias e de Natal	2 650,00 €	2 377,05 €	4 754,10 €	3 800,00 €
Subsídio de alimentação	3 300,00 €	1 539,99 €	1 847,99 €	1 750,00 €
Segurança social - regime geral	7 900,00 €	4 692,68 €	5 631,22 €	5 100,00 €
Gratificações variáveis ou eventuais	750,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

O valor orçamentado para 2020 relativo a gastos com pessoal foi de 1.470.145,00 €, até Outubro de 2020 a execução orçamental foi de 1.147.265,17 €, o que representa um valor realizado de 1.488.000,57 € se extrapolado para o final do ano de 2020.

Para 2021 orçamenta-se 1.584.6205,00 € o que representa um aumento de 5% no valor relativo a gastos com pessoal face aos valores reais estimados para o final do ano de 2020, justificado maioritariamente pela necessidade de reforço de algumas áreas operacionais da CPAS com técnicos habilitados para permitir fazer

face ao acréscimo de necessidades e solicitações, reforço das acções de formação contínua, e levando em consideração alguns ajustes salariais que a Direcção deliberou efectuar na sequência dos processos de avaliação de desempenho efectuados ao longo do triénio e da alteração de funções e responsabilidades solicitadas aos colaboradores da CPAS. Será também necessário colmatar a prevista saída de alguns funcionários que estão a atingir a idade de reforma.

Outros gastos e perdas

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTADO 2020	REALIZADO OUTUBRO 2020	EXTRAPOLADO FINAL 2020	ORÇAMENTADO 2021
Outros gastos e perdas	1 570 000,00 €	1 510 768,88 €	1 812 922,66 €	1 620 000,00 €
Imposto sobre Rendimento e Património (IMI e IRC)	120 000,00 €	216 652,22 €	259 982,66 €	120 000,00 €
Encargos com serviços bancários	1 450 000,00 €	1 294 116,66 €	1 552 939,99 €	1 500 000,00 €

O valor orçamentado para 2020 relativo a **outros gastos e perdas** foi de 1.570.000,00 €, até Outubro de 2020 a execução orçamental foi de 1.510.768,88 €, o que representa um valor realizado de 1.812.922,66 € se extrapolado para o final do ano de 2020.

No que respeita ao **Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)** até Outubro de 2020 o valor realizado foi de 115.102,80 €. Nos últimos anos, nas aquisições de imóveis para arrendamento efectuadas pela CPAS, com o objectivo de geração de rendimento, tem sido entendimento da Autoridade Tributária que as mesmas não se destinam directamente à realização dos fins da Instituição e não tem sido concedida a isenção de IMI, tendo existido também um acréscimo do valor de Imposto (AIMI) sobre o património da CPAS cuja avaliação, para efeitos de imposto, esteja acima dos 600.000,00 €. Orçamenta-se para 2021 o valor de 120.000,00 € o que representa uma manutenção face ao valores reais estimados para o final do ano de 2020.

Relativamente ao valor do IRC suportado, com a aprovação do Decreto-Lei que revê o regime fiscal em sede de IRC aplicável à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS), a CPAS passou a estar completamente isenta deste imposto, facto que contribui para o reforço da sustentabilidade por ter um impacto financeiro significativo que se estima rondará o 1,6 milhões de euros anuais.

Cumprе sublinhar que a atribuição desta isenção era prosseguida há muitos anos pela CPAS por também constituir uma situação de elementar justiça e equidade para a Instituição e para os seus Beneficiários, designadamente por comparação com outras entidades que, tendo finalidades idênticas, já beneficiavam do mesmo enquadramento fiscal.

A CPAS, durante o ano de 2020, suportou ainda custos respeitantes a este tipo de imposto, principalmente associados a taxas liberatórias de rendimentos financeiros, no entanto esses valores serão recuperados com a entrega da Declaração Modelo 22.

O valor orçamentado para 2020 relativo a **encargos com serviços bancários** foi de 1.450.000,00 €, até Outubro de 2020 a execução orçamental foi de 1.294.116,66 €, o que representa um valor realizado de 1.552.939,99 € se extrapolado para o para o final do ano de 2020. A CPAS continua com o esforço de negociação para redução de custos de gestão das carteiras de activos mobiliários, no entanto tem existido um aumento generalizado das comissões bancárias na banca de retalho que, no que respeita às operações de gestão de tesouraria, sendo esta uma ferramenta utilizada pelas Instituições Financeiras para fazer face a taxas de juro negativas, neste sentido orçamenta-se para 2021 o valor de 1.500.000,00 € o que representa uma redução de 1% face ao valores reais estimados para o final do ano de 2020.

IMPARIDADES

Imparidade de dívidas a receber

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTADO 2020	REALIZADO OUTUBRO 2021	EXTRAPOLADO FINAL 2021	ORÇAMENTADO 2021
Imparidade de dívidas a receber (reversões/perdas)	7.000.000,00 €	10.546.715,42 €	12.656.058,50 €	12.600.000,00 €

O valor orçamentado para 2020 relativo ao reforço do valor de Imparidade de dívidas a receber foi de 7.000.000,00 €.

No que respeita ao SNC-AP, esta realidade é tratada ao nível da NCP 9 – Imparidade de Activos. Segundo o ponto número um desta norma: “O objectivo desta norma é prescrever os procedimentos que uma entidade deve aplicar para determinar se um activo está em imparidade e assegurar que as perdas por imparidade são reconhecidas. A norma especifica quando uma entidade deve reverter uma perda por imparidade.

Assim, a quantia escriturada de um activo (no caso da CPAS o valor da dívida acumulada de contribuintes) deve ser reduzida para a sua quantia recuperável se, e apenas se, a quantia recuperável for menor do que a quantia escriturada. Essa redução é uma perda por imparidade. Uma perda por imparidade deve ser reconhecida imediatamente nos resultados.

Do mesmo modo, a CPAS deve avaliar em cada data de relato se há qualquer indício de que uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores possa ter diminuído ou deixado de existir. Se assim for, há que apurar a quantia recuperável estimada e proceder à sua reversão contabilística.

Coube então definir critérios claros e objectivos, através de análises estatísticas e económicas, relativamente ao comportamento da dívida ao longo dos anos e sua efectiva recuperabilidade de maneira a definir de forma verdadeira e apropriada, ainda que sempre numa perspectiva conservadora, qual o valor global da dívida que se encontra em imparidade.

Definiu-se, então, que na dívida que não esteja ao abrigo de qualquer tipo de acordo de pagamento, deve ser considerada em imparidade a parte da emissão efectiva de cada um dos anos correspondente ao índice médio de cobrança, no final do ano em análise, de toda a dívida com antiguidade superior a 5 anos (no cálculo da média de cobrança deve ser apenas considerada para o efeito a dívida até 1995 por este se tratar do 1º ano em que a emissão foi dividida por escalões contributivos, logo com comportamento de cobrança comparável com o actual).

Tendo em conta o referenciado critério estima-se que, até ao final do ano, irá existir um aumento do valor em imparidade de cerca de 12.600.000,00 € em linha com o verificado no ano anterior.

Este valor tem em conta eventuais os eventuais impactos na cobrança da situação pandémica, que tudo indica se vão continuar a sentir em 2021, ainda que se mantenham os mecanismos de recuperação de dívida de contribuições de Beneficiários, a possibilidade de acordos prestacionais que estão em curso, a continuação dos esforços de cobrança, por parte da Direcção da CPAS, a clarificação legislativa relativamente à entidade competente para a cobrança coerciva das dívidas de contribuições à CPAS, e a sensibilização, junto dos Beneficiários, da necessidade de pagamento atempado das suas contribuições por forma a garantir um rendimento futuro que lhes permita enfrentar a velhice ou o infortúnio, com um mínimo de estabilidade, segurança e com a dignidade que se exige e também por forma a aceder aos Benefícios Assistenciais que a CPAS disponibiliza aos seus Beneficiários e dos quais se salienta o novo seguro anual de protecção de rendimentos por acidente ou doença.

ORÇAMENTO PARA 2021 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL

RENDIMENTOS E GASTOS	SNC-AP Orçamentado 2021	SNC-AP Orçamentado 2020
Impostos, contribuições e taxas	109 000 000,00 €	107.406.000,00 €
Vendas		
Prestações de serviços e concessões		
Transferências correntes e subsídios à exploração e subsídios correntes obtidos		
Variações nos inventários da produção		
Trabalhos para a própria entidade		
Pensões/Subsídios/Comparticipações	-115 954 088,08 €	- 111.682.500,00 €
Fornecimentos e serviços externos	-1 596 620,00 €	- 1.733.690,00 €
Gastos com o pessoal	-1 584 525,00 €	- 1.470.145,00 €
Transferências e subsídios concedidos		
Prestações sociais		
Imparidades de inventários (perdas/reversões)		
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-12 600 000,00 €	- 7.000.000,00 €
Provisões (aumentos/reduções)		
Imparidades de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos e ganhos	4 859 000,00 €	10.618.300,00 €
Outros gastos e perdas	-1 526 000,00 €	- 1.570.000,00 €
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	-19 402 233,08 €	- 5.432.035,00 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-19 402 233,08 €	- 5.432.035,00 €
Juros e rendimentos similares obtidos	5 100 000,00 €	5.805.000,00 €
Juros e gastos similares suportados	0,00 €	- 0,00 €
Resultado antes de impostos	-14 302 233,08 €	372.965,00 €
Imposto sobre o rendimento		
Resultado líquido do período	-14 302 233,08 €	372.965,00 €

DESPESAS DE INVESTIMENTO

As despesas de investimento são gastos expectáveis da CPAS que vão gerar valorização dos seus activos.

No que respeita à Área do Património Imobiliário da CPAS cabe referir que se procederá a diversas intervenções correntes de Conservação e Reparação nos imóveis, e a intervenções de maior escala no imóvel sitos na Av.ª Fernão de Magalhães, em Coimbra.

No que respeita à Área Informática releva-se a necessidade de adequação do software a hardware às novas exigências definidas no Regulamento Geral de Protecção de Dados (RGPD), ainda que o correcto tratamento e protecção de dados já fosse uma preocupação da CPAS, é necessário efectuar investimentos a nível de sistemas de segurança e equipamentos informáticos por forma a dar cumprimento a todas as exigências do referido Regulamento, nomeadamente no que respeita ao tratamento documental digital. Há também a necessidade de uma renovação do software da Área Financeira.

É também intenção da Direcção o desenvolvimento de uma *app* por forma a permitir uma maior aproximação dos Beneficiários à sua Caixa.

DESPESAS DE INVESTIMENTO	
CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DOS IMÓVEIS	300.000,00 €
CIBERSEGURANÇA – IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE BACKUPS E DISASTER RECOVERY	23.000,00 €
RENOVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS DOS COLABORADORES	60.000,00 €
ACTUALIZAÇÃO ERP (Financeira, RH)	80.000,00 €
CARTÃO DO BENEFICIÁRIO	10.000,00 €
	473.000,00 €

ORÇAMENTO DE TESOURARIA



ORÇAMENTO DE TESOURARIA						
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
RECEBIMENTOS	8 290 589,28 €	8 283 370,28 €	8 282 443,28 €	8 272 737,28 €	8 457 221,70 €	8 454 976,70 €
Cobrança de contribuições	7 575 000,00 €	7 575 000,00 €	7 575 000,00 €	7 575 000,00 €	7 758 333,33 €	7 758 333,33 €
Juros de mora - contribuições	72 765,28 €	72 765,28 €	72 765,28 €	72 765,28 €	74 526,37 €	74 526,37 €
Rendas recebidas	285 324,00 €	278 105,00 €	277 178,00 €	267 472,00 €	266 862,00 €	264 617,00 €
Juros e dividendos de instrumentos financeiros	350 000,00 €	350 000,00 €	350 000,00 €	350 000,00 €	350 000,00 €	350 000,00 €
Outras receitas	7 500,00 €	7 500,00 €	7 500,00 €	7 500,00 €	7 500,00 €	7 500,00 €
PAGAMENTOS	8 734 583,79 €	8 734 583,79 €	8 734 583,79 €	8 734 583,79 €	8 734 583,79 €	8 846 478,43 €
Pensões e subsídios	6 325 919,32 €	6 325 919,32 €	6 325 919,32 €	6 325 919,32 €	6 325 919,32 €	6 325 919,32 €
Benefícios e Seguros oferecidos pela CPAS	437 541,67 €	437 541,67 €	437 541,67 €	437 541,67 €	437 541,67 €	437 541,67 €
Fornecedores / prest serviços	103 331,67 €	103 331,67 €	103 331,67 €	103 331,67 €	103 331,67 €	103 331,67 €
Custos com o pessoal	111 894,64 €	111 894,64 €	111 894,64 €	111 894,64 €	111 894,64 €	223 789,29 €
Pagamentos ao estado	1 581 479,83 €	1 581 479,83 €	1 581 479,83 €	1 581 479,83 €	1 581 479,83 €	1 581 479,83 €
Juros e gastos similares suportados	135 000,00 €	135 000,00 €	135 000,00 €	135 000,00 €	135 000,00 €	135 000,00 €
Fornecedores de despesas de investimento	39 416,67 €	39 416,67 €	39 416,67 €	39 416,67 €	39 416,67 €	39 416,67 €
SALDO NO MÊS	-443 994,52 €	-451 213,52 €	-452 140,52 €	-461 846,52 €	-277 362,09 €	-391 501,73 €
ACUMULADO NO ANO	-443 994,52 €	-895 208,03 €	-1 347 348,55 €	-1 809 195,06 €	-2 086 557,15 €	-2 478 058,88 €
ORÇAMENTO DE TESOURARIA						
	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEBIMENTOS	8 454 516,70 €	8 450 805,70 €	8 448 333,70 €	8 504 478,70 €	8 503 753,70 €	9 840 719,62 €
Cobrança de contribuições	7 758 333,33 €	7 758 333,33 €	7 758 333,33 €	7 758 333,33 €	7 758 333,33 €	9 083 333,33 €
Juros de mora - contribuições	74 526,37 €	74 526,37 €	74 526,37 €	74 526,37 €	74 526,37 €	87 254,29 €
Rendas recebidas	264 157,00 €	260 446,00 €	257 974,00 €	314 119,00 €	313 394,00 €	312 632,00 €
Juros e dividendos de instrumentos financeiros	350 000,00 €	350 000,00 €	350 000,00 €	350 000,00 €	350 000,00 €	350 000,00 €
Outras receitas	7 500,00 €	7 500,00 €	7 500,00 €	7 500,00 €	7 500,00 €	7 500,00 €
PAGAMENTOS	15 060 503,11 €	10 316 063,62 €	8 734 583,79 €	8 734 583,79 €	15 172 397,75 €	10 316 063,62 €
Pensões e subsídios	12 651 838,64 €	6 325 919,32 €	6 325 919,32 €	6 325 919,32 €	12 651 838,64 €	6 325 919,32 €
Benefícios imediatos	437 541,67 €	437 541,67 €	437 541,67 €	437 541,67 €	437 541,67 €	437 541,67 €
Fornecedores / prest serviços	103 331,67 €	103 331,67 €	103 331,67 €	103 331,67 €	103 331,67 €	103 331,67 €
Custos com o pessoal	111 894,64 €	111 894,64 €	111 894,64 €	111 894,64 €	223 789,29 €	111 894,64 €
Pagamentos ao estado	1 581 479,83 €	3 162 959,66 €	1 581 479,83 €	1 581 479,83 €	1 581 479,83 €	3 162 959,66 €
Juros e gastos similares suportados	135 000,00 €	135 000,00 €	135 000,00 €	135 000,00 €	135 000,00 €	135 000,00 €
Fornecedores de despesas de investimento	39 416,67 €	39 416,67 €	39 416,67 €	39 416,67 €	39 416,67 €	39 416,67 €
SALDO NO MÊS	-6 605 986,41 €	-1 865 257,92 €	-286 250,09 €	-230 105,09 €	-6 668 644,05 €	-475 344,00 €
ACUMULADO NO ANO	-9 084 045,28 €	-10 949 303,20 €	-11 235 553,29 €	-11 465 658,37 €	-18 134 302,42 €	-18 609 646,42 €

18

Nota: Estima-se que, durante o ano de 2021, será necessário o recurso a resgatar activos geradores de rendimento no valor de aproximadamente 18,6 milhões de euros para fazer face às responsabilidades com pagamentos durante o ano.



Relatório de sustentabilidade
CPAS
31 de Dezembro 2020

Índice

1. Introdução	3
2. Enquadramento	5
3. Evolução demográfica	7
• Beneficiários Contribuintes	7
• Beneficiários Pensionistas	9
• Rácio Beneficiários Contribuintes vs Pensionistas	11
4. Evolução financeira	14
• Receitas	14
• Despesas	14
• Rácio das contribuições vs pensões	16
• Evolução dos Ativos Financeiros da CPAS	17
5. Fundo de Garantia	22
• Valor atual das pensões em pagamento	22
6. Comentários	23
7. Pressupostos	25



Introdução

A Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (“CPAS”) tem por fim estatutário conceder pensões de reforma aos seus beneficiários. O regime de previdência da CPAS é de repartição intergeracional, ou seja, a geração atual encontra-se a pagar as pensões da geração passada, esperando-se que também a geração vindoura assuma o pagamento dos atuais contribuintes.

Ao longo do tempo, desde a sua constituição, o valor das contribuições anuais em excesso do valor do pagamento de pensões foi em parte alocado ao Fundo de Garantia, com o fim de assegurar a cobertura atuarial das pensões de reforma em pagamento.

Conforme estabelecido no regulamento da CPAS, publicado no Decreto-Lei n.º 119/2015 de 29 de junho, anualmente tem de acompanhar o relatório e contas da CPAS o relatório de atuarial com a identificação do valor atual das pensões em pagamento e um estudo de sustentabilidade da CPAS.

No estudo atuarial das pensões em pagamento encontram-se abrangidas as pensões de reforma por limite de idade; reforma por anos de profissão; reforma com pensão reduzida; reforma por antecipação; reforma por conversão do subsídio de invalidez e por invalidez. A CPAS faculta aos seus beneficiários outros benefícios de assistência sem carácter vitalício, e associados ao Fundo de Assistência, estes benefícios não são objeto de avaliação neste estudo. Na análise da sustentabilidade da CPAS encontra-se refletido a relação entre receitas - contribuições recebidas e despesas - pensões pagas. É ainda considerado o impacto da isenção em sede de IRC, assim como a necessidade de utilização do Fundo de Garantia e seus rendimentos num período temporal de 15 anos.

A CPAS organizou um procedimento de contratação para a seleção do prestador atuarial para a elaboração do estudo atuarial das pensões em pagamento e do estudo de sustentabilidade da Caixa, no qual a Aon Portugal, S.A participou e foi a entidade selecionada.

**Caixa de
Previdência dos
Advogados e
Solicitadores**

Criada em 1947

Atualmente abrange
35.444 beneficiários
contribuintes e 5.080
beneficiários a
receber pensão
vitalícia.



Enquadramento

A CPAS é um regime privativo de segurança social com um sistema de financiamento de repartição, em que a contribuição dos beneficiários ativos é utilizada para efetuar o pagamento das pensões em pagamento, deste modo não tem de efetuar financiamento antecipado de pagamentos futuros. No entanto, e de forma a obter uma visão de evolução prospetiva da situação financeira da Caixa, anualmente são preparados: o estudo atuarial das pensões em pagamento e o estudo de sustentabilidade. Estas duas análises permitem de alguma forma estimar e identificar possíveis desequilíbrios ao nível da relação saudável de receitas e despesas, de forma a que seja possível ser identificado a sua origem e ajustar em tempo útil com o menor impacto para os seus beneficiários desta Caixa.

A determinação do valor atual das pensões em pagamento é efetuada considerando a atualização da estimativa de todas as pensões em pagamento na data de reporte anual. Para se efetuar a estimativa futura de pagamentos é considerada um pressuposto de esperança de vida da população e para se efetuar a atualização de todos os valores a pagar é considerado uma taxa de atualização dos pagamentos futuros para a data de cálculo. Na secção 5 é apresentado o valor atual das pensões futuras determinado e os pressupostos considerados.

A análise de sustentabilidade da Caixa é efetuada por um prazo de 15 anos considerando as regras de cálculo de contribuições e pensões de reforma definidas no Decreto-Lei n.º 119/2015 assim como as alterações aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 116/2018.

O regime da CPAS manteve-se inalterado de 1947 a 2015.

Os Decreto-Lei 119/2015 e 116/2018 reviram o regime para garantir a sua sustentabilidade financeira e garantir a manutenção do seu objetivo social.

3 Evolução Demográfica

Os dados dos beneficiários da CPAS considerados para efeito do estudo de sustentabilidade dizem respeito à população contribuinte e à população que já se encontra a receber pensão vitalícia à data de reporte do estudo, 31 de dezembro de 2020.

A relação entre estes dois grupos é muito relevante uma vez que é o valor das contribuições dos beneficiários contribuintes que será canalizado para o pagamento das pensões dos beneficiários pensionistas. É assim importante uma sã e equilibrada relação entre estas duas populações, ou seja, quanto maior for o rácio entre contribuintes e beneficiários pensionistas melhor para o regime de repartição da CPAS.

Beneficiários Contribuintes

A posição dos beneficiários contribuintes em 31 de dezembro de 2020 demonstrava uma população de 35.442 beneficiários contribuintes (sem considerar os atuais reformados ainda que com pagamento de contribuições), tendo-se verificado 701 novas inscrições com contribuição em 2020 e 640 contribuintes com primeira inscrição em anos anteriores. Para 2020 verificou-se um acréscimo de novos beneficiários com contribuição emitida em 2020 de 1.341.

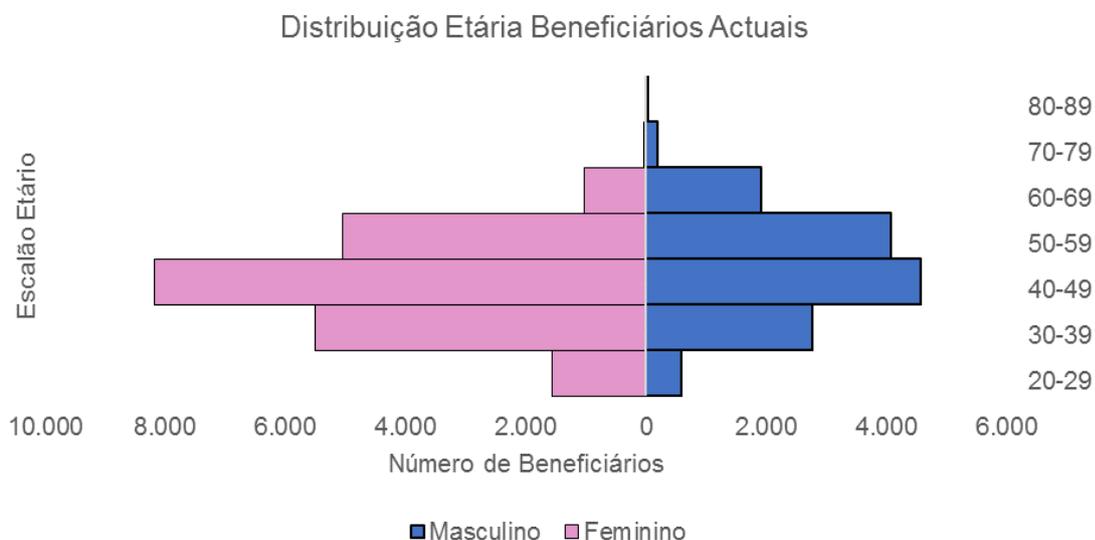
Tendo em consideração o indicado nos relatórios de anos transatos: a relação entre os beneficiários contribuintes com condições de elegibilidade de passagem à reforma e os que acedem ao benefício no ano seguinte, representa 46%, num rácio médio de 3 anos.

- 2017 estavam elegíveis – 787, acederam à reforma em 2018 - 323
- 2018 estavam elegíveis – 746, acederam à reforma em 2019 - 368
- 2019 estavam elegíveis – 788, acederam à reforma em 2020 - 375

De notar que dos 413 beneficiários que em 2020 não acederam à pensão, 78% apresentam dívida de contribuições, que necessitam de regularizar para aceder a este benefício.

Para a CPAS a entrada de mais beneficiários contribuintes e a sua manutenção no sistema como contribuintes por um período mais alargado são vantagens relevantes e positivas para a sustentabilidade do regime de repartição.

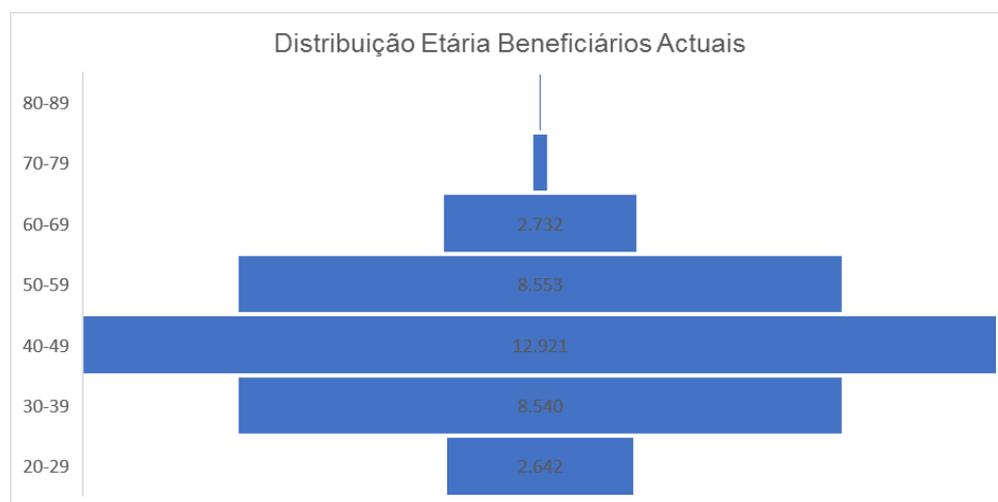
Para efeitos desta análise a população de beneficiários contribuintes reportada a 31 de dezembro de 2020 tinha a seguinte constituição etária:



A estrutura demográfica da população não apresenta um esquema em pirâmide, desejável para a natureza do regime de repartição, mas já se verifica, nesta análise demográfica, um peso menor na base para um peso maior no centro e a crescer para o topo, o que não se demonstra vantajoso para este tipo de regime de previdência.

A distribuição demográfica de 2020 não se desviou significativamente do identificado em 2018 e 2019.

De notar que o nível mais preocupante na estrutura demográfica diz respeito ao número de possíveis reformas para os próximos 15 anos que a manter-se a situação bem como os pressupostos considerados, não é compensado pela entrada suficiente de contribuintes mais jovens.



Beneficiários Pensionistas

A informação da população a receber pensão vitalícia reportada a 31 de dezembro de 2020 apresentava o seguinte detalhe:

Tipo de Reforma	N.º Beneficiários	Pensão Anual
com pensão reduzida	1	2.374,26
por anos de profissão	1.405	47.096.627,04
por antecipação	7	29.752,14
por conversão de sub.invalidez	175	2.705.295,29
por invalidez	3	4.819,78
por limite de idade	3.489	51.535.697,64
Total	5.080	101.374.566,15

(valores em euros)

Relativamente à posição de 2019 ocorreram as seguintes alterações demográficas:

Tipo de Reforma	2019	Saídas	Entradas
com pensão reduzida	1	0	0
por anos de profissão	1.294	(20)	131*
por antecipação	8	(2)	1
por conversão de sub. invalidez	174	(6)	7
por invalidez	3	0	0
por limite de idade	3.339	(107)	257**
Total	4.819	(135)	396

(valores em euros)

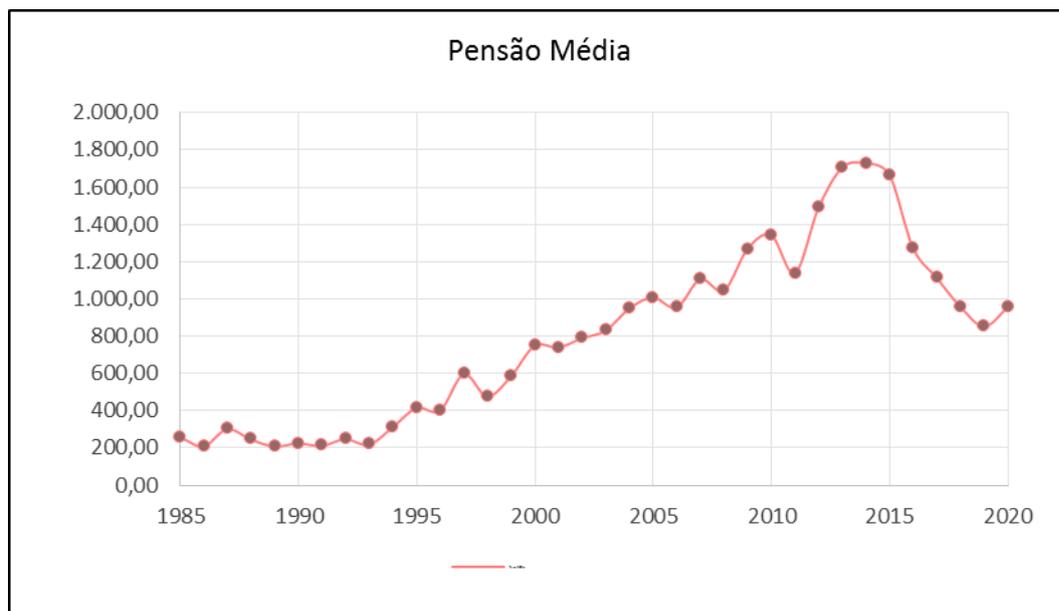
* das 131 novas reformas por ano de profissão avaliadas, comparativamente ao ano transato, 130 são novas pensões e uma situação de passagem de suspenso a ativo

** das 257 novas reformas por limite de idade avaliadas, comparativamente ao ano transato, 245 são novas reformas do ano e 12 situações de passagem a pensões ativas

Tendo em consideração a tábua de mortalidade utilizada na avaliação de 2019 a expectativa de mortalidade a ocorrer na população avaliada seria de 158 falecimentos, tendo ocorrido 121 falecimentos neste grupo (das 135 saídas, sendo 14 suspensões da pensão).

Relativamente à população elegível para aceder ao benefício de reforma verificou-se que nem todos os beneficiários elegíveis para a reforma acederam a este benefício. Conforme indicado no relatório de sustentabilidade de 2019, existiam 788 contribuintes em condições de aceder ao benefício, sendo que durante o ano de 2020 ocorreram 245 novas reformas por limite de idade (com uma idade média de 66,96 anos) e 130 novas reformas por anos de profissão (com idade média de 62,6 anos). Esta última categoria deixará de constituir novas pensões a partir de julho de 2021, passando a idade mínima de reforma a ser os 65 anos conforme previsto no regulamento da CPAS.

O gráfico seguinte apresenta a evolução das pensões médias em pagamento por ano de início de pensão. Evidencia um ligeiro aumento face aos valores médios apresentados em 2019.



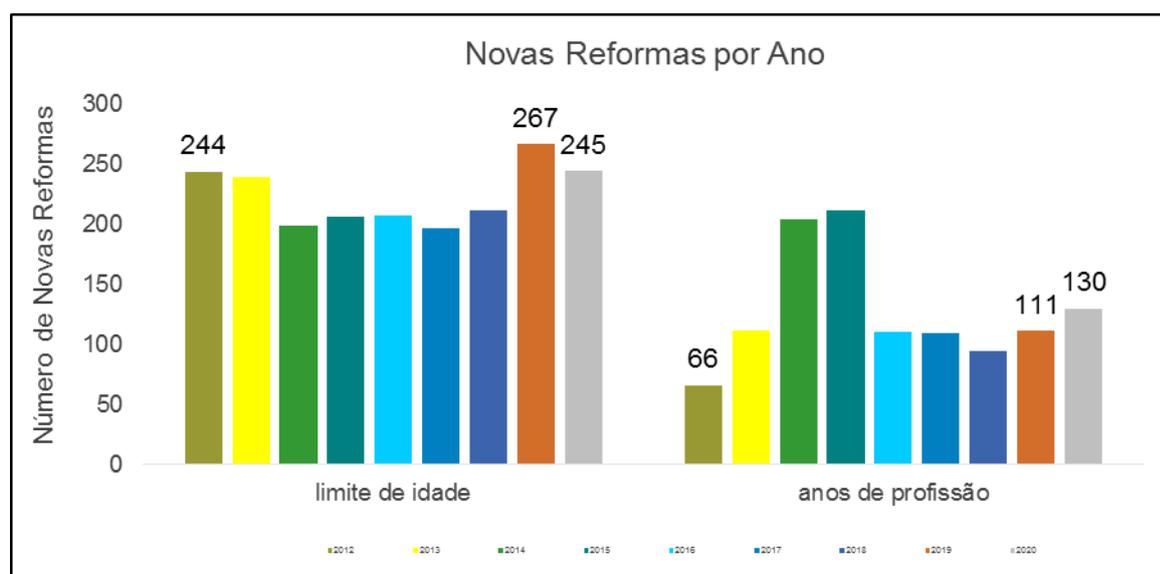
Para este resultado concorre, para além do efeito da alteração da fórmula de cálculo também a redução de novas pensões por anos de profissão que eram nos últimos anos as pensões com valores médios mais elevados:

- em 2020 ocorreram 130 novas pensões com idade média de 63 anos e um valor médio mensal de 1.722 euros (8,9% acima do valor de 2019);
- em 2019 ocorreram 111 novas pensões com idade média de 63 anos e um valor médio mensal de 1.580 euros (23% abaixo do valor de 2018);
- em 2018 ocorreram 94 novas pensões com idade média de 63 anos e um valor médio mensal de 2.054 euros (13,5% abaixo do valor de 2017).

Relativamente às pensões por limite de idade temos os seguintes valores de evolução dos últimos 3 anos:

- em 2020 reduziu ligeiramente o número (de 257 para 245) e cresceram em valor médio de 714 euros mensais para 779 euros mensais;
- em 2019 aumentaram novamente em número (de 212 para 257) e decresceram em valor médio de 816 euros mensais para 714 euros mensais;
- em 2018 aumentaram em número (de 197 para 212) e decresceram em valor médio de 915 euros mensais para 816 euros mensais.

O quadro seguinte apresenta a evolução do número de novas reformas de 2012 a 2020:



Rácio Beneficiários Contribuintes vs. Pensionistas

Tendo em consideração a população elegível em 31 de dezembro 2020, efetuou-se a estimativa da sua projeção para os próximos 15 anos. Esta projeção tem em linha de conta novas entradas no regime, passagem à reforma e a mortalidade da população.

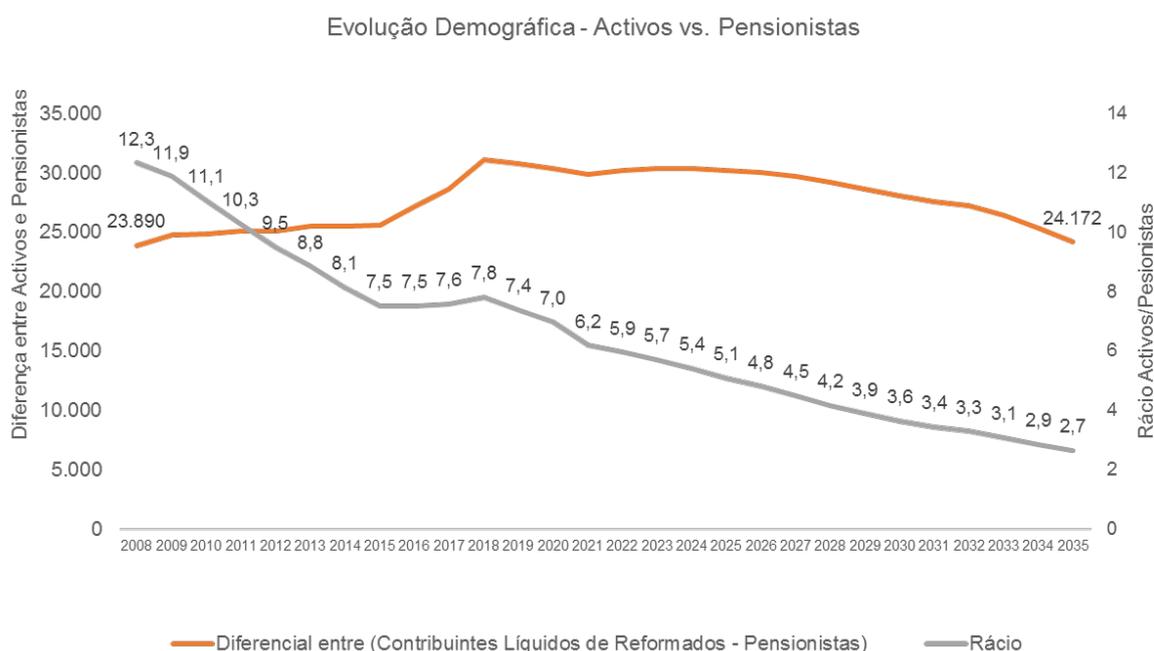
Para a população dos beneficiários contribuintes considerou-se a entrada de 1.060 novos beneficiários contribuintes com um perfil etário equivalente ao ocorrido nos últimos anos, entre os 22 e os 40 anos de idade (conforme descrito na seção dos pressupostos).

Relativamente aos beneficiários pensionistas, ou seja, já a receber benefício vitalício, é considerada a esperança de vida dos atuais beneficiários e é assumida a passagem à reforma dos atuais beneficiários contribuintes ativos. De acordo com o regulamento da CPAS os beneficiários contribuintes podem passar à situação de reforma assim que preencham cumulativamente as condições de idade e anos de carreira contributiva de acordo com a situação prevista no Artigo 40.º, Artigo 101.º ou Artigo 102.º do Regulamento da CPAS. É também considerado que os beneficiários efetuam o pagamento da dívida para aceder ao benefício de reforma. É assim bastante relevante o momento em que cada um dos beneficiários decide passar à situação de reforma, o regulamento apenas define o primeiro momento elegível para requerer o benefício; não é mandatário ser nesse primeiro momento. É deste modo uma decisão voluntária aceder ou não no primeiro momento possível caso tenham reunido os requisitos para o efeito.

Tendo em consideração as análises efetuadas nos últimos anos em média 50% dos beneficiários elegíveis acede ao benefício de reforma, deste modo é nosso entendimento que é necessário identificar dois cenários possíveis:

- **cenário central** – cenário considerando todas as possíveis passagem à reforma no primeiro momento, mais penalizador para a CPAS, em que todos os beneficiários elegíveis acedem ao benefício de reforma no primeiro momento possível;
- **cenário ajustado à realidade** – cenário em que anualmente apenas 50% dos beneficiários elegíveis acedem à pensão de reforma.

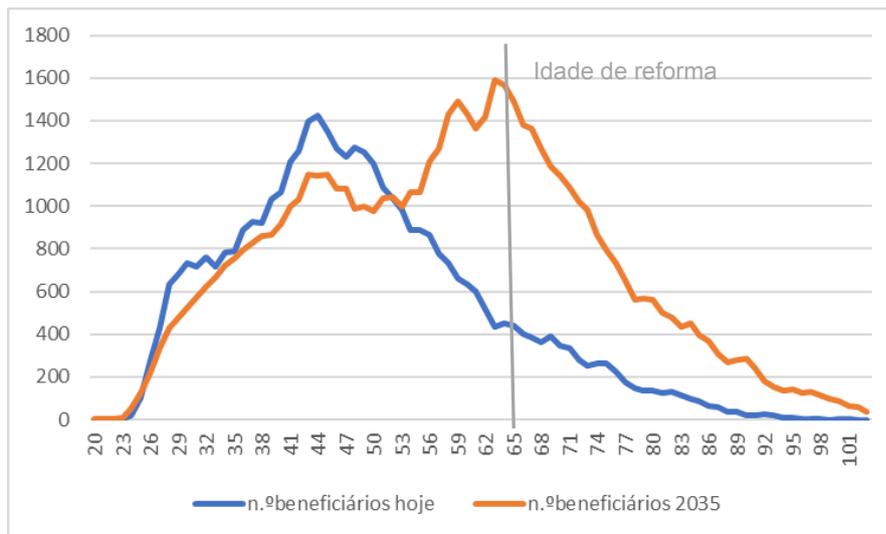
Cenário central – passagem à reforma no primeiro momento



Nos últimos 10 anos verificou-se um decréscimo de um rácio de 11,1 para 7,0 no rácio dos beneficiários contribuintes para os beneficiários reformados. Estima-se que se manterá esta evolução de decréscimo para os próximos 10 anos e atingir um valor em 2035 de 2,7 beneficiários contribuintes por beneficiário reformado.

Uma das principais razões desta alteração deve-se à atual estrutura da população como apresentado anteriormente, em que existe um potencial de sensivelmente 12 mil beneficiários elegíveis para aceder à pensão de reforma, aumentando o número de beneficiários reformados nos próximos anos, enquanto se estima que iniciem contribuições 15.900 beneficiários. Não se estima que compensem na totalidade o valor das pensões a suportar aos novos reformados que também vão por outro lado previsivelmente apresentar uma maior esperança de vida (receber pensão por mais tempo). Para uma pensão média nova de 900 euros mensais são necessários pelo menos 3 novos contribuintes pelo escalão 5. No entanto, a mortalidade dos atuais reformados, que em média tem pensões superiores, concorre positivamente para o rácio e consequentemente para a sustentabilidade do regime.

Se analisarmos a evolução do perfil etário para os próximos 15 anos, verificamos que existe uma deslocação da população para idades mais envelhecidas e um menor número de beneficiários mais jovens no sistema, o que para um regime de repartição demonstra-se como um sinal de alerta para um possível desequilíbrio no futuro, que terá de ser monitorizado permanentemente e objeto de introdução atempada de medidas corretivas que se revelem necessárias. No fim do prazo de projeção a % de população reformada duplica passando de 14,3% para 38%, estando as suas pensões financiadas por 47% da população beneficiária contribuinte mais jovem e em estimativa com contribuições mais baixas, o que se traduz noutro sinal de alerta para o sistema que deverá ser equilibrado com a aplicação de medidas no sentido de equilibrar as contribuições com o valor global das pensões, evolução essa que já se iniciou em 2015.



4 Evolução Financeira

Nesta secção analisamos o impacto da sustentabilidade do regime da CPAS no que diz respeito à sua característica de sistema de previdência em regime de repartição, ou seja, a evolução da estimativa das contribuições face à evolução da estimativa de pagamento de pensões anuais.

Enquanto esta relação for positiva, mais receitas que despesas, o regime encontra-se saudável. No entanto a sua sustentabilidade de longo prazo deve ser analisada permanentemente no sentido de ajustar contribuições e/ou pensões para acomodar alterações demográficas significativas que impactem o futuro do pagamento das pensões aos atuais e aos novos pensionistas.

Em 2019 foi aprovada a isenção de tributação em sede de IRC (21%) sobre os rendimentos dos investimentos financeiros da CPAS – Decreto-Lei n.º 163/2019 de 25 de outubro, com o objetivo de reforçar a sustentabilidade desta instituição de previdência, concedendo isenção de IRC nos mesmos termos que se encontram estipulados no Artigo 9.º do Código do IRC para as instituições de segurança social. Esta medida, após a publicação da legislação própria, terá impacto na tributação de 21% sobre os rendimentos das aplicações financeiras. Este é uma medida importante no reforço da sustentabilidade da Caixa através de meios alternativos de financiamento que podem ser suficientes para compensar momentos em que o nível de contribuições seja inferior ao valor de pensões. Outras medidas devem ser ponderadas e introduzidas, assim como obtenção de outros meios de financiamento externos.

Receitas

As receitas anuais líquidas incluem: a cobrança das emissões de contribuição do ano (valor da totalidade da emissão do ano deduzido da dívida gerada no ano); e a cobrança das emissões em dívida de anos anteriores.

O ano de 2020 apresentou uma cobrança de emissão de contribuição do ano de 80% (83% em 2019), apesar de inferior ao atingido em 2019, este valor de cobrança mantém-se no mesmo nível dos últimos anos, o que traduz um bom envolvimento dos beneficiários contribuinte com a sua Caixa de Previdência.

A cobrança de dívida de anos anteriores ascendeu a 5,6 milhões de euros em 2020.

Para a estimativa futura de receitas deverá ser ponderado, em cada ano, o valor de emissão de contribuição, o valor de nova dívida gerada e a recuperação de dívida de anos anteriores. Para efeitos de estimativa de receita líquida futura, que contempla as três rubricas indicadas anteriormente, considerou-se o valor correspondente a 92,5% do valor emitido relativo a cada ano.

No final de 2018 foi publicado o Decreto-Lei n.º 116/2018, com a introdução de uma alteração ao regime da CPAS, no sentido de efetuar um ajustamento para promover a equidade do esforço contributivo dos beneficiários. A alteração do regulamento em 2015 definiu um esforço contributivo progressivo dos 17% em vigor até atingir 24% em 2020. Adicionalmente a situação económica nacional evoluiu no sentido de um aumento significativo da base de incidência contributiva, a Retribuição Mínima Mensal Garantida (“RMMG”). Neste sentido o ajustamento previu a alteração da base de incidência contributiva da RMMG para a fixação de um Indexante Contributivo que crescerá no futuro com a evolução do Índice de Preços ao Consumidor sem habitação (conforme publicação pelo INE). Para 2021 foi definido um fator de redução do Indexante Contributivo de 10% mantem a diluição do impacto dos aumentos contributivos previstos anteriormente.

A evolução das receitas tem em consideração a população apresentada na secção anterior que considera as seguintes situações: passagens para a reforma, entrada de novos beneficiários contribuintes, envelhecimento da população, evolução do escalão contributivo de acordo com a média por idade (conforme apresentado na secção dos pressupostos), estimativa de cobrança de contribuições (92,5% das emissões), evolução do Indexante Contributivo e fator de correção de menos 10% em 2021 e 0% para os anos seguintes. De salientar que de acordo com a legislação a definição do fator de correção é efetuada anualmente após o envio da proposta da Direção da CPAS ao Conselho Geral da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores para aprovação por portaria conjunta da Ministra da Justiça e da Ministrada do Trabalho Solidariedade e Segurança Social e suportado por estudo atuarial.

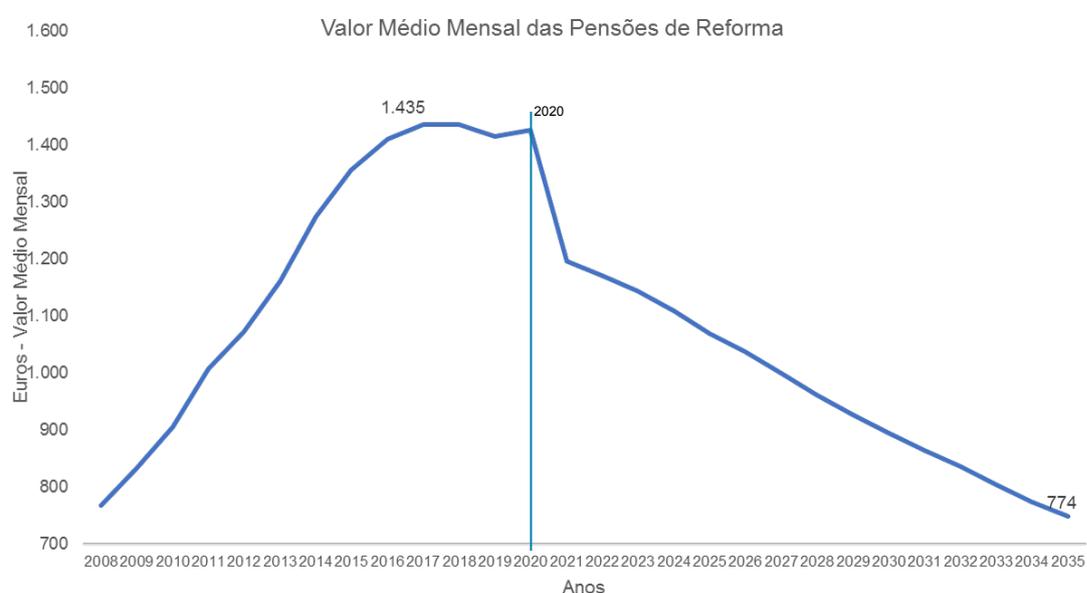
O ano de 2020 foi economicamente afetado pelo impacto da pandemia e das medidas de confinamento. O nível médio de escalão contributivo reduziu, os resultados económicos do país decresceram e todo este contexto tem um impacto também na sua retoma nos próximos anos.

Tendo em consideração o cenário de análise de projeção com o perfil contributivo atual e a manutenção do nível de dívida atual, a partir de 2028, já se estima um decréscimo de contribuições que não serão suficientes para o pagamento das pensões, assim como o número estimado de beneficiários contribuintes elegíveis para passagem à reforma é superior ao número de novos beneficiários, o que se traduz num sinal de alarme para um regime de repartição, pelo que se devem analisar cenários diversos e medidas alternativas pois, mantendo-se o status quo, verificar-se-á uma redução de receitas e um aumento do valor global das pensões em pagamento.

Despesas

Tendo em conta o regulamento da CPAS foi efetuada a análise da evolução do pagamento de pensões vitalícias por limite de idade e anos de profissão para os próximos 15 anos. Nesta análise foi considerada a passagem à situação de reforma no primeiro momento em que os beneficiários contribuintes se tornam elegíveis, ou seja, quando e logo que adquirem as condições para o acesso à pensão de reforma. No ano de 2021 são também consideradas todas as situações que já ultrapassaram essas condições, ou seja, é assumido que se iram reformar de imediato, o que historicamente nunca se verificou ter ocorrido.

De acordo com as estimativas de cálculo de pensão de reforma de acordo com a elegibilidade dos beneficiários contribuintes e momento em que acedem ao benefício, verifica-se que ao longo dos 15 anos em análise o valor da pensão média em pagamento vai reduzindo, conforme se apresenta no gráfico seguinte.

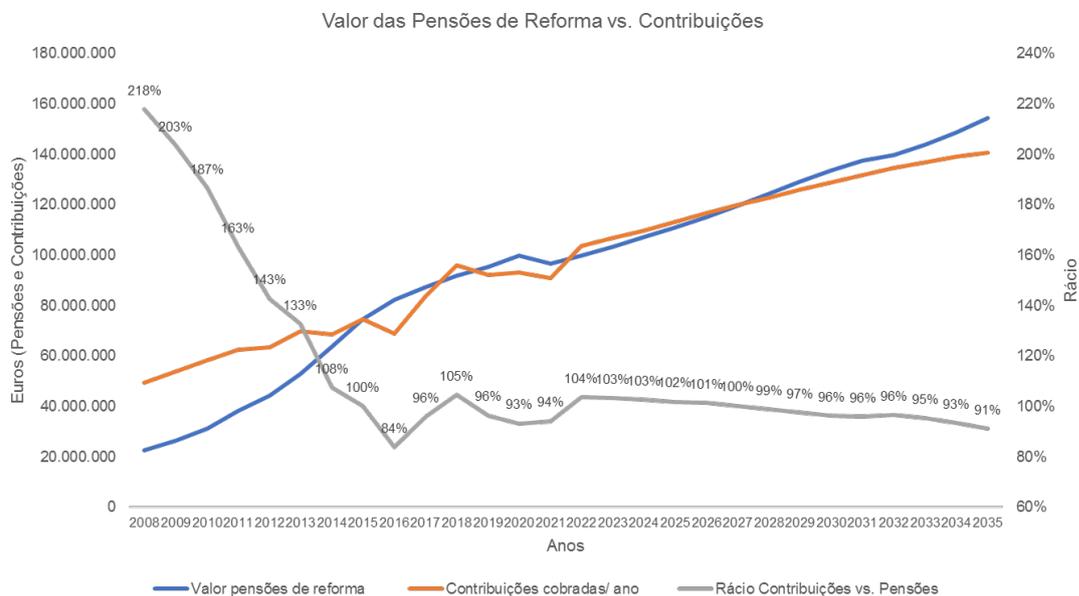


Rácio das contribuições vs. pensões

O ano de 2020 apresenta-se como um ano menos positivo para o regime da CPAS, em que se verifica um decréscimo do valor das contribuições recebidas, face às pensões pagas com um rácio de 86,3%. De notar que em 2020 se aplicou um fator de correção de menos 10% para diluir no tempo o impacto de alteração de taxa contributiva de 24% que se refletiu num menor valor de cobrança emitida, mas que por seu lado também pode ter influenciado na manutenção do nível de nova dívida de contribuições (20% da cobrança emitida).

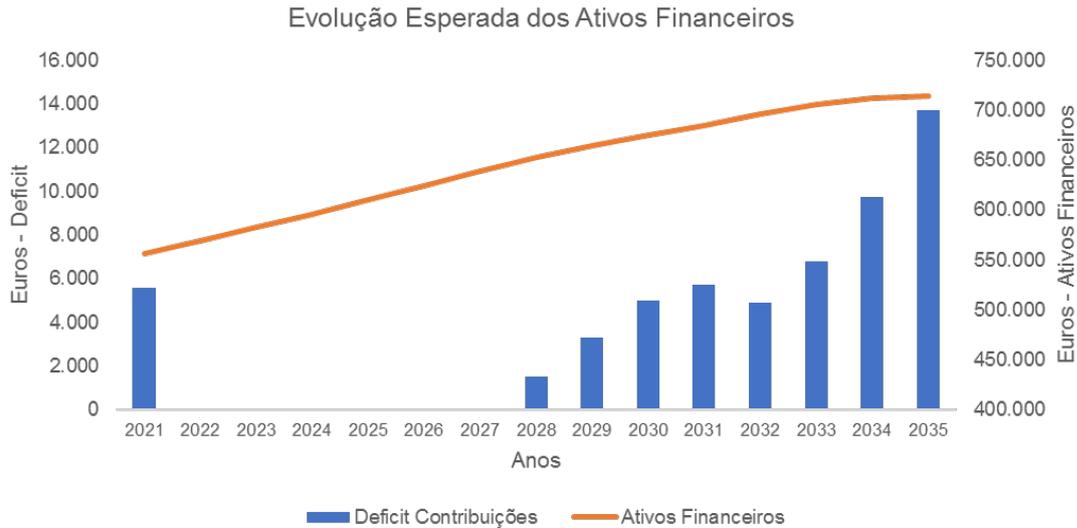
A inversão demonstrada nos resultados com as alterações do regulamento da CPAS implementado em 2015 com o aumento das taxas contributivas, estão agora a ter o seu impacto de forma mais gradual.

- **Cenário central – passagem à reforma de 100% dos beneficiários elegíveis**



Relativamente à estimativa futura, verifica-se uma quebra acentuada deste rácio em 2021 essencialmente pelo número de reformas estimado do ano, mas também pela redução da taxa contributiva, quer pela manutenção da aplicação do fator de correção de 10% que reduz o valor de contribuições, assim como a redução de escalão contributivo (provavelmente pelo impacto da pandemia na economia em 2020).

No prazo em análise verifica-se uma ligeira recuperação do rácio entre contribuições e pensões de reforma, permanecendo nos primeiros anos em análise estimativa de rácio de contribuições acima do valor estimado de pensões a pagar. Com as alterações ocorridas em 2020, com redução de contribuições, como redução de novos contribuintes com impacto nos fatores económicos, os valores de contribuições não se mostram ainda suficientes para o pagamento das pensões.



Estes resultados são um sinal importante da fragilidade deste tipo de regimes e da sua dependência do equilíbrio demográfico e estabilidade económica. O impacto de anos de crise financeira podem afetar por mais anos a sua sustentabilidade. É importante acompanhar e criar as condições ajustadas à realidade económica de modo a manter a fidedignidade dos seus beneficiários.

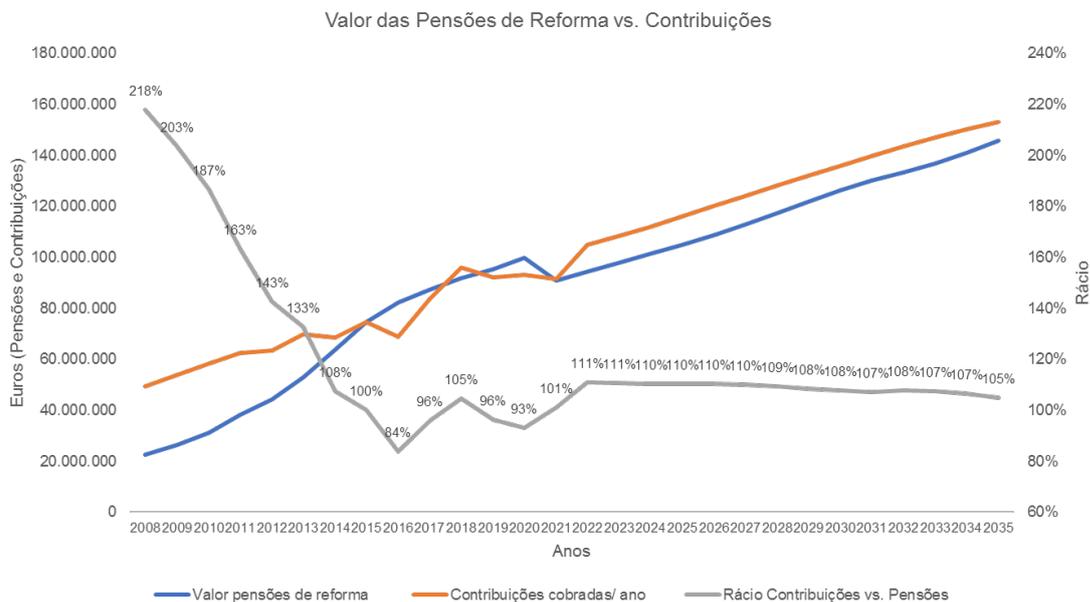
Conforme se verificou anteriormente, e apresentado nos relatórios anuais, em cada ano não se têm reformado todos os beneficiários contribuintes que se encontravam elegíveis para se reformarem. O cenário de projeção apresentado anteriormente é o cenário mais penalizador para a CPAS uma vez que considera o início das pensões no primeiro momento possível (maior período possível de pagamento de pensões) e em especial no primeiro ano de cálculo considera a reforma para todos os beneficiários contribuintes que já ultrapassaram esse momento, mas que ainda não iniciaram a sua pensão.

Para efeitos de análise de sustentabilidade consideramos ser o cenário central que deve ser tido em consideração para identificar potenciais riscos máximos de insustentabilidade, embora saibamos que tal nunca ocorreu.

Por tudo isto, consideramos relevante analisar cenários alternativos, e apesar de não existir um racional para identificar quem irá aceder à pensão de reforma e quando, efetuou-se um cenário de análise de sensibilidade, o mais aproximado ao que tem vindo a ocorrer nos últimos anos, em que se considera que em cada ano apenas 50% da população elegível irá aceder à reforma, transitando para o ano seguinte o remanescente que não acede à pensão, afetando desta forma uma maior contribuição, mas por outra via a pensão continua a ser constituída.

- **Cenário ajustado à realidade – passagem à reforma de 50% dos beneficiários elegíveis**

O gráfico seguinte apresenta esta análise em comparação ao anteriormente apresentado com reforma no primeiro momento:



Neste cenário de análise verifica-se uma melhoria para todos os anos seguintes que se apresentam com contribuições acima das pensões até ao final do período em análise.

Evolução dos Ativos Financeiros da CPAS

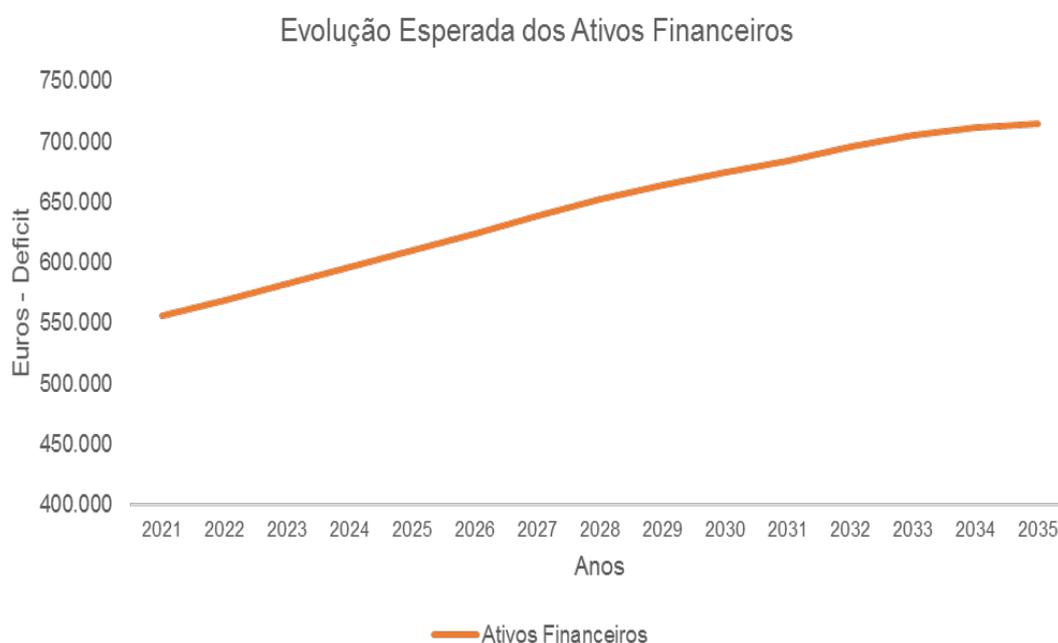
Conforme já referido anteriormente, desde a sua constituição a CPAS efetuou a alocação dos valores de excesso de contribuições face às necessidades de pagamentos anuais, para investimentos de modo a serem valorizados e poderem ser utilizados em anos cujas contribuições cobradas sejam menores que os benefícios a suportar por esta caixa.

Foi já publicado em 25 de outubro de 2019, a alteração ao Regime Fiscal em sede de IRC aplicável à CPAS, concedendo isenção de IRC nos mesmos termos que se encontram estipulados no Artigo 9.º do Código do IRC para as instituições de segurança social. Esta alteração terá impacto a partir de 2020 e será considerada como uma receita extraordinária, pelo foi considerado neste estudo esta fonte de financiamento cuja estimativa poderá ascender a um valor de 1,4 milhões de euros em 2020. Em termos de contabilização este valor é considerado como contribuição extraordinária e acumulará como Fundo de Garantia quando não é utilizado para fazer face a deficit de contribuições.

Em 2020 o valor dos ativos financeiros encontrava-se alocado a diferentes classes de ativos (conforme descrito na seção pressupostos) e a sua rentabilidade estimada de longo prazo ascende a 2,08% ao ano. Este ano de 2020 as contribuições cobradas e a recuperação de dívida não foram suficientes para fazer face ao pagamento das pensões do ano pelo que houve necessidade de utilização dos valores de reserva.

Tendo em consideração as estimativas de evolução futura da população suas contribuições e pensões a receber, os gráficos seguintes apresentam a estimativa de evolução do valor dos ativos financeiros que incluem a sua rentabilidade no período em análise, e sua possível utilização para superar o deficit de contribuições.

- **Cenário central – passagem à reforma de 100% dos beneficiários elegíveis**



No final do prazo em análise estima-se que o valor dos ativos financeiros ascenda a 714 milhões de euros (que representa uma estimativa de acréscimo dos ativos de 165 milhões de euros) e que nessa data este valor corresponda ao pagamento de sensivelmente 4 anos e 8 meses das pensões do ano de 2034.

- **Cenário ajustado à realidade – passagem à reforma de 50% dos beneficiários elegíveis**

Considerando o cenário de análise de sensibilidade apresentado anteriormente, em que se estima o acesso à reforma de 50% dos beneficiários elegíveis, o valor estimado dos ativos financeiros no final do período em análise ascende a 776 milhões de euros (que representa uma estimativa de acréscimo dos ativos de 228 milhões de euros).



5 Fundo de Garantia

De acordo com o estipulado no regulamento da CPAS, será necessário efetuar uma avaliação atuarial para determinar o valor atual das pensões em pagamento à data de fecho de cada exercício anual. Será importante reforçar que o regime de previdência da CPAS é um regime de repartição em que as pensões são pagas pelo valor das contribuições dos atuais beneficiários contribuintes, deste modo o valor atual das pensões em pagamento são uma referência de estimativa de pagamento futuro, não sendo necessário a esta Caixa o seu total financiamento.

Para a elaboração do cálculo do valor atual das pensões em pagamento são considerados pressupostos de longo prazo:

- Taxa de desconto: a CPAS optou pela taxa de 3,0% para a determinação da atualização dos pagamentos futuros para a data de cálculo. na secção de pressupostos encontram-se identificado o detalhe de informação financeira para a seleção da taxa
- Tábua de mortalidade: TV 88/90 ajustada de menos um ano, após análise da mortalidade real com a mortalidade estimada considerou-se manter-se adequada a tabela anteriormente utilizada para a população da CPAS
- Crescimento futuro de pensões: não se encontra estipulado no Regulamento da CPAS aumentos futuros, manteve-se a estimativa de não atualização conforme tem ocorrido nos últimos anos
- Reversibilidade de pensões após a morte do beneficiário: dado que no momento da morte de um beneficiário reformado é iniciado um subsídio de sobrevivência garantido pelo Fundo de Assistência, não se encontra refletido neste estudo a análise deste Fundo, pelo que não é considerada a reversibilidade das pensões de reforma.

O quadro seguinte apresenta o detalhe do valor atual das pensões em pagamento pelos diferentes tipos de reforma:

Tipo de Reforma	N.º Beneficiários	Valor Atual Pensão Anual
com pensão reduzida	1	8.809
por anos de profissão	1.405	612.759.016
por antecipação	7	87.176
por conversão de sub.invalidez	175	32.406.354
por invalidez	3	60.599
por limite de idade	3.489	528.071.236
Total	5.080	1.173.393.190

(valores em euros)

6 Comentários

Nas secções anteriores verificaram-se os diferentes fatores que influenciam a sustentabilidade da CPAS como caixa de previdência que segue um modelo de financiamento em regime de repartição.

Os principais fatores analisados foram:

- **Evolução demográfica** – a atual estrutura populacional da CPAS já se apresenta em risco uma vez que tem uma pirâmide etária com menos beneficiários contribuintes mais jovens e um elevado número de beneficiários contribuintes mais velhos. Adicionalmente nos próximos anos (15 anos) o número de novos reformados duplicará, ou seja, existirá um elevado número de passagem de beneficiários contribuintes para a reforma e atualmente não estão a ser totalmente substituídos por novos beneficiários contribuintes.
- **Escalões contributivos** – a atual formula de cálculo do benefício de reforma encontra-se alinhado com a carreira contributiva dos beneficiários contribuintes. A estabilização da carreira contributiva e a sua relação com as novas pensões pagas reforça a sustentabilidade e a solidariedade do sistema. O envolvimento dos beneficiários reformados ainda inscritos nas suas Ordens na manutenção de uma contribuição é fundamental para ajustar o momento de acesso ao benefício de reforma que deverá estar alinhado com o momento que o beneficiário contribuinte deixe de ter fonte de rendimento profissional.
- **Pensões em pagamento** - a alteração do regulamento em 2015 efetuou a alteração ao cálculo da pensão de reforma que passou a considerar a carreira contributiva toda, esta alteração foi efetuada salvaguardando os direitos adquiridos dos beneficiários pelo que o seu impacto é gradualmente percecionado com as novas pensões. Efetivamente verifica-se um a redução das pensões médias, adicionalmente também se verifica que a idade de acesso à pensão de reforma está a aumentar, ambos os fatores são bastante benéficos para este regime.
- **Contribuições cobradas e recuperação de dívida** - nos últimos anos tem-se verificado um aumento da taxa de cobrança das contribuições emitidas e uma recuperação da dívida, á exceção do ano de 2020 que abrandou esta evolução. A implementação de medidas para prevenir nova dívida é também fundamental para a manutenção da relação dos beneficiários com a sua Caixa.
- **Valor dos ativos financeiros** - apesar de não ser necessário para o regime de repartição em que as pensões são pagas pelo valor das contribuições, a CPAS acumulou ao longo do tempo os valores associados aos excessos de contribuições para possível utilização em anos futuros em que as contribuições não são suficientes para o pagamento de pensões. Ao longo dos anos de projeção verifica-se um aumento deste montante via a sua não utilização e ao rendimento esperado das suas aplicações financeiras, no entanto a sua utilização no final dos anos de projeção já é um fator de risco que requer uma atenção especial uma vez que se verifica a diminuição de contribuições face às pensões em pagamento. Também se verifica que o valor destes ativos financeiros em comparação com o valor atual das pensões em pagamento foi-se reduzindo ao longo dos últimos anos estando atualmente em cerca de 47%.

- **Outras fontes de financiamento** – dada a atual conjuntura económica e em especial das profissões representadas pela CPAS, a obtenção de financiamento extraordinário regular ou não é fundamental para complementar o financiamento de pensões, sem sobrecarregar os seus contribuintes e fortalecer a componente de solidariedade do regime.

O ano de 2020 apresentou-se novamente como um ano em que o valor das cobranças das contribuições não foi suficiente para o pagamento das pensões do ano. Com a introdução das alterações relativas à base de incidência para as contribuições e o fator de correção de menos 10% também para 2020, os resultados ressentiram-se nessa matéria. Acresce ainda a situação pandémica que afetou a economia mundial e em particular afetou a economia nacional de forma penalizadora. O ano de 2021 também trará desafios uma vez que ainda não se ultrapassaram níveis de contágio reduzido mantendo assim o confinamento que afeta os profissionais desta Caixa de Previdência de forma muito penalizadora.

Pelos cenários apresentados anteriormente verifica-se que a evolução para uma taxa contributiva de 24% (sem aplicação de fator de correção) é um dos fatores determinantes para a sustentabilidade do sistema, assim como o momento da passagem à reforma. Quanto mais tarde os beneficiários acederem à pensão de reforma mais benéfico se apresenta para o sistema, pelo aumento de anos de contribuição e pela redução de número de pagamentos de pensões.

Em ambos os cenários apresentados de projeção tendo em conta a realidade dos últimos anos da CPAS que serviram de base para a projeção futura, verifica-se no horizonte da análise que o sistema se mantém sustentável, estando num dos cenários sempre no limite mínimo e de forma mais penalizadora que as estimativas apresentadas em 2019. O prazo em análise de 15 anos não limita as conclusões apresentadas, apenas se definiu como o período de análise adequado aos pressupostos de médio prazo considerados nos cálculos. Verificou-se uma alteração de níveis médios de escalões contributivos, que afetam as contribuições atuais e estimativas futuras.

Conforme indicado anteriormente, as estimativas de longo prazo mantem-se em linha com o apresentado no ano de 2019, no entanto entendemos que o impacto da situação económica nacional já apresenta uma redução da estabilidade do rácio de contribuições vrs pensões no longo prazo, em ambos os cenários.

Analisando os últimos anos, estes têm-se apresentado com deficit essencialmente pelo facto de se considerarem fatores de correção à taxa de contribuição, as estimativas futuras sem apresentação de deficit não consideram a aplicação de fatores de correção. É importante referir que em cada ano que se aplicam estes fatores de correção é necessário recorrer a outras fontes de financiamento para o pagamento de pensões do ano. Para um regime desta natureza é importante manter-se o nível de contribuições pois a sua redução afetará o rácio de contribuições versus pensões.



Nuno Abreu

Diretor Aon HR Solutions

Lisboa, 26 de Março de 2021

7 Pressupostos

Tendo por base a informação fornecida pela CPAS relativa à população de beneficiários contribuintes e pensionistas a receber pensão vitalícia, reportado a 31 de dezembro de 2020, foram elaboradas as diferentes projeções demográficas e financeiras apresentadas.

Para efeitos de cálculo das projeções efetuadas foram tidos em consideração os seguintes pressupostos de cálculo. Estes pressupostos de cálculo utilizados foram determinados considerando em primeiro lugar a informação histórica da CPAS sempre que para tal fosse relevante e posteriormente a sua estimativa de evolução futura tendo em consideração uma abordagem razoável, ou seja nem muito conservadora nem muito otimista/pessimista.

Apresentamos de seguida os principais pressupostos tidos em consideração na projeção a 15 anos dos fatores principais de análise da sustentabilidade da CPAS:

Pressupostos demográficos:

Esperança de vida

A esperança de vida considerada é a determinada pela utilização da tabela de mortalidade TV 88/90 ajustada com menos um ano, ou seja, a esperança de vida considerada é a idade menos um ano do que a que o beneficiário apresenta na data de cálculo.

A esperança média de vida (EMV) da população portuguesa aos 65 anos, publicada pelo Instituto Nacional de Estatística com referência ao período 2016-2018 (2015-2017), ascende a 19,49 anos (19,45 anos). O quadro seguinte apresenta a separação por género:

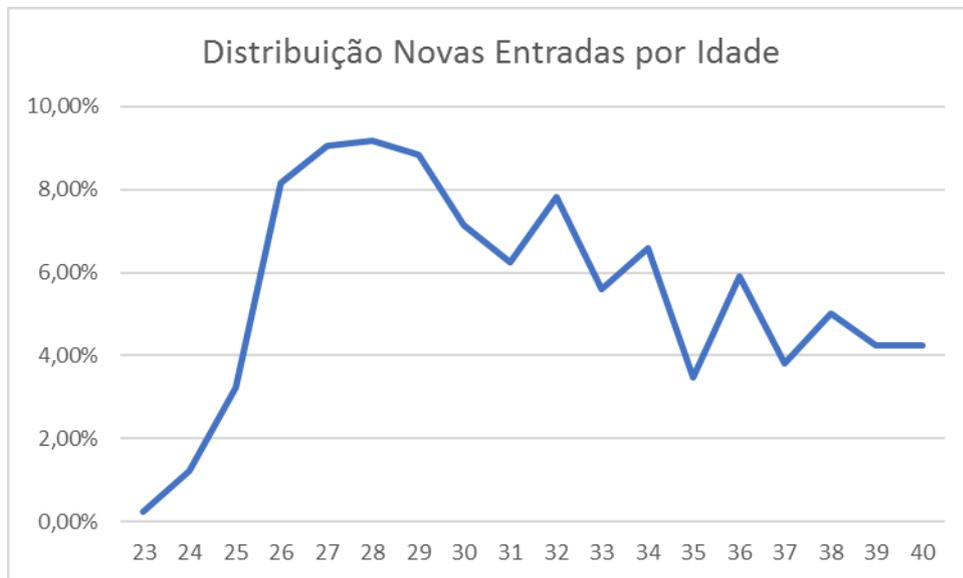
	População Portuguesa	
	Masculina	Feminina
Esperança Média de Vida aos 65 anos de idade	17,58	20,88

A esperança média de vida considerada pela tabela TV 88/90 (ajustada de menos um ano) ascende a 20,6 anos que se encontra a ser utilizada para ambos os géneros.

Apesar de não se ter efetuado uma análise detalhada da mortalidade deste grupo, é nosso entendimento que a tabela de mortalidade considerada não apresenta desvios significativos face à mortalidade real ocorrida e face à expectativa de evolução da esperança de vida da população portuguesa.

Perfil das Novas Entradas

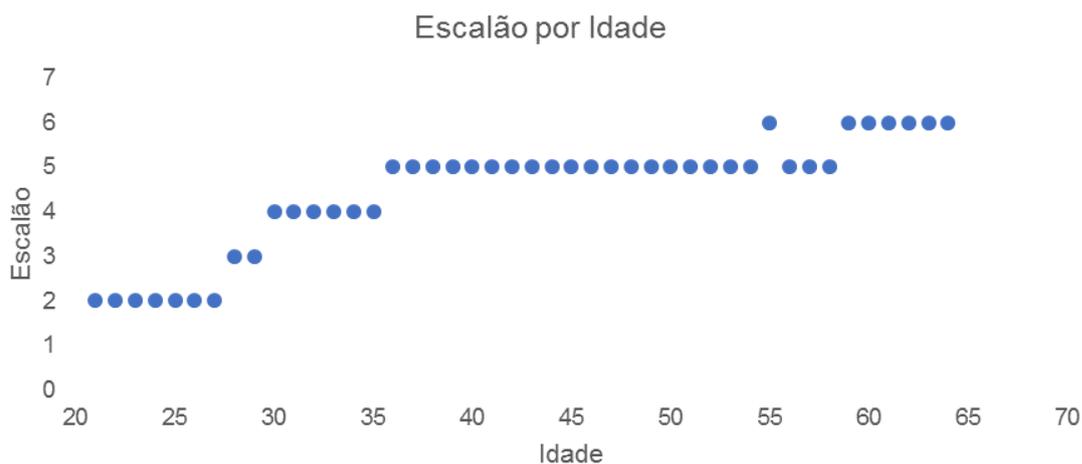
Tendo em consideração os novos beneficiários contribuintes em cada ano, assumiu-se um valor de 1.060 novas admissões com contribuição em cada ano para os próximos 15 anos. O gráfico seguinte apresenta as idades assumidas das novas entradas de contribuintes uma vez que se verifica nos últimos anos que estas entradas se encontram distribuídas entre os 22 e os 40 anos.



Escalões Contributivos

Assumiu-se a evolução de contribuições por beneficiário em função do escalão contributivo em que se encontram à data da análise evoluindo tendo em consideração valor médio da população para a mesma idade enquanto o seu escalão for inferior.

As novas entradas seguem a mesma abordagem em função da sua idade de entrada



Pressupostos financeiros:

IPC sem habitação

Evolução para os próximos 15 anos de acordo com as projeções do Banco de Portugal apresentadas no seu Boletim económico, tendo em consideração o impacto da pandemia em Portugal:

2021	0,3%
2022	0,9%
2023	1,1%
2024/2035	1,5%

Valor do IPC sem habitação será considerado para aplicar anualmente ao Indexante Contributivo mensal, estabelecido para 2021 em 581,90 euros, para se determinar a base contributiva.

Este índice é também considerado no cálculo da revalorização para a data de cálculo da pensão dos valores de incidência contributiva.

Rendimento esperado dos ativos financeiros

De acordo com a composição da carteira pelas principais classes de ativos e considerando a seguinte tabela com as referidas ponderações a taxa média anualizada a longo prazo expectável ascende a 2,08%.

Classe de Ativo	Composição da Carteira(*)	Rentabilidade Esperada(**)
Ações	2,68%	0,17%
Depósitos a prazo/ordem	5,05%	0,00%
Fundos Alternativos	0,15%	0,00%
Fundos de Ações	8,94%	0,55%
Fundos de Obrigações	20,05%	0,08%
Fundos Imobiliário	0,02%	0,00%
Outros Fundos	0,04%	0,00%
Obrigações Corporate	36,06%	0,15%
Obrigações Governamentais	3,92%	0,02%
Imóveis	22,55%	1,10%
Total	100,00%	2,08%

*Informação fornecida pela CPAS

** Rentabilidades dadas pelos modelos da Aon (CMA – Capital market assumptions) anualizados a 10 anos, e com carteiras diversificadas e geridas sem uma gestão ativa por parte dos gestores.

Taxa de crescimento de pensões

Manteve-se a metodologia de não considerar taxa de crescimento de pensões futuras.

Taxa de desconto:

Para efeitos de determinação do valor atual das pensões em pagamento é necessário identificar um pressuposto de longo prazo para atualizar cada um dos pagamentos anuais para a data de cálculo.

Tendo em consideração a finalidade da avaliação atuarial, se para fins de financiamento ou contabilístico ou venda da responsabilidade, o pressuposto de atualização poderá ter diferentes abordagens para a sua determinação.

O objetivo da CPAS na determinação desta avaliação encontra-se relacionado com o financiamento destas responsabilidades através da constituição de um Fundo de Garantia, gerido pela própria CPAS. É importante referir que a CPAS é um sistema de Repartição em que os pagamentos de pensões são suportados pelas contribuições efetuadas pelos contribuintes durante a sua fase ativa, assim não existe obrigatoriedade de constituição deste Fundo de Garantia, nem mesmo regras de financiamento deste Fundo. Este Fundo será reforçado através da rentabilidade dos seus próprios ativos e pela disponibilidade anual dos resultados líquidos de cada exercício.

O objetivo ideal dos cálculos atuariais seria o de no final de cada ano o valor considerado de rentabilidade do ano fosse igual ao efetivamente obtido. No entanto a análise atuarial é efetuada na perspetiva de longo prazo, relativo à duração dos pagamentos futuros, e, portanto, será necessária uma abordagem de definição de taxa de longo prazo. O valor a considerar deverá ter em conta o valor mínimo que se poderá obter no mercado monetário, o que poderemos identificar como associado a uma taxa de menor risco e uma taxa de maior risco equivalente ao valor esperado de rentabilidade das atuais classes de ativos que compõem a carteira do Fundo.

Analisando desta forma a razão subjacente à avaliação atuarial do valor atual das pensões em pagamento é nosso entendimento que a CPAS deverá definir anualmente a sua taxa de desconto para cálculo considerado o intervalo entre:

- Uma taxa de atualização com risco muito marginal (risk free rate) associada aos mercados monetários, liquidez e EURIBOR para 2019 de **0,2%**
- Uma taxa de atualização que tenha em conta o prémio de risco associado à gestão dos investimentos detidos pela CPAS Nesta análise identificamos a carteira de ativos financeiros associado ao Fundo de Garantia e identifica-se a estimativa de retorno esperado de longo prazo tendo por base os pressupostos por classe de ativo (quadro apresentado na página anterior) de **2,08%**
- Numa perspetiva de alteração de alocação da carteira a assumir maior risco, aumentando o peso da classe de ativos ações e fundos de ações com um total de 20%, reduzindo a alocação das classes de obrigações, a estimativa de taxa de longo prazo ascende a **2,98%**
- Em termos de referência importa identificar os resultados obtidos pela CPAS na gestão da carteira em 2020 que ascenderam ao valor de 3,09% para a carteira mobiliária e de 2,764% para a carteira imobiliária, deste modo a taxa de rendimento obtida em 2020 foi de 2,35%. Na perspetiva de utilizar a rentabilidade real da CPAS para utilizar na determinação do valor atual dos pagamentos futuros consideramos relevante considerar o valor médio relativo a 10 anos que ascende a **2,63%**

Ano	Rentabilidade
2011	1,17%
2012	6,26%
2013	2,31%
2014	5,36%
2015	-0,08%
2016	2,55%
2017	2,32%
2018	-1,96%
2019	6,03%
2020	2,35%

A definição da taxa final da CPAS deverá no nosso entendimento ter em conta, entre outros pressupostos o risco que pretende assumir considerando o valor mínimo de rentabilidade a obter com os ativos financeiros no longo prazo, mas também o seu retorno esperado face à composição da carteira e sua utilização no futuro e o nível de cobertura das responsabilidades.

A Direção da CPAS optou por manter a utilização da taxa de desconto de 3,0% para a avaliação reportada a 31 de dezembro de 2020.

Outros Pressupostos

Na determinação das responsabilidades com pensões em pagamento não foram consideradas, para nenhuma categoria, a reversibilidade das pensões para o cônjuge ou órfão. Na circunstância da morte que dê origem a um subsídio, este não se encontra ao abrigo do Fundo de Garantia mas sim do Fundo de Assistência através da atribuição dos respetivos subsídios.

É considerado o pagamento de pensões 14 vezes no ano (com pagamentos mensais acrescidos nos meses de julho e novembro).

Considera-se que os beneficiários efetuam o pagamento da sua dívida, caso exista, no momento de passagem à reforma.

Sobre Aon

Aon Portugal, S.A., com sede na Av. da Liberdade, n.º 249 – 2º - 1250-143 Lisboa - Portugal, com o NIPC 500 946 728, corretor de seguros, inscrito na ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), em 27/01/2007, sob o n.º 607155481/3, com autorização para operar nos ramos Vida e Não Vida, verificável em www.asf.com.pt e www.aon.com/portugal. O mediador de seguros não assume a cobertura de riscos.

A informação contida no presente documento foi elaborada de boa-fé e a partir de fontes credíveis e fidedignas. Os serviços prestados pela Aon incidirão em exclusivo no âmbito da consultoria solicitada e não suporá qualquer tipo de assessoria legal ou de opinião jurídica. A responsabilidade do Grupo de Empresas da Aon Portugal compreende o legalmente exigível para a sua atividade profissional, pelo que não se estende a obrigações ou compromissos alheios ao seu objeto social.

Os serviços e trabalhos de consultoria prestados (nomeadamente a título exemplificativo e não taxativo as informações, resumos, conclusões, recomendações, etc.) serão realizados pela AON PORTUGAL com base na informação prestada pelo próprio Cliente, a qual se presume desde já como correta. Por tal, a Aon não poderá ser responsável por qualquer dano ou prejuízo derivado de inexatidões, erros ou omissões da informação fornecida pelo Cliente, sendo de sua exclusiva responsabilidade a tomada de qualquer decisão sobre as recomendações efetuadas, exclusivamente nos casos descritos anteriormente.

Para qualquer reclamação relacionada com os serviços prestados por qualquer empresa do Grupo Aon deverá dirigi-la para a seguinte morada postal : Av. da Liberdade, 249 – 2º - 1250-143 Lisboa ou através do email : geral@aon.pt ao cuidado do Departamento Jurídico.

© Estão reservados todos os direitos. Proíbe-se a exploração, reprodução, distribuição, comunicação pública e transformação, total ou parcial, deste documento sem autorização expressa da Aon Portugal, S.A..



Maria Fernanda Barreto M. Colaço
Luis Manuel da Silva Rosa
Alexandre da Paixão Coelho

Rua Castilho, nº 39 – 9º A
1250-068 Lisboa
Telefones 213 552 980
213 530 665
Email geral@crc-sroc.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS ADVOGADOS E SOLICITADORES** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2020 (que evidencia um total de 587.673.710 euros e um total de capital próprio de 576.361.556 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 678.768 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS ADVOGADOS E SOLICITADORES** em 31 de Dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a Opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Sem afetar a opinião expressa, chamamos a atenção para os seguintes assuntos:

1. Nos termos referidos no Relatório da Direcção, a pandemia teve um impacto na economia em geral e também nos contribuintes do sistema previdencial do **CPAS**. Deste modo o Regulamento de apoio, permitiu o diferimento das contribuições e a redução temporária de um escalão contributivo. Estes condicionalismos refletiram-se quer na redução de cobranças de contribuições quer em incumprimentos de arrendatários do património imobiliário.

Já se perspectivava o desequilíbrio do sistema de repartição para 2020, mas foi agravado pelo reforço das imparidades em 2020 (+ 4,2 milhões de euros face a 2019) e a redução do aumento de justo valor dos títulos, decréscimo de 18,5 milhões de euros face a 2019. Estas variações principais justificam a redução do resultado de 18.861.167 euros em 2019, para 678.768 negativo em 2020.

2. Nos termos referidos em detalhe no relatório da Direcção, é requerido no artigo 95º do Novo Regulamento a determinação do Valor Atual dos pagamentos estimados futuros das Pensões em Pagamento. O relatório atuarial estimou esse montante em 1.173.393 milhares de euros (2019: 1.149.524 milhares de euros).

O Fundo de Garantia da **CPAS** ascende em 31 de Dezembro de 2020 a 525.261 milhares de euros (2019: 506.580 milhares de euros) e os Fundos Próprios a 576.362 milhares de euros (2019: 577.092 milhares de euros).

Conforme detalhado no Relatório de Sustentabilidade da **CPAS**, realizado pelos Atuários, perspectivam a recuperação do equilíbrio para 2022 e subsequentes 11 anos (período do estudo no “Cenário ajustado à realidade”), por efeito da taxa contributiva e redução do valor médio da pensão, apesar de fatores demográficos adversos e da redução do número de beneficiários contributivos face aos pensionistas. Apenas num “Cenário Central” mais adverso e “stressante” se perspectiva um desequilíbrio após 2028.

O exercício económico de 2021 será ainda um ano difícil por efeito das medidas de apoio à pandemia, e incerteza quanto à valorização dos títulos e imobiliário.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias (parágrafos 1 e 2).

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

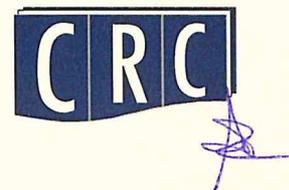
- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as Demonstrações Orçamentais

A CPAS como não recebe dotação do Orçamento do Estado, não dispõe do módulo contabilístico orçamental nem preparou demonstrações orçamentais.

Nestas circunstâncias, não estamos em condições de emitir opinião sobre demonstrações orçamentais nos termos da NCP 26, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

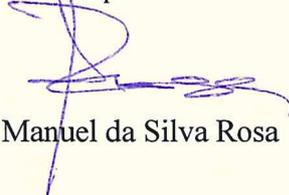
Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

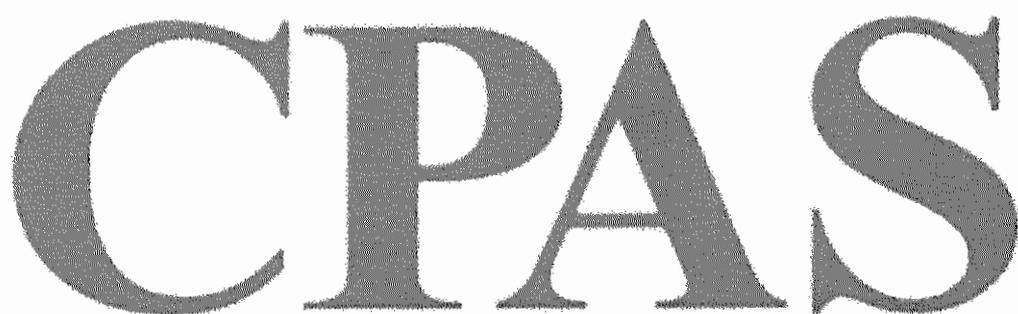
Lisboa, 7 de Abril de 2021

CRC - COLAÇO, ROSA, COELHO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Representada por:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Luis Manuel da Silva Rosa', written over a horizontal line.

Luis Manuel da Silva Rosa



CPAS

1947

CAIXA DE PREVIDÊNCIA
DOS ADVOGADOS E SOLICITADORES

Conselho de Fiscalização

**Relatório anual sobre a fiscalização e Parecer sobre o Relatório e
Contas de 2020**

**Emitido em cumprimento da alínea f) do n.º 1 do art.º 18.º do Regulamento da
CPAS**

9
2

INTRODUÇÃO

O presente Relatório e Parecer é emitido em cumprimento da alínea f) do n.º 1 do art.º 18.º do Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/2015, de 29 de junho, o qual estipula que compete ao Conselho de Fiscalização *“elaborar anualmente relatório sobre a ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório e contas e propostas apresentadas pela direção”*.

A proliferação à escala mundial do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e da doença COVID-19 levou a que Organização Mundial de Saúde, em 11 de março de 2020, declarasse uma situação de pandemia internacional e a que os governos dos diversos países de todo o mundo adotassem medidas extremas de isolamento profilático, tendo originado uma crise económica e sanitária, sem precedentes, na história recente mundial, agravada ainda pelo efeito da globalização.

Em Portugal, desde 18 de março de 2020 (1.ª) e até à presente data (14.ª de 25 de março de 2021) foram decretadas catorze situações de estado de emergência e três situações de estado de calamidade (maio e junho de 2020), que levaram à imposição de confinamentos, com limitações de circulação e trabalho das pessoas, tendo provocado uma crise económica e sanitária, também, sem precedentes, na nossa história recente (queda do PIB de 7,6% em 2020, conforme dados do INE), tendo afetado a atividade e os desempenhos económico e financeiro da CPAS, bem como a atividade e os rendimentos dos seus Beneficiários.

Pela mesma razão, o prazo legalmente previsto (8 de abril) para a disponibilização do presente documento foi excedido até esta data.

Atividade do Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização reviu e atualizou o seu Regimento.

No cumprimento dos deveres e competências que a lei e o mandato lhes conferem, o Conselho de Fiscalização e cada um dos seus membros, desde 14 de janeiro de 2020 (data em que tomaram posse) e até à presente data, acompanharam regularmente a atividade e a gestão da CPAS, tendo para o efeito, realizado 18 reuniões, participado em 4 reuniões do Conselho Geral, analisado as atas da Direção e os respetivos anexos que as integram, bem como as respostas às questões e aos pedidos de esclarecimentos que endereçaram e que obtiveram da Direção e dos responsáveis dos diversos órgãos operacionais.

9
JHA
R

O Conselho de Fiscalização, em 15 de abril de 2020, emitiu parecer favorável à aprovação pela Direção da CPAS do *“Regulamento de resposta às consequências da epidemia do novo Coronavírus - COVID-19”*, que estabeleceu medidas excepcionais e temporárias em matéria de contribuições aplicáveis aos Beneficiários que, comprovadamente, tivessem sofrido uma quebra de rendimentos que os impedissem de satisfazer as suas obrigações contributivas, em virtude de doença ou redução anormal de atividade relacionadas com a situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID-19.

Apesar de o ano de 2019 não fazer parte do seu mandato, mas devido ao facto à data de prestação de contas sobre o mesmo ano (maio de 2020) se encontrar em funções, o Conselho de Fiscalização elaborou o Relatório e emitiu Parecer, em 15 de maio de 2020, sobre os documentos de prestação de contas desse ano apresentados pela Direção.

Com base no Estudo de análise da sustentabilidade da CPAS a 20 anos realizado em conjunto com a AON Portugal, o Conselho de Fiscalização emitiu um comunicado para todos os *“Stakeholders”* da CPAS, com a data de 31 de agosto de 2020, publicado no seu *website*, concluindo que nos termos referidos *“e nos demais que o património, o Estudo de sustentabilidade e as contas titulam e evidenciam e, sem prejuízo de ao longo do tempo, terem que ser efetuados os ajustamentos que as circunstâncias o imponham, a CPAS revela-se ser uma Instituição: - Robusta; Equilibrada; Sustentável; e Que deve merecer a confiança dos Beneficiários. ”*

Com o intuito de prestar um contributo para o melhor esclarecimento e decisão de todos os advogados participantes na Assembleia Geral de Advogados que esteve marcada para o dia 19 de novembro de 2020, com o ponto da ordem de trabalhos da definição do fator de correção do indexante contributivo para 2021, o Conselho de Fiscalização, em 4 de novembro de 2020, emitiu um comunicado também publicado no *website* da CPAS, através do qual chamou a atenção para os efeitos que aplicação dos coeficientes de -4% (proposto pela AON Portugal), -8% (proposto pela Direção da CPAS) e -14% (proposto pelo Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados) teriam na situação financeira, patrimonial e económica da CPAS e realçou que as contas de 2019, evidenciaram um desequilíbrio (défice) entre os recebimentos dos Beneficiários contribuintes e os pagamentos efetuados aos Pensionistas e Subsidiados de 15,6 M€ e que a definição do fator de correção teria/tem um efeito significativo no equilíbrio e sustentabilidade da CPAS.

Em face do exposto, o Conselho de Fiscalização cumpriu o Plano de Ação que delineou para 2020, faz um balanço positivo da sua função fiscalizadora e apraz-lhe registar que as recomendações que endereçou à Direção tenham sido acolhidas.

Para efeitos de elaboração do presente relatório e emissão de Parecer, o Conselho de Fiscalização analisou o Relatório de Gestão, bem como os demais Documentos de Prestação de Contas apresentados pela Direção, o relatório de Sustentabilidade elaborado pela AON Portugal e Certificação Legal das Contas elaborada pela sociedade de Revisores Oficiais de Conta e Auditores, Colaço, Rosa, Coelho & Associado.

FACTOS RELEVANTES DA ATIVIDADE E DA GESTÃO

O Relatório de Gestão alude aos factos mais relevantes da atividade e gestão da CPAS durante o ano de 2020, parecendo pertinente ao Conselho de Fiscalização destacar os factos a seguir apresentados.

Como resposta à situação de pandemia da COVID-19, a Direção, para efeitos de atribuição de apoios imediatos aos Beneficiários, deliberou não considerar, temporariamente, no âmbito de aplicação dos Regulamentos da CPAS, a exclusão das doenças epidémicas ou infectocontagiosas.

Em matéria de **legislação e regulamentação aplicável à CPAS**, há a assinalar as seguintes disposições:

- i. **Lei n.º 2/2020, de 31 de março**, que aprovou o Orçamento do Estado para 2020: Procedeu a duas alterações (artigos 2.º e 3.º-A) e a um aditamento (artigo 18.º-A) ao Decreto-Lei n.º 42/2001, de 9 de Fevereiro, que criou as secções de processo executivo do sistema de solidariedade e segurança social, definiu as regras especiais daquele processo e adequou a organização e a competência dos tribunais administrativos e tributários; Veio reconhecer a competência das secções de execução da segurança social para tramitar as ações de cobrança coerciva da CPAS;
- ii. **“Regulamento de resposta às consequências da epidemia do novo Coronavírus - COVID-19”**: estabeleceu medidas excepcionais e temporárias em matéria de contribuições aplicáveis aos Beneficiários que, comprovadamente, tivessem sofrido uma quebra de rendimentos que os impedissem de satisfazer as suas obrigações contributivas, em virtude de doença ou redução anormal de atividade relacionadas com a situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID-19, que compreenderam

9 
a

o diferimento do pagamento das contribuições dos meses de Abril, Maio e Junho de 2020 a partir, respetivamente, de outubro, novembro e dezembro de 2020, podendo em alternativa os Beneficiários interessados reduzir temporariamente um escalão contributivo. Em alternativa ainda ao diferimento, os Beneficiários contribuintes puderam efetuar o pagamento das contribuições de abril, maio e junho, até ao máximo de doze prestações mensais, iguais e sucessivas, sem qualquer penalização de juros, com início em outubro, novembro e dezembro de 2020, respetivamente.

Este Regulamento foi elaborado e aprovado pela Direcção da CPAS ao abrigo do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 10-F/2020, de 26 de Março, e colheu os Pareceres favoráveis por unanimidade dos membros do Conselho de Fiscalização da CPAS e por maioria dos membros do Conselho Geral da CPAS;

- iii. **Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho**, [segunda alteração à Lei n.º 2/2020, de 31 de março (Orçamento do Estado para 2020), e à alteração de diversos diplomas]: Procedeu à alteração dos n.ºs 3 e 4 do artigo 71.º do Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (RCPAS), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/2015, de 29 de Junho; Veio permitir que a ação de assistência possa ser exercida quando, por motivo não imputável aos Beneficiários, estes tenham uma quebra abrupta da sua atividade, caso em que há lugar, por um período máximo de 180 dias, ao pagamento de um subsídio extraordinário no valor do indexante de apoios sociais, nas situações de estado de emergência, de calamidade, de contingência, de alerta ou outros casos que tornem impossível ou muito limitado o exercício da profissão, assim consideradas em lei; Aditou o artigo 325.º-G ("Apoio Extraordinário a Trabalhadores") à Lei n.º 2/2020, de 31 de março, que prevê um apoio extraordinário de proteção social para trabalhadores em situação de desproteção económica e social e que não tenham acesso a qualquer instrumento ou mecanismo de proteção social, nem aos apoios sociais criados no âmbito das medidas excecionais e temporárias de resposta à epidemia SARS-CoV-2;
- iv. **Portaria n.º 250-B/2020, de 23 de outubro**: Regulamentou as condições e os procedimentos de atribuição do apoio extraordinário de proteção social para trabalhadores em situação de desproteção económica e social e que não tenham acesso a qualquer instrumento ou mecanismo de proteção social previsto no artigo 325.º G da Lei n.º 2/2020, de 31 de março;
- v. **Lei n.º 75-B/2020 de 31 de dezembro**, que aprovou o Orçamento do Estado para 2021 que entrou em vigor a 01/01/2021: Alterou o artigo 71.º do RCPAS, no sentido

9
J.M.
R

de deixar de ser necessária a apresentação de prova de se ter esgotado o recurso às pessoas referidas no n.º 1 do artigo 2009.º do Código Civil.

As disposições legislativas referidas, que alteraram os artigos 71º e 72º do Regulamento da CPAS, foram aprovadas pela Assembleia da República, sem a prévia auscultação da Direção da CPAS, a quem competia legitimidade nesta matéria. Constitui entendimento da Direção que o financiamento deve ser assegurado pelo Orçamento de Estado, nos mesmos termos e condições do apoio prestado aos restantes cidadãos portugueses e conforme se encontra legislado no artigo 13.º da Portaria n.º 250-B/2020, de 23 de outubro. Até à data, esta questão não está devidamente esclarecida ou articulada com o Governo, pelo que a atribuição e pagamento dos apoios referidos está a ser assegurada pela CPAS aos Beneficiários que cumprem os requisitos previstos na legislação. Importa referir, no entanto, que os encargos suportados pela CPAS neste âmbito, não assumem materialidade (cerca de 3.000 euros). Refira-se ainda que o apoio social concedido ao abrigo do artigo 325.º-G ("Apoio Extraordinário a Trabalhadores") da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, extinguiu-se em 31/12/2020.

"A Direcção da CPAS continuará a encetar todos os esforços no sentido de promover as necessárias diligências junto dos membros do Governo competentes de forma a serem concedidos pelo Estado aos Beneficiários da CPAS igual apoio financeiro ao que foi e continua a ser concedido aos demais cidadãos portugueses na medida em que o Estado suporta estes custos com recurso ao Orçamento de Estado para o qual os Beneficiários da CPAS contribuem, e até a própria CPAS, em igual medida dos restantes cidadãos."

A situação pandémica afetou em particular o setor imobiliário, levando a que vários arrendatários da CPAS efetuassem pedidos de isenção, redução ou diferimento de rendas, bem como apresentassem denúncias ou pedidos de acordo de revogação. A Direção privilegiou a possibilidade de celebração de acordos que mantivessem a possibilidade de recebimento, ainda no decurso do ano de 2020, das rendas que se vencessem dentro do período e que não fossem, por força das consequências da epidemia, temporária, parcial ou totalmente pagas nos referidos meses do Estado de Emergência.

Particularmente afetado pelos diversos confinamentos verificados em 2020 e pela paragem quase na totalidade do turismo a nível mundial, foi o arrendamento das unidades hoteleiras da CPAS, tendo gerado uma dívida, à data de 31/12/2020, de 519.925,40 euros, que levou à constituição integral de perdas por imparidade.

9
R

Não obstante as diligências efetuadas junto do Ministério do Trabalho e da Segurança Social e das reuniões de trabalho efetuadas com o Instituto de Informática da Segurança Social, I. P., a cobrança coerciva de contribuições em dívida à CPAS, pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., aprovada pelo OE para 2020 (Lei n.º 2/2020, de 31 de março) que alterou o n.º 4 do Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 42/2001, de 9 de Fevereiro, ainda não está implementada. Refira-se que este procedimento deverá permitir: ultrapassar as dificuldades sentidas pela CPAS na cobrança coerciva das dívidas dos Beneficiários contribuintes; reduzir significativamente a dívida acumulada de contribuições líquida de planos e acordos em curso que, em 31/12/2020, ascendeu a 135,2 M€ (130,5 M€, em 2019) e melhorar a taxa de cobrança das contribuições no próprio ano em que são emitidas, que em 2020 foi de 79,7% (82,6% em 2019).

Ainda em 2020, mas com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2021, a Direção contratou um novo Seguro Plano de Rendimentos por Acidente e Doença, que permite, anualmente, aos Beneficiários Ordinários, aos Beneficiários Extraordinários e aos Beneficiários Reformados, até aos 75 anos, que tenham pagamento de contribuições e que apresentem a sua situação contributiva integralmente regularizada, usufruir do recebimento de um subsídio diário em situação de incapacidade temporária absoluta por doença ou acidente, por um período de 6 meses e correspondente a 70% da remuneração convencional mensal escolhida pelo Beneficiário. O período do subsídio pode ser estendido até 24 meses com copagamento do Beneficiário.

Em 2020, a CPAS já beneficiou da isenção de IRC sobre os rendimentos de capitais, que lhe foi conferida, pelo Decreto-Lei n.º 163/2019, de 25 de outubro, que procedeu às alterações das alíneas c) e d) do artigo 9.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442 -B/88, de 30 de novembro, na sua redação atual, e do artigo 98.º do Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/2015, de 29 de junho, também na sua redação atual. Estima-se que esta isenção tenha gerado um benefício para a CPAS na ordem de 1,1 M€, em 2020.

À data de 31/12/2020, para um total de Beneficiários de 65.227, o n.º de Beneficiários contribuintes era de 36.300 (55,7%), o n.º de beneficiários não contribuintes era de 28.927 (44,3%) e o n.º de Beneficiários pensionistas e subsidiados ascendia a 6.704.

A relação entre o n.º de Beneficiários contribuintes (não incluindo os reformados contribuintes) (35.444) e o n.º de Beneficiários pensionistas e subsidiados (6.704) ascende a 5,287, mantendo uma tendência estável acima de 5 desde 2014 (5,859). Face ao triénio 2011/2013, registou um decréscimo de cerca de 1 ponto e em 2011 era de 6,952.

9
Rlu

Entre 2019 e 2020, o n.º de Beneficiários contribuintes (não incluindo os reformados contribuintes) registou um decréscimo de 43, tendo passado de 35.487, em 2019, para 35.444, em 2020, e o n.º de reformados e subsidiados registou um acréscimo de 288, tendo passado de 6.416, em 2019, para 6.704 em 2020, refletindo uma evolução da relação entre os novos Beneficiários contribuintes e os novos reformados e subsidiados de 4,092, em 2019, para -0,149, em 2020. Estes indicadores evidenciam uma relação/evolução indesejável e uma inversão de tendência, face aos anos anteriores ou mesmo de sempre (não confirmado), devendo constituir um alerta para a gestão, pois, a persistirem no tempo, colocam em risco a solidez e sustentabilidade da CPAS. No entanto, é de referir que esta evolução (em 2020, face a 2019) é explicada pelo aumento dos cancelamentos de inscrição de Beneficiários na CPAS quantificado em 983, sendo 932 ordinários e 51 extraordinários, não devendo ser alheio à ocorrência deste facto a situação epidemiológica provocada pela COVID-19.

A apresentação pela Direção da CPAS, aos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Justiça e da Segurança Social, da adoção para o ano 2021 de um fator de correção do Indexante Contributivo de menos 10% (dez por cento), tendo por base os estudos atuariais elaborados pela entidade independente AON em que a mesma se suporta e atenta a pronúncia favorável do Conselho Geral da CPAS, tendo sido aprovado pela Portaria n.º 303-A/2020, de 28 de dezembro.

Em 2021, a Direção continuará a envidar esforços com várias entidades e instituições, no sentido de divulgar as vantagens de ser Beneficiário da CPAS, nomeadamente dos advogados estagiários e de juristas, com vista a atrair novos Beneficiários contribuintes, melhorando a base da pirâmide demográfica.

“A administração criteriosa no presente e a monitorização da evolução da sustentabilidade da Instituição no médio/longo prazo será sempre uma prioridade da gestão da CPAS e aí não poderá haver tibiezas nas medidas e medo na sua execução, muito menos cedência a populismos ou a propostas inviáveis que não defendem os Beneficiários, não defendem a CPAS, a Previdência e a Independência.”

No ano em curso, importa destacar que a Direção da CPAS aprovou com o Parecer favorável por maioria dos membros do Conselho Geral o *“Regulamento de resposta às consequências, em 2021, da nova vaga da epidemia de COVID-19”*, o qual à semelhança do Regulamento do ano anterior, permite o diferimento de contribuições ou a diminuição do escalão contributivo, que será aplicável aos Beneficiários que sejam afetados direta ou indiretamente pela epidemia ou sofram uma quebra significativa de rendimentos que os impeça de satisfazer as suas

obrigações contributivas perante a CPAS, seja em virtude de doença ou de redução anormal de atividade, ambas relacionadas com a referida situação epidemiológica.

De salientar, ainda, como impacto da situação pandémica uma diminuição da recuperação extrajudicial de dívida acumulada de contribuições referentes a anos anteriores que era estimada em 9 M€, e cifrou-se em 5,7 M€, não devendo também ser alheio a este facto, o movimento dos defensores da integração da CPAS na Segurança Social que afetam o desenvolvimento normal da atividade e da gestão da CPAS, bem como a sua imagem, em termos, nomeadamente, de fidedignidade e credibilidade.

SITUAÇÃO FINANCEIRA E DESEMPENHO ECONÓMICO

No que respeita à **situação financeira e desempenho económico** importa destacar que:

- Foi apurado um **resultado líquido negativo no montante de 0,7 M€**, que tem por base o **total de rendimentos** obtidos de **150,9 M€** e o **total de gastos** suportados de **151,6 M€**;
- Além das contribuições líquidas emitidas no montante de 109,7 M€ (acréscimo, face a 2019, de 11,8 M€, 12,0%), os ganhos por aumentos de justo valor de 23,5 M€ (22,7 M€ em investimentos mobiliários e 0,8 M€ em investimentos imobiliários), que não têm a natureza de ganhos efetivos, mas potenciais, constituem as principais rubricas ou componentes dos rendimentos;
- Além das despesas com pensões, subsídios e participações no montante de 111,3 M€ (acréscimo, face a 2019, de 4,3 M€, 4,0%), as perdas por reduções de justo valor no montante de 14,3 M€ (12,6 M€ em investimentos mobiliários e 1,7 em investimentos imobiliários) e as perdas por imparidade de 13,2 M€ (12,7 M€ de contribuições em dívida e 0,5 M€ referentes a devedores de rendas) constituem as principais rubricas ou componentes dos gastos;
- Assim, deduzido dos ganhos líquidos (aumentos/reduções) do justo valor no montante de 9,2 M€ que não constituem ganhos efetivos, mas potenciais, o resultado líquido do período apurado passaria a ser mais negativo atingindo o montante de 9,9 M€, revelando-se ligeiramente inferior ao do ano anterior no montante de 0,7 M€.
- Este efeito está refletido na Demonstração dos Fluxos de Caixa, através dos **fluxos de caixa negativos gerados pelas atividades operacionais no montante de 19,7**

M€, sendo financiados pelos fluxos de caixa positivos gerados pelas atividades de investimento no montante de 15,1 M€ e pela variação negativa dos valores de caixa e seus equivalentes (caixa e depósitos bancários) de 4,6 M€;

- Este “défice” (19,7 M€), que representa 21,2% do total das contribuições líquidas cobradas (93,0 M€), a subsistir no tempo, coloca em risco a solidez e sustentabilidade financeira da CPAS, impondo a tomada de medidas com vista a que no mínimo os fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais sejam nulos. No triénio 2018/2020, este défice ascendeu a 51,2 M€, tendo sido financiado pelos fluxos de caixa gerados pelas atividades de investimento no montante de 49,9 M€ e por uma diminuição da componente de caixa e seus equivalentes (meios financeiros líquidos) no montante de 1,3 M€;
- Assim, importa destacar a relevância que os rendimentos gerados pelo património (mobiliário e imobiliário) assumem no equilíbrio financeiro da CPAS, tendo, para o triénio 2018/2020, atingido o montante de 36,9 M€ e permitido a cobertura de 72,1% do défice dos fluxos de caixa das atividades operacionais;
- Realça-se ainda que o “défice” apurado entre os recebimentos de contribuintes (95,5 M€) e os pagamentos efetuados aos Beneficiários (111,1 M€), conforme se retira da Demonstração dos Fluxos de Caixa, ascendeu a 15,6 M€, refletindo que as contribuições líquidas cobradas no ano de 2020, não foram suficientes para assegurar as funções previdencial e assistencial da CPAS;
- No tocante à estrutura de gastos, importa ainda referir que as despesas de administração, que incluem os fornecimentos e serviços externos e os gastos com o pessoal nas componentes corrente e social, ascenderam a 3,5 M€ (3,2 M€, em 2019) representando 3,8% da cobrança líquida de contribuições, cumprindo, assim, o disposto na alínea c) do art.º 85.º do RCPAS que estabelece que as contribuições mensais pagas pelos Beneficiários podem ser afetadas a despesas de administração até um máximo de 5%;
- Em termos patrimoniais e à data de 31/12/2020, é de referir que o total do ativo ascendia a 587,7 M€ (590,2 M€, -0,4%), o total do património líquido atingia o montante a 576,4 M€ (98,1% do total ativo) e o total do passivo era de 11,3 M€ (1,9%). Os investimentos (128,6 M€), os ativos financeiros detidos para negociação (397,4 M€) e as dívidas a receber de clientes, contribuintes e utentes (31,5 M€) constituem as principais componentes do ativo. O fundo de garantia (525,3 M€) constitui a principal

rubrica do património líquido e as provisões (7,2 M€) constitui a principal componente do passivo. Estes indicadores refletem uma situação financeira equilibrada e sólida da CPAS e uma elevada capacidade de solvência dos seus compromissos ou obrigações imediatas e no curto e médio prazo (1 a 3 anos);

- Para o valor líquido das contribuições emitidas em 2020, no montante de 110,0 M€ (100 M€, em 2019), o valor líquido das contribuições cobradas do próprio ano foi de 87,6 M€ (82,6 M€, em 2019), refletindo uma taxa de cobrança de 79,7% (82,6% em 2019), tendo descido para o patamar inferior aos 80% verificado entre 2013 e 2019 e voltado às taxas de cobrança verificadas no triénio 2010/2012 (ligeiramente inferiores a 80%);
- Em 31/12/2020, a dívida acumulada de contribuições líquida de planos e acordos em curso ascendia a 135,2 M€ (130,5 M€, em 2019) e as perdas por imparidade acumuladas de contribuições ascendiam a 103,7 M€ (103,3 M€, em 2019). Nestes termos, 76,7% (79,1%, em 2019) das contribuições em dívida líquidas de planos e acordos em curso, não são recuperáveis.

O critério utilizado para efeitos de constituição ou reforço das perdas por imparidade das contribuições em dívida, é o de considerar que não são recuperáveis todas as contribuições emitidas em cada ano líquidas de acordo e planos de pagamento que sejam inferiores à taxa de incobrabilidade média de 11,29%, que corresponde à taxa média de incobrabilidade de dívidas no período compreendido entre 1995 (1.º ano de adoção de escalões) e 2015 (dívida com antiguidade superior a 5 anos). A utilização deste critério reflete que as contribuições líquidas de planos e acordos de pagamentos em curso com a antiguidade superior a 3 anos não são recuperáveis e apenas 28,0% das contribuições em dívida líquidas de planos e acordos em curso dos anos de 2018, 2019 e 2020 são recuperáveis.

Apesar de não se dispor de informação segregada para quantificar o **impacto da Pandemia da COVID-19 na situação financeira e económica da CPAS**, importa destacar:

- **A diminuição da taxa de cobrança das contribuições emitidas no próprio ano**, tendo passado de 82,6%, em 2019, para 79,7%, em 2020;
- **Decréscimo da rubrica aumentos/reduções de justo valor em 2020**, face a 2019, do património mobiliário e imobiliário da CPAS no montante de 18,5 M€, tendo passado de 27,2 M€, em 2019, para 9,2 M€, em 2020;

- 3
- W
A
- **Aumento das imparidades das dívidas a receber (perdas/reversões) em 2020**, face a 2019, no montante de 4,2 M€, tendo passado de 8,0 M€ em 2019, para 12,2 M€, em 2020 que inclui 12,7 M€ de dívidas de Beneficiários contribuintes e 520,0 m€ de dívidas de devedores de rendas;
 - **Diminuição em 2020, face a 2019, da recuperação extrajudicial de dívida acumulada de contribuições referentes a anos anteriores**, através do *Plano de Regularização de Créditos por Dívidas de Contribuições à CPAS* e dos *Acordos de Pagamento Prestacional de Contribuições em Dívida*, de 4,3 M€, tendo passado de 9,9 M€, em 2019, para 5,6 M€, em 2020;
 - **Cancelamento das inscrições de Beneficiários na CPAS** quantificado em 983 (932 ordinários e 51 extraordinários).

VALOR ATUAL DAS PENSÕES EM PAGAMENTO E ESTUDO DE SUSTENTABILIDADE

Em consequência da análise do Relatório de Sustentabilidade (doravante designado somente por "Relatório") que integra os documentos de prestação de contas, em cumprimento do n.º 2 do art.º 95.º do RCPAS, e que contempla o cálculo do valor atual estimado das pensões em pagamento e um estudo de sustentabilidade da CPAS para um prazo de 15 anos, considerando as regras de cálculo de contribuições e pensões de reforma definidas no Decreto-Lei n.º 119/2015, assim como as alterações aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 116/2018, é devido extrair como conclusão principal que os resultados das projeções efetuadas **demonstram que o regime é sustentável, existindo, no entanto riscos, que devem ser permanentemente monitorizados e avaliados, para que, tempestivamente, sejam tomadas as medidas ou efetuados os ajustamentos necessários, por forma a assegurar a perenidade da CPAS.**

Os principais fatores influenciadores da sustentabilidade da CPAS e objeto de análise no Relatório foram a evolução demográfica, os escalões contributivos, as contribuições cobradas e recuperação de dívida, as pensões em pagamento e o valor dos ativos financeiros, concluindo-se que o sistema é muito sensível a alterações na população, redução das contribuições ou redução do número de novos contribuintes, bem como o retardamento do acesso às pensões pelos Beneficiários elegíveis.

No que toca à análise da sustentabilidade com base no rácio valor das contribuições recebidas *versus* pensões pagas, o Estudo apresenta dois cenários: "*Cenário Central – passagem à reforma de 100% dos Beneficiários elegíveis*" (cenário central) e "*Cenário ajustado à realidade – passagem à reforma de 50% dos Beneficiários elegíveis*" (cenário ajustado à realidade). O

primeiro cenário (central) **evidencia desequilíbrios nos anos de 2019, 2020 e 2021, equilíbrios nos anos de 2022 a 2027 e desequilíbrios nos anos de 2028 a 2035.** O segundo cenário (ajustado á realidade) **evidencia desequilíbrios nos anos de 2019 e 2020 e equilíbrios a partir do ano de 2021 até 2035.** Os desequilíbrios dos anos de 2019 e 2020 são explicados pela aplicação do Fator de Correção do Indexante Contributivo de 14% e 10%, **respetivamente**, tendo originado uma redução do valor total das contribuições emitidas e, em consequência, do valor total das contribuições recebidas.

De acordo com as projeções efetuadas, os **principais fatores positivos** que contribuem para a **sustentabilidade da CPAS** são os seguintes:

- **Evolução descendente do valor médio das pensões a pagar**, prevendo-se que o valor médio a pagar em 2035 ascenda a 774 euros;
- **Aumento das taxas contributivas e em especial o aumento para a taxa de 24%** (sem a aplicação do fator de correção), sendo de referir que a aplicação do Fator de Correção do Indexante Contributivo, de menos 14%, em 2019, e de menos 10%, em 2020, tiveram um efeito relevante no valor das contribuições emitidas e a aplicação do fator de correção de 10% no presente ano também terá com certeza um impacto relevante no valor das contribuições emitidas. Prevê-se que enquanto for aplicado este fator de redução das contribuições emitidas o equilíbrio entre o valor das pensões de reforma versus contribuições não será atingido;
- **Aumento da taxa de cobrança das contribuições emitidas e uma recuperação da dívida**, sendo de assinalar que, em 2020, a taxa de cobrança foi de 79,7%, refletindo uma inversão da tendência de estabilidade acima dos 80% observada nos anos do período 2013 a 2019 e o regresso às taxas de cobrança inferiores a 80%;
- **Valor e evolução dos ativos financeiros da CPAS** que de acordo com as projeções efetuadas para os cenários apresentados no Relatório: "*Cenário Central – passagem à reforma de 100% dos Beneficiários elegíveis*" (cenário central) e "*Cenário ajustado à realidade – passagem à reforma de 50% dos Beneficiários elegíveis*" (cenário ajustado à realidade), é estimado que o valor dos ativos financeiros, no final do período em análise (2035), para o cenário central atinja 714 M€ (que representa uma estimativa de acréscimo dos ativos de 165 M€), permitindo o pagamento de 4 anos e 8 meses das pensões do ano de 2034 e para o cenário ajustado à realidade atinja 776 M€ (que representa uma estimativa de acréscimo dos ativos de 228 M€), permitindo o pagamento de cerca de 5 anos e 1 mês das pensões de 2034;

- 
- **Entrada de mais Beneficiários contribuintes e a sua manutenção no sistema como contribuintes por um período mais alargado** constituem vantagens relevantes para a sustentabilidade do regime de repartição;
 - **Momento de passagem a reforma**, uma vez que quanto mais tarde os Beneficiários requererem a pensão de reforma mais benéfico se torna para o sistema, originando um duplo benefício: aumento de anos de contribuição e redução do número e anos de pagamentos de pensões. Refira-se que no triénio 2018/2020 somente metade dos Beneficiários elegíveis em termos de idade ou anos de contribuições requereram a reforma.

E os principais riscos de sustentabilidade enumerados no Relatório são:

- **Evolução demográfica desfavorável da população**, verificando-se que o número de possíveis reformas para os próximos 15 anos não é compensado pela entrada suficiente de contribuintes mais jovens;
- **Evolução desfavorável do rácio Beneficiários contribuintes vs. pensionistas**, prevendo-se que o rácio registe uma tendência decrescente passando de 7,0 em 2020, para 2,7 em 2035, refletindo que a reforma de cada Beneficiário reformado é assegurada pelas contribuições de 2,7 Beneficiários contribuintes;
- **Redução da taxa contributiva**, quer diretamente, quer por aplicação do Fator de Correção do Indexante Contributivo.

O valor atual das pensões em pagamento calculado para a data de 31/12/2020, em cumprimento do art.º 95.º, n.º 2, do RCPAS e tendo por base os pressupostos: tábua de mortalidade TV 88/90 (-1); taxa nula de crescimento/atualização das pensões; taxa de desconto de 3,0%; não reversibilidade de pensões após a morte do Beneficiário e uma taxa de encargos administrativos de 0% foi de **1.173,4 M€** (1.149,5 M€, em 31/12/2019);

Considerando que a função previdencial da CPAS assenta no princípio da solidariedade intergeracional, através de métodos de financiamento em regime de repartição, ou seja, os Beneficiários contribuintes atuais asseguram o pagamento das pensões dos Beneficiários reformados atuais e os Beneficiários contribuintes vindouros asseguram o pagamento das reformas dos Beneficiários contribuintes atuais e vindouros, a taxa de cobertura do valor atual

das pensões em pagamento (1.173,4 M€) pelo Fundo de Garantia (525,3 M€), ascende a 44,8% refletindo uma margem de segurança confortável para a sustentabilidade da CPAS.

AUDITORIA

Apreçiamos Certificação Legal das Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Colaço, Rosa, Coelho & Associado, SROC, Lda., com a data de 07/04/2021, no qual é expressa uma opinião sem reservas (*as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da CAIXA DE PREVIDENCIA DOS ADVOGADOS E SOLICITADORES em 31 de Dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, mas com chamadas de atenção (ênfases) para factos relevantes evidenciados pelas contas e pela gestão explanados no presente Relatório, de entre as quais é de destacar as seguintes observações:*

1. Os condicionalismos da pandemia que *"teve um impacto na economia em geral e também nos contribuintes do sistema previdencial da CPAS"* e do regulamento de apoio aos Beneficiários que *"permitiu o diferimento das contribuições e a redução temporária de um escalão contributivo"* agravaram o desequilíbrio que já se perspectivava do sistema de repartição para 2020, *"pelo reforço das imparidades de 4,2 M€ face a 2019 e a redução do aumento de justo valor dos títulos, decréscimo de 18,5 M€ face a 2019, que justificam a redução do resultado líquido positivo de 18,7 M€ em 2019 para um resultado líquido negativo de 0,7 M€.*
2. *"O exercício económico de 2021 será ainda um ano difícil por efeito das medidas de apoio à pandemia, e incerteza quanto a valorização dos títulos e imobiliário."*

CONCLUSÃO

Em conclusão, os documentos de prestação de contas que incluem o Relatório e Contas, o Relatório de Sustentabilidade e a Certificação Legal das Contas foram preparados e organizados, de acordo com o art.º 95.º do RCPAS, e lidos em conjunto permitem uma adequada compreensão da atividade, gestão, posição financeira, resultados, alterações no património líquido e fluxos de caixa da CPAS para a data de 31/12/2020 e para período findo em 2020, bem como da sustentabilidade da CPAS para um horizonte temporal de 15 anos. As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma correta

avaliação do património e dos resultados, merecendo concordância do Conselho de Fiscalização.

AGRADECIMENTO

Finalmente, O Conselho de Fiscalização agradece e manifesta o seu apreço à Direção e a todos os colaboradores da CPAS, com quem teve necessidade de contactar, para o desempenho das suas funções, pela forma cordial e expedita com que lhe prestaram os esclarecimentos e disponibilizaram os elementos solicitados.

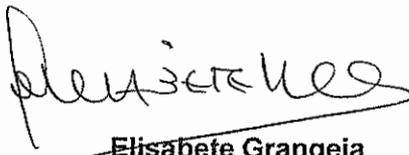
PARECER

Face e como corolário do exposto, **o Conselho de Fiscalização é do Parecer que o Relatório e Contas, o Relatório de Sustentabilidade e a Certificação Legal das Contas, relativos ao exercício de 2020, apresentados pela Direção, bem como a aplicação do resultado líquido do período devem ser aprovados.**

Lisboa, 14 de abril de 2021

O Conselho de Fiscalização

A Presidente



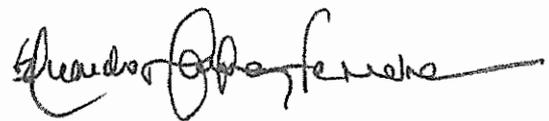
Elisabete Grangeia

A Vogal



Maria Helena Reis Pinto

A SROC



Eduardo Marques Ferreira

em representação da Ribeiro &
Ferreira, SROC, Lda.